UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Maria Eduarda Iesbich Arruda

Intenções, instituições e território: a trama da espacialização do setor de tecnologia e inovação em Florianópolis

FLORIANÓPOLIS
2019

Maria Eduarda Iesbich Arruda

Intenções, instituições e território: a trama da espacialização do setor de tecnologia e inovação em Florianópolis

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Geografia. Área de Desenvolvimento Regional e Urbano.
Orientador: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Arruda, Maria Eduarda Iesbich
Intenções, instituições e território : a trama da espacialização do setor de tecnologia e inovação em Florianópolis / Maria Eduarda Iesbich Arruda ; orientador, Elson Manoel Pereira, 2019.
238 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Desenvolvimento regional e urbano. 3. Economia e território. 4. Setor de tecnologia e inovação. 5. Planejamento urbano. I. Pereira, Elson Manoel. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Geografia. III. Título.

Maria Eduarda Iesbich Arruda

Intenções, instituições e território: a trama da espacialização do setor de tecnologia e inovação em Florianópolis

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Samuel Steiner dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Elson Manoel Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Geografia.

Assinado de forma digital por Clecio Azevedo da Silva:79977278768
Dados: 2019.11.01 15:08:55 -03'00'

Prof. Dr. Clécio Azevedo da Silva
Coordenador do Programa

Assinado de forma digital por Elson Manoel Pereira:53403908968
Dados: 2019.11.01 12:33:46 -02'00'

Prof. Dr. Elson Manoel Pereira
Orientador

Florianópolis, 02 de outubro de 2019.

Este trabalho é dedicado às cidades brasileiras e às suas lutas veladas, à possibilidade de que o espaço urbano possa ser o espaço da liberdade, em que o povo brasileiro se reconhece e se constitui.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, pelo fomento à minha curiosidade, pelo estímulo da busca pelo saber, e pela valorização do conhecimento como meio de emancipação do indivíduo. As perguntas sempre respondidas na infância e o apoio às ambições mais atrevidas foram, com certeza, a semente deste trabalho. Agradeço ao meu falecido avô pela vasta biblioteca e pelo carinho cedido a mim, conjunto que desde criança fez com que eu encontrasse um sentido de lar aonde eu pudesse encontrar os livros.

Agradeço imensamente à Universidade Federal de Santa Catarina por se tornar também minha casa, e ter cedido os meios e recursos para que eu chegasse até esta dissertação. Ao prof. Dr. Eber Pires Marzulo, sem o qual esta caminhada não teria iniciado, que sempre acreditou em mim e pôs luz aos caminhos do planejamento urbano que hoje sigo com tanta satisfação. Ao prof. Renato Saboya que, enquanto orientador do meu Trabalho de Conclusão de Curso, me apresentou as reflexões sobre o território e me apontou o curso de Pós-graduação em Geografia como uma possibilidade, sem o qual eu não teria os recursos para as reflexões realizadas nesta pesquisa. Ao prof. Dr. José Messias Bastos por me abrir as portas do PPGGeo, por sua compreensão e atenção no início da pesquisa. E, finalmente, agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Elson Manoel Pereira, que me acolheu, me cedeu sua atenção, conhecimento e paciência, sem o qual, certamente, este trabalho não teria a alegria e o grande significado que levo comigo.

Obrigada aos integrantes do Laboratório Cidade e Sociedade, também pelo acolhimento, contribuições e trocas valiosas em todos os momentos. Aos companheiros do Laboratório de Transportes e Logística pelo incentivo, carinho, e por acreditarem sempre no meu trabalho. Aos amigos queridos de quem estive longe e que, ainda assim, sempre se fazem perto. E ao meu companheiro, que de mãos dadas segue ao meu lado com incentivo e acalento, tornando o caminho da vida mais iluminado e florido.

É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade. (Antônio Gramsci)

RESUMO

A cidade que se conforma sob a égide do neoliberalismo tem características particulares, sobretudo nos países latino-americanos, periféricos ao sistema econômico imposto. Tendo em vista tais características, como resultado das dinâmicas econômicas globais reproduzidas na escala local, é relevante a sua consideração para a reflexão acerca do planejamento urbano que vem se constituindo no Brasil, e em Florianópolis, principalmente, na sua relação com reestruturação macroeconômica mundial a partir da década de 1970. Nessa perspectiva, o setor de tecnologia e inovação (T&I) emerge, tanto no contexto global, enquanto fator chave de medida do desenvolvimento econômico dos países capitalistas neoliberais, quanto no contexto local, como setor econômico consolidado, em constante ascensão em Florianópolis. No planejamento urbano, as medidas centralizadoras de órgãos estatais se transformaram, paulatinamente, em medidas voltadas à ação do capital privado, permitindo e fomentando a concentração de investimentos na cidade sob a lógica do mercado. O planejamento estratégico, voltado ao contexto urbano, foi criado no contexto de países neoliberais centrais, e é transposto ao contexto desigual e de alta segregação socioeconômica da cidade capitalista periférica, impondo, além de suas práticas, também, a sua ideologia. Assim, o objetivo central deste trabalho consiste na investigação de que forma os atores políticos, econômicos e sociais se articulam em relação a este contexto de produção da cidade, e de que forma o cenário econômico colocado interfere condiciona configuração do espaço urbano na capital catarinense. Conclui-se que o crescimento do setor de T&I ocorre concomitante à ascensão do planejamento estratégico nos núcleos de planejamento urbano institucional em Florianópolis. Nesse sentido, o planejamento urbano, e seus atores políticos, agem como ativo legitimador dos interesses privados associados ao setor econômico em questão, e passa a incorporar a identidade de cidade inteligente como novo *slogan* para a cidade-mercadoria. Os atores sociais por vezes representam resistência aos vetores de expansão impostos, contudo, nos locais em que ocorre menor articulação da sociedade civil estas resistências não se conformam como freio à lógica colocada. A expansão do setor de T&I na cidade ocorre a despeito das especificidades do contexto local, conformando uma trama resistente, que ratifica as condições de segregação socioeconômica e de afastamento das demandas sociais das pautas de investimento e de reprodução do espaço urbano.

Palavras-chave: Urbanismo neoliberal. Planejamento urbano estratégico. Cidades inteligentes. Florianópolis.

ABSTRACT

The city that conforms under the aegis of neoliberalism has particular characteristics, especially in the Latin American countries, peripheral to the imposed economic system. Given these resources, as a result of economic dynamics reproduced on a local scale, their consideration is relevant for a reflection on the urban planning that has been constituted in Brazil, and Florianópolis, mainly, in its relationship with global macroeconomic restructuring since the 1970's decade. In this perspectiva, the technology and innovation (T&I) sector emerges, both in the global context, as a key factor for measuring the economic development of the neoliberal capitalist countries, as well as in the local context, as a steadily growing consolidated economic sector in Florianópolis. In urban planning, the centralizing measures of State organs were gradually transformed into measures aimed at the action of private capital, allowing and fostering the concentration of investments in the city under the logic of the market. The strategic planning, focused on the urban context, was created in the context of central neoliberal countries, and it is transposed to the unequal context and high socioeconomic segregation of the peripheral capitalist city, imposing, in addition to its practices, its ideology. Thus, the main objective of this research is to investigate how the political, economic and social actors articulate in relation to this production context of the city, and the way the placed economic scenario interferes in the configuration of urban space in the Santa Catarina's capital. It was concluded that the growth of the T&I sector occurs concomitantly with the rise of strategic planning in the institutional urban planning nuclei in Florianópolis. In this sense, urban planning, and its political actors, acts as a legitimizing asset of the interests associated with the economic sector investigated and incorporates the smart city identity as a new slogan for the merchandise city. Social actors sometimes represent resistance to expansion imposed vectors, but in places where there is less articulation of civil society, these resistances do not conform a brake to the logic placed. The expansion of the T&I sector in the city occurs despite of the specificities of the local context, forming a resilient framework, which ratifies the socioeconomic segregation context and the distancing of the social demands from the guidelines for investment and reproduction of urban space.

Keywords: Neoliberal urbanism. Strategic urban planning. Smart cities. Florianópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Zoneamento do Plano Diretor de 1955 86
Figura 2 - Foto aérea Campeche – 1977 e 1994.....92
Figura 3 - Zoneamento da Lei n°134 de 2004.....95
Figura 4 - Localização do zoneamento de APT segundo o Plano Diretor de 2014 .101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Importação e exportação de bens e serviços no Brasil em série histórica 2010 – 2016 63
Gráfico 2 - Geração de postos de trabalho por atividade no Brasil em série histórica 2014 – 2018 66
Gráfico 3 - Rendimento médio real por atividade no Brasil em série histórica 2014 - 2018 67
Gráfico 4 – Empregabilidade por seção de atividade de profissionais com grau superior completo no Brasil 2014 - 2016 68
Gráfico 5 - Fundação de empresas relacionadas ao setor de tecnologia e inovação em Florianópolis no período de 1967 – 2016 77
Gráfico 6 – Empregabilidade por seção de atividade em Florianópolis em série histórica 2006 – 2017 79
Gráfico 7 - Taxa de desocupação em Florianópolis e Santa Catarina em série histórica 2014 – 2017 80
Gráfico 8 – Rendimento médio real por mês para nível de instrução de ensino superior completo para as capitais da região sul 2014 – 2017 81
Gráfico 9 - PIB per capita das capitais da região Sul em série histórica de 2002 a 2016 82
Gráfico 10 - PIB real de Florianópolis em série histórica 2002 – 2016 83
Gráfico 11 - Localização das unidades produtivas do setor de T&I segundo as Áreas de Florianópolis 135
Gráfico 12 - Distribuição dos ambientes de inovação nas unidades concentradoras de atividades em Florianópolis 136
Gráfico 13 - Localização das empresas de tecnologia em Florianópolis por Área de análise 137
Gráfico 14 - Distribuição das empresas de tecnologia em Florianópolis com fundação até 1995 por bairro 138
Gráfico 15 - Distribuição das *startups* em Florianópolis localizadas em unidades concentradoras 139
Gráfico 16 - Distribuição das *startups* dispersas no território em Florianópolis por Área de análise 140

Gráfico 17 - Distribuição das *startups* dispersas no território em Florianópolis por bairro 141
Gráfico 18 - Distribuição dos *coworkings* em Florianópolis por Área de análise 142
Gráfico 19 - Localização das *startups* por data de fundação e Área de análise 143
Gráfico 20 - Distribuição dos contratos vigentes de obras urbanas por Área de análise e por tema 171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contribuição do setor de Serviços no PIB nacional em série histórica 2010-2016 64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Macrozoneamento PDPI de 2014 98
Quadro 2 - Entidades privadas participantes do documento Floripa 2030 102
Quadro 3 - Definição de Programas, Subprogramas e Projetos para a Política da Economia do Conhecimento 105
Quadro 4 - Definição das regiões e distritos de Florianópolis 133
Quadro 5 - Localidades componentes da Área Centro 134
Quadro 6 - Programas e ações estratégicas do Plano Catarina 2020 para a Grande Florianópolis 148
Quadro 7 - Aspectos analisados nos rankings de Cidades Inteligentes e Cidades Empreendedoras 156
Quadro 8 - Áreas de análise em relação às Áreas de ponderação do IBGE 162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
Acate – Associação Catarinense de Tecnologia
ACI – Áreas Comunitárias Institucionais
ADI – Áreas de Desenvolvimento Incentivado
ADTEN – Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional
AEIS – Área de Interesse Social
AEIU – Áreas Especiais de Intervenção Urbanística
AIH – Áreas de Incentivo à Hotelaria
Altec – Associação Latino Americana de Gestão Tecnológica
Amocan – Associação de Moradores do Campeche
Anprotec – Associação Nacional de Entidades Promotora de Empreendimentos Inovadores
APL – Arranjo Produtivo Local
APT – Áreas de Parques Tecnológicos
ARP – Áreas Residenciais Predominantes
AST – Área do Sistema Viário se Transporte
AVL – Áreas Verdes de Lazer
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CCI – Complexo Industrial de Informática
CEAU – Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo
CELTA – Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas
CEMPRE – Cadastro Central de Empresas
CERTI – Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODESC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
CONIN – Conselho Nacional de Informática
Contec – Conselho das Entidades Promotoras do Polo Tecnológico
Contel – Conselho Nacional de Telecomunicações

CPD – Condicionantes, Potencialidade e Deficiências
CPqD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás
CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
CTAI – Centro de Tecnologia em Automação e Informática
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Scioeconômicos
ESPLAN – Escritório Catarinense de Planejamento Integrado
FAPESC – Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina
Finep – Financiadora de Inovação e Pesquisa
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDTI – Fundos Nacionais de Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação
GPI – Grande Projeto de Investimento
IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES – Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis
ICTs – Instituições Científicas e Tecnológicas
IEL/SC – Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina
IET – Incubadora Empresarial Tecnológica
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPOG – Instituto de Pós-graduação e Graduação
IPRJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
Ipuf – Instituto de Planejamento de Florianópolis
IRPF – Imposto de Renda da Pessoa Física
ISA – Instituto Socioambiental do Campeche
ISS – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
LAP – Licença Ambiental Prévia
MCMV – Minha Casa Minha Vida
MCQV – Movimento Campeche Qualidade de Vida
MIT – Massachusetts Institute of Technology
MNRU – Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MPEs – Micro e Pequenas Empresas

ONG – Organização não governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAFS – Plano de Ação Florianópolis Sustentável
ParqTec – Alfa Parque Tecnológico Alfa
PDAMF – Plano de Desenvolvimento da área Metropolitana de Florianópolis
PDDS – Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis
PDM – Plano Diretor Municipal
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo
PDPC – Plano de Desenvolvimento da Planície do Campeche
PDPI – Plano Diretor Participativo Integrado de Florianópolis
PDTI – Programas de Desenvolvimento Tecnológico da Indústria
PEDEM – Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal
PGT – Polos Geradores de Tráfego
PIB – Produto Interno Bruto
PICE – Política Industrial e de Comércio Exterior
PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PL – Projeto de Lei
PLATIC – Plataforma de Tecnologia da Informação e Comunicação em Santa Catarina
PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PNADT – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PUE – Plano de Urbanização Específico
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RECAP – Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras
REPES – Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SC – Santa Catarina
Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI – Secretaria Especial de Informática
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Florianópolis
SERFHAU – Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo
SUCESU/SC – Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Santa Catarina
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
T&I – Tecnologia e inovação
Telesc – Telecomunicações de Santa Catarina
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina
UEP – Unidades Especiais de Planejamento
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina
Univali – Universidade do Vale do Itajaí
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Especial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 A HIERARQUIA DAS CONDICIONANTES 25

2.1 AS TRINCHEIRAS DA ESCALA GLOBAL 26

2.2 O ACONTECER HIERÁRQUICO NA CIDADE NEOLIBERAL 36

2.3 AS LUZES TIMONEIRAS 43

3 ENTRE ACASO E INTENÇÃO: O PALANQUE DO SETOR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 56

3.1 AS INSTITUIÇÕES ORGANIZADAS E O PÚLPITO DO DESENVOLVIMENTO 57

3.2 A SOMBRA PROJETADA 69

3.3 DO RASCUNHO AOS NOVOS PONTOS DE FUGA 85

4 A EPIFANIA DAS HORIZONTALIDADES 109

4.1 AS ELITES LOCAIS E OS VETORES DE EXPANSÃO URBANA 110

4.2 A REAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DINAMICIDADE DO ASSOCIATIVISMO 116

5 A REALIDADE EM DESAJUSTE 127

5.1 ESPAÇO: INVÓLUCRO DO DESENVOLVIMENTO 127

5.2 DE CIDADE INCIPIENTE À CIDADE INTELIGENTE 144

5.3 IDENTIDADE ETÉREA, MATERIALIDADE IRREAL 161

6 CONCLUSÃO 184

REFERÊNCIAS 189

APÊNDICE A – Definição dos tipos dos contratos videntes da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Florianópolis 204

APÊNDICE B – Entrevistas estruturadas 206

ANEXO A - Mapa de zoneamento urbano de Florianópolis 213

ANEXO B – Relatório de Contratos de Obras 214

1 INTRODUÇÃO

A economia interage e condiciona o processo de produção e reprodução da cidade, e, na cidade latino-americana neoliberal, sua ação resulta em cenários urbanos em muito divergentes das referências desejáveis. A trajetória histórica do desenvolvimento urbano de economias capitalistas periféricas narra um aprofundamento de fatores como o aumento da ocupação informal, segregação socioespacial e concentração de investimentos públicos voltados à atuação do mercado. A relação do espaço urbano, que se conforma sob esta égide, com a rede de mercados globais, em que desponta o setor de tecnologia e inovação, configura o ponto de partida da presente pesquisa.

Considerando o papel da economia na cidade contemporânea de economia periférica, e o aprofundamento desta investigação, a globalização emerge como agente fundamental, inexoravelmente. Ao expressar os movimentos econômicos, expressam-se também, os movimentos da globalização e suas consequências nos diferentes pontos de um sistema econômico hierárquico e desigual (CHESNAIS, 1995), o qual é tomado como pressuposto na análise a ser desenvolvida. As prescrições aos países periféricos do sistema capitalista e seus resultados, como o aprofundamento das desigualdades sociais, a concentração das transações financeiras nos países do norte, e o aprofundamento da divisão internacional do trabalho (STORPER, 1997), parecem emergir deste processo de interação global como elementos de importante apreensão para a investigação proposta (ARRIGHI, 2007).

O desenvolvimento econômico no contexto mundial globalizado é frequentemente colocado como a internacionalização das atividades produtivas; a capacidade de atração de investimentos externos; o processo de dispersão-concentração da produção, também em forte relação com a concentração de tecnologia nas cadeias produtivas; e a capacidade de inserção da produção nos mercados globais. Nesse contexto, o setor de tecnologia e inovação (T&I) emerge como um dos mais novos agentes ativos no processo de desenvolvimento econômico dos países instituído pelo sistema capitalista. Tal inserção se dá cada

vez mais pela capacidade de geração de conhecimento e inovação, e de desenvolvimento de tecnologia pelos países neoliberais (STORPER, 1997).

Storper (1997) demonstra como a as relações econômicas frente aos circuitos globais, em boa parte dos estudos sobre o assunto, são analisadas pelos seus fatores não territorializados. Para Storper (1997) o entendimento da globalização, e o desenvolvimento das economias nesse contexto, é, expressivamente, dotado de características espaciais "Territorialization thus becomes the analytical key to the debate about politics and economics of globalization." [1] (STORPER, 1997, p.170). As especificidades que relacionam as economias ao território em que se inserem, são ainda mais relevantes no contexto global, segundo o autor. Esses ativos específicos do espaço atuam de forma diferente em diferentes setores econômicos, impactando, inclusive, sobre a capacidade de integração destes setores ao mercado global.

Nesse sentido, da mesma forma que Storper (1997) aponta as atividades de T&I enquanto aquelas com maior integração nos mercados globais, o autor indica a relevância das atividades de desenvolvimento de tecnologia em caráter local. A rede hierárquica global dos mercados é fomentada pelo setor de T&I, mas, para isso, são imprescindíveis fatores referentes ao território, que se relacionam e a esses mercados globais e às atividades produtivas integradas a ele. Em casos como o setor em estudo, sua inserção na cadeia global ocorre justamente pela alta tecnologia desenvolvida localmente. Storper (1997) coloca que "territorialization is the result of necessary *relations of proximity* in the production system, which limit the number of sites at which production can be carried out" [2] (STORPER, 1997, p.180).

A relevância do território para o setor de T&I se dá em virtude de sua relação com o conhecimento. É somente pela apropriação e pela instrumentalização do conhecimento que tal setor econômico se desenvolve, e que há produção de novas tecnologias e de inovação na cadeia produtiva. Audrestch (1997) e Audrestch e Feldman (2003) fornecem o aparato teórico de compreensão do funcionamento do

[1] A territorialização torna-se assim a chave analítica do debate sobre política e economia da globalização (tradução própria)

[2] A territorialização é o resultado de relações de proximidade necessárias no sistema de produção, que limitam o número de locais nos quais a produção pode ser realizada. (tradução própria)

setor em análise, e do chamado fenômeno de *spillover*, o qual compreende a forma com que o conhecimento cresce e se dissemina em espaços contíguos.

No entanto, para a avaliação espacial da abrangência da transmissão de conhecimento, e da valoração da proximidade, as externalidades relacionadas ao conhecimento são mais relevantes do que as delimitações territoriais existentes. Segundo Audrestch e Feldman (2003),

> [...] what has been contested is the geographic range of knowledge spillovers: knowledge externalities are so important and forceful that there is no reason that knowledge should stop spilling over just because of borders, such as a city limit, state line, or national boundary.[3] (AUDRETSCH; FELDMAN, 2003, p.06)

Dessa forma, o conceito de espaço para a apreensão do fenômeno da transmissão de conhecimento não corresponde aos limites ou fronteiras institucionais, é um espaço fluído. Ao conceituar o espaço, é necessário apreender um novo funcionamento do território, em detrimento dos antigos recortes, como as regiões, sendo extinta a ideia do espaço delimitado. Para tal análise, é adotado o conceito de geometrias de poder de Doreen Massey (2007) e de verticalidades e horizontalidades e sua atuação no espaço, de Milton Santos (2005).

Massey (1991) propõe, a substituição das às fronteiras e limites, por tanto tempo explorados para a delimitação dos lugares, pela perspectiva das geometrias de poder do espaço-tempo, as quais não conformam lugares enclausurados, ou sequer desconectados de seu entorno. O conceito de geometrias de poder (MASSEY, 2007) é também interessante no sentido de evidenciar a importância de que se entendam as relações de poder estabelecidas em um lugar e como elas impactam as relações sociais e vivência do espaço. Além da inserção em um contexto global cuja narrativa suprime as condições de alteridade pertinentes ao espaço, é importante que se entendam as relações entre os indivíduos e de que formas esses indivíduos estabelecem relações de subordinação e de dominação.

---

[3] [...] o que tem sido contestado é a gama geográfica de transbordamentos de conhecimento: as externalidades de conhecimento são tão importantes e contundentes que não há razão para que o conhecimento pare de transbordar apenas por causa de fronteiras, como limite de cidade, estado ou limite nacional. (tradução própria)

No ponto do espaço, articulado na escala global e representado de forma local, Milton Santos (2005) cede instrumentos de análise pertinentes. O território coloca-se para Santos (2005) como o espaço onde coexistem os objetos e as ações, cujo funcionamento se dá a partir das verticalidades e horizontalidades. As horizontalidades seriam o domínio dos lugares unidos pela proximidade, e as verticalidades o domínio de pontos distantes entre si ligados pela expressão de fenômenos semelhantes. O estudo do autor instrumentaliza as condicionantes atuantes no espaço, e auxilia a análise da materialização encontrada no espaço a partir da atuação de tais condicionantes em Florianópolis.

Ao associar as atividades econômicas globais à espacialidade do setor de tecnologia e ao contexto da cidade, é necessária a atenção sobre as dinâmicas urbanas que possam se sobrepor, ou se aliar, a estas práticas econômicas no ambiente urbano. A perspectiva de Arrighi (2007) auxilia no direcionamento da interpretação da urbanização neoliberal, da nova postura do planejamento urbano enquanto empresariamento urbano, e da corrente do planejamento urbano estratégico, principalmente, em sua expressão nos países periféricos.

Nesse sentido, o trabalho volta a pesquisa para os reflexos do posicionamento do poder público no processo de produção e de reprodução da cidade neoliberal, cujo auxílio se dá pelos estudos de Harvey (1996), Brenner, Peck e Theodore (2005; 2013) Cobos (2009; 2014), em uma busca pela ênfase nas particularidades da cidade latino-americana. Segundo Harvey (1996), a globalização ideológica direciona a administração pública no sentido da liberalização dos mercados e da privatização dos serviços. Na busca pelos investimentos privados, segundo Cobos (2014), o Estado neoliberal age mais como um facilitador da ação privada do que como um regulador.

Esse posicionamento público tem impactos diretos na configuração morfológica e social da cidade. Os centros de comando impostos acarretam e justificam concentrações de investimentos na cidade, restando às porções da cidade negligenciadas pela administração pública, a justificativa da improdutividade de seus territórios, agravando a segregação sócio-territorial[4] (FIX, 2007). A condição de exclusão e de afastamento da pauta das demandas de investimento por parte da

[4] A grafia do termo foi mantida de acordo com a sua conceituação em Souza (2007, 2008).

população que não foi absorvida pelo mercado formal aumenta, uma vez que as pautas respondem cada vez mais às demandas do mercado em escala global.

A institucionalização desta guinada, a partir do estado centralizador, tem seu fortalecimento, também, na corrente do planejamento urbano estratégico. A partir de autores como Borja e Castells (1996) a interpretação da cidade enquanto empresa é formalizada, e se disseminam instrumentos de legitimação desta forma de gestão, como a formação de uma identidade para a cidade, estratégias de *city marketing* e a conformação de supostos consensos entre os moradores. Vainer (1996; 2001; 2007) auxilia na perspectiva crítica deste modelo, principalmente em sua transposição à cidade brasileira.

Assim, tais dinâmicas são direcionamentos considerados, também, frente à contextualização histórica da urbanização do planejamento urbano no Brasil. Dada a lógica de produção da cidade neoliberal, e as particularidades do contexto de economia periférica, foi manifestada a necessidade de apreensão dos resultados deste panorama nas cidades brasileiras. Assim como nos primeiros pontos investigados, a pesquisa se deu de forma qualitativa, a partir da análise de dados secundários, como livros e dissertações.

Tendo em vista as articulações já delineadas, o trabalho voltou-se para o desenvolvimento do setor de T&I na escala local, primeiramente, em sua conformação no cenário nacional, e, então, na cidade de Florianópolis. De forma geral, o poder do Estado esteve sempre à frente dos incentivos econômicos no setor de T&I. Além das políticas protecionistas estatais da década de 60 e 70, em que as empresas públicas eram incentivadas ao desenvolvimento de tecnologias e inovações no seu processo produtivo (RIZZO, 2013), em termos jurídicos, houve diversas políticas e leis de incentivo ao setor em nível nacional, a exemplo da Lei de Inovação e da chamada Lei do Bem no ano seguinte, as quais estabeleceram políticas nacionais de incentivo e de regimes tributários especiais voltados ao setor (BRASIL, 2004; BRASIL, 2005). Nesta parte da pesquisa foram utilizadas também fontes de dados primários, como leis e documentos relacionados ao planejamento econômico e de investimentos. Ademais, foram consultadas fontes de dados secundários como os bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), entre outros, como forma de análise do setor quantitativamente em escala nacional e municipal.

A história do setor de T&I em Florianópolis apresenta ascensão constante, em matéria recente, aponta-se o setor como líder em arrecadação na capital, superando em quatro vezes a receita do setor turístico (DIÁRIO CATARINENSE, 2017). Os embriões deste caminho na cidade têm origem na chegada de empresas estatais importantes, como a Eletrosul, e na implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as quais configuraram um quadro complementar de conformação de demanda por serviços de alta tecnologia e informática e de mão de obra especializada altamente qualificada.

Em nível municipal, também são verificados incentivos públicos relevantes, como a Lei n° 2.994 de 1988 prevendo benefícios jurídicos de isenção de impostos para empresas das áreas de “eletrônica, micromecânica, e informática” (FLORIANÓPOLIS, 1988), e a delimitação, em 1991 de um zoneamento urbano específico para a implantação de parques tecnológicos. O resultado foi a ascensão do setor na cidade, segundo Rizzo (2013), já em 1996 havia 120 empresas do ramo da tecnologia em Florianópolis, apresentando bons resultados de crescimento durante toda a década.

Algumas organizações são importantes para caracterizar a força do setor na capital catarinense, e os principais atores do seu desenvolvimento. Para o devido direcionamento desta parte da pesquisa, foi realizada a investigação acerca do conceito de Tripla Hélice de Leydesdorff (1995) o qual recorta os principais agentes envolvidos no setor de T&I. Tal conceito evidencia a associação do capital público e privado com a academia, articulação que é de fato reconhecida na capital catarinense. A Fundação CERTI, criada em 1984, exemplifica a conexão concreta entre as instâncias pública, privada, e a academia, pois surgiu de atividades no Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC e realiza, desde seu início, estudos voltados ao setor privado, responsáveis, inclusive, pelo seu desenvolvimento. A Associação Catarinense de Tecnologia (Acate), criada em 1986, também é um exemplo, pois se coloca como importante ente articulador entre a esfera pública em suas diversas instâncias, as agências de financiamento, e as empresas e centros de ensino e pesquisa (ACATE, [20-?]b) e surgiu a partir dos interesses de empresários do setor de T&I.

Concomitante ao crescimento do setor de T&I, foi realizada a análise do planejamento urbano da cidade de Florianópolis, e de que forma as iniciativas do poder público neste âmbito responderam a este crescimento. Novamente, para tal investigação, foram analisadas fontes de dados primários como leis, planos e documentos. De forma geral, foram verificados os planos diretores da cidade e as leis de zoneamento. Neste processo, emergiram, também, instrumentos de planejamento da cidade que não se constituem em leis, mas que sinalizam os conceitos, diretrizes e consensos atrelados ao desenvolvimento econômico da cidade, e às diretrizes econômicas propostas pelo mercado. Estas referências, a exemplo do conceito amplamente difundido de desenvolvimento sustentável, se associam historicamente ao setor de turismo em Florianópolis e, mais recentemente, ao setor de T&I, e por isso foram investigados.

Tendo em vista os direcionamentos das iniciativas de planejamento institucional para a cidade, foram encontradas atuações particulares de certos atores sociais, as quais merecem especial atenção por sua estrita conexão com as diretrizes mercadológicas. Para esta análise, o autor Harvey Molotch (1976) indica algumas sobreposições das perspectivas econômicas correntes e suas impressões no espaço segundo os interesses de certas parcelas da população. Segundo o autor, os investimentos na cidade, e sua conformação material, se dá a partir do interesse das elites articulados a partir dos consensos estabelecidos como inevitáveis (MOLOTCH, 1976).

Com a inserção dos atores sociais na pesquisa foi possível a identificação histórica das intervenções na cidade estabelecidas por tais atores, bem como a contrapartida de parcelas da sociedade civil organizada, no sentido de garantia de uma lógica urbana confrontante à lógica neoliberal. Para tal, foram utilizados dados secundários de dissertações que analisam a participação popular no planejamento urbano, a qual teve especial impulso a partir das prescrições do Estatuto da Cidade em 2001.

Os direcionamentos encontrados na configuração do planejamento econômico calcado no setor de T&I; no planejamento urbano de Florianópolis; assim como nas performances dos atores sociais e da urbanização histórica da cidade,

sinalizaram os recortes a serem estabelecidos na última parte da presente pesquisa. Primeiramente, este recorte se configurou na análise das políticas de fomento do espaço enquanto agente do desenvolvimento econômico, encontradas em caráter nacional, estadual e municipal. A partir dessa investigação, a atividade de T&I foi rebatida no espaço, considerando a sua tradução em ambientes de inovação, segundo as delimitações da bibliografia consultada, a tendência de aglomeração do setor e as constatações de seu desenvolvimento na cidade ao longo do tempo, dados os marcos históricos reconhecidos. Nesta seção, foram utilizadas fontes de dados primários, como leis e documentos, e de dados secundários, como artigos acadêmicos, teses e dissertações. Também foram elaboradas bases de dados para a análise quantitativa dos ambientes de inovação em Florianópolis e da sua localização.

A segunda parte deste último recorte se refere ao planejamento econômico traduzido em planejamento e gestão estratégica da cidade. Tendo em vista os dois principais setores econômicos da capital catarinense, o turismo e o setor de T&I, foram verificadas as iniciativas mais recentes, que relacionam tais setores como parte de um único planejamento para Florianópolis, o qual se traduz em estratégias, que repetidamente se referem a aspectos do planejamento urbano e de iniciativas atuantes no espaço da cidade. Frente aos dados primários consultados, sendo eles planos estaduais e municipais, o conceito de cidades inteligentes emergiu como instrumentalização do setor de T&I no planejamento urbano da cidade de Florianópolis, corrente investigada no início do trabalho, uma vez que se caracteriza, em um novo ideal de cidade estabelecido em nível global.

Haja vista as iniciativas do poder público e de atores sociais envolvidos no setor de T&I no sentido de definição de Florianópolis como cidade inteligente, tal conceito foi reconhecido enquanto direcionamento mercadológico travestido de consenso, enquanto o novo *slogan* da, já conhecida, Ilha da Magia. Esta construção exemplificada como trajetória histórica, já presente na ascensão do turismo na cidade, a partir de análise de dados secundários, como produções acadêmicas, e de dados primários, como documentos, reportagens e matérias da mídia corrente, bem como de informações advindas da aplicação de entrevistas estruturadas com indivíduos reconhecidos como chave no processo de conformação do setor de T&I na cidade (QUIVY; CAMPENHOUDT; 2005). Foram selecionadas seis entidades

enquanto atores chave, a saber: o Centro Sapiens, a Acate, a CELTA, o Sapiens Parque, a Fundação CERTI e a iniciativa do SENAC StartUp SC, das quais apenas a Acate e o Centro Sapiens forneceram informações.

Finalmente, para a investigação acerca dos impactos no cenário urbano e socioeconômico da trajetória de desenvolvimento do setor de T&I, bem como sua relação com o território em que se insere, o trabalho se direcionou para a análise de aspectos específicos, traduzidos em variáveis delimitadas com base na disponibilidade de dados, em relação às áreas de concentração de ambientes de inovação. Frente às prescrições investigadas como necessárias ao desenvolvimento do setor de T&I e ao paradigma das cidades inteligentes, enquanto modelo de cidade ideal relacionado ao setor de T&I, foram determinadas as temáticas principais de investigação. Para esta parte do trabalho foi realizada uma análise qualitativa e quantitativa a partir da elaboração de banco de dados de fontes primárias, a exemplo da compilação de contratos de obras vigentes da PMF; e de dados secundários do IBGE.

Assim, a investigação do cenário econômico global e das condicionantes impostas pelas dinâmicas econômicas no processo de produção da cidade, assim como da emergência do setor T&I no contexto do desenvolvimento econômico neoliberal foram o ponto de partida para o presente trabalho. A associação deste cenário com a constituição do lugar frente à globalização, as dinâmicas de produção e de reprodução da cidade neoliberal, sob a perspectiva ideológica e material, e a articulação dos atores e suas intenções no espaço urbano, em escala local, constituíram, então, a pergunta central da pesquisa:

Qual a relação entre o desenvolvimento do setor de T&I, o planejamento urbano e as intencionalidades dos atores econômicos, sociais e políticos locais, e de que forma essa relação interfere e condiciona a configuração da cidade de Florianópolis?

O objetivo geral da pesquisa trata-se da intenção em:

Analisar o processo de desenvolvimento e consolidação do setor de T&I e Florianópolis- os atores, as políticas e a ideologia atrelada às condições para este desenvolvimento- e a sua relação com a conformação do espaço urbano.

Os objetivos específicos se constituem em:

- **Relacionar as prescrições globais econômicas de desenvolvimento do setor de T&I com o desenvolvimento deste setor no contexto local;**
- **Analisar de que forma as diretrizes neoliberais se estabelecem como condicionantes para o planejamento urbano e para o processo de urbanização em Florianópolis;**
- **Relacionar as iniciativas de planejamento econômico e de planejamento urbano do poder público com os atores envolvidos no setor de T&I e com o seu desenvolvimento;**
- **Analisar a ideologia vinculada às políticas de desenvolvimento econômico e urbano de Florianópolis e às intencionalidades dos atores envolvidos na consolidação do setor de T&I;**
- **Analisar de que forma a cidade de Florianópolis corresponde às prescrições do setor de T&I e qual a relação estabelecida pela espacialização deste setor no contexto urbano.**

Em suma, assim configura-se o caminho de pesquisa do presente trabalho. A partir da interpretação do contexto econômico global e local, foi delineado o ponto de partida e o ponto de chegada. Na compreensão da constituição do lugar, da produção e da reprodução do ambiente urbano, e, consequentemente, dos atores e das condicionantes atuantes, tem-se apreensão do processo. Na consideração dos fatores ideológicos e das assimetrias de poder, resulta-se o desenho da tradução do global no local, e as suas particularidades referentes à cidade de Florianópolis.

2 A HIERARQUIA DAS CONDICIONANTES

Ao propor-se a investigação do desenvolvimento do setor de tecnologia e inovação (T&I) e da sua espacialização, a articulação entre a escala global e a escala local desponta como fator componente de seu funcionamento. No esforço de apreensão desta relação, as aglomerações produtivas, como distritos de inovação, parques tecnológicos e incubadoras, são entendidas enquanto elemento de materialização dessa sobreposição no contexto urbano.

Nesse sentido, é indicada no capítulo a territorialização do setor de T&I enquanto relacionada à garantia da transmissão de conhecimento, e seu funcionamento como dependente de seus arranjos territoriais na escala local. Entretanto, pela perspectiva de Audretsch (1998), além de caracterizado pela alta territorialização, o setor é dotado de uma alta internacionalização de seus mercados. Da mesma forma que as relações locais são imprescindíveis ao seu desenvolvimento, sua integração com a cadeia globalizada tende a ser, também, bastante alta. Assim, a produção de alta tecnologia e inovação situada, como o ponto nodal entre mercados internacionalizados e relações espaciais concretas na escala local.

Posteriormente parte-se à consideração da cidade enquanto lugar de implantação das aglomerações produtivas, e a representação material da escala local. São delineados dos reflexos da configuração do mercado global no âmbito do planejamento urbano, e da constituição deste planejamento frente às prescrições macroeconômicas. O posicionamento do poder público é relevante, pois a globalização ideológica direciona a administração pública para a liberalização dos mercados e para a privatização dos serviços (ARRIGHI, 2007; HARVEY, 1996). Na busca pelos investimentos privados, segundo Cobos (2014), o Estado neoliberal age mais como um facilitador da ação privada do que como um regulador. Este posicionamento público tem impactos diretos nas condicionantes da configuração morfológica e social da cidade, segundo Mariana Fix (2007), “[...] a nova lógica mundial tem dificuldade em se impor, mas apresenta resultados na paisagem urbana.” (FIX, 2007, p.160).

A dificuldade de imposição é caracterizada, inicialmente, pelas particularidades da urbanização latino-americana, recorte evidenciado como pertinente na pesquisa. Cobos (2014), Fix (2007), Santos (2005) e Vainer (2007) auxiliam na compreensão da constituição do espaço urbano de economia periférica. A trajetória brasileira é particularmente investigada, no sentido de compreensão das condicionantes e das articulações das instituições de poder relacionadas à urbanização, além dos resultados espaciais desse processo.

Dessa forma, articulam-se as condicionantes da constituição do setor de T&I, no contexto econômico global, e o funcionamento das dinâmicas internas a esta atividade econômica. O contexto econômico global e suas prescrições neoliberais também são analisados enquanto vetores atuantes no contexto urbano, em escala global e local. Os âmbitos econômico e urbano interagem de forma particular, de suma importância na perspectiva das condições motivadoras e direcionadoras das espacialidades reproduzidas pelo desenvolvimento da T&I em Florianópolis.

2.1 AS TRINCHEIRAS DA ESCALA GLOBAL

No enfrentamento das características da urbanização neoliberal e das diretrizes sob as quais o planejamento urbano as corrobora, é evidenciado o papel das diretrizes econômicas neste processo. Dessa forma, é importante o entendimento das diretrizes econômicas particulares ao setor de T&I com relação ao seu funcionamento, às instituições envolvidas, e às formas de materialização do setor na cidade.

Primeiramente, dada a alta interação do setor econômico em análise com os mercados globais, a globalização é um pressuposto para as investigações subsequentes. A interpretação deste conceito ocorre a partir da perspectiva de Arrighi (2007) acerca da globalização estrutural e ideológica. Segundo o autor, foi pela globalização ideológica que definitivamente o cenário mundial se definiu em favor dos países do norte. Sob essa perspectiva, a prescrição ao terceiro mundo foi, principalmente, do fim do Estado com estratégias de governo voltadas para dentro, os países centrais, por meio de órgãos como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial começaram “a promover estratégias favoráveis ao capital, e voltadas para fora, destacando-se a estabilidade macroeconômica, a privatização e

a liberalização do comércio exterior e da movimentação de capitais." (ARRIGHI, 2007, p.02).

É importante o entendimento da globalização a partir do seu caráter ideológico, que impacta de formas diferentes no sistema, e, principalmente, de formas diferentes em porções diferentes dele. Arrighi (2007) elenca as evidências de um sistema global hierarquizado, altamente heterogêneo, em que as prescrições econômicas resultam na concentração de renda nos países centrais, e direcionam até mesmo o capital gerado nas atividades produtivas dos países periféricos para estes mesmos países centrais. Mesmo a transferência de crédito dos países do norte aos países do sul, amplamente explorada no contexto de crise dos anos 80 e 90, é uma das indicações de como "O capital estrangeiro nunca vem de graça" (ARRIGHI, 2007, p.11), pois foi a responsável pelo endividamento dos países periféricos. A busca pela inserção acaba por ocasionar a ratificação da condição de periferia: "A economia 'globalizada' é excludente, pois é dirigida pelo movimento do capital e nada mais." (CHESNAIS, 1995, p. 15).

O panorama indicado por Arrighi (2007) e Chesnais (1995), este último no esforço de elucidar o processo que chama de "mundialização do capital" (CHESNAIS, 1995), demonstra que a estruturação do sistema global possui uma hierarquia, um mecanismo de suposta interdependência entre os países, a qual ocorre através de processos característicos que exacerbam as condições entre dominantes e dominados. Dentre esses processos, Chesnais (1995) cita "as entradas e saídas de tecnologias, sejam elas incorporadas nos equipamentos ou transmitidas e adquiridas de modo intangível" (OCDE, 1992 *apud*. CHESNAIS, 1995, p.05), de forma que a tecnologia torna-se, no contexto de mundialização do capital, um importante elemento dimensionador do nível de desenvolvimento de um país no sistema econômico capitalista.

A expansão do setor de T&I em nível global é expressiva tendo em vista que, a medida que um país, ou uma unidade territorial qualquer, passa a exportar tecnologia, sua posição no panorama econômico global se altera,

> As such, it is now generally understood that knowledge, innovation and human capital are fundamental for achieving economic development, and

> represent key explanations for the significant and persistent divergences in economic growth and development between countries and their regions.[5] (RODRIGUEZ-POSE; HARDY, 2014, p. 8).

Como exemplo dos investimentos internacionais em T&I em relação ao PIB, em 2013, os dados para os países capitalistas centrais, como Alemanha, Estados Unidos e Japão foram de 2,83%, 2,74% e 3,48%, respectivamente. Para o mesmo período, os investimentos brasileiros compreenderam 1,24%. A proporção entre o setor público e privado nesses investimentos, nos países centrais foi de 28% de investimento público no país europeu e no norte-americano; de apenas 17% no país japonês; enquanto no Brasil a taxa foi de aproximadamente 57%, o que denota a grande participação do setor público enquanto alavanca da T&I na economia (KOELLER; VIOTTI; RAUEN, 2016).

O conceito de Tripla Hélice (LEYDESDORFF, 1995) indica como os principais atores envolvidos no desenvolvimento do setor de T&I - o governo, a universidade e a indústria, ou empresa - se articulam e adquirem funções frente à relevância econômica da transmissão de conhecimento e de inovação demandada pelo aumento da competição entre os países no pós-guerra. É o conhecimento que propicia o desenvolvimento do setor de T&I, pois este é o insumo que gera o lucro na cadeia produtiva em questão.

O fato de o conhecimento ser atrelado às “formas de fazer”, e de sua transmissão não ser facilmente codificada, diferentemente da informação, indica a produção de alta tecnologia e inovação como um dos setores econômicos em que a territorialidade é indispensável ao desenvolvimento (AUDRETSCH, 1998; AUDRETSCH, FELDMAN, 2003). A proximidade e as relações estabelecidas territorialmente são as condições para a transmissão do conhecimento por meio do fenômeno de *spillover* (transbordamento) (STORPER, 1997; AUDRETSCH 1998; AUDRETSCH, FELDMAN, 2003), as quais se tornam cada vez mais indispensáveis, ao passo que a criação e transmissão de conhecimento evoluem. Quando em aglomeração produtiva, se estabelecem relações mais eficientes de decodificação

[5] Como tal, é agora geralmente entendido que o conhecimento, a inovação e o capital humano são fundamentais para alcançar o desenvolvimento econômico e representam as principais explicações para as divergências significativas e persistentes no crescimento econômico e desenvolvimento entre os países e suas regiões. (tradução própria).

do conhecimento, e, consequentemente, sua tradução em inovação e desenvolvimento de alta tecnologia (AUDRESTCH, 1997). A proximidade física e, por isso, a espacialização do setor, é, também, constituinte de suas condições de funcionamento.

Assim, a implantação de estruturas espaciais e de aglomerações relacionadas ao setor de T&I, é um ponto de análise relevante. A Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) criada em 1987, é uma das principais entidades envolvidas na promoção destas estruturas no Brasil, e seu desenvolvimento está diretamente ligado à consolidação desses espaços produtivos, os quais são definidos como ambientes de inovação. A Anprotec classifica os ambientes de inovação enquanto: incubadoras de empresas; parques tecnológicos; aceleradoras; *coworkings*; instituições científicas e tecnológicas (ICTs); *startups* e programas de aceleração. Da mesma forma, encontra-se a definição destes ambientes de inovação nos trabalhos de Abreu *et al*. (2016), Azevedo e Teixeira (2017), entre outros.

Nas classificações propostas, os ambientes de inovação que possuem variáveis espaciais, ou seja, que são de fato materializados no espaço, são, em geral, as incubadoras, os parques tecnológicos, as ICTs, os *coworkings*, e as *startups*. Com relação às *startups*, sua localização pode ser interna às incubadoras, e por vezes ainda, em condições de *home office*, com funcionários trabalhando em de forma remota. Segundo a Anprotec, a *startup*,

> é uma empresa jovem com um modelo de negócios repetível e escalável em um cenário de incertezas e soluções a serem desenvolvidas. Embora não se limite apenas a negócios digitais, uma *startup* necessita de inovação para não ser considerada uma empresa de modelo tradicional. (ANPROTEC, [201-?]a).

As características repetível e escalável, se referem à possibilidade da *startup* entregar um mesmo serviço a diversos tipos de clientes, ou seja, não há necessidade de particularização do produto de acordo com o cliente. O fato de ser escalável indica que não há relação proporcional entre o investimento na empresa e o lucro, podendo um investimento inicial resultar em um lucro crescente no tempo.

Historicamente, as estruturas produtivas relacionadas ao setor de T&I, tem seu início a partir da experiência americana do Vale do Silício, ainda nos anos 50, transbordando para experiências na Europa, principalmente no Reino Unido e França, nos anos 70; inicialmente, ainda fortemente ligadas à localização das universidades, como Stanford e Cambridge. Já nos anos 80, são relevantes as experiências iniciais na Ásia, Austrália e Canadá (ABREU *et al*., 2016; BRASIL, 2014).

A primeira tentativa brasileira no sentido de aglomeração espacial de tais estruturas se deu a partir de uma experiência do CNPq, com a criação do Programa Brasileiro de Parques Tecnológicos, em 1984. Todavia, tendo em vista a baixa tradição relacionada ao setor ainda neste período, somente "a partir de 2000, a ideia de parques tecnológicos voltou a se fortalecer como alternativa para promoção do desenvolvimento tecnológico, econômico e social [...]" (ABDI, 2008, p. 8). Os parques tecnológicos, segundo Abreu *et. al* (2016)., são entendidos como,

> [...] um ambiente de inovação, associado às políticas públicas e próximos a universidades ou centros de pesquisa. Visa, portanto, transformar conhecimento em riqueza, gerando novos produtos e processos, criando empregos bem remunerados, novas empresas, bem-estar social e ambiental e impostos. (ABREU *et al*., 2016, p.31).

Os parques tecnológicos são o tipo de estrutura de aglomeração mais representativo das aglomerações produtivas relacionadas ao setor de T&I no país, compreendendo um total de 94 iniciativas no ano de 2013 (BRASIL, 2014). Como resumo do perfil dos parques tecnológicos brasileiros, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2008) indica os seguintes fatores,

> •Em geral os Parques estão relacionados com um programa formal de planejamento regional, constituindo uma parte importante da estratégia de desenvolvimento econômico e tecnológico;
> •Os projetos de PqTs normalmente têm sido liderados por entidades gestoras de programas bem sucedidos na área de incubação de empresas, transferência de tecnologia universidade-empresa e pesquisa e desenvolvimento para o setor empresarial;
> •Os espaços físicos escolhidos para implantar os PqTs geralmente são originários de órgãos públicos ou de universidades;
> •Empresas Estatais de grande porte e competência tecnológica têm desempenhado um papel cada vez mais importante na alavancagem e consolidação de PqTs;
> •Em função do caráter "emergente" da indústria de tecnologia no país, os PqTs vêm ocupando um espaço como verdadeiras referência físicas do

> processo de desenvolvimento dos polos tecnológicos brasileiros. (ABDI, 2008, p.10).

De forma geral os estudos brasileiros tendem a dar um peso maior para a participação pública na implantação das aglomerações produtivas relacionadas à tecnologia e inovação (ABDI, 2008; BRASIL, 2014; ABREU *et al.*, 2016). A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI, 2008) analisou as condições de implantação de parques tecnológicos no Brasil e, com relação aos atores envolvidos na implantação dos parques tecnológicos, o estudo da ABDI indica que o parque tecnológico deve ser essencialmente de interesse público. Também segundo Abreu *et al.* (2016) "É fundamental que o interesse público seja explicitado na estruturação inicial de um parque e que o Estado seja o indutor do processo." (ABREU *et al.*, 2016, p.31).

No cenário internacional, o estudo de Commins e Rowe (2008), que analisa a implantação de estruturas relacionadas ao setor de T&I, como parques tecnológicos e incubadoras tecnológicas, dá destaque ao envolvimento de entidades privadas na implantação de aglomerações produtivas. Alguns fatores são indicados pela bibliografia (MIAN *et al*, 2005 *apud.* RODRÍGUEZ-POSE; HARDY, 2014), como fatores de sucesso para as estruturas, aos quais Commins e Rowe (2008) adicionam mais dois, relacionados aos países de economia periférica. Esses fatores consistem em uma economia bem estabelecida, grande e diversificada; uma base de pesquisa concisa; uma cultura de empreendedorismo; o engajamento de uma Universidade ou centro de pesquisa e dos *stakeholders*; uma gestão empreendedora e proativa; e o comprometimento com os recursos para a sua implantação e manutenção. Para os países chamados emergentes, são destacadas as particularidades das culturas de negócios, que tendem a limitar a implantação de inovações das cadeias produtivas e a consequente intimidação de novos investimentos privados; e a existência de mercados nacionais acessíveis às estruturas de inovação implantadas.

Para Audretsch e Feldman (2003) as empresas também são essenciais enquanto entidades investidoras geradoras de impacto em inovação e em novas tecnologias. Ao estudarem a geografia da inovação, os autores destacam que, para o sucesso das aglomerações produtivas relacionadas a esta atividade,

> [...] R&D expenditures made by private companies play a particularly important role in providing knowledge inputs to the innovative activity of large firms, while expenditures on research made by universities serve as an especially key input for generating innovative activity in small enterprises.[6] (AUDRESTSCH; FELDMAN, 2003, p.11).

Ainda Audrestch e Feldman (2003) ressaltam a necessidade de apreensão das externalidades, como as diferenças culturais, para a geração de tecnologia e inovação em certas regiões. Com relação ao papel das externalidades no desenvolvimento do setor de T&I, Jacobs *apud.* AUDRESTCH e FELDMAN (2003) indica que os fatores externos são mais decisivos na promoção de *spillovers* de conhecimento, do que as atividades internas à produção. Dessa forma, as cidades são fontes de inovações consideráveis, uma vez que a diversidade de fontes de conhecimento nos ambientes urbanos são maiores, pois a diversidade de indústrias e de diferentes conhecimentos em uma região geográfica é essencial para a atividade inovadora e crescimento econômico.

Segundo Abreu *et al.* (2016) o modelo de áreas ou distritos de inovação integrados às cidades têm sido bastante adotado recentemente, muitas vezes, no sentido de contemplar "a concentração estratégica de atividades intensivas em conhecimento, inovação e a renovação do espaço urbano" (ABREU *et al.*, 2016, p.109). Nesse sentido é pertinente elucidar o projeto de distrito de inovação, como exemplo relevante de modelo de interação entre o setor de T&I e a cidade.

Como exemplo internacional destaca-se o projeto 22@Barcelona. O distrito de inovação foi implantado no bairro Poblenou, o qual, nos anos 90, foi eleito para um projeto de requalificação urbana em associação ao evento das Olimpíadas de 1992, após um histórico de intensa produção industrial no século XIX, seguido de um processo de desindustrialização a partir dos anos 60, com a saída de mais de 1.300 fábricas do local (22@BARCELONA, [2006]a). A sua localização foi reconhecida pela administração pública como uma importante área de conexão da cidade com a região metropolitana, e pelo privilégio de encontrar-se próxima à costa. Assim, nos anos 2000, o Master Plan para a requalificação do restante do território do bairro de Poblenou foi acordado, ainda na esfera pública, então conhecido como 22@Plan (22@BARCELONA, [2006]b). O plano previa a remodelação de 200

[6] Investimentos em pesquisa e inovação feitas por empresas privadas desempenham um papel particularmente importante no fornecimento de atividade inovadora de grandes empresas, enquanto os gastos com pesquisa feitos pelas universidades servem como um insumo fundamental para gerar atividade inovadora em pequenas empresas (tradução própria).

hectares, e os três objetivos estabelecidos para o projeto foram de requalificação urbana, de requalificação econômica e de requalificação social (22@BARCELONA, [2006]e).

Segundo o *website* do projeto, a transformação dos usos da área, por meio da requalificação urbana, visou à atualização da importância produtiva da indústria do século XIX, para a importância da inovação para os sistemas produtivos do capitalismo atual (22@BARCELONA, [2006]f). A descrição do objetivo relativo à requalificação econômica do projeto elucida que,

> As a project of economic refurbishment, it constitutes a unique opportunity to turn Poblenou into an important scientific, technologic and cultural platform transforming Barcelona into one of the most dynamic and innovative cities throughout the world.[7] (22@BARCELONA, [2006]e)

Demonstrando a escolha do setor de inovação e alta tecnologia como elemento chave do projeto, e da inserção de Barcelona no circuito competitivo internacional. O 22@Barcelona também estabelece algumas diretrizes e justificativas para o seu sucesso. Dentre as diretrizes, constam os Clusters de Inovação, como formas de organização produtiva territorial por meio dos quais haveria maior possibilidade de projeção dessa indústria internacionalmente. A configuração de uma cultura de inovação, que busca uma base econômica no conhecimento e na indústria criativa, também é uma diretriz do projeto, e um guia para a atração de investimentos públicos e privados. Finalmente, a diretriz voltada aos centros tecnológicos, como estruturas de articulação entre pesquisa e mercado (22@BARCELONA, [2006]d) reafirma a relação entre este setor econômico, os mercados globais, e o setor em estudo pelo presente trabalho.

Ademais, são delimitados dois tópicos especialmente direcionados à identidade prevista para Barcelona enquanto "Business Center" e "City of Knowlodge". Dentre os itens que constituem a identidade de "Business Center" consta o item "Foreign Companies Concentration", cuja descrição demonstra o alto desempenho na atração de capital externo da cidade catalã. Para a imagem de "City

[7] "Como um projeto de remodelação econômica, constitui uma oportunidade única de transformar o Poblenou em uma importante plataforma científica, tecnológica e cultural que transforma Barcelona em uma das cidades mais dinâmicas e inovadoras em todo o mundo." (tradução própria).

of Knowlodge", é indicada a ampla tradição nas parcerias público-privadas da cidade como uma das vantagens diferenciais de Barcelona para a consolidação do foco estratégico nas instituições que investem em capital humano e em atividades relacionadas ao conhecimento.

A experiência do distrito de inovação 22@Barcelona é elucidativa de como a implantação de aglomerações produtivas relativas às atividades de inovação estão altamente integradas ao planejamento urbano local e às diretrizes econômicas globais, se delineando uma conjuntura que integra cidade, economia, T&I e desenvolvimento. O empresariamento urbano é presente na estrutura conceitual do projeto, e se apresenta como um modelo importante do planejamento urbano neoliberal, como detalhado na próxima seção do trabalho.

Em Florianópolis, a experiência do Centro Sapiens se define como um distrito criativo, com referência no projeto 22@Barcelona. O Centro Sapiens encontra-se na área leste do centro de Florianópolis definido no perímetro que engloba:

> A Rua Trajano – Avenida Hercílio Luz e a Rua Artista Bittencourt – Terminal Urbano Cidade Florianópolis**.** Esse perímetro inclui a Praça XV de Novembro, Monumento ao Miramar, Palácio Cruz e Souza, Teatro Álvaro de Carvalho, Museu Vitor Meireles, Museu da Escola Catarinense e Catedral Metropolitana de Florianópolis (CENTRO SAPIENS, c2017).

O projeto teve início em 2015, surgiu de uma parceria entre a PMF, o Sapiens Parque e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e tem como objetivo a configuração de um distrito criativo, associando as atividades de economia criativa com iniciativas de revitalização urbana (CENTRO SAPIENS, c2017).

Com relação à missão proposta pelo projeto, destacam-se duas:

> Utilizar a criatividade como fator-chave para o desenvolvimento e a criação de valor para a região leste do Centro Histórico de Florianópolis, transversal a todas as atividades e práticas sociais.
>
> [...]
>
> Realizar novas formas de apropriação que por meio de um conjunto de ações incorporadas transformem os espaços urbanos através do processo de revitalização urbana atribuindo-lhes conteúdos sociais, econômicos e culturais, com cerne na criação de um ambiente propício ao empreendedorismo, à criatividade e à inovação (CENTRO SAPIENS, c2017).

Tais menções ao contexto social se tornam apropriadas, uma vez que a área leste da cidade foi um dos primeiros alvos de intervenções urbanas de caráter

higienista na cidade, configurando um cenário de empobrecimento da área e de ocupação informal nas áreas de morros, como indicado mais à frente no trabalho. Dentre as ações previstas para a concretude da missão proposta, contudo, não há menção acerca do cenário de desigualdade social da localidade; aqui cabe destacar que o Maciço Sul do Morro da Cruz, localizado a uma média de duas quadras da Av. Hercílio Luz apresenta o menor rendimento dentre os distritos do município de Florianópolis.

Tal comparação, entre a experiência catalã e catarinense, se dá no sentido de direcionar as análises feitas posteriormente na pesquisa. Segundo Audrestch e Feldman (2003) as particularidades das regiões são um fato de essencial análise para a análise do desempenho inovativo de certos recortes territoriais,

> While economists tend to avoid attributing differences in economic performance to cultural differences, there has been a series of theoretical arguments suggesting that differences in the underlying structure between regions may account for differences in rates of growth and technological change.[8] (AUDRESTCH; FELDMAN, 2003, p.12).

Tendo em vista que os fatores sociais, culturais e institucionais associados, moldam o desempenho inovador, a evolução e a dependência das regiões e das empresas nelas localizadas de maneiras altamente diferenciadas (RODRIGUEZ; POSE, 2014, p.11), as referências internacionais podem se configurar em regiões em que as externalidades são em muito diferentes do contexto brasileiro.

Em suma, a escala global do panorama do setor de T&I, e a implantação de aglomerações produtivas, se apresentam como um contexto entrincheirado com o qual a escala local de economia periférica se relaciona através de rupturas. A apreensão das particularidades locais, no esforço de transposição da centralidade aos pontos periféricos do sistema capitalista, possibilita o entendimento da representação do setor de T&I no espaço urbano, e assimilação da sua espacialidade em condições de alteridade.

---

[8] Enquanto os economistas tendem a evitar atribuir diferenças no desempenho econômico às diferenças culturais, tem havido uma série de argumentos teóricos sugerindo que as diferenças na estrutura subjacente entre as regiões podem explicar as diferenças nas taxas de crescimento e mudança tecnológica. (tradução própria)

2.2 O ACONTECER HIERÁRQUICO NA CIDADE NEOLIBERAL

A urbanização a partir do contexto neoliberal tem suas particularidades consolidadas também em resposta ao receituário econômico proposto no chamado Consenso de Washington. Segundo Brenner, Peck e Theodore (2005, 2017) o neoliberalismo consiste em um conjunto de estratégias, mais do que um sistema estável, e essas estratégias partem de um panorama constituído pelas antigas ideias do Estado *keynesiano*. Os autores propõem o conceito de *actually existing neoliberalism* (BRENNER; PECK; THEODORE, 2005) como base metodológica para as análises desenvolvidas sobre os efeitos do sistema neoliberal na cidade. O conceito se refere a "explore the path-dependent, contextually specific interaction between inherited regulatory landscapes and emergent neoliberalism, market-oriented, restructuring projects."[9] (BRENNER; PECK; THEODORE*,* 2005, p. 2).

No contexto do neoliberalismo colocado, ressalta-se a condição de incompatibilidade entre a ideologia da regulação do livre mercado neoliberal, e o que ocorre, de fato. Como os exemplos da estagnação econômica permanente, da desigualdade intensificada, de uma competição entre os lugares mutuamente destrutiva, e de uma insegurança social generalizada.

Neste contexto de conjuntura herdada e criada, a trajetória dos processos neoliberais institucionais e espaciais, segundo os autores, pode ser desvendada em suas faces de regressão social, de heterogeneidade geográfica e de volatilidade política (BRENNER; PECK; THEODORE*,* 2005). A distância entre realidade e doutrina é enfatizada, esclarecendo dois pontos chaves, o primeiro, a colocação do Estado e do mercado como dois princípios diametricamente opostos de organização social, e o segundo, o modelo de política neoliberal como um modelo geral para todos os contextos políticos e institucionais, assumindo os mesmos resultados e ignorando as diferenças e particularidades. O contexto da cidade neoliberal periférica é um destaque particular sob essa perspectiva, assim como a transposição de modelos ideais ao cenário local.

O conceito de destruição criativa neoliberal, também embasa as análises decorrentes, como a destruição de quadros institucionais relativos à escala local e

---

[9] Explorar a interação contextualmente específica, dependente da trajetória, entre paisagens regulatórias herdadas e projetos de reestruturação neoliberal, emergentes e voltados para o mercado. (tradução própria)

ao Estado nacional, e a sucessiva criação de novas instituições voltadas ao crescimento econômico, à mercantilização e às regras do capital. Essa dinâmica se daria pelos processos chamados de *rollback* e *rollout* das formas de regulação institucionais, em um processo de desorganização e organização dos direcionamentos necessários ao sistema econômico colocado, fator reconhecido no cenário urbano brasileiro, e, também, em nível municipal, como indicado no capítulo subsequente.

Essas transformações nas dinâmicas territoriais associadas ao neoliberalismo têm relevância sob três perspectivas, a institucional, a geográfica e a social (BRENNER; PECK; THEODORE, 2005). A primeira perspectiva explora as condições da estrutura institucional como condições primárias para a reprodução das relações neoliberais no espaço. Como nos processos de mudança das políticas neoliberais em nível global, essas condições institucionais locais tendem a se reajustar,

> Even when neoliberalism reform policy fail to generate short-or-medium-term bursts of capitalist growth, they may nonetheless impose much more lasting evolutionary ruptures within the institutional frameworks, policy environments and geographies of capitalist regulation[10] (BRENNER; PECK; THEODORE, 2005, p.10).

Em relação ao quadro geográfico, a organização territorial se reestabelece a partir de uma lógica desigual, a qual procura a inserção da cidade em um mercado competitivo. A inserção ocorre a partir da adoção de políticas de *marketing* voltadas para o capital transnacional, frente às quais nota-se o crescente afastamento da população das pautas de investimentos urbanos, o que se refere, diretamente, também, ao âmbito social.

As transformações no âmbito social, também ocorrem a partir da diminuição do entendimento da cidade como um espaço de reprodução social, e aumento do seu entendimento como uma arena de embates econômicos,

---

[10] Mesmo quando a política de reforma do neoliberalismo falha em gerar surtos de crescimento capitalista a curto ou médio prazo, eles podem, no entanto, impor rupturas evolutivas muito mais duradouras dentro dos marcos institucionais, ambientes políticos e geografias da regulação capitalista. (tradução própria)

> The overarching goal of such neoliberal urban policy experiments is to mobilize city space as an arena both for market-oriented economic growth and for elite consuption practices, while at the same time securing order and control amongst 'underclass' populations.[11] (BRENNER; PECK; THEODORE, 2005, p.12).

Tendo em vista os processos encontrados na cidade associados ao neoliberalismo, e sua associação às diretrizes do setor de T&I, é relevante a investigação da transposição desse contexto para a escala local. Milton Santos (2005), ao analisar o território frente às redes globais, elucida uma análise que, por princípio, se trata da investigação da interação entre escala global e escala local no espaço.

Segundo o autor, o território, essencialmente, não está mais subordinado ao Estado-nação, e é importante a apreensão de um processo de "transnacionalização" corrente. Essa transnacionalização constitui o território como resultado de ações e objetos, um espaço "humano", um espaço "habitado" e, portanto, suas particularidades são também parte imprescindível da sua constituição. Para o autor, as relações sociais são constitutivas do espaço e é a partir da vivência do território que se efetiva a atual fluidez observada na transnacionalização.

Este novo funcionamento do território, que transcendente às suas antigas fronteiras, é reconhecido em detrimento das antigas delimitações do espaços. Milton Santos (2005) sistematiza os vetores que incidem no lugar "transnacionalizado", os quais correspondem às diferentes escalas, sob a forma de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades seriam o domínio dos lugares unidos pela proximidade, e as verticalidades, o domínio de pontos distantes entre si, ligados pela expressão de fenômenos semelhantes. Esses fenômenos são nomeados pelo autor de "acontecer".

Neste contexto, é crucial o papel da informação como "verdadeiro instrumento de união entre as diversas partes de um território" (SANTOS, 2005, p.257), principalmente com relação a partes distantes do território. No acontecer chamado de hierárquico, a informação atua como regras que partem de um contexto externo, tratando-se de uma informação que é dotada de poder. É, também, relevante, o papel da técnica absorvida pelo território, pois é a técnica que molda as

[11] O objetivo geral de tais experimentos de políticas urbanas neoliberais é mobilizar o espaço da cidade como uma arena tanto para o crescimento econômico orientado para o mercado quanto para as práticas de consumo de elite, ao mesmo tempo garantindo ordem e controle entre populações de "classes inferiores". (tradução própria)

formas utilizadas nele; ao passo que se domina a técnica, dominam-se também os lugares vizinhos. No acontecer hierárquico, o papel indicado pela técnica, é substituído pela política:

> A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia. Este comando baseia-se na configuração técnica do território, em sua densidade técnica e [...] na sua densidade funcional a que podemos igualmente chamar densidade informacional. Já o controle distante, localmente realizado sobre a parcela política da produção, é feito por cidades mundiais e o seus "relais" nos territórios diversos. (SANTOS, 2005, p.258).

Santos (2005) indica como, ao chegar aos diversos pontos do território, a técnica e a política, ou seja, a incidência das verticalidades, podem gerar dissonâncias. O espaço local e o espaço global respondem às mesmas normas e objetos, entretanto, na escala local essas condicionantes constituídas em um contexto externo anulam o chamado espaço de todos, o chamado espaço banal. O estudo aponta como o território dominado pelas redes, as quais são dominadas pela democracia de mercado e pelo neoliberalismo, tende a reduzir ao máximo o território da vizinhança, o território compartilhado, pois nele as normas e regulações são de caráter local.

As verticalidades impõem-se às horizontalidades de forma a desestruturar as forças de coerção horizontais, da proximidade e dos territórios contíguos. Configurou-se, assim, nos lugares, um embate entre a sociedade civil generalizante, e o mercado singuralizante,

> Na democracia de mercado, o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos), as verticalidades, enquanto as horizontalidades, hoje enfraquecidas, são obrigadas, com suas forças limitadas, a levar em conta a totalidade dos atores. (SANTOS, 2005, p.259).

Assim, incidência das verticalidades dotadas de poder, imbricada de fatores políticos, e a densidade técnica e informacional da escala local, auxiliam no entendimento das dinâmicas entre diferentes escalas, materializadas no espaço urbano. A política que direciona e constitui os vetores das verticalidades, no acontecer hierárquico, é característica do neoliberalismo e da economia de mercado, cujas diretrizes já foram investigadas. Resta, então, apreender as dinâmicas de

poder constitutivas das horizontalidades, e assim delinear as geometrias de poder existentes na escala local (MASSEY, 1991, 2007).

Os estudos de Massey (2007) indicam como as chamadas prescrições do neoliberalismo, com a imposição de programas de ajuste estrutural, e suas consequências na polarização do sistema capitalista, constituem, na verdade, uma referência imaginativa do fenômeno da globalização (MASSEY, 1991, 2007). A reprodução de suas premissas, por representantes relevantes do sistema econômico em posições de poder, coloca o cenário da globalização como inevitável. Essa apreensão é relevante, pois é dessa forma que ecoam alguns aspectos essenciais do fenômeno nos países periféricos, e na apreensão de lugar por parte desses países:

> Este discurso, desta forma particular de globalização é um componente importante na continuação da legitimação da ideia de que há um modelo particular de desenvolvimento, um caminho para uma forma de "modernização". Esta é uma extraordinária demonstração da total interconexão de "representações" e "ação" no (projeto de) produção de uma espacialidade em particular. (MASSEY, 2007, p.148).

Primeiramente, estando o conceito de globalização inserido no período histórico da modernidade, Massey (2007) retira essa modernidade de um entendimento a partir da centralidade colonialista europeia. Parte-se de uma análise da globalização/espacialização da modernidade em que se disseminam os pontos centrais também para os lugares periféricos à Europa, a partir da inversão da perspectiva do fenômeno da modernidade, num entendimento em que a Europa não é entendida como o centro do processo, de onde e para onde partem as relações sociais estabelecidas.

Isso se deve ao fato de que, segundo Massey (2007), na história da modernidade eurocêntrica, o tempo se sobrepõe ao espaço. As particularidades locais são entendidas a partir de um posicionamento temporal dos países, e do "atraso" em relação à ascensão ao desenvolvimento. Essa colocação indica a supressão do conceito de espaço nessa perspectiva, e a tradução das particularidades espaciais em estágios temporais colocados em uma linha de desenvolvimento homogênea:

> O reconhecimento da verdadeira espacialidade necessita reconhecer um maior grau de diferença. Um tipo diferente de diferença, que envolva a existência de trajetórias que tenham pelo menos algum grau de autonomia

> uma em relação às outras (que não são simplesmente alinháveis em uma estória linear). Começa a emergir uma conexão entre a espacialização real e a possibilidade de estórias diferentes – a existência de alteridade. (MASSEY, 2007, p.146).

Então, a própria autora indica a espacialidade contida nessa hierarquização temporal. É o espaço que possibilita a existência de diferentes temporalidades, pois "o espacial é, crucialmente, o domínio da justaposição de narrativas dissonantes" (MASSEY, 2007, p.146).

Como elucidado por Santos (2005) e Massey (2007), os pontos periféricos às centralidades capitalistas, devem tornar-se pontos centrais na proposta de investigação do espaço local. Por isso, a investigação do espaço entendido a partir das peculiaridades da escala local, e não somente em relação à escala global, é uma premissa para a investigação subsequente.

Cobos (2014) indica a forma como as transformações influenciadas pelo neoliberalismo, indicadas por Brenner, Peck e Theodore (2005) se dão de forma prática nas cidades latino-americanas de economia periférica. Dado esse contexto, a América Latina recorta os desdobramentos dos impactos neoliberais na cidade de forma diferente dos países desenvolvidos, amplamente estudados para a exemplificação dessa relação. O autor Emilio Cobos (2009, 2014) elucida a importância deste recorte,

> Las ciudades capitalistas latinoamericanas que también han asumido diferentes estructuras y morfologías a lo largo de su historia, adquieren ahora las características, los rasgos generales del neoliberalismo. Sin embargo, a pesar de que comparten estos rasgos, no podemos confundirlas con las ciudades de las sociedades de los países hegemónicos en el mundo capitalista, porque ellos son formaciones sociales concretas diferentes, con historias distintas, y porque ocupan una posición distinta, dominante, en la cadena de depredación del mundo capitalista. (COBOS, 2014, p.53).

Dentre os fatores apresentados por Cobos (2014) que constituem particularidades históricas da América Latina, destacam-se: a subsistência indígena; a urbanização acelerada; a industrialização tardia; a desindustrialização precoce; a autoconstrução maciça; os terrenos informais e o mercado imobiliário informal; o desemprego estrutural, a pobreza, e a informalidade; a baixa cidadania; as diversas posições governamentais antes do neoliberalismo; a violência urbana generalizada (COBOS, 2014). Assim como, em períodos anteriores às condições já colocadas, o

autor elenca: as relações estabelecidas pela colonização entre as sociedades dominantes e dominadas; as relações conflitivas com as novas estruturas sociais e econômicas impostas com as sociedades pré-existentes; as diferentes temporalidades dos processos ocorridos nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos; e as particularidades, geográficas, territoriais, e ambientais da região latino-americana (COBOS, 2014, p.38-39).

Ainda neste contexto, Cobos (2014) destaca o processo de financeirização do mercado imobiliário, e a tendência de terceirização da economia, com o setor de comércio e serviços tomando espaços na cidade antes ocupados por habitações. A procura pela inserção na rede global enfraquece o desenvolvimento de atividades produtivas em muitas cidades latino-americanas, que perdem a força que possuíam enquanto centros nacionais. Cobos coloca como essa dinâmica se traduz no espaço através da

> [...] terciarización de los usos del suelo en áreas integradas a la trama urbana donde se desarrollan los corredores terciarios reemplazando antiguas áreas de vivienda y desplazando a sus habitantes; y multiplicación de las concentraciones lineales o zonales de comercio en la vía pública y otras actividades informales, en particular sobre los ejes viales, los corredores terciarios y áreas e inmuebles de gran flujo de peatones y usuarios como centros comerciales, servicios públicos, oficinas gubernamentales, lugares de recreación, etc. (COBOS, 2014, p.45).

Este movimento associado à ascensão do capital privado e financeiro no mercado imobiliário ocasiona espacialidades especificas, segundo o autor. A busca pelas regiões periféricas para a construção de habitações sociais, por exemplo, ocasiona uma valorização geral das terras, tanto em um vetor periferia-centro, como centro-periferia, ocasionando possibilidades de especulação imobiliária em áreas intermediárias aos pontos de investimentos. Essa dinâmica se concretiza, também, nas novas políticas de revitalização dos centros urbanos. A ampla construção de torres corporativas no centro, de grandes centros comerciais e de serviços, na direção de terceirização da economia, assegura o aumento do valor da terra, ocasionando uma situação em que as camadas sociais menos abastadas são cada vez mais afastadas do mercado formal (COBOS, 2014).

O autor mexicano também coloca a condição da constituição de um mercado informal na cidade latino-americana como questão relevante. Boa parte da população vivendo em condições de renda insuficientes para a aquisição de habitação comercializada pelo mercado formal estimula a autoconstrução e

constituição de uma cidade externa aos parâmetros regularizados pelas condições institucionais e políticas. Esse panorama ratifica a condição de segregação sócio territorial, cujas raízes são reconhecidas no período de urbanização acelerada entre os anos 40 e 80. Acerca da desigualdade na distribuição espacial da população urbana latino-americana, seus principais vetores atuantes são, segundo o autor,

> [...] la desigualdad socio-económica creciente, la formación de rentas y el mercado del suelo [...] la ocupación irregular de la tierra y la autoconstrucción de viviendas localizadas en los terrenos menos construibles y poco atractivos para los promotores inmobiliarios y los sectores de ingresos medios y altos, los fraccionamientos de capas medias y altas mediante la producción por encargo (COBOS, 2012) y los valores ideológicos imperantes. (COBOS, 2014, p.47).

Frente a estas dinâmicas, Cobos (2014) mostra o planejamento perdendo seu poder de transformação no contexto da urbanização neoliberal. No padrão neoliberal de acumulação, as políticas que ancoram o livre fluxo internacional de capitais assumem o papel de reais protagonistas das dinâmicas urbanas em detrimento do planejamento (COBOS, 2014, p.51).

Assim, o planejamento urbano ancorado em um quadro institucional, que fortalece a escala local, se dissipa, e novas posturas de gestão urbana são constituídas e legitimadas a partir do enfraquecimento do Estado, do livre mercado e da livre iniciativa, como os meios de funcionamento da economia no território. As verticalidades atuam de forma a anular a garantia do espaço de todos, como já colocado pela perspectiva de Santos (2005). Há uma colagem do contexto global em escala local, sem que haja o devido ajuste das políticas, que, em associação aos movimentos de *rollback* e *rollout*, constituem quadros institucionais que reproduzem as demandas importadas aprofundando as trincheiras já indicadas.

2.3 AS LUZES TIMONEIRAS

O planejamento urbano neoliberal em escala global tem características claras e passíveis de amarração com empreendimentos de T&I, tendo em vista as características voltadas à atração de investimentos privados e de compreensão da cidade como empresa deste planejamento, e a sustentação, dos referidos

empreendimentos, no sistema Tripla Hélice. Dado o funcionamento da constituição da cidade segundo as políticas neoliberais e de produção do seu espaço, o planejamento urbano, enquanto formalização de tais dinâmicas, possui papel de destaque. Dessa forma, é relevante o entendimento de como se materializa o cenário urbano no Brasil e em Florianópolis, dadas as principais diretrizes e ideologias norteadoras do planejamento urbano, historicamente, assim como a forma como ele responde às principais diretrizes econômicas vigentes.

É relevante para a articulação entre economia, cidade e planejamento urbano, o período a partir do início da industrialização no Brasil, nos anos 30 e 40. A urbanização brasileira foi se estabelecendo com bases em um Estado proativo nos investimentos, calcada em uma constituição territorial norteada a partir do fortalecimento de São Paulo como o mais importante polo industrial-econômico nacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Concomitante a essa dinâmica, as infraestruturas foram construídas a partir da lógica de localização litorânea consolidada no Brasil colônia, sucedida por ensaios morfologicamente radiais, sendo São Paulo ainda estruturalmente imprescindível à lógica de urbanização estabelecida (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Essa organização ocasionou grandes vazios urbanos que ainda hoje são encontrados no território nacional.

Na década de 50, o Plano de Metas de Jucelino Kubitchek estabeleceu uma lógica desenvolvimentista em seu governo, e essa postura é reconhecida também no planejamento urbano e nos direcionamentos da urbanização até a liberalização da economia brasileira nos anos 90. O território brasileiro se reorganizou em um esforço de interiorização da urbanização liderado pela construção da capital Brasília, finalizada em 1960 (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Na indústria, uma das principais políticas foi o foco na indústria automobilística, o que também iniciou os direcionamentos rodoviaristas das intervenções urbanas.

Cobos (2014), ao elucidar os valores ideológicos correntes no processo de urbanização acelerada sofrido na América Latina entre os anos 40 e 80, indica o aumento do uso do automóvel individual. As políticas de incentivo à esta indústria em alguns países latino-americanos, o aumento da individualização das formas de vida, associados a um contexto de aumento da violência urbana, agravou o cenário particular da região em questão.

Neste período, tem destaque a corrente do urbanismo modernista, cujo principal expoente foi Le Corbusier, como a primeira grande ideologia de configuração da cidade adotada no Brasil a qual enfatizava também o uso do automóvel, e interpretava a cidade como uma grande máquina. A exemplo de Brasília, tal corrente foi o caráter norteador das intervenções no espaço, em um período em que a expansão da urbanização compreendia um dos principais pilares das agendas governamentais. O urbanista Lúcio Costa, idealizador do plano de urbanização de Brasília, assim como Oscar Niemeyer, responsável pelas principais obras arquitetônicas da cidade, declararam diversas vezes suas influências e referências nos projetos e conceitos de Le Corbusier (PEREIRA, 2010).

Já na década de 60, tem destaque o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), consolidado a partir do Seminário de Habitação e Reforma Urbana: o homem, sua casa sua cidade, em 1963. O MNRU compreendeu a articulação de arquitetos e urbanistas com base popular e que compreendia, segundo Rolnik (2012),

> A luta pelo direito à cidade – e pelo direito à moradia, um de seus componentes centrais – emergiu como contraposição a um modelo de urbanização excludente e espoliativo, que, ao longo de décadas de urbanização acelerada, absorveu em poucas e grandes cidades. (ROLNIK 2012, p. 88).

A base popular é vinculada ao contexto de crise ocasionado pelo intenso êxodo rural, que ocasionou na falta por moradia e em condições precárias de habitação nas cidades brasileiras. Entretanto, o MNRU teve seu processo interrompido pelo Golpe Militar de 1964, sendo sua conquista mais representativa, já no período de redemocratização, a primeira menção à política urbana na Constituição de 1988, nos artigos n°182 e 183, que se embasam na “função social da propriedade urbana”.

A partir da metade da década de 60, os governos militares impuseram condições ideológicas e práticas bastante claras às cidades brasileiras. Durante este período, manteve-se o esforço de interiorização da urbanização brasileira, a partir da exploração do caráter regional dos investimentos no país, a exemplo da criação das superintendências de desenvolvimento regional como SUDENE, SUDAM e

SUDECO (VAINER, 2007). A economia possuía foco no mercado interno, fortalecendo as grandes empresas estatais. Dessa forma, destacam-se também os grandes investimentos em infraestruturas, com destaque para as grandes rodovias, e para os Grandes Projetos de Investimento (GPIs) de empresas do setor petroquímico, elétrico e siderúrgico, ainda no âmbito estatal (VAINER, 2007).

Acerca da institucionalização do planejamento urbano, no período, é relevante o Serviço Nacional de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado em 1964, responsável por diversos planos de desenvolvimento urbano no país (RIZZO, 1993). Também os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) norteavam as políticas de urbanização e planejamento urbano no país, a partir de um sistema tecnocrático e altamente centralizador, cujos impactos na capital catarinense são mais bem destrinchados na seção 3.2. Como impacto das políticas de centralização do Estado no período militar, também tem como reflexo a chegada da Eletrosul e a conformação da Telesc, em Florianópolis, entidades cruciais ao desenvolvimento urbano e do setor de T&I, melhor especificadas em capítulo a frente do trabalho.

Essa conjuntura de gestão e urbanização esteve associada ao quadro teórico do urbanismo mundial de forma direta. A crença nos processos industriais como o fordismo, no pós-guerra, suplantou a ideia da cidade-máquina ancorada urbanismo modernista de forma definitiva no Brasil (RIZZO, 1993). Esta direção no planejamento urbano tecnocrático se associava às políticas do Estado desenvolvimentista nacionalista dos governos militares, estabelecendo uma relação de duplo fortalecimento. Os instrumentos explorados pelo planejamento garantiam a maximização dos lucros através das propostas de altas verticalizações, apoiadas na construção civil, e do reforço da indústria automobilística através do planejamento direcionado e desenhado para o automóvel, com destaque para as políticas econômicas de fortalecimento do mercado interno que caracterizaram o período até a redemocratização no final dos anos 80.

No contexto internacional, Harvey (1996) elucida a tendência da administração urbana após a crise de 1973. O autor conclui que “a transformação que a administração urbana sofreu nas últimas duas décadas teve consideráveis implicações e raízes macroeconômicas.” (HARVEY, 1996, p.50), em alusão às prescrições neoliberais e reestruturação da economia a partir do final dos anos 70 em nível global. O autor chama as mudanças encontradas de um afastamento do

“gerenciamento urbano”, a postura que guiava as administrações até a década de 70, e uma guinada em favor de uma postura que chama de “empresariamento urbano”.

O empresariamento é apontado pelo autor como as transformações adotadas pelas administrações urbanas a fim de buscar novas formas de acabar com a condição de empobrecimento das instituições públicas, no contexto da recessão na década de 70. Harvey (1996) investiga o Colóquio de Orléans como evento que evidenciou as tendências mundiais ao apontar o que o autor chama de “um grande consenso” (HARVEY, 1996, p.49), o qual ditava uma postura mais empreendedora e aberta dos governos. Essa postura mais aberta seria um reflexo da queda do Estado-nação como controlador do fluxo monetário multinacional “de maneira que os investimentos tomam cada vez mais a forma de uma negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais.” (HARVEY, 1996, p.50).

Entretanto, somente a partir da década de 90, institui-se definitivamente o quadro do neoliberalismo em nível mundial, e da liberalização da economia no Brasil, com o aumento do poder de instituições como o FMI e o Banco Mundial a partir da assinatura do acordo com o FMI em 1983 (RIZZO, 2013, p.100). O planejamento volta-se, então, a legitimar as políticas neoliberais indicadas por Harvey (1996), como que tornadas em instrumentos imprescindíveis a sua manutenção,

> Por sua própria natureza, projetam sobre os espaços locais e regionais interesses quase sempre globais, o que faz deles eventos que são globais-locais – ou, para usar a feliz expressão cunhada por Swyngedouw (1997), *glocalizados*. (VAINER, 2007, p.11).

O contexto de competição interurbana que se coloca na escala mundial é um elemento de importante apreensão. A condição das cidades como entes competitivos, assim como as empresas, é elementar para as práticas e instrumentos reconhecidos na nova postura de gestão. Harvey (1996) indica quatro caminhos em que o empresariamento se ancora, e ressalta que é a combinação deles que acelera o desenvolvimento desigual dos sistemas urbanos capitalistas.

O primeiro caminho consiste na exploração das vantagens específicas das cidades, sendo vantagens naturais ou criadas pelos investimentos. As cidades com

riquezas naturais, ou cujos investimentos em tecnologia estimulam a criação de novos produtos, são alguns exemplos, esse caminho é associado à cidade de Florianópolis no capítulo 5 do presente trabalho. A segunda opção seria e exploração do mercado de consumo como diferencial de competitividade, com investimentos voltados a atrair um público de consumo, sendo ele sob o rótulo de turístico, de terceira idade, e outros. A terceira opção consiste na busca das cidades por uma posição central no controle das transações financeiras e mercado de ações. Através desse controle, a cidade assume uma posição de comando na rede global de cidades, e assume conotações de cidade pós-industrial e cidade-informação. Por último, seria opção de empresariamento urbano apoiada no controle da redistribuição de excedentes no território, tanto por parte dos governos centrais, quanto por parte do capital privado de forma a controlar a concentração de riquezas.

Sendo assim, as parcerias público-privadas são outro instrumento característico do empresariamento urbano, segundo Harvey (1996). Esse instrumento é o meio para a atração de investimentos para a cidade, e auxilia o administrador urbano em seu papel. As parcerias auxiliam as cidades na atração de financiamentos externos, na geração de empregos, e no desenvolvimento econômico a partir de empreendimentos imobiliários colocados de forma pontual no espaço (HARVEY, 1996).

A partir das parcerias com o capital privado, a utilização dos grandes projetos urbanos torna-se um instrumento com grande potencial de promoção da cidade no mercado competitivo. Essas grandes demonstrações da capacidade de atração de investimentos têm papel elementar para o contexto de competição interurbana que se coloca. Além disso, segundo Harvey (1996), os projetos são uma forma de distração de atenção, e também de recursos, das demandas urbanas reais de escala local. Tal iniciativa é verificada tardiamente no contexto brasileiro, enquanto sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e das Olimpíadas em 2016 (VAINER, 2011; GARCIA *et al.* 2016).

Segundo Vainer (2007), a materialização da urbanização do Brasil a partir das prescrições do neoliberalismo apresenta um contexto de fragmentação territorial, cujas raízes estão nas transformações econômicas e de expansão do capitalismo periférico dependente no Brasil (VANER, 2007, p.09). A transposição dos conceitos agrava o contexto de segregação sócio territorial também indicada por Cobos

(2014). Em uma análise da capital paulista no panorama de expansão do capital financeiros global na cidade, Fix (2007) alerta que,

> [...] a afirmação contundente e fundamentada da necessidade de centros de comando, que têm por expressão física mesmo em uma era global digital [...] acaba por transformar-se em justificativa para a concentração de investimentos em determinadas regiões. No nosso caso, justifica metrópoles precárias, sem infraestrutura básica disponível para boa parte da população, recursos públicos sejam direcionados para a constituição das chamadas novas centralidades ou eixos de negócios. (FIX, 2007, p.165).

Assim, no contexto da cidade produzida a partir das diretrizes econômicas neoliberais, restam às porções da cidade negligenciadas pela administração pública, a justificativa da improdutividade de seus territórios, consolidando a segregação socioterritorial das cidades.

As diretrizes se transformam, partindo de um Estado centralizador dos projetos de infraestrutura, em associação às empresas públicas atuantes nos principais setores econômicos, para um Estado privatizador das grandes infraestruturas públicas, despontando, então, o capital privado como grande ator no processo de urbanização brasileiro (RIZZO, 1993; VAINER, 2007). As diretrizes do planejamento urbano, associadas a essa nova postura de gestão, são sintetizadas na perspectiva do planejamento urbano estratégico. Em seu conceito primário, o planejamento urbano estratégico se trata da transposição dos princípios do planejamento estratégico empresarial ao contexto da cidade (VAINER, 2007).

Os autores Castells e Borja (1996) foram grandes representantes dessa corrente de planejamento urbano e seus princípios. Para melhor esclarecimento das medidas relacionadas à implantação de um planejamento estratégico no âmbito urbano, os autores indicam que,

> Em primeiro lugar, a definição de um Projeto de Futuro só será eficaz se mobilizar, desde o seu momento inicial, os atores urbanos públicos e privados e concretizar-se em ações e medidas que possam começar a implementar-se de imediato. Somente assim, verificar-se-á a viabilidade do plano, gerar-se-á confiança entre os agentes que o promovem e poder-se-á construir um consenso público que derive numa cultura cívica e num patriotismo de cidade. Esta será a principal força de um plano estratégico. (CASTELLS; BORJA, 1996, p.158).

Particular a essa linha teórica de planejamento, figura a exploração da imagem da cidade, tanto interna ao território nacional, quanto projetada no exterior. O Plano Estratégico questiona o governo local "suas competências e suas organizações, seus mecanismos [...], sua imagem e sua presença internacionais [...]" (CASTELLS; BORJA, 1996, p.158). Assim, é indicada uma reforma política, que, em teoria, deve, ainda mais, direcionar as políticas públicas para o mercado, e procurar a diminuição do Estado.

De acordo com Vainer (2007), "a teoria das vantagens competitivas no território" (VAINER, 2007, p.17), adotada pelos planejadores urbanos mais recentemente no Brasil, configura, além de um território, também uma ideologia característica. No contexto neoliberal,

> o planejamento e o planejador devem ter em vista como favorecer a racionalidade própria ao mercado: na ordem do dia o planejamento orientado pelo e para o mercado – *market oriented planning* e *market friendly planning*. (VAINER, 2007, p.18).

Esse planejamento se volta para fora e estabelece relações verticais através do mercado entre o contexto nacional, internacional e o circuito produtivo. Nas cidades médias criam-se o que o autor chama de "ilhas de prosperidade" (VAINER 2007, p.19) fechadas para o espaço regional e nacional e promovidas pelas elites e pela mídia como as experiências de sucesso do país. Ao passo que nas cidades grandes, a política de coalizões age ideologicamente na direção de promoção de grandes projetos hegemônicos que superem os conflitos a partir do patriotismo cívico (VAINER, 2007).

A transposição desse conceito para o Brasil põe novamente em voga o urbanismo, no sentido de atualização das infraestruturas obsoletas existentes nas cidades, e provisão das condições gerais de produção demandadas pelos novos padrões tecnológicos (SANCHÉZ, 1999). A elaboração do Plano Estratégico do Rio de Janeiro em 1996 é representativa da experiência brasileira nesse sentido, sendo a sua constituição narrada por Vainer (1996), como uma associação de grupos de poder locais, direcionando o espaço urbano para melhor realização das transações financeiras necessárias ao desenvolvimento econômico. A constituição do planejamento urbano em Curitiba, calcado em estratégias de *city marketing*, com a criação de slogans como "Cidade Modelo" e "Cidade Ecológica", e da caracterização

do prefeito Jaime Lerner como gestor icônico, também são exemplos dos esforços de atração de investimentos embasados no planejamento estratégico das cidades.

Já nos anos 2000, devem-se destacar as conquistas representativas para o planejamento urbano nacional em termos jurídicos. A aprovação do da Lei nº 10.257, chamada Estatuto da Cidade, a qual definiu, pela primeira vez, as diretrizes da política urbana nacional, com base em objetivos e instrumentos de aplicação nas cidades como meios de regulação do desenvolvimento urbano. Um destes instrumentos é o plano diretor municipal, para o qual houve a definição de um prazo de cinco anos para sua atualização, bem como a determinação obrigatória da participação popular neste processo, cujos desdobramentos são indicados na investigação do processo na capital catarinense. Ainda, destaca-se a criação do Ministério das Cidades em 2003, com a formação e um campo técnico de profissionais ligados ao MNRU, como forma de acompanhamento dos novos andamentos delineados para o planejamento e gestão das cidades.

No que se refere à política urbana, também a partir deste período, Rolnik e Klink (2011) colocam o contexto brasileiro de urbanização direcionado a novos caminhos, dada a suposta superação da ascensão dominante dos paradigmas neoliberais. A adoção de políticas econômicas novamente voltadas ao mercado interno, e sua aliança a políticas de inclusão social, bem como grandes programas cujos temas centrais se debruçavam sobre a cidade, indicavam uma nova frente ao desenvolvimento das cidades alavancado por demandas internas. Dentre os esforços característicos do período pode-se indicar o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual representou esforços na direção da urbanização de áreas de favelas, até então ignoradas pelos programas estatais de infraestrutura. Tais regiões, dominadas pelo mercado informal, também passar a ser determinadas como Zonas Especiais de Interesse Especial (ZEIS), definidas pelo plano diretor municipal, com leis específicas de implementação, onde seriam determinadas áreas prioritárias para implantação de habitação de interesse social.

No sentido de análise mais aprofundada dos resultados destes direcionamentos, tomando os anos de 1991, 2000 e 2008 como base, o estudo de

Rolnik e Klink (2011) avalia as condições de adequação de infraestrutura urbana dos domicílios brasileiros, obtendo as porcentagens de 22,74%, 33% e 45,63% (projeção), respectivamente. Contudo, em análise qualitativa e quantitativa, o quadro de urbanização no país não apontou novos resultados. As melhores condições ainda foram encontradas nas regiões sudeste e sul, havendo melhoramento apenas com relação à região centro-oeste, o que ocorre, segundo a autora, porque "a desigualdade socioespacial tem uma clara expressão regional, mas tem também uma dimensão intraurbana persistente no modelo de desenvolvimento urbano do país." (ROLNIK; KLINK, 2011, p. 11).

Na conclusão do estudo, os autores pontuam no atual quadro do planejamento urbano brasileiro, os riscos associados à municipalização da sua jurisdição, determinada pelo Estatuto da Cidade. A cidade passa a ser inserida como lugar de competição eleitoral e como instrumento de pleiteio para o financiamento de campanhas políticas:

> O controle de postos-chave na máquina estatal em condições de interferir nas regras de contratação de serviços e obras, assim como a garantia de um fluxo de recursos para alimentar esta máquina podem responder a esta dupla função: de provocar possíveis retornos eleitorais positivos por parte dos beneficiários diretos das obras e serviços, e de recepção de possíveis prêmios por parte dos contratistas sob a forma de contribuições para custear campanhas. (ROLNIK; KLINK, 2011, p.18).

Dessa forma, as condições de infraestrutura urbana da cidade brasileira ainda são um ponto sensível e passível de relações políticas clientelistas, as quais são registradas desde os GPI dos governos militares. Tendo em vista a atual proporção, de aproximadamente 85% da população brasileira vivendo em cidades, tais condições ainda concentram a atenção dos governantes e da população, se constituindo atualmente em pontos de saturação e de comprometimento da qualidade de vida (IBGE EDUCA, c2019; FIGUEIREDO, 2016).

O foco nas infraestruturas urbanas, especialmente presente no contexto brasileiro, e a permanência da competição entre cidades em nível global, evidenciam, então, como um novo paradigma para a cidade neoliberal as cidades inteligentes. Segundo Neirotti *et al.* (2014) o conceito de cidades inteligentes aparece em resposta a um cenário específico:

> Population growth and increased urbanization raise a variety of technical, social, economic and organizational problems that tend to jeopardize the

> economic and environmental sustainability of cities. The rapid growth faced by several cities has generated traffic congestion, pollution and increasing social. In this context, a debate has emerged on the way new technology-based solutions, as well as new approaches to urban planning and living, can assure future viability and prosperity in metropolitan areas.[12] (NEIROTTI *et al.*, 2014, p.25).

Contudo, não há uma definição única sobre o que caracteriza ou não uma cidade inteligente. De forma geral, a utilização da Tecnologia da Informação e da Comunicação são fatores relevantes para o seu planejamento e funcionamento. O papel da utilização de tais instrumentos, segundo o mesmo autor,

> [...] is the same one that these Technologies have in organizations and that has been largely described in Information Systems literature and organization studies: improving productivity (i.e. output divided input) through automatic routine processes and by powering managers, decision-making, planning and control activities.[13] (NEIROTTI *et al.*, 2014, p.26).

A ideia de uma cidade inteligente, portanto, está repetidamente associada ao entendimento da cidade enquanto uma organização empresarial, aspecto sob o qual se aproxima da corrente do planejamento estratégico. As primeiras iniciativas identificadas como cidades inteligentes (*smart cities*) foram iniciativas de capital privado, realizadas em associações de empresas de tecnologia e incorporadoras imobiliárias (FIGUEIREDO, 2016). Este conceito trata-se da concepção da associação das atividades tecnológicas e inovativas ao planejamento urbano, essencialmente. É por meio do desenvolvimento de práticas, investimentos, de uma organização de empreendedores e do governo local, que a inovação pode ser aplicada ao contexto urbano de forma a buscar alternativas aos contextos de mobilidade urbana, infraestruturas e utilização dos recursos das cidades para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores (NEIROTTI *et al.*, 2014).

---

[12] O crescimento populacional e o aumento da urbanização levantam uma variedade de problemas técnicos, sociais, econômicos e organizacionais que tendem a comprometer a sustentabilidade econômica e ambiental das cidades. O rápido crescimento enfrentado por várias cidades gerou congestionamento de tráfego, poluição e aumento do nível social. Neste contexto, surgiu um debate sobre o modo como as novas soluções baseadas em tecnologia, bem como novas abordagens para o planejamento e a vida urbanos, podem assegurar a viabilidade e a prosperidade futuras nas áreas metropolitanas.

[13] [...] é o mesmo que essas tecnologias têm nas organizações e que tem sido amplamente descrito na literatura de Sistemas de Informação e estudos organizacionais: melhorando a produtividade (ou seja, o produto dividido) por meio de processos rotineiros automáticos e alimentando os gerentes, as atividades de tomada de decisões, planejamento e controle. (tradução própria)

Segundo Neirotti *et al.* (2014), de forma geral, pode-se sistematizar o âmbito de atuação para a conformação de cidades inteligentes em domínios rígidos e domínios suaves. Dentre os primeiros, podem ser elencados iluminação pública, rede de fornecimento de energia e água, mobilidade e transporte, segurança pública, e prédios residenciais e corporativos; dentre os domínios suaves, estão descritos a educação e cultura, economia, inclusão social e bem-estar social. Tem destaque as especificações colocadas para os dois últimos fatores:

> [...]
> Making tools available to reduce barriers in social learning and participation, improving the quality of life, especially for the elder and disabled. Implementing social policies to attract and retain talented people;
> [...]
> Facilitating innovation, entrepreneurship and integrating the city in national and global markets.[14] (NEIROTTI *et al.,* 2014, p.27).

Duas questões se destacam nestes apontamentos, a primeira concerne à desigualdade social presente nas cidades de economia periférica, como já indicado, uma vez que a inclusão social colocada não se refere à classe social, e sim à condição social do individuo, enquanto idoso, ou portador de necessidades especiais. Da mesma forma, o segundo aspecto se relaciona fortemente à ideia do planejamento urbano estratégico. O autor ainda pontua que, pelo fato de que tais fatores serem pertinentes ao âmbito do domínio suave, no qual o uso da tecnologia e inovação é restrito, nestes casos as políticas de inclusão social "are not characterised by new technology deployment but rather by public interventions aimed at creating the right societal and institutional conditions[15]" (NEIROTTI *et al*., 214, p.27).

Entretanto, a relação hierárquica em que se situam os poderes de decisão na cidade brasileira se mostram fatores decisivos para as decisões de urbanização, como já demonstrado. A estrutura política e suas coalizões condicionam a configuração urbana, bem como o planejamento urbano, que se apresenta no Brasil, configurando as horizontalidades agentes na escala local.

---

[14] (…) Disponibilizar ferramentas para reduzir barreiras na aprendizagem e participação social, melhorando a qualidade de vida, especialmente para idosos e deficientes. Implementar políticas sociais para atrair e reter talentos; (…) Facilitar a inovação, o empreendedorismo e integrar a cidade nos mercados nacional e global. (tradução própria)

[15] [...] não se caracterizam pela implantação de novas tecnologias, mas sim por intervenções públicas destinadas a criar as condições sociais e institucionais corretas. (tradução própria)

> Hoje, a desconstituição parece atualizar-se numa espécie de conformada aceitação da fragmentação territorial que consagra a acomodação subordinada às formas contemporâneas da globalização. A contrapartida ou compensação parece ser bastante magra: uma integração continental que, a cada momento, se mostra condenada a levar adiante apenas e simplesmente a criação de espaços mercantis adequados às novas escalas e dinâmicas espaciais dos capitais transnacionais presentes [...]. (VAINER, 2007, p.10).

A trajetória histórica demonstra as particularidades do quadro local em relação ao contexto global. Economicamente, referente aos direcionamentos que indicaram a transição do Estado desenvolvimentista para o Estado mínimo neoliberal nos países periféricos comprometendo o quadro de urbanização do país, que ratificou um quadro fragmentado. Politicamente, pelo peso das horizontalidades traduzidas, muitas vezes, nas oligarquias e grupos de poder interferindo no planejamento urbano brasileiro, mesmo frente às tentativas mais recentes de institucionalização da política urbana. No fenômeno do acontecer hierárquico na escala local, a importação de modelos visa a uma reprodução que não considera a especificidades locais, resultando em um simulacro muito diferente do arquétipo em que se espelha.

3 ENTRE ACASO E INTENÇÃO: O PALANQUE DO SETOR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A articulação entre a integração global do setor de T&I e as materializações na escala local têm, no intermédio da instância governamental, institucional e jurídica do Estado neoliberal, um aliado. A organização política, o planejamento econômico, e o arcabouço legislativo de incentivo, são meios relevantes na busca pela integração das economias periféricas ao sistema global e à divisão internacional do trabalho por ele imposta.

O setor econômico da T&I possui as raízes do seu desenvolvimento nas políticas federais de consolidação do mercado interno ainda no período da ditadura militar, e sofreu mudanças relevantes a partir da abertura econômica iniciada nos anos 90. A sua conexão com as políticas nacionais de desenvolvimento fez com que seus resultados na economia nacional se alterassem, em termos de geração de riquezas, tecnologia e empregabilidade, e sua função fosse reestabelecida em meio às entidades com as quais se relaciona, como a universidade e o capital privado.

Da mesma forma, é possível delinear no planejamento urbano, a partir das diferentes políticas econômicas e posturas de intervenção do Estado, como a implantação do setor na cidade é abarcada. Frente ao planejamento urbano tecnocrático, instrumentos pouco flexíveis, essencialmente caracterizados pelo zoneamento urbano, foram o meio mais direto para a implantação do setor. Da mesma forma, ao passo que se delineiam diretrizes do planejamento estratégico, os planos de desenvolvimento sustentável calcados em alianças locais e ideários de *city marke*ting se traduzem nas novas ferramentas utilizadas.

Nesse sentido, o presente capítulo objetiva caracterizar de que forma o poder público, legitimou o crescimento do setor de T&I por meio de políticas econômicas e legislações de incentivo no cenário nacional, estadual, e municipal, e quais outros atores foram eventualmente envolvidos neste processo.

Da mesma forma, foram investigadas as iniciativas refletidas na legislação urbana e nos planos de desenvolvimento urbano e econômico, como instrumentos para a apreensão desta atuação e de seus impactos na regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano.

3.1 AS INSTITUIÇÕES ORGANIZADAS E O PÚLPITO DO DESENVOLVIMENTO

O Brasil vem configurando, desde os anos 2000, um cenário importante de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor de tecnologia e inovação (VIEIRA, 1995). Têm destaque, as iniciativas federais que se desdobraram em incentivos fiscais e garantias legislativas de arranjos institucionais e financeiros que beneficiam articulação do sistema Tripla Hélice.

Para a interpretação da postura do Estado brasileiro em relação à política de desenvolvimento econômico, que auxiliou o desenvolvimento deste setor econômico, se faz necessária a descrição de uma trajetória cronológica. Essa trajetória segundo Vieira (1995) tem início em 1959 com a Lei nº 3.683 a qual "Concede isenção de direitos para importação de peças e materiais destinados à fabricação, no país, de centrais telefônicas automáticas para serviços públicos." (BRASIL, 1959). A isenção de impostos para a importação de peças configurou um estimulo ao desenvolvimento das atividades industriais ligadas ao setor de telecomunicações, atraindo empresas como Siemens do Brasil e Ericsson do Brasil (VIEIRA, 1995) para o país, configurando o setor de telecomunicações como o primeiro passo do setor de tecnologia.

As iniciativas de nacionalização do setor de serviços públicos foram massivas nos anos subsequentes, durante os governos militares. Além das políticas de substituição de importações previstas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), a nacionalização do setor de telecomunicações e sua definição como setor estratégico para a economia nacional, durante a ditadura, foram essenciais ao desenvolvimento do setor em estudo em instância nacional e também em Florianópolis. A criação do Plano de Nacionalização da Indústria de Equipamentos Telefônicos em 1960, do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) em 1963 e da Embratel em 1965 são exemplos representativos desses esforços.

O aparato legislativo na direção e renovação das redes de telefonia, o Plano de Padronização, e a implementação da automatização no serviço por parte do Contel, garantiu que a inovação estivesse atrelada a este serviço diretamente. O desenvolvimento das novas tecnologias em instância nacional, como diretriz já

mencionada, foi reforçado com a criação da Telebrás e do CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás), o qual tinha como princípio a incorporação de tecnologias estrangeiras, assim como a criação de tecnologia para o desenvolvimento do setor em território nacional (VIEIRA, 1995). Atualmente, após a privatização do CPqD, destaca-se a sua atuação em diferentes mercados, dentre os quais consta o âmbito das cidades inteligentes (CPQD, [201-?]).

A indústria de informática também teve diretrizes previstas em nível de planejamento nacional. Há citação direta acerca do setor no II PND da década de 70, no que se refere à produção de equipamentos eletrônicos, microeletrônicos e de alta densidade tecnológica (VIEIRA, 1995), como caracterização das iniciativas de substituição de importações, também neste setor industrial. Destaca-se como institucionalização dessas iniciativas, a criação da Secretaria Especial de Informática (SEI) e da Política Nacional de Informática em 1979, a qual estabelecia diretrizes específicas de desenvolvimento, assim como a criação do Conselho Nacional de Informática (CONIN) em 1984. Os princípios diretos estabelecidos elencavam, novamente, o desenvolvimento de tecnologias em nível nacional, e a importação de tecnologias estrangeiras somente quando nenhuma empresa nacional possuísse tal conhecimento (VIEIRA, 1995).

O forte caráter nacionalista das medidas incluía a associação das empresas nacionais aos laboratórios das universidades para a criação das tecnologias e das inovações demandadas pelo setor. Nos anos 60 e 70, dois equipamentos urbanos trouxeram novas variáveis que exemplificam essa vinculação na capital catarinense: a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) (RIZZO, 2013). Rizzo (2013) coloca como a formacão de um quadro de qualificação dos profissionais atuantes nas universidades, associado ao desenvolvimento da Escola de Engenharia, e suas primeiras associações com indústrias no estado, configuraram o panorama embrionário ao desenvolvimento do setor de T&I na cidade, melhor destrinchado em seção subsequente.

Ainda neste período, é relevante a conformação, em âmbito estatal, de dois órgãos que se relacionam o setor produtivo em estudo, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), sendo a Finep formada a partir de um dos fundos financeiros do primeiro (BASTOS,

2012). O BNDES, criado em 1952, atuando como principal órgão de financiamento nacional teve papel central inclusive nas primeiras políticas habitacionais brasileiras, além de diversas linhas de concessão de crédito voltadas aos principais setores produtivos do país (BNDES, [201-]). Já a Finep, criada em 1967, estruturou como uma de suas linhas principais de atuação a exploração do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) como forma de "apoiar a capacitação científica e tecnológica de universidades e centros de pesquisa em todo o território nacional" (FINEP, [201-]). Segundo Bastos (2012), a partir do final dos anos 70, a Finep "passou a contemplar explicitamente o apoio à capacitação tecnológica de empresas, por meio do programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Empresa Nacional (ADTEN), em 1976." (BASTOS, 2012, p.131).

Os anos 80 foram caracterizados pela forte crise econômica em nível internacional, como já citado. Segundo a Associação Latino Americana de Gestão Tecnológica (ALTEC) um dos motivos da dificuldade de inserção dos países latino-americanos nos mercados internacionais, era a falta de tecnologia do processo produtivo e do produto final. Dessa forma, a política para estímulo ao desenvolvimento de tecnologia, dada a crise, foi o fomento às empresas e ao capital privado direcionado para tal,

> A situação de crise fez com que o governo brasileiro deixasse de ser o principal financiador do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, passando a estimular (através de garantias fiscais, de infraestrutura, e outros) as empresas a investir capital no desenvolvimento tecnológico principalmente em projetos desenvolvidos em universidades. (SELL, 1995, p.63).

A abertura econômica dos anos 90 estabeleceu novas diretrizes com a desregulamentação e direcionamento ao mercado externo. As políticas de consolidação da produção nacional cederam, definitivamente, espaço ao aumento das importações nos setores de informática e de telecomunicações, ocasionando um quadro de demissões de recursos humanos ligados a essas áreas. Segundo Vieira (1995),

> No caso específico das indústrias estudadas, a recessão provocada pela falta de investimento no setor de telecomunicações repercutiu

> transformando as empresas de alta tecnologia locais de fornecedoras do setor público a fornecedoras do setor privado [...] (VIEIRA, 1995, p.20).

A postura, a partir do governo Collor, iniciou um processo distinto do que conformou o setor no país, que teve como um dos pilares a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), lançada em 1991 (BASTOS, 2012). Segundo Bastos (2012),

> [...] começava a ser esboçado, no âmbito do arranjo legal-institucional da inovação, um maior foco na empresa, na importância do mercado e do setor produtivo para a inovação e em sua importância para a competitividade da economia. (BASTOS, 2012, p.131).

O novo arranjo institucional estabelecia o foco na empresa privada, ainda com destaque para a importância do setor de inovação para a competitividade e desenvolvimento econômico nacional, mas enfraquecia o estímulo à pesquisa visto nas décadas anteriores que potencializava a instância estatal no pacto economia-academia. Nesse sentido, a partir dos anos 90, os Programas de Desenvolvimento Tecnológico da Indústria (PDTI) cediam incentivos fiscais às empresas privadas, como estímulo indireto à inovação tecnológica (BASTOS, 2012; BORTOLOTO, 2003). Nesse contexto tem destaque a criação da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec) em 1987, no sentido envolvimento com as primeiras aglomerações produtivas ligadas ao setor (ANPROTEC, [201-?]b).

Segundo Bastos (2012) os Fundos Nacionais de Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação (FNDTI) estabeleceram novas características relevantes, como a vinculação de tributos, o estímulo à inovação quase que exclusivamente no setor produtivo, e o recorte setorial no estabelecimento das políticas, a exemplo dos fundos de financiamento setoriais. Destaca-se que os incentivos fiscais para as empresas se mostraram vinculados aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), o que, segundo Audrestch (1997), é de vital importância para a sinergia estabelecida no arranjo produtivo da inovação.

Em 2004, então com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), destacam-se alguns esforços concisos de desenvolvimento do setor, principalmente, na instância legislativa. A Lei de Inovação (Lei 10.973/04) e a Lei do Bem (Lei 11.196/05) têm destaque, sendo a primeira um incentivo fiscal na proporção do investimento em P&D realizado pela empresa. Já a chamada Lei do

Bem regulamenta, dentre outros, o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação (REPES), o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), o Programa de Inclusão Digital, e o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (chamado de Simples). Com relação à contribuição de impostos, estão abarcados pela Lei do Bem o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Quanto aos incentivos à inovação tecnológica indicados, constam a redução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IPRJ) e IPI de empresas que comprovem tal atividade; a redução na alíquota de imposto para remessas ao exterior que se relacionem ao registro de patentes; e a subvenção, por meio das agências de fomento, aos pesquisadores empregados no desenvolvimento de tecnologia e inovação, em até 60% (BRASIL, 2004). É relevante a consideração das regiões nas previsões legislativas do período, a Lei do Bem, por exemplo, indica em um de seus capítulos o incentivo especial às empresas que se instalem nas microrregiões antes caracterizadas pelas superintendências SUDAM e SUDENE. Os incentivos fiscais para tais áreas chegam, por exemplo, à redução de 75% do IRPJ (BRASIL, 2004).

Neste momento destaca-se a desvinculação dos fundos setoriais aos setores originais com a regulamentação do FNCT pela Lei nº 11.540 de 2007. A regulamentação previu que 50% dos fundos apenas estariam vinculados aos seus setores de origem, e creditou as decisões de cessão de financiamento a um Conselho Diretor e Comitês Gestores (BASTOS, 2012). Ainda relativo aos créditos cedidos, os financiamentos não reembolsáveis são indicativos expressivos do desenvolvimento desejável do setor, ainda hoje, destacam-se os financiamentos desse caráter como SEBRATEC, Funtec (BNDES) e financiamentos da Finep (GOUVEA, 2019).

Em 2008, é relevante a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) como revisão da política industrial nacional, a qual propõe direcionamentos vinculados à PICTE, ainda reforçando a abertura econômica, o estímulo ao capital privado e ao setor secundário com foco na competitividade. A PDP estabelece os incentivos

fiscais como principais medidas de incentivo, com definição clara dos setores estratégicos a serem fomentados. Com relação à inovação, a interpretação do PDP da DIEESE, propõe dentre os principais desafios da sua implementação “Elevar a capacidade de inovação das empresas brasileiras, indispensável para agregar valor aos produtos nacionais, ampliar a competitividade das empresas no mercado doméstico e fortalecer a inserção externa do país;” (DIEESE, 2008; BASTOS, 2012).

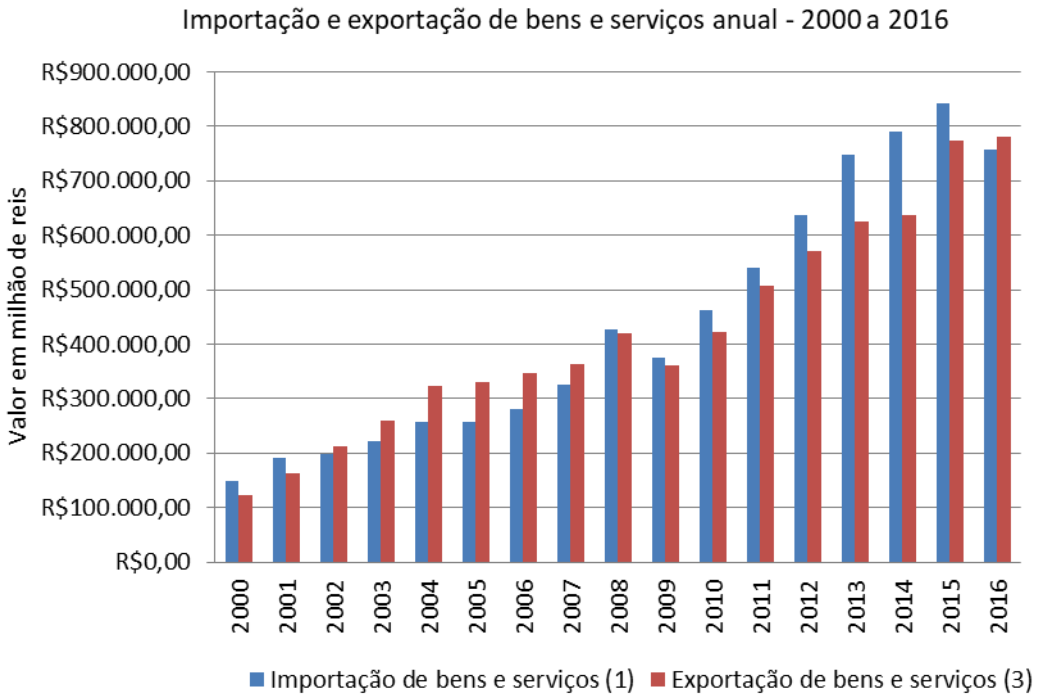
Já em 2016, outro marco jurídico é relevante para o setor. A Lei nº 13.243 se relaciona, dentre outras, às determinações da Lei 10.973/2004 (Lei da Inovação) e procura, segundo o PPA (2016), “facilitar a interação universidade-empresa, a importação de insumos para pesquisas e a transferência tecnológica, além de estimular a inovação nas empresas.” (PPA, 2016, p.43). Neste mesmo ano, o PPA indicou o foco do governo federal no fomento aos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e previu um investimento total de R$ 628 milhões no setor (PPA, 2016).

Segundo Bastos (2012), o desempenho das instituições públicas neste processo de institucionalização, e o estímulo ao setor de tecnologia e à inovação na cadeia produtiva nacional, ainda se restringe à concessão de crédito, com poucos direcionamentos acerca de implantação de núcleos de P&D e de geração de resultados inovadores, além da baixa transparência e controle dos resultados advindos dos investimentos públicos (BASTOS, 2012). Destaca-se a recorrência das políticas de exportação nos planos econômicos a partir de 1990, onde os estímulos e incentivos são, de forma recorrente, relacionados às relações com o mercado externo propostas pelas empresas.

Nesse sentido, o

Gráfico 1 analisa a importação e exportação de bens e serviços do Brasil no período de 2000 a 2016.

Gráfico 1 - Importação e exportação de bens e serviços no Brasil em série histórica 2010 – 2016



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Elaboração: própria.
(1) Importação de bens e serviços líquida de ajuste CIF/FOB. (2) Na série 2000 a 2009 os impostos sobre produtos e os subsídios sobre produtos são apresentados de forma agregada. (3) A partir de 2010 a exportação de bens e serviços está acrescida de ajuste CIF/FOB.

O

Gráfico 1 indica que a exportação foi maior no período de 2002 a 2007. Destaca-se que, a partir de 2008, em que é reforçada a vinculação da PDP com a PITCE, a importação de bens e serviços passa a aumentar, com destaque para 2013 em que o número foi superior em 13%.

É importante caracterizar o setor de T&I em termos quantitativos, para que seja delineada sua expressividade econômica em escala nacional, e, posteriormente, nos recortes pertinentes em escala local. Primeiramente, destaca-se que o setor de T&I não possui delimitação própria nas classificações dos bancos de

dados Produto Interno Bruto (PIB), ou da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Sua distribuição, no que se refere a ambos, consta como interna ao setor de Serviços.

Com relação à composição do PIB, segundo as atividades econômicas, o período analisado é de 2010 a 2016. O PIB brasileiro é dividido em três grandes categorias Agropecuária, Indústria, e Serviços e, dentro deste último, por vezes destaca-se uma análise particular à Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, em virtude da sua expressividade no PIB municipal (IBGE, [201-]a). Ainda internas ao setor de Serviços, constam as categorias Serviços prestados principalmente às famílias; Serviços de informação e comunicação; Serviços profissionais, administrativos e complementares; Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio; Atividades imobiliárias; Serviços de manutenção e reparação; e Outras atividades de serviços, as quais estão alinhadas com a estrutura da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Dentre as atividades econômicas elencadas, foram analisadas a seção de Serviços de informação e comunicação (J) [16] e a seção Atividades científicas, profissionais e técnicas (M) [17] da CNAE, com base no estudo de Santos (2017), como relacionadas aos serviços ligados à T&I.

A Tabela 1 indica a contribuição do setor de Serviços para o PIB nacional, bem como das seções das CNAE indicadas para o setor de Serviços.

Tabela 1 - Contribuição do setor de Serviços no PIB nacional em série histórica 2010-2016

Seção de atividades econômicas da CNAE 2.0	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
% Serviços no PIB Total	68%	68%	69%	70%	71%	72%	73%
% Seção J no PIB Total	6%	5%	5%	5%	5%	5%	5%

[16] Esta seção compreende as atividades de criação e colocação de produtos com conteúdo de informação em mídias que possibilitam a sua disseminação; as atividades de transmissão desses produtos por sinais analógicos ou digitais (através de meios eletrônicos, sem fio, óticos ou outros meios); e as atividades de provisão dos serviços e/ou operação de infraestrutura que possibilitam a transmissão e o armazenamento desses produtos (IBGE, c2019b).

[17] Esta seção compreende as atividades especializadas profissionais, científicas e técnicas. Estas atividades requerem uma formação profissional específica normalmente com elevado nível de qualificação e treinamento (em geral educação universitária). O conhecimento especializado (expertise) é o principal elemento colocado à disposição do cliente (IBGE, c2019c).

% Seção M no PIB Total	6%	6%	6%	6%	6%	5%	5%
% de Serviços ligados à Tecnologia e Inovação do PIB Total	11%	11%	11%	11%	10%	10%	10%

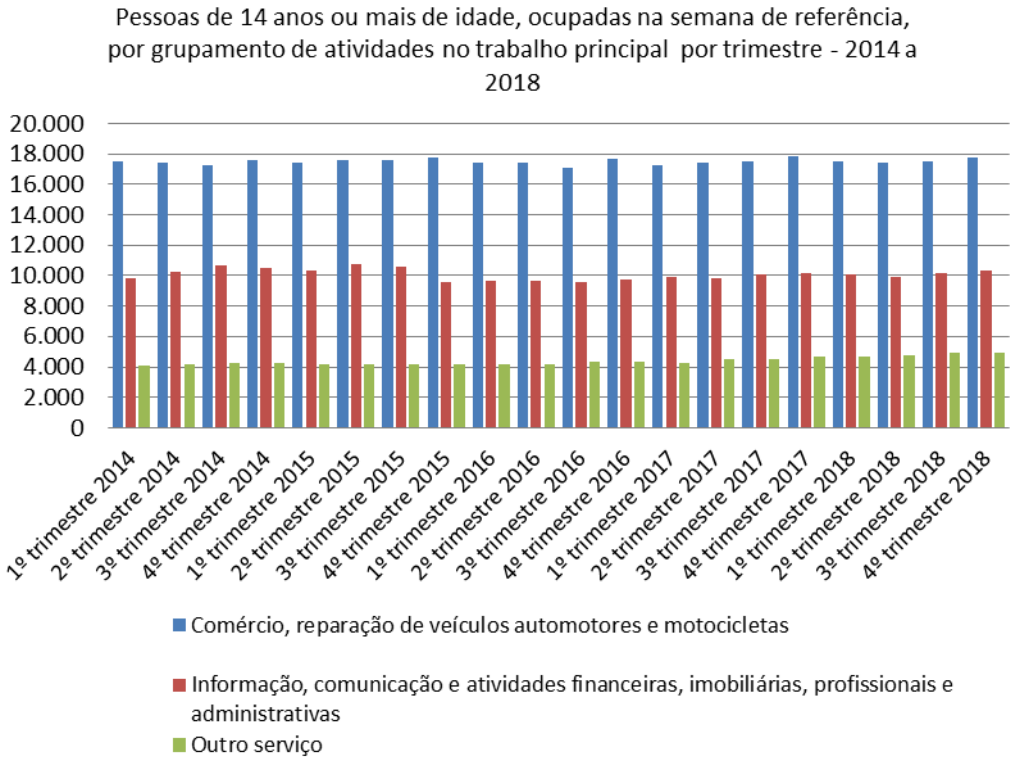
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Elaboração: própria.

A tabela indica um crescimento no setor de Serviços no período, o qual em 2016 foi responsável por 73% do PIB nacional. Já as categorias internas ao setor de T&I analisadas, não acompanharam o crescimento e apresentaram uma leve queda na composição do PIB apresentado. Da mesma forma, dadas as 14 categorias componentes do setor de Serviços, tem destaque a seção G[18] referente às atividades de Comércio, reparação de veículos automotores e bicicletas, a qual contribuiu para o PIB em uma média de 17% no período analisado.

Com relação à geração de postos de trabalho, a base de dados foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Trimestral (PNADT), sendo analisadas as categorias determinadas pelo banco de dados, que têm como referência a CNAE. Contudo, destaca-se que a PNADT une algumas categorias de serviços além das seções J e M. Foram analisadas a categoria relacionada ao Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (seção G), a categoria de Informação, Comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (seções J, K, L, M e N que são aglutinadas pela PNADT) e outras atividades de serviços (seção S).

[18] Esta seção compreende as atividades de compra e venda de mercadorias, sem transformação significativa, inclusive quando realizadas sob contrato. Inclui também a manutenção e reparação de veículos automotores. A venda sem transformação inclui operações (ou manipulações) que são usualmente associadas ao comércio, tais como: montagem, mistura de produtos, engarrafamento, empacotamento, fracionamento etc., quando realizadas pela própria unidade comercial. O comércio de mercadorias organiza-se em dois segmentos: atacado e varejo (IBGE, c2019a).

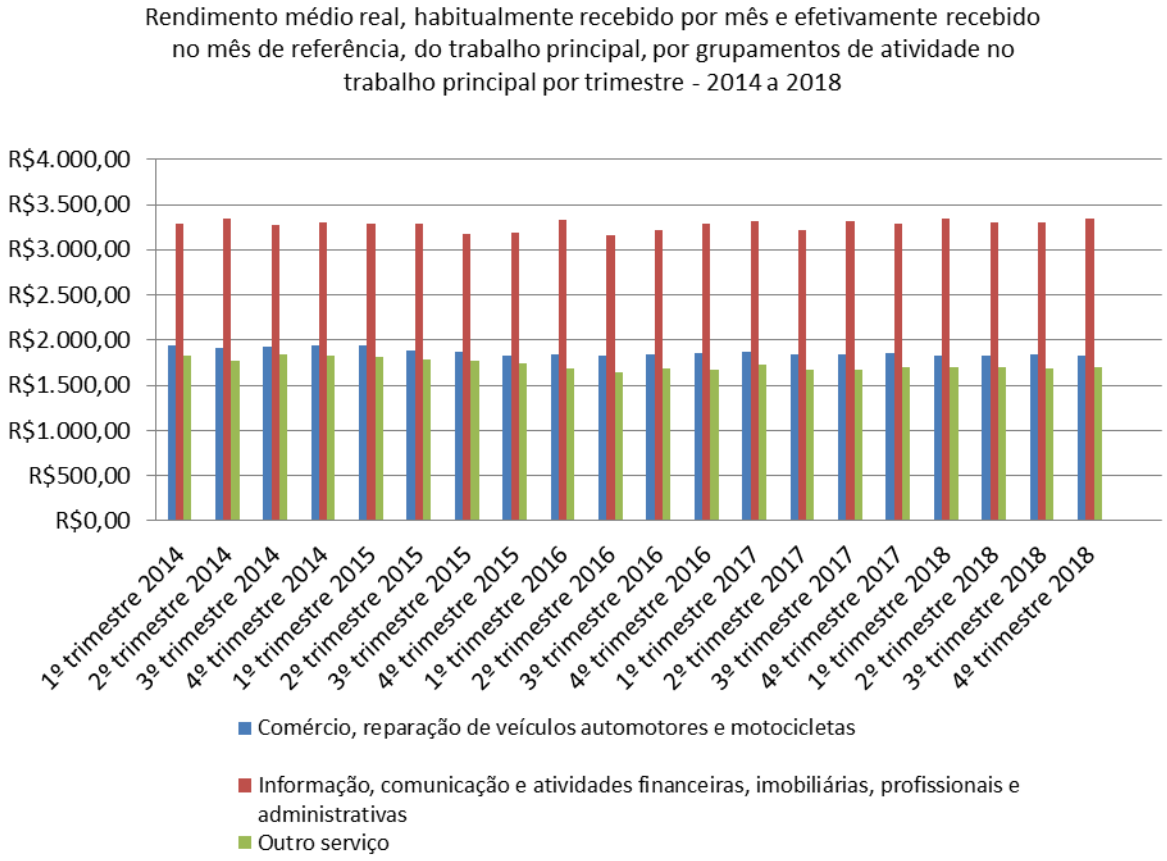
Gráfico 2 - Geração de postos de trabalho por atividade no Brasil em série histórica 2014 – 2018



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração: própria.

A geração de postos de trabalho na seção G, segundo o Gráfico 2, é expressivamente maior, a média no período é de 58% a mais de pessoas ocupadas nesta atividade, do que nas atividades apresentadas relacionadas aos Serviços. Entretanto, quando analisado o rendimento das categorias indicadas, esta relação se inverte.

Gráfico 3 - Rendimento médio real por atividade no Brasil em série histórica 2014 - 2018

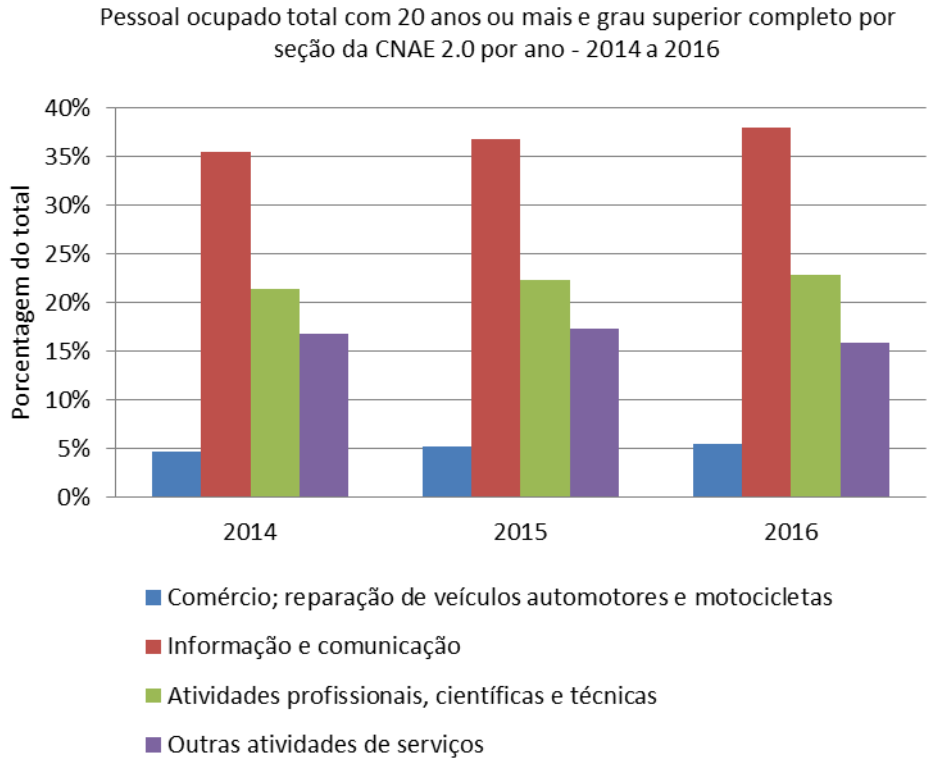


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração: própria.

O rendimento atribuído às atividades de Serviços é expressivamente mais alto que o setor analisado relacionado à atividade de Comércio. O Gráfico 3 evidencia o alto valor da mão-de-obra ligada a este setor, que se apresenta em média 57% superior no período analisado.

Os altos salários atribuídos ao setor de analisado podem estar relacionados à alta qualificação exigida pelo setor de T&I, destacada por Audretsch e Feldman (2003) “Other inputs in the knowledge production function have included measures of human capital, skilled labor, and educational levels.” [19] (AUDRETSCH; FELDMAN, 2003, p. 3). Segundo dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), a escolaridade dos profissionais ligados às seções J, M e S é maior que a escolaridade dos profissionais ligados à seção G. O Gráfico 4 exemplifica essa relação.

Gráfico 4 – Empregabilidade por seção de atividade de profissionais com grau superior completo no Brasil 2014 - 2016



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas. Elaboração: própria.

Nesta relação destacam-se os profissionais da categoria de Informação e comunicação. Nos dados de porcentagem do total de trabalhadores ocupados, os profissionais relacionados a esta categoria com ensino superior completo

[19] Outros insumos na função de produção de conhecimento incluíram medidas de capital humano, mão de obra qualificada e níveis educacionais. (tradução própria)

compreenderam de 35% a 38% do total no período analisado. Enquanto na categoria relacionada ao Comércio (seção G) esta porcentagem se apresentou ao redor de 5% entre os anos de 2014 e 2016.

A configuração em escala nacional do setor de T&I ressalta o perfil empregador, de necessidade de alta escolaridade dos profissionais, alta remuneração desses profissionais e baixa capacidade empregadora, como aspectos que influenciam diretamente a população dos locais em que o setor se desenvolve com destaque (AUDRESTCH, 1998). Também, a política nacional estabelecida para o setor, principalmente a partir dos anos 70, é concisa e indica uma trajetória altamente influenciada pelas prescrições macroeconômicas neoliberais.

Assim como já demonstrado, esses direcionamentos econômicos estabelecem prerrogativas no planejamento urbano, de forma que o contexto externo se reafirma como sombra projetada na escala local. Dados os traçados que conformaram o setor, são estabelecidos os pontos de partida da consolidação do setor de T&I na capital catarinense, melhor detalhados na seção a seguir.

3.2 A SOMBRA PROJETADA

A ilha de Santa Catarina teve sua ocupação fundamentada em sua posição geográfica, a qual configurava um porto natural de importância estratégica para os portugueses na colonização do Brasil (SUGAI, 2002). A sua conformação enquanto porto, e o desenvolvimento do transporte marítimo na ilha e arredores foram fundamentais para o início das atividades econômicas no local.

O povoado do Desterro foi fundado em 1675, e as primeiras atividades econômicas eram de caráter pesqueiro, comercial e portuário (SUGAI, 2002). A criação de diversos pontos de atracação na ilha dava suporte ao transporte marítimo e às atividades comerciais entre a capital e os arredores. No que concerne ao setor industrial na capital, seu desenvolvimento se deu posteriormente, no início, ainda concomitante ao desenvolvimento da atividade portuária e comercial, em que têm destaque a fábrica de pregos e a fábrica de rendas e bordados. A atividade portuária se manteve enquanto principal atividade econômica da cidade até o final do século

XX, quando outras cidades portuárias do país tiveram seu desenvolvimento avançado, e o baixo calado da capital catarinense desestimulou a atracação de navios (SUGAI, 2002; VIEIRA, 1995).

O setor de tecnologia e inovação em Florianópolis teve seu início após a ascensão de setores industriais de novo caráter a partir dos anos 60, com destaque para os bens de consumo simples e os materiais de construção. Concomitante ao movimento de reindustrialização da capital deu-se a atração das empresas estatais, que se instalaram na cidade a partir dos anos 60, tais como Eletrosul e Telesc, enquanto parte da política de desenvolvimento econômico nacional citada anteriormente. Destaca-se que, a partir delas, foi criada uma demanda por mão-de-obra qualificada responsável pelo fomento à criação do curso de Engenharia Elétrica e Mecânica na UFSC. Dadas as diretrizes de desenvolvimento de tecnologia em território nacional, a mão-de-obra empregada nessas empresas foi, posteriormente, responsável pela conformação de microempresas ligadas ao setor de tecnologia e informática, em virtude do desmantelamento de seus quadros técnicos a partir do movimento de privatização nos anos 90 (LINS, 2011; VIEIRA, 1995).

A academia em instância federal foi um importante ponto de apoio do setor de tecnologia e inovação na capital. Segundo Audrestch (1997), o papel da universidade é reinterpretado a partir do surgimento dos laboratórios de pesquisa e da consolidação do modelo de universidade calcado na pesquisa, a partir do século 20, enquanto “The former contract was based on a linear model of innovation, presuming only long term contributions of academic knowledge to the economy.” [20] (LEYDESDORF, 1995, p.02). A UFSC a partir da conformação da Escola de Engenharia, a qual teve como referência a Universidade Tecnológica de Aaschen, na Alemanha, foi um dos principais fatores indutores do crescimento do setor. A qualificação profissional, a configuração de laboratórios especializados, e as iniciativas de associação do aprendizado acadêmico às indústrias catarinenses foram importantes impulsos para o processo que hoje se constituiu em Florianópolis. Tendo em vista que os setores das telecomunicações e informática foram importantes pontos nodais do processo substituição de importações tecnológicas em nível nacional, a conformação de laboratórios dentro da academia ligados às

[20] O contrato anterior baseava-se num modelo linear de inovação, pressupondo apenas contribuições de longo prazo do conhecimento acadêmico para a economia. (tradução própria)

empresas estatais, como a Telesc e a Eletrosul, respondiam também aos movimentos econômicos do país.

A iniciativa privada também teve um importante papel, principalmente no que concerne às novas tecnologias ligadas às telecomunicações. Tanto o desenvolvimento de inovação para a inserção na cadeia competitiva das empresas privadas, quanto a formação de recursos humanos especializados para o aumento da produtividade, ajudaram a configurar um novo cenário para os investimentos na capital (RIZZO, 2013). Empresas como a Ericsson do Brasil e Equitel foram responsáveis pela implantação de novos sistemas de telecomunicação propostos pelos novos quadros de recursos humanos qualificados nas empresas estatais tanto no âmbito urbano quanto no rural. A empresa Dígitro, até hoje representativa do setor de tecnologia, também estabeleceu parceria tecnológica com a Telesc nos anos 70 (VIEIRA, 1995). A associação entre governo e empresa foi bastante importante no processo de modernização das telecomunicações, em especial na capital catarinense.

Ainda em um período de transição na instância nacional do abandono das diretrizes calcadas no mercado interno para a sucessiva abertura econômica, em escala local, a associação dos interesses públicos e privados passou consolidar a estrutura do processo de conformação do setor econômico em estudo. Segundo Vieira (1995), foi a partir das demandas da SEI, da Eletrosul, e da UFSC com as empresas Weg e Santivest, que houve a criação da Fundação Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI) em 1984 (VIEIRA, 1995, RIZZO, 2013). Por meio de um acordo entre a SEI e a UFSC, a CERTI teve início nas instalações do Labmetro do Departamento de Engenharia Mecânica, apesar de se configurar em uma entidade com administração independente, com instalações de sede própria construídas apenas em 1990, ainda internas ao campus da UFSC (SANTOS, 2017). Pela CERTI seriam desenvolvidas tecnologias para diversas empresas, em muito fomentadas, inicialmente, pela proibição da importação de tecnologias pelas prerrogativas da política nacional, em que se destacam as atividades do núcleo acadêmico ao qual se relacionaram as primeiras atividades da Fundação (CERTI, [201-]; VIEIRA, 1995).

A partir da CERTI, surgiu a CELTA, em 1986, então com o nome de Incubadora Empresarial Tecnológica (IET), a primeira incubadora de empresas tecnológicas no Brasil, a qual se relacionava às atividades da Fundação no campo de empreendedorismo inovador (CERTI, [201-]). Primeiramente, a empresa foi implantada na Trindade, próxima ao campus da UFSC, onde abrigou 7 empresas, e, também, o chamado Condomínio Empresarial Acate (CELTA, [201-]b). Atualmente, a CELTA encontra-se localizada no ParqTec Alfa, onde incuba 45 empresas, relacionadas às áreas de Instrumentação, Telecomunicações, Automação, Eletrônica, Mecaoptoeletrônica, Microeletrônica, Informática e Mecânica de Precisão (CELTA, [201-?]a).

A Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate) foi criada também em 1986, a partir da reunião de 11 empresas do setor de tecnologia da Grande Florianópolis, e teve início como um condomínio de infraestrutura para empresas ligadas à informática (ACATE, [201-?]b; SANTOS, 2017). Posteriormente, sua sede passou a ser o Complexo Industrial de Informática (CCI) cuja implantação foi financiada pelo Estado, também no bairro Trindade, a aproximadamente 2km da UFSC (FLORIANÓPOLIS, 2012). Como elucida Vieira (1995), a característica nesse período era de concentração das empresas, inclusive em um único prédio, sem haver dispersão espacial dos núcleos empresariais ligados à tecnologia e à inovação, como os dois principais exemplos do IET e CCI.

Quanto à fundação da Acate, ressalta-se o esforço conjunto na direção de constituição de um polo tecnológico na cidade, em uma condição de associativismo, sobre a qual Santos (2017) elucida,

> É preciso ressaltar, portanto, que a constituição de uma Associação reunindo os interesses empresariais no segmento tecnológico trouxe ao primeiro plano dois eixos de atuação envolvidos na estruturação do novo mercado. Por um lado, a criação de uma Associação implicava na criação de uma identidade, mostrando visibilidade ao grupo de atores, suas ações e interesses. Por outro, tal reunião trazia em conjunto um aumento no *quantum* de força política que isoladamente essas empresas não poderiam atingir. (SANTOS, 2017, p.164).

De fato, os esforços governamentais na direção de constituição do polo tecnológico na cidade, após a conformação da Acate, foram expressivos. Segundo Vieira (1995), foi por pressão da Acate que tiveram início os incentivos fiscais ao setor à implantação de empresas de alta tecnologia em Florianópolis, que se traduziram na Lei n° 2.994 de 1988. Os benefícios jurídicos se deram pela isenção

de impostos para empresas das áreas de “eletrônica, micromecânica, e informática”, dentre os quais constavam o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) (FLORIANÓPOLIS, 1988). Essa Lei foi revogada e substituída pela Lei n° 3.593, a qual manteve os benefícios da anterior, definindo a redução nos impostos já citados em 50% para empresas que fossem implantadas na ilha até 1996.

A redução no IPTU configura um vetor característico para o estímulo de certas formas de espacialização de atividades econômicas. Este imposto é caracterizado como o principal instrumento de regulação da ocupação urbana vinculado a rendimentos diretos, a única fonte de inversão de capital no contexto urbano.

Outra iniciativa realizada pelos empresários do setor no período, em associação ao poder público municipal, foi a consolidação de um polo tecnológico, materializado no projeto Tecnópolis - Polo Tecnológico da Grande Florianópolis, tendo como um dos seus instrumentos, os parques tecnológicos. O projeto conformou um Conselho das Entidades Promotoras do Polo Tecnológico (CONTEC), cujos componentes eram empresas estatais, universidades, representantes governamentais e envolvidos no setor de tecnologia e inovação, tais como Fundação CERTI, Acate e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae/SC) (SANTOS, 2017). Segundo Tamiko Yamada *apud.* Santos (2017) o CONTEC constituía um "órgão de deliberação, cuja atribuição era estabelecer a política, as estratégias, diretrizes e metas" (SANTOS, 2017, p.184).

Assim, houve a primeira iniciativa concreta nesse sentido em Florianópolis, em 1993, com o Parque Tecnológico Alfa (ParqTec Alfa), uma área de 100 mil m² reservada à implantação de empresas do setor no bairro João Paulo. Santos (2017) aponta a importância representativa desta iniciativa,

> na medida em que conferiu o reconhecimento e apostou numa nova dimensão de práticas e atores que despontavam no cenário econômico da capital catarinense. Com a participação do Estado e a atuação de entidades como o CERTI e Acate, institucionalizou-se, em âmbito local, o espaço de promoção da inovação e das empresas tecnológicas. (SANTOS, 2017, p.183).

Em instância legislativa, a Lei n° 8.990, do mesmo ano, autorizou a constituição do condomínio tecnológico em área pertencente ao Estado, bem como futuramente “alienar módulos para a criação de parques tecnológicos” (SANTA CATARINA, 1993). Essa alienação, segundo a Lei, poderia ser feita com a condição de qualificação jurídica, financeira, operacional e técnica, e de que as atividades vinculadas à empresa fossem não poluidoras. Ainda, foi prevista em Lei, especificamente, a cessão de um módulo para a empresa Telesc.

Inicialmente o ParqTec Alfa chamava-se PARQTEC1 por se tratar de parte da iniciativa Tecnopólis, a qual englobava a construção de mais dois parques, o PARQTEC2, a ser implantado em São José, e o PARQTEC 3, no bairro Campeche (SANTOS, 2017; VIEIRA, 1996). Os parques 2 e 3 não saíram do papel, segundo Santos (2017) em virtude de “resistências de outros grupos locais e dificuldade na localização de terrenos” (SANTOS, 2017, p.183), um enfrentamento recorrente na cidade, melhor detalhado no Capítulo 4.

Uma limitante importante para a ascensão do ParqTec Alfa, foram os altos preços dos terrenos. Em ocasião do processo de licitação das empresas cadastradas, apenas 9 empresas se apresentaram para a efetiva implantação. Foi por meio de um projeto de Lei que houve a redução no valor dos lotes em ¼ do preço inicial (VIEIRA, 1995). Segundo Vieira (1995), além do alto preço da terra, as características construtivas desejadas, com base em modelos europeus, ocasionavam um alto preço também para a construção dos empreendimentos, ocasionando um atraso na implantação das empresas no local, com exceção da Telesc, por se constituir em um incentivo estatal.

Embora os outros dois parques tecnológicos gerados nesse primeiro ímpeto não tenham sido concretizados, a política de implantação de parques tecnológicos como instrumento de constituição do polo tecnológico na capital teve continuidade posteriormente. Como um exemplo expressivo, encontra-se o Sapiens Parque. O Sapiens Parque foi um empreendimento iniciado em 2002 envolvendo o Governo de Santa Catarina, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e a Fundação CERTI, tratando-se da implantação de um parque de inovação na capital catarinense “criado para a implantação de empresas e iniciativas inovadoras em tecnologia, turismo e serviços” (FLORIANÓPLIS, [201-]b), com área de 4,5 milhões de m². A área escolhida para implantação do Sapiens Parque foi em

um terreno pertencente à CODESC, onde se encontrava a Colônia Penal de Florianópolis, desativada entre 1979 e 1980 (ROSA, 2014).

O Sapiens é caracterizado como uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, administrada pela SCPar e pela CODESC, empresa pública e de economia mista, respectivamente, e tem como sócios a Fundação CERTI e o Instituto Sapientia, fundado a partir de um núcleo da CERTI. Também apoiam o empreendimento Sapiens Parque, o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Fapesc.

A implantação do Parque ocorreu em 2006 e também configura uma postura ativa do poder público no sentido de materialização do setor de T&I na capital. Segundo o governo do estado, até 2015, os investimentos públicos internos à área do Parque somavam R$32,7 milhões, e o total na região eram de R$153,3 milhões (SANTA CATARINA, 2015). Quase uma década depois da inauguração do Parque, o governo estadual anunciou um investimento privado de mais R$70 milhões, deixando clara a postura do poder público durante o processo de implantação da estrutura,

> Esse é um grande avanço na construção de um processo com uma capacidade muito forte de inovação e tecnologia. A participação da empresa privada é indispensável para fazer com que ele tenha alcance e repercussão na sociedade. Por outro lado, em um momento de implantação, é tudo muito difícil e o setor público tem que entrar com apoio e esses três pilares são necessários. Eu tenho certeza que terá uma força transformadora na economia de Santa Catarina. (Raimundo Colombo *apud.* SANTA CATARINA, 2015).

Sobre a implantação de parques tecnológicos, ressalta-se que, segundo Audretsch (1998), o surgimento dessas estruturas pode se dar a partir de condições criadas. Apesar de o primeiro Parque Tecnológico ter sido criado próximo a uma universidade (Stanford), a criação de núcleos acadêmicos, a exemplo de laboratórios, fora do contexto do campus universitário, é um exemplo de que o setor de alta tecnologia e inovação pode ter seu surgimento de forma bastante direcionada pelos interesses econômicos, inclusive no que se refere à iniciativa privada.

Neste processo de surgimento de núcleos ligados ao setor em estudo no norte da ilha de Santa Catarina, ainda é relevante a saída da Acate do ParqTec Alfa,

para a construção de sua própria sede. Em 2009, foi criado o ParqTec Acate, atualmente chamado de Centro de Inovação Acate Primavera, na SC-401 o qual ainda abriga uma incubadora, uma aceleradora, sedes de empresas e *coworking* (ACATE, [201-]a).

Para caracterizar esse processo de fundação de empresas ligadas ao setor de tecnologia e inovação em Florianópolis, a partir final da década de 60, foi realizado um levantamento de dados com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Dentre as seções econômicas determinadas, foram analisadas a seção J [21]e a seção M[22], e a base de dados foi o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE[23]) de 2016. O

Gráfico 5 demonstra a comparação entre o número de empresas fundadas em Florianópolis nas duas seções analisadas.

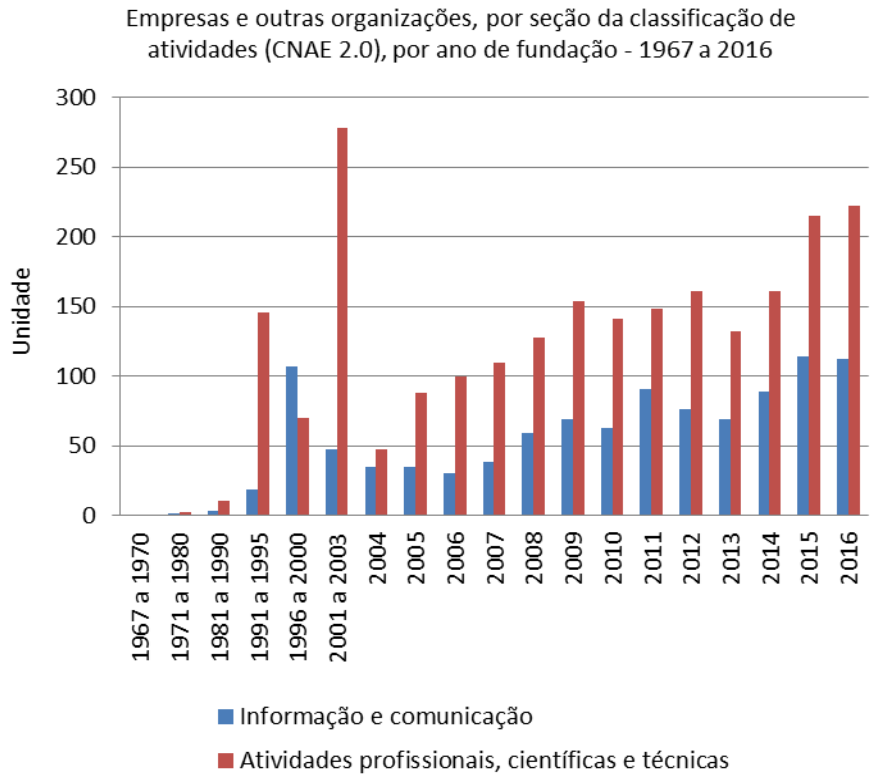
[21] Esta seção compreende as atividades de criação e colocação de produtos com conteúdo de informação em mídias que possibilitam a sua disseminação; as atividades de transmissão desses produtos por sinais analógicos ou digitais (através de meios eletrônicos, sem fio, óticos ou outros meios); e as atividades de provisão dos serviços e/ou operação de infraestrutura que possibilitam a transmissão e o armazenamento desses produtos (IBGE, c2019b).

[22] Esta seção compreende as atividades especializadas profissionais, científicas e técnicas. Estas atividades requerem uma formação profissional específica normalmente com elevado nível de qualificação e treinamento (em geral educação universitária). O conhecimento especializado (expertise) é o principal elemento colocado à disposição do cliente (IBGE, c2019c).

[23] O Cadastro Central de Empresas - CEMPRE - é formado por empresas e outras organizações e suas respectivas unidades locais formalmente constituídas, registradas no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Sua atualização ocorre anualmente, a partir das pesquisas econômicas anuais do IBGE, nas áreas de Indústria, Comércio, Construção e Serviços, e de registros administrativos, como a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. (IBGE, 2017).

Gráfico 5 - Fundação de empresas relacionadas ao setor de tecnologia e inovação em Florianópolis no período de 1967 - 2016[24]

[24] Os dados indicados para os períodos de 1967 a 1970; 1971 a 1980; 1981 a 1990; 1991 a 1995; 1996 a 2000 e 2001 a 2003 compreendem valores de médias anuais, uma vez que os dados disponibilizados no cadastro CEMPRE são do número absoluto de empresas para estes períodos.



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas. Elaboração: própria.

É possível verificar um crescimento expressivo a partir de 1970, principalmente entre os períodos de 1991 a 1995 e 1996 a 2000, sendo apresentados os números mais altos da série no período entre 1996 e 2003. A partir de 2003 verifica-se uma queda representativa no número de empresas, com aumentos pontuais encontrados nos anos de 2009 e 2012, e a retomada do aumento a partir de 2014. Destaca-se que em 2016 a soma das duas categorias, englobou um total de 334 empresas. Os dados apresentados pelo CEMPRE são pouco refinados, não havendo a possibilidade de consulta das divisões internas às seções J e M. Analisando os dados noticiados pelos veículos de comunicação da capital, as divergências são expressivas.

Segundo o site StartUp SC, uma iniciativa com “o objetivo de fomentar o empreendedorismo e inovação no estado de Santa Catarina” (STARTUP SC, [2019]) do Sebrae/SC, a cada ano são criadas de vinte a trinta empresas com produtos relacionados à geração de inovação. De acordo com o site, de 2002 a 2006 foram gerados 4.300 empregos pelo setor de tecnologia em Florianópolis. Já a Acate indica a existência de 541 empresas a cada 100 mil habitantes no ano de 2018,

totalizando mais de 3.974 empresas, gerando 16.570 empregos na região da Grande Florianópolis (ACATE, 2018).

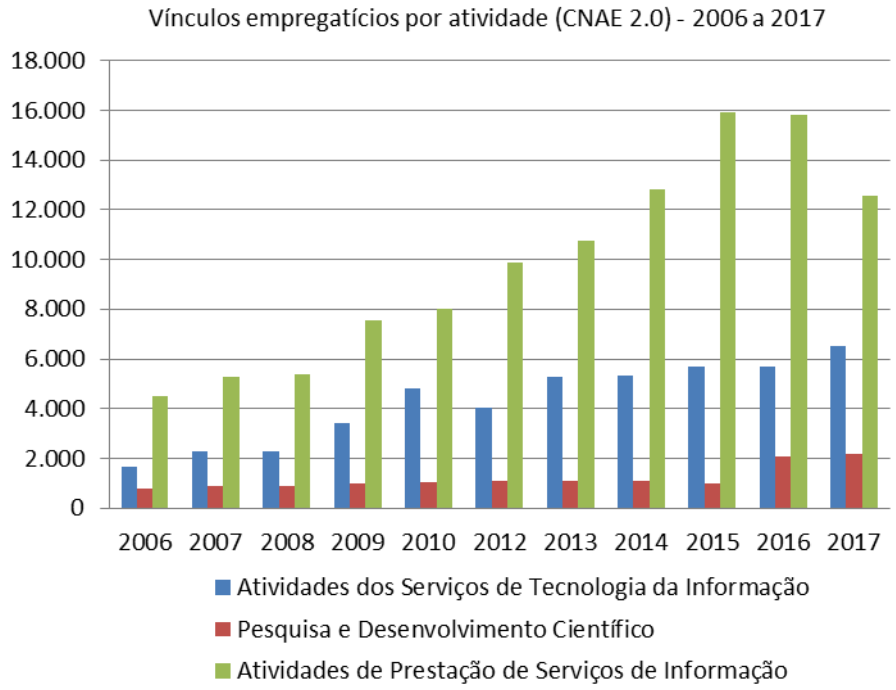
Para a análise dos vínculos empregatícios extraiu-se os números através RAIS, em uma amostra entre o ano de 2006 e 2017, consideradas duas divisões internas às seções J e M da CNAE, em virtude das divergência encontradas. Foram analisadas as divisões 62 referente às Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação[25] e 63 referente às Atividades de Prestação de Serviços de Informação[26], e a divisão 72 relativa às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Científico[27].

Gráfico 6 – Empregabilidade por seção de atividade em Florianópolis em série histórica 2006 – 2017

[25] Esta divisão compreende atividades relacionadas ao desenvolvimento e licenciamento de programas customizáveis, consultoria, suporte técnico e outros serviços de tecnologia da informação (IBGE, c2019b).

[26] Esta divisão compreende as atividades dos portais de busca na internet, as atividades de tratamento e hospedagem de dados na internet e as demais atividades com a finalidade de permitir o acesso a serviços de informação (IBGE, c2019b).

[27] Esta divisão compreende três tipos de atividades de pesquisa e desenvolvimento: as atividades de pesquisas básicas, de trabalhos experimentais ou teóricos, desenvolvidos com o objetivo de obtenção de novos conhecimentos sobre causas de fenômenos ou efeitos observáveis, sem a previsão de aplicação ou de uso determinado; as atividades de pesquisa aplicada, de investigação original, que têm por objetivo a aquisição de novos conhecimentos direcionados, principalmente, para um objetivo ou finalidade específicos; e as atividades de pesquisa experimental, de trabalho sistemático baseado em conhecimentos prévios, envolvendo pesquisas ou experiências com o objetivo de criar ou aperfeiçoar materiais, produtos, dispositivos, processos, sistemas e serviços (IBGE, c2019c).

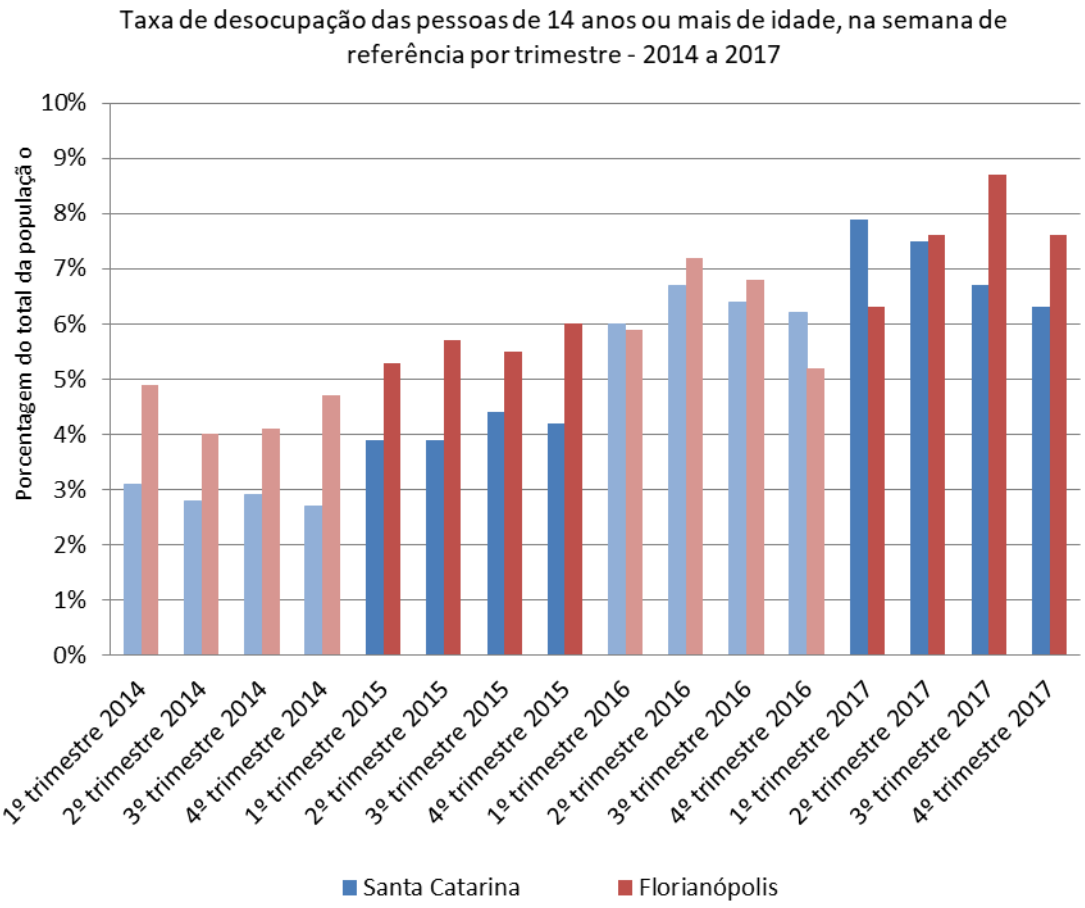


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: própria.

Mais especificamente no período analisado o aumento nos empregos representou uma taxa de crescimento média de aproximadamente 12%, com destaque para os anos de 2015 e 2016. É relevante relacionar a geração de postos de trabalho do setor de T&I com a taxa de desemprego em Florianópolis, para que se possa inferir de que forma o setor contribui para a geração de postos de trabalho, tendo em vista que suas atividades demandam uma mão-de-obra qualificada, como exemplificado pelo contexto nacional.

Para a coleta de dados acerca do desemprego em Florianópolis, ou taxa de desocupação, foram coletados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD). Na amostra trimestral, com relação às taxas estaduais, destacam-se os anos de 2014 e 2015, em que a capital apresentou taxas de desemprego superiores em relação ao estado, como repetido nos dois últimos trimestres de 2017. Entre 2014 e 2016 o desemprego estadual também subiu, período no qual houve aumento de postos de trabalho no setor de T&I na capital catarinense.

Gráfico 7 - Taxa de desocupação em Florianópolis e Santa Catarina em série histórica 2014 – 2017



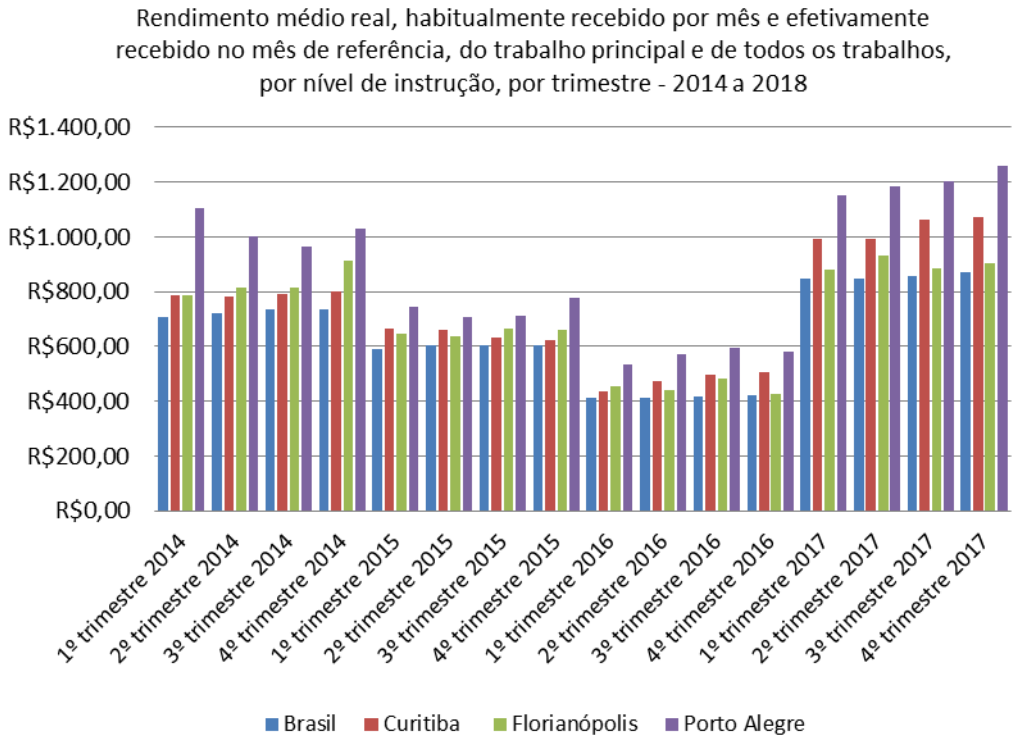
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração: própria.

A fim de avaliar o cenário municipal, são reiteradas as indicações de Audretsch (1998), já indicadas, acerca do capital humano altamente qualificado, e da remuneração significativamente mais alta que outros setores econômicos, encontradas na análise dos dados nacionais. O autor exemplifica essa relação ao comparar o período de crescimento de 15% na geração de postos de trabalho no Vale do Silício entre 1992 e 1996, no qual a renda média da se apresentava 50% maior do que o restante do país (AUDRETSCH, 1998, p.19).

Entretanto, segundo a revista Exame, a remuneração média ligada ao setor de T&I em Florianópolis está abaixo de outros municípios brasileiros, fator que contrasta com o alto custo de vida da capital catarinense (KOJIKOVSKI, 2017). Para esta análise, em virtude da indisponibilidade de dados de rendimento médio mensal

por categoria da CNAE em nível municipal, quanto ao rendimento, foi analisada a remuneração geral de trabalhadores com ensino superior completo em relação às outras capitais da região sul.

Gráfico 8 – Rendimento médio real por mês para nível de instrução de ensino superior completo para as capitais da região sul 2014 – 2017

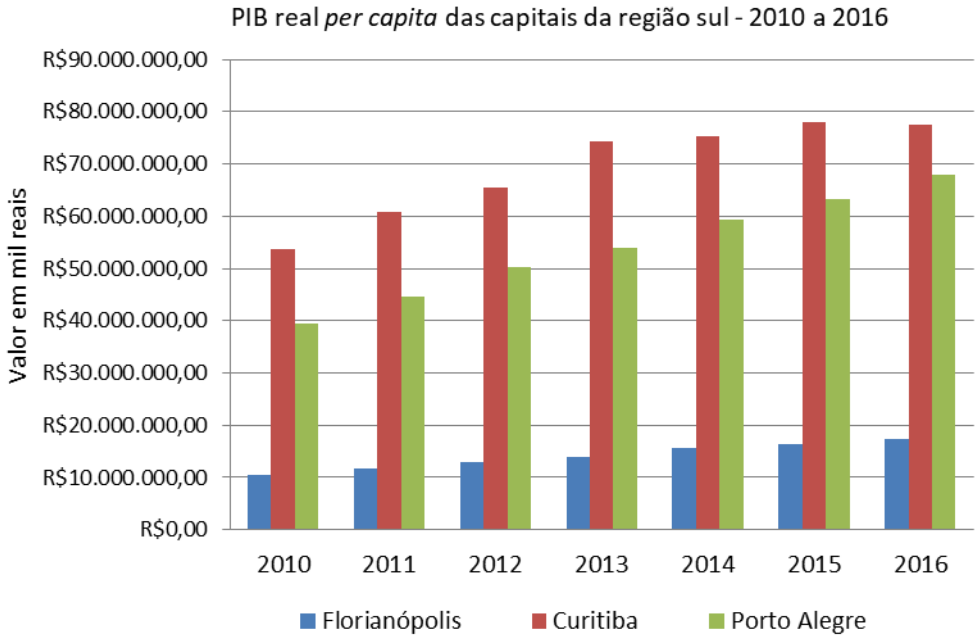


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral. Elaboração: própria.

Até o primeiro trimestre de 2016, Florianópolis apresentou uma remuneração superior a de Curitiba e abaixo de Porto Alegre. Os valores em Florianópolis passam a ser menores do que os das demais capitais, a partir do segundo trimestre de 2016, se equivalendo aos valores nacionais. No último trimestre de 2017, a remuneração em Florianópolis apresentou um valor aproximadamente 15% menor do que em Curutiba e 28% menor do que em Porto Alegre.

Com relação ao PIB *per capita* da cidade de Florianópolis, os números ainda são mais baixos que as demais capitais da região Sul. Os dados demonstram um crescimento quando demonstrados em série histórica, como indicado no Gráfico 9.

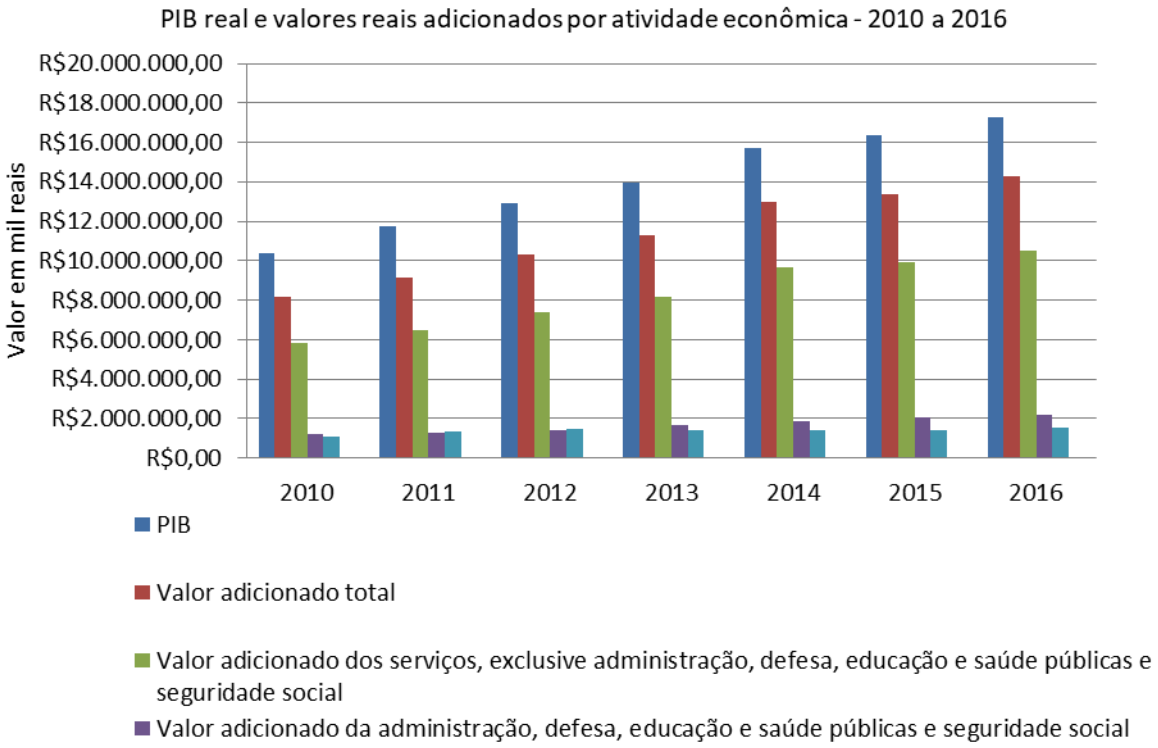
Gráfico 9 - PIB per capita das capitais da região Sul em série histórica de 2002 a 2016



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: própria.

A cidade de Florianópolis apresenta um crescimento no PIB, da mesma forma que as demais capitais indicadas. Todavia, verificam-se valores baixos sem um crescimento relevante no período analisado, como apresentado pelo PIB de Porto Alegre. Com relação às contribuições dos setores para o PIB na capital catarinense, dada a indisponibilidade dos dados de PIB desagregado por município, o Gráfico 10 apresenta o setor de Serviços de forma única, e também os valores relativos à educação pública na intenção de abarcar as atividades de pesquisa científica.

Gráfico 10 - PIB real de Florianópolis em série histórica 2002 – 2016



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Elaboração: própria.

Verifica-se o crescimento da contribuição setor de Serviços, no período analisado, se deu na mesma porcentagem que o setor de Administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social, compreendendo 11%. Contudo, a diferença total do valor adicionado entre os dois setores, foi quase cinco vezes superior para o setor de Serviços, que representou aproximadamente 61% do PIB total em 2016. A taxa de crescimento do setor em analise foi bastante próxima à do PIB total em valores correntes que apresentou uma taxa de crescimento de 9%. Destaca-se o crescimento na contribuição do setor de Serviços de 18% de 2013 para 2014.

Esse aumento coincide com o incentivo do poder público ao setor de alta tecnologia e inovação em Florianópolis, que teve um importante marco de garantia judicial ao seu desenvolvimento em 2012. A chamada Lei da Inovação nº 432, dispõe sobre as condições de incentivo ao desenvolvimento da atividade, que engloba a administração pública, as empresas, as áreas estratégicas e as áreas de parque tecnológico já estabelecidas na capital, e as instituições de ensino, configurando o chamado Sistema Municipal de Inovação (FLORIANÓPOLIS, 2012).

A lei propõe as atividades econômicas nas quais devem atuar os entes credenciados ao Sistema Municipal de Inovação, sendo eles:

> Art. 7°
>
> I - internacionalização e comércio exterior;
> II - propriedade intelectual;
> III - fundos de investimento e participação;
> IV - consultoria tecnológica, empresarial e jurídica a empresa(s) de base tecnológica;
> V - condomínios empresariais do setor tecnológico
> VI - outros que forem julgados relevantes pelo Conselho Municipal de Inovação. (FLORIANÓPOLIS, 2012).

A passagem da Lei confere ao setor uma legitimação pelo poder público de diretrizes como a relação do setor de T&I com o comércio exterior e com os fundos de investimento, estabelecendo relações com o mercado global e entre o capital público e privado.

Parte da legislação analisada apresenta os atores envolvidos nas decisões referentes ao Sistema de Inovação, estes atores compõem do Conselho Municipal de Inovação. Esse Conselho possui caráter deliberativo com relação às políticas, programas e mecanismos criados com a finalidade de realização dos objetivos propostos pela lei. A ele também cabe a promoção, a elaboração, a fiscalização, e as demais ações relativas às políticas e às ações de incentivo ao setor de inovação. Dentre os entes elegíveis, constam cargos para o poder público, para instituições de ensino, para representantes dos parques tecnológicos e para representantes de Arranjos Promotores de Inovação, cujo reconhecimento como tal se dá pelo próprio Conselho. Com relação à sociedade civil, são elegíveis membros que já possuam envolvimento com o setor econômico em questão, que segundo a lei são:

> III - dez representantes das associações, entidades representativas de categoria econômica ou profissional, agentes de fomento, instituições públicas e privadas, que atuem em prol da Ciência, Tecnologia e Inovação domiciliadas no município de Florianópolis. (FLORIANÓPOLIS, 2012).

Após a análise da trajetória econômica do setor de T&I na capital catarinense, alguns direcionamentos são reconhecidos. O Estado demonstra uma postura de governo que se propõe a cooperar e a incentivar este setor econômico, através da institucionalização de um sistema que dá condições às atividades, bem

como, de investimentos sólidos para o seu crescimento, a exemplo da cessão de terrenos públicos para a sua implantação. Os avanços elencados foram também acompanhados de iniciativas no planejamento urbano na capital, melhor detalhados na seção seguinte.

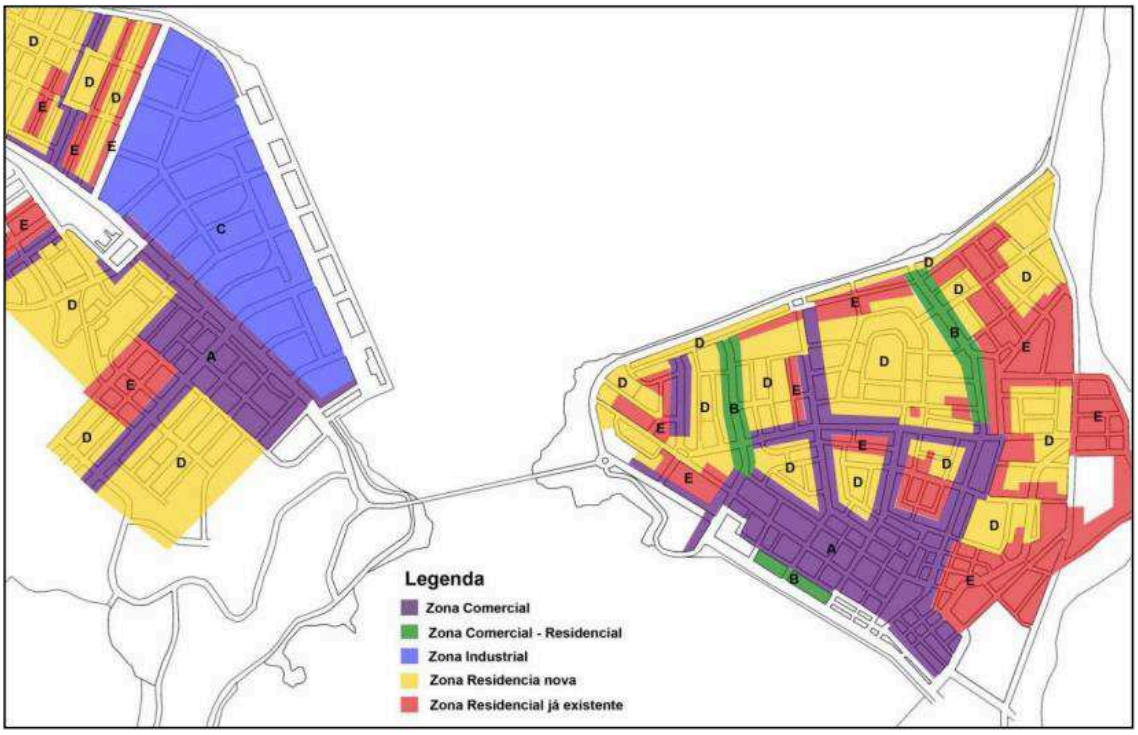
3.3 DO RASCUNHO AOS NOVOS PONTOS DE FUGA

Tendo em vista a interação do poder público em nível municipal com o setor de T&I, é pertinente a investigação da legislação urbana e dos documentos relacionados ao planejamento urbano elaborados em nível governamental em Florianópolis. Em nível nacional, a as iniciativas legislativas concernentes ao espaço urbano foram primeiramente citadas, nos artigos nº 182 e 183 da Constituição de 1988, que, somente em 2001, se desdobraram na Lei n° 10.257 chamada de Estatuto da Cidade. Todavia, a elaboração de planos diretores no Brasil, foi iniciada com o documento chamado de Códigos de Posturas, ainda no século XIX (MARICATO, 2003).

Florianópolis teve o seu primeiro Plano Diretor elaborado em 1955, pela dupla de arquitetos de Porto Alegre Demétrio Ribeiro, Edgar Groeff, e pelo urbanista Edvaldo Pereira Paiva (PEREIRA, 1992). Segundo Lohn (2007), a preocupação inicial do plano foi identificar os pontos que estariam atrasando Florianópolis no seu desenvolvimento econômico. O diagnóstico da cidade realizado para o Plano apontou para um sistema viário inadequado e para uma situação econômica da cidade ainda pré-industrial, com o porto em decadência.

A partir da avaliação da cidade, Pereira (2010) coloca que “a equipe apresentou um plano preliminar baseado na implantação de um porto na parte continental da cidade que deveria ser o elemento indutor do desenvolvimento urbano.” (PEREIRA, 2010, p.108). A conclusão dos planejadores, então, foi de que a cidade deveria se concentrar na atividade portuária e industrial, sendo o plano calcado nas ideias modernistas de zoneamento funcional como caráter norteador. A cidade foi repartida em zonas de uso, sem que essas zonas fossem exclusivas, ainda segundo um forte caráter funcionalista, em que foram determinados também os índices urbanísticos de ocupação do território (PEREIRA, 1992; 2010). Este zoneamento é indicado na Figura 1.

Figura 1 - Zoneamento do Plano Diretor de 1955



Fonte: Souza (2010).

As áreas da Baía Norte foram caracterizadas pelo Plano, principalmente, como zonas residenciais na ilha; já no continente, possuíam a previsão de uma grande zona industrial, que configuraria uma área também portuária.

Contudo, segundo Sugai (20), diferentemente do plano, o alvo dos poderes locais era a exploração do capital imobiliário, calcado no setor de construção civil, e da atividade turística, principalmente a partir da década de 60 (SUGAI, 2002). O interesse da elite local não era de desenvolvimento da atividade portuária, e o diagnóstico da especulação imobiliária como importante freio ao crescimento econômico da cidade confrontava os objetivos das lideranças municipais (LOHN, 2007). A partir da manutenção da aliança entre poder público e privado, apesar da aprovação, o Plano de 55 foi rapidamente renegado com pouca aplicação de suas diretrizes na prática.

Na legislação urbana, apesar da superação de alguns dos ideais de industrialização essenciais ao Plano de 1955, esse documento representou uma importante fonte para a reavaliação do Plano Diretor Municipal por parte do

Conselho de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, o CEAU. Uma das premissas para a sua elaboração, que teve o início de seus estudos em 1967, foi a necessidade de planejamento para a Grande Florianópolis, uma área que compreendia a capital e mais 19 municípios (PEREIRA, 1992).

O desenvolvimento do novo Plano se deu por parte do Escritório Catarinense de Planejamento Integrado (ESPLAN). Sua abrangência se propunha a ser de caráter metropolitano, com a configuração de Florianópolis como um grande polo de desenvolvimento (SUGAI, 2002, p.97), mesmo que a configuração urbana de Florianópolis e cidades vizinhas não constituísse uma região metropolitana nem do ponto de vista geográfico, nem do ponto de vista institucional. As diretrizes indicavam uma tendência à descentralização, e a proposição de importantes elementos de infraestrutura, com destaque para a construção de uma segunda ponte entre a ilha e o continente (RIZZO, 2013).

O Plano de Desenvolvimento da área Metropolitana de Florianópolis (PDAMF) foi aprovado em 1976, e seguiu um movimento nacional que previa a execução de grandes planos urbanísticos segundo os moldes tecnocráticos característicos do planejamento da ditatura militar, forma com que conformou o planejamento urbano na época na capital catarinense. Com relação aos aspectos formais, o PDAMF possuiu um forte caráter modernista e rodoviarista, prevendo uma grande área industrial ao longo da BR-101 e um sistema viário estruturado por vias expressas e de trânsito rápido (PEREIRA, 2010).

O caráter rodoviarista do planejamento urbano apresentado também era parte das diretrizes propostas em nível nacional. As influências internacionais do planejamento urbano modernista, como já colocado, propunham a organização da cidade em favor da circulação do automóvel. Tais diretrizes são exemplificadas no PDMAF, pela BR-101; pela nova ponte ligando a ilha e o continente; pela previsão de um túnel de conexão entre o centro da cidade e o aeroporto; e pela implantação da SC-401, a qual foi finalizada já em 1974, antes do novo Plano Diretor ser aprovado.

Um importante movimento da institucionalização no campo do planejamento urbano, no período, foi a criação do Instituto de Planejamento de Florianópolis, o Ipuf, por meio da Lei n° 1494 de 1977. Segundo Lohn,

> O prefeito de então, Esperidião Amin, que herdara a influência e o prestígio das lideranças tradicionais da cidade, encontrou respaldo nas velhas práticas políticas para exercer o domínio tecnocrático da máquina pública, ao empunhar a bandeira da modernização e do planejamento urbano. (LOHN, 2011, p.08).

As iniciativas de revisão do Plano de 1976 por parte do Ipuf tiveram início em 1981. A metodologia adotada foi a de Condicionantes, Potencialidade e Deficiências (CPD), com a proposição de um cronograma de ações que contava com a participação da comunidade, com exceção de sua última etapa (WOLFF, 2015). Esta iniciativa não foi completa e resultou em um Plano Diretor apenas para área específica, a Lei n° 1851 de 1982, que abrangia os bairros de Saco dos Limões, Pantanal, Córrego Grande, Itacorubi e Saco Grande.

Em 1985, foi elaborado, também pelo Ipuf, o Plano Diretor dos Balneários. A própria Lei nº 2193 se definine como um instrumento que "Dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da ilha de Santa Catarina declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências.", e tem claros objetivos de incentivar o setor turístico nas áreas abrangidas. A partir deste Plano, foram regularizadas áreas de balneário definidas como Zonas Urbanizadas, as quais compreendiam os distritos de Santo Antônio de Lisboa, Ratones, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, São João do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul, a fim de expandir a atuação da construção civil intensiva nos balneários da ilha, iniciada anos 70 (SUGAI, 2002). As áreas com ocupação urbana ainda rarefeita foram definidas como Zonas de Expansão Urbana, e sua ocupação deveria esperar a elaboração de planos específicos, assim como os locais delimitados como Áreas de Urbanização Específica (FLORIANÓPOLIS, 1985). Os Planos de Urbanização Específica permitiam a alteração do zoneamento, uma vez que as diretrizes principais da ocupação fossem mantidas (BENTO, 2004).

No zoneamento proposto para o Plano Diretor dos Balneários, há definição específica para as Áreas Turísticas, assim como na definição das Áreas Especiais estão contidas as Áreas de Incentivo à Hotelaria (AIH), como expressão espacial da relevância deste setor econômico no período. Não obstante a emergência do setor

de tecnologia na cidade, principalmente a partir dos anos 80, não há menção específica dele neste Plano.

É pertinente analisar que, até o Estatuto da Cidade, os Planos Diretores não possuíam um modelo de elaboração. O documento de 1985 se configura mais um código de proposição de ocupação urbana, do que de fato um instrumento de planejamento, em que não há a definição de diretrizes ou de objetivos para a política urbana do município. Ademais, a definição das áreas de ocupação traduz os interesses dos grupos de poder influentes, retratando o documento, questões discutidas fora dos caminhos legais, de forma que o Plano Diretor pudesse se tornar uma forma legitimação desses interesses.

O Plano Diretor dos Balneários sofreu, 61 alterações até 1997, quando houve um novo marco na legislação urbana municipal. Dessas 61 alterações, consta a Lei n° 3.616 de 1991 a qual cria as Áreas de Parques Tecnológicos (APT) as quais foram caracterizadas por "[...] zonas destinadas exclusivamente à implantação de empreendimentos Industriais, científicos e de serviços de base tecnológica, e dos equipamentos que lhe são complementares." (FLORIANÓPOLIS, 1991, não paginado). As APT seriam localizadas territorialmente segundo Leis Ordinárias sujeitas à aprovação na Câmara.

As previsões para os usos nas áreas delimitadas como APT são específicas, os usos comerciais e de serviços eram permitidos somente como suporte às atividades dos parques tecnológicos, sendo considerados toleráveis os usos de "museus, teatros, salas públicas e bibliotecas, os parques e as áreas verdes, as creches, pré-escolas e locais de recreação infantil, as escolas profissionalizantes e especiais, os clubes e associações, e a administração de parques." (FLORIANÓPOLIS, 1991, não paginado). Nesse sentido, nas APTs eram previstos 35% de área obrigatória para Áreas Verdes de Lazer (AVL), Áreas Comunitárias Institucionais (ACI) e Área do Sistema Viário se Transporte (AST), assim como um Plano de Urbanização Específico. Os lotes previstos tinham metragem de 1.500m² com uma taxa de ocupação de 25%, até 10.000m², casos em que a taxa de ocupação sobe para 30%. Quanto ao número máximo de pavimentos, este variava de acordo com o tamanho do lote, podendo chegar até 6 pavimentos. Também são determinados parâmetros para o sistema viário, devendo as vias coletoras possuir

faixas de domínio de 30m e as vias locais de 18m, medidas que eram previstas apenas para as vias coletoras e locais de maior porte no Plano Diretor de 1985.

Como previsto no Plano Diretor de 1985, Planos Diretores setoriais foram desenvolvidos, a exemplo das localidades de Jurerê, Praia Brava, Barra da Lagoa e Praia Mole (SANTOS, 2015). Dentre eles, como uma iniciativa do Ipuf, foi desenvolvido o Plano de Desenvolvimento da Planície do Campeche (PDPC), que resultou no Plano de Urbanização Específica do Parque Tecnológico do Campeche aprovado por meio da Lei n° 3958 de 1992.

O PDPC propunha uma extensa ocupação da planície do Campeche calcada em equipamentos do setor turístico e de alta tecnologia. Rizzo (2013) elucida os objetivos dos planejadores que,

> Orientados pela definição da nova vocação de Florianópolis, as indústrias do turismo e de alta tecnologia, técnicos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF viajaram ao exterior, no final da década de oitenta, na busca de modelos que orientassem a elaboração do Plano Diretor para a Planície do Campeche. (RIZZO, 2013, p.178)

Dentre esses modelos, constavam as Tecnopólis japonesas. Rizzo (2013) ao avaliar o conceito-guia para o PDCP indica que "está em conformidade com o receituário de inserção da cidade nos circuitos globais da economia e que não se pretendia uma inserção qualquer, haveria de ser um centro internacional especializado" (RIZZO, 2013, p.193). O planejamento urbano de Florianópolis demonstra a adoção de práticas que atribuem características de empresa à antiga cidade-máquina. Assim, é plausível aceitar que, se a inovação torna-se elemento essencial ao núcleo empresarial privado, em seu sucesso no mercado competitivo, possa ser também elemento chave para as cidades-empresa que buscam a inserção no mercado competitivo global. Os autores Rodriguez-pose e Hardy (2014) em estudo acerca dos parques tecnológicos nos países chamados emergentes, alertam que,

> [...] policy interventions, such as the development of technology and industrial parks, can also be seen as instruments to provide local reference points or knowledge hubs to lagging, marginal areas, in hope that they can

> foster the development of a viable technological foundation over time[28]. (RODRIGUEZ-POSE; HARDY, 2014, p.9)

A Lei de 1992 aplica-se a uma área referente à Fazenda Rio Tavares, e, além de Áreas Residenciais Predominantes (ARP), delimita locais de Áreas Comunitárias Institucionais (ACI) e Áreas de Parques Tecnológicos (APT). Dentre as ACIs propostas constam as subdivisões referentes à Escola profissionalizante de 2º grau, Incubadora, Centro de Pesquisa, Museu de Ciência e Tecnologia e Administração do Parque Tecnológico (FLORIANÓPOLIS, 1992). A legislação é bastante específica com relação ao modelo espacial previsto para o PUE do Campeche, os artigos 8, 9 10, 11 e 12 especificam os índices urbanísticos, arborização e sistema viário para as APT, com destaque para o artigo n° 10:

> **Art. 10 -** A arquitetura das edificações na zona APT-3 do mapa I deverá obedecer aos seguintes critérios:
> [...]
> II - É vedada a imitação do estilo colonial tradicional da região ou o uso de seus elementos;
> III - Os materiais de revestimento externo devem ser os mais atuais possíveis, evitando-se superfícies rugosas, salpicos, calhetão, madeira ou estilo brutalista;
> IV - As aberturas devem ser confeccionadas em metal e vidro;
> V - A volumetria e os materiais devem transmitir uma imagem tecnológica, dando-se preferência ao estilo "higtech".
> Parágrafo Único - O prédio da administração do Parque deve ser projetado como marco visual do empreendimento, destacando-se na paisagem por sua forma, materiais e altura, a qual poderá atingir até 23,00m (vinte três metros). (FLORIANÓPOLIS, 1992).

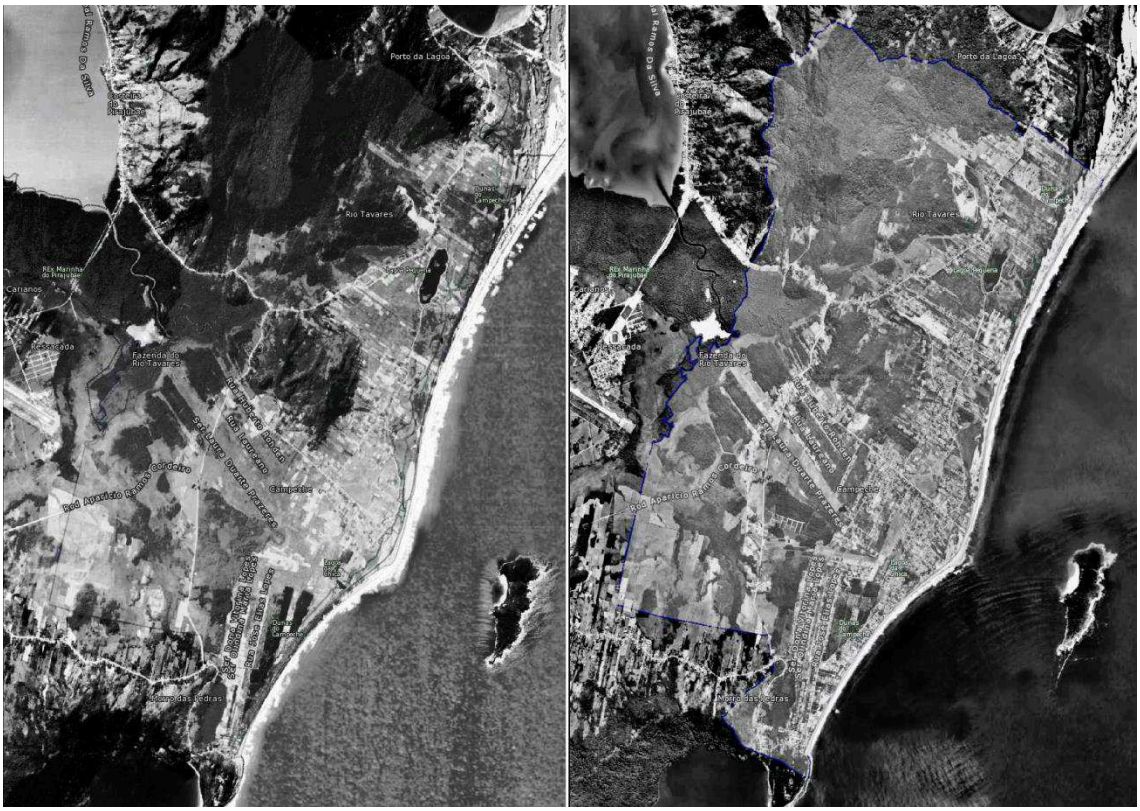
Desde os “materiais mais atuais possíveis” até “transmitir a imagem tecnológica” traduzem as intenções de criação de uma identidade *hightech* para a APT do Campeche (FLORIANÓPOLIS, 1992). O instrumento de planejamento é utilizado para a configuração de um modelo espacial que vai ao encontro dos modelos internacionais consultados, que em muito se afasta da realidade encontrada no distrito do Campeche.

Bento (2004) elenca os principais objetivos propostos para o PDPC, dentre os quais figuravam “a construção de infraestrutura urbana, a implantação de

[28] [...] as intervenções políticas, como o desenvolvimento de parques tecnológicos e industriais, também podem ser vistas como instrumentos para fornecer pontos de referência locais ou centros de conhecimento para áreas marginais atrasadas, na esperança de que possam promover o desenvolvimento de uma base tecnológica viável ao longo do tempo.

Parques Tecnológicos, implantação de *campi* universitários, implantação de equipamentos turísticos e setor hoteleiro e a **manutenção das características das comunidades nativas**" (BENTO, 2004, p. 156, grifo nosso). Destaca-se a este último, tendo em vista o contexto da urbanização acelerada no Campeche a partir do final da década de 1970, com a ascensão do turismo de forma geral da ilha de Santa Catarina, expandido tardiamente para as áreas do sul. A Figura 2 indica poucas manchas de urbanização concentrada no bairro em 1977, ao passo que, treze anos depois, é claro o aumento da ocupação no sentido noroeste e sul, por meio de abertura de novas vias e maior parcelamento do solo.

Figura 2 - Foto aérea Campeche – 1977 e 1994



Fonte: Florianópolis ([201-?]). Elaboração: própria.

Como indica Rizzo (2013), o modelo de ocupação apresentado pelo Ipuf não correspondia às demandas locais, as quais eram de uma região ainda caracterizada por fortes traços rurais, de baixa densidade demográfica a urbana:

> Ao propor uma urbanização intensiva para abrigar 450 mil habitantes, com largas vias, os parques tecnológicos e até mesmo um sistema de transporte sobre trilhos que ligaria todos os bairros da planície, algo que não existe nem nos países mais ricos, o IPUF encontrou uma resistência popular muito grande. Estava claro, para os moradores, que aquele plano não se destinava a eles, mas a outros que deveriam ser atraídos para aquele lugar. (RIZZO, 2013, p. 179)

Assim, encontra-se no Plano para a Planície do Campeche, um planejamento urbano voltado para demandas externas que estimulava o crescimento exacerbado da capital catarinense. Seus objetivos, além de abarcarem a indústria turística, também apontavam para novas fronteiras de expansão do capital no setor de alta tecnologia, configurando um instrumento para a expansão dos mercados na capital catarinense.

Em virtude da forte reação da comunidade ao Plano, canalizada no Movimento Campeche Qualidade de Vida, cuja participação no processo de planejamento é mais bem destrinchada no capítulo 4, os planos de ocupação da Planície do Campeche não saíram do papel. Posteriormente, ele configurou, ainda, o Plano Diretor da Planície Entremares, o qual se dividiu em 13 projetos de lei, sendo aprovado apenas um deles que resultou na Lei Complementar n° 22 em 2000. Durante as propostas de projeto de lei, com destaque para o PL 080/98, houve a delimitação de áreas de APT no atual bairro Alto Ribeirão Leste, contudo, lei aprovada se resume a uma alteração de zoneamento para as Áreas de Expansão Urbana e Área de Urbanização Específica, sem delimitações de zoneamento de APT (WOLFF, 2015).

Concomitante a este processo, a atualização do Plano Diretor de Florianópolis ocorreu apenas em 1997, e se voltava, novamente, apenas ao Distrito Sede, área central de Florianópolis na ilha e no continente, com as delimitações norte no bairro Cacupé e sul no bairro Rio Tavares, sendo as demais áreas determinadas como Zonas Rurais (FLORIANÓPOLIS, 1997). O microzoneamento foi atribuído somente à Zona Urbana neste Plano, continuando a vigorar o Plano Diretor dos Balneários para as demais porções da ilha.

Neste microzoneamento, se mantiveram as Áreas Turísticas, subdividas em Áreas Turísticas Exclusivas e Áreas Turísticas Residenciais, as Áreas de Incentivo à Hotelaria, e as Áreas para Parques Tecnológicos, nos mesmos moldes indicados pela Lei n° 3.616 de 1991. Para as APT o artigo n° 112 coloca a condição da necessidade do licenciamento prévio, isentando dessa necessidade "[...] os

empreendimentos caracterizados, exclusivamente, como prestação de serviços e/ou comércios.” (FLORIANÓPOLIS, 1997).

Para ambas as áreas, é relevante a regulamentação dos polos geradores de tráfego (PGT) definida pelo Plano de 1997. Os PGTs foram determinados de acordo com o uso das edificações, e possuía definição específica para “Hotéis e demais meios de hospedagem” caracterizando como tal aqueles estabelecimentos desde 50, até mais de 200 unidades de hospedagem (FLORIANÓPOLIS, 1997). Todavia, os Parques Tecnológicos, não são delimitados nos usos caracterizados como PGTs, apesar de, segundo a mesma lei, poderem chegar a uma área construída de até 18.000m².

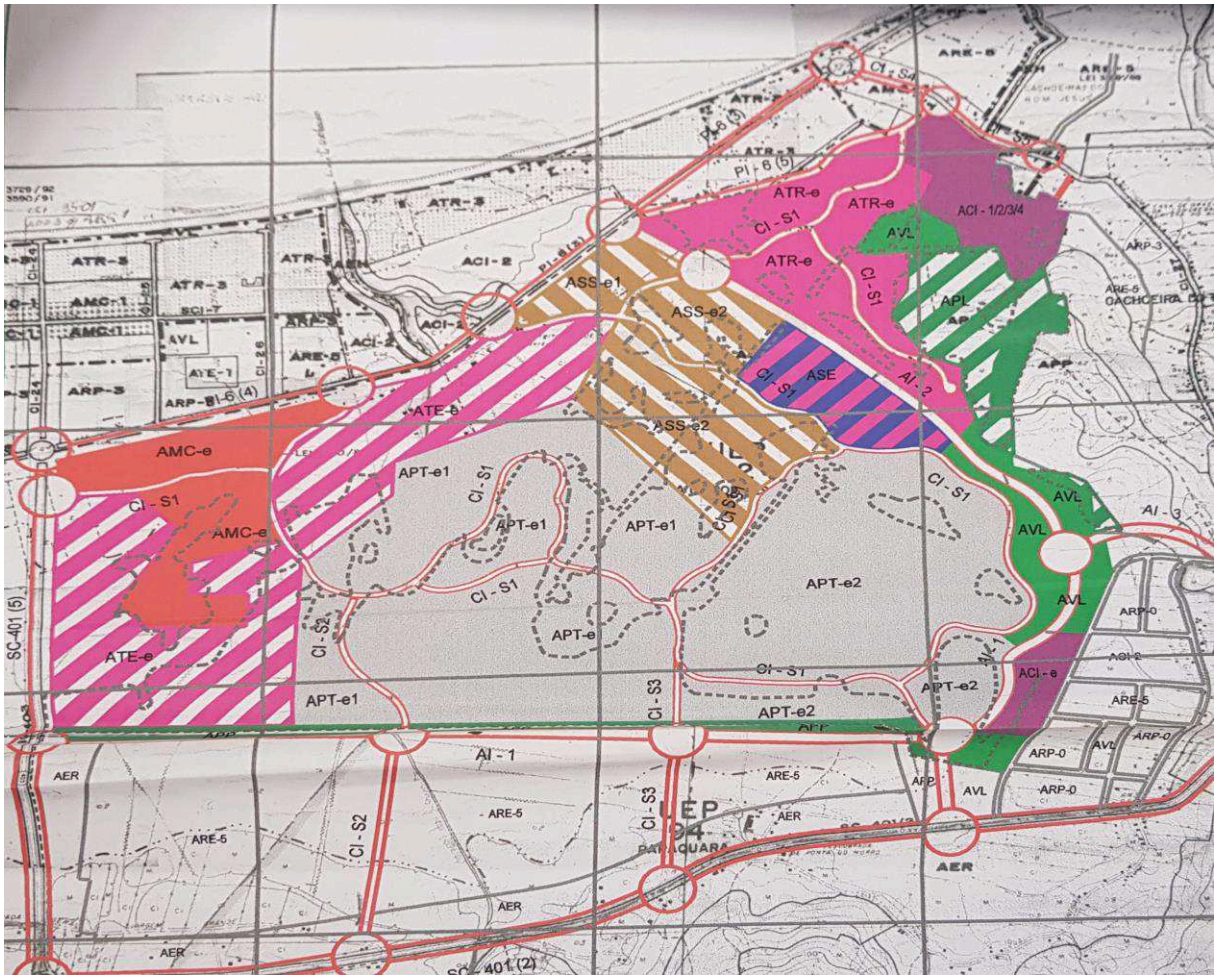
No Plano de 1997, também estão previstos como instrumentos urbanísticos, além da Transferência do Direito de Construir, já prevista no Plano Diretor dos Balneários, o Solo Criado, como formas de adicionar área construída àquelas já previstas pelo zoneamento. Destaca-se que até o registro de 2006 pela ONG FloripAmanhã, o Plano de 1997 havia recebido 480 emendas de alteração, além de alterações por Leis Complementares, até a sua revogação pelo Plano Diretor de 2014 (FLORIPAMANHÃ, 2006).

Dentre estas alterações, é pertinente ao presente trabalho a Lei nº 134 de 2004, a qual se descreve em seu primeiro artigo como “visando a implantação do ‘Projeto Sapiens Parque’" (FLORIANÓPOLIS, 2004, não paginado). No artigo 3° os índices urbanísticos de ocupação, sistema viário e perfis de vias, ainda são vinculados ao Plano de 1997, o qual foi posteriormente revogado pelo PDPI de 2014, bem como as áreas adicionadas se referem ao Plano Diretor de 1985, dentre as quais constam:

> Art. 4° [...]:
>
> I - Área Mista Central - específica (AMC-e);
> II - Área Turística Exclusiva - específica (ATE-e);
> III - Área para Parques Tecnológicos - específica, do tipo 1 (APT-e1);
> IV - Área para Parques Tecnológicos - especifica, tipo 2 (APT-e2);
> V - Área de Serviço Suplementar - específica, do tipo 1 (ASS-e1);
> VI - Área de Serviço Suplementar - específica, do tipo 2 (ASS-e2);
> VII - Área Turística Residencial - específica (ATR-e);
> VIII - Área Comunitária Institucional - específica (ACI-e). (FLORIANÓPOLIS, 2004, não paginado).

O mapa de zoneamento referente à Lei é indicado na Figura 3.

Figura 3 - Zoneamento da Lei n°134 de 2004



Fonte: Florianópolis (2004). Elaboração: própria.

Também está determinada a porcentagem de 45% para a cessão de áreas de uso comum. O Sapiens Parque é indicado como polo gerador de tráfego pela Lei de 2004, e são previstas articulações específicas no que concerne à mobilidade urbana e acessibilidade do projeto, dentre as quais constam,

> Art. 5º Os acessos às diferentes áreas objeto desta Lei Complementar deverão prever integração de todos os modos de transportes, tanto interna como externamente a elas.
>
> Parágrafo Único - Será obrigatória a implantação de infraestrutura para transporte rodoviário e cicloviário, exigindo-se apenas a previsão de faixas de domínio e terrenos para estações, no caso dos transportes hidroviário e ferroviário de massa, que serão incluídos no projeto de urbanização.
>
> Art. 6º No projeto de urbanização deverão ser programadas áreas próprias para estacionamento de veículos, calculadas segundo as normas dos polos geradores de tráfego.

> § 1º - As obras consideradas como contrapartida pela instalação de polos geradores de tráfego serão a implantação de vias marginais e das interseções que se fizerem necessárias.
>
> § 2º - O padrão mínimo de estacionamento para empreendimentos de base tecnológicas será de uma vaga para cada 20,00m² (vinte metros quadrados) da área construída, mais uma vaga para carga e descarga e 10% (dez por cento) de vagas para visitantes.
>
> [...]
>
> Art. 7º O projeto de urbanização deverá prever ainda áreas de circulação de pedestres, paraciclos e bicicletários, calculadas segundo a lotação máxima dos equipamentos.
>
> Parágrafo Único - As faixas de domínio correspondentes aos passeios não poderão ter largura inferior a 3,00 (três) metros. . (FLORIANÓPOLIS, 2004, não paginado).

Além de tais previsões, ressalta-se a divergência de especificação para o que é previsto em nível de transporte coletivo e individual, sendo este último contemplado de forma mais evidente.

A justificativa para o projeto de Lei Complementar, encontrada em consulta à Assembleia Legislativa, ocorreu por uma mensagem assinada pela então prefeita Angela Amin. Na mensagem a prefeita indica a importância do projeto enquanto fator atrator de investimentos para a cidade e gerador de empregos. A prefeita ainda coloca que

> O presente projeto de Lei Complementar é a demonstração de que a Prefeitura Municipal de Florianópolis está emprenhada no desenvolvimento e implantação do futuro complexo urbano, adequando sua legislação à magnitude e modernidade que o mesmo requer. (AMIN, 2004)

A trajetória do planejamento urbano em Florianópolis é, como demonstrado, bastante fragmentada havendo percalços na aprovação das leis, sobreposição de diferentes documentos regulatórios, e aprovação de alterações nos Planos Diretores de forma indiscriminada. Esse contexto é resultado da atuação das horizontalidades de seu território de forma expressiva, como descrito no capítulo seguinte, dentre os quais figura o poder público, de forma recorrente. A aprovação do Plano Diretor de 2014 é uma história essencialmente calcada nessa atuação, que anula ou potencializa os diversos interesses acerca do espaço urbano em Florianópolis.

Em 2001, o Estatuto da Cidade descreveu a obrigatoriedade do desenvolvimento de planos diretores participativos no Brasil, dando um prazo de cinco anos para a atualização das legislações em vigor, segundo as novas prescrições da Lei, a ser finalizado em outubro de 2006. Dessa forma, a elaboração do Plano Diretor Participativo Integrado de Florianópolis (PDPI) tem início com o Decreto nº 4215/2006 o qual cria o grupo executivo do PDPI e seus componentes (FLORIANÓPOLIS, 2006).

O processo participativo, que ocorreu durante a implementação do PDPI em Florianópolis, foi conturbado, e será mais bem detalhado na seção 4.2. Até a aprovação da Lei em 2014, Santos (2015) define quatro fases de elaboração do documento: o Período do Núcleo Gestor e representação distrital (2006-2008), em que há de fato a estruturação da participação popular, com a realização de reuniões e audiências públicas para as definições; o Período da Fundação CEPA (2008-2010), em que ocorre a desarticulação total da participação popular por motivações políticas, e a retomada do planejamento tecnocrático; o Período de indefinição (2010-2012), em que não há avanços nas definições do Plano, apenas tentativas de retomada da estrutura de participação e seu comprometimento em virtude do período eleitoral; e o Período do Ipuf (2013-2014), em que há a nova inserção da atuação de técnicos e uma participação popular simulada e desestruturada com o intuito apenas de legitimação da Lei perante os pressupostos participativos.

Em análise específica da Lei nº 482, aprovada em 2014, a qual se encontra vigente, esta se difere das legislações anteriores em sua estrutura. Primeiramente dado o Guia para a Elaboração dos Planos Diretores Participativos (INSTITUTO PÓLIS, 2004), bem como as previsões dispostas no Estatuto da Cidade, o documento passa a prever princípios, diretrizes, estratégias e políticas para os diferentes temas abarcados pelo PDPI.

Já no primeiro capítulo acerca das Disposições Preliminares, e no capítulo dos Princípios e Diretrizes, as atividades ligadas à tecnologia são elencadas,

> Art. 5° [...]
> VII - os serviços ligados ao desenvolvimento tecnológico, educação, assistência social, cultura, turismo e lazer devem ser considerados como atividades estratégicas do desenvolvimento econômico e social de Florianópolis, esse reconhecimento pode ser traduzido no crescimento de taxas de ocupação, adensamento e altura, a depender das áreas em que estejam inseridos.
> [...]

> Art. 10° São diretrizes do Plano Diretor do Município de Florianópolis:
> [...]
> III - a integração do município de Florianópolis na dinâmica da Região Metropolitana e sua consolidação como centro regional de desenvolvimento sustentável nos setores de turismo, lazer, educação, cultura e inovação tecnológica;
> IV - o incentivo às atividades produtivas locais através do apoio ao empreendedorismo e a mecanismos de geração de emprego e renda, em especial nas áreas de inovação tecnológica, cultura, lazer, pesca, gastronomia, turismo, artesanato, agropecuária, agricultura urbana e aquicultura; [...] (FLORIANÓPOLIS, 2014, não paginado).

Com relação à ocupação do solo na ilha, as seções I e II são relevantes, pois se referem à Política de Fortalecimento da Multicentralidade e à Política de Ocupação Concentrada do Solo em Ambientes Urbanizáveis. A primeira concerne a um modelo de ocupação do solo polinuclear de fortalecimento e criação de novas centralidades, com a previsão de melhorias nas principais infraestruturas destes núcleos. A segunda descreve uma ocupação urbana equilibrada entre as áreas de preservação e as áreas consideradas urbanizáveis, no sentido de estabelecer harmonia entre as áreas construídas e o patrimônio natural da ilha.

Quanto às determinações do ordenamento territorial as zonas de uso dos municípios, estão definidas em um macro e microzoneamento os quais são elencados no Quadro 1.

Quadro 1 - Macrozoneamento PDPI de 2014

Macroáreas	Áreas/Zonas
Macro Áreas de Usos não Urbanos	Área de Preservação Permanente (APP)
	Unidade de Conservação (UC)
	Áreas de Elementos Hídricos (AEH)
Macro Áreas de Transição	Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL)
	Área Residencial Rural (ARR)
	Área de Urbanização Especial (AUE)
Macro Áreas de usos Urbanos	Área Residencial Predominante (ARP)
	Área Residencial Mista (ARM)
	Área Mista de Serviço (AMS)

	Área Mista Central (AMC)
	Área Turística Residencial (ATR)
	Área Turística e de Lazer (ATL)
	Área Comunitária Institucional (ACI)
	Área Verde de Lazer (AVL)
	Área de Estudo Ambiental (AEA)
	Área Residencial Cultural (ARC)
	Zonas Especiais de Interesse Social

Fonte: Florianópolis (2014). Elaboração: própria.

O PDPI ainda determina as Áreas Especiais de Intervenção Urbanística (AEIU). Essas áreas seriam sobrepostas às zonas existentes "com a finalidade de servir ao interesse público para viabilizar intervenções de interesse municipal" (FLORIANÓPOLIS, 2014). As AEIU são assim divididas:

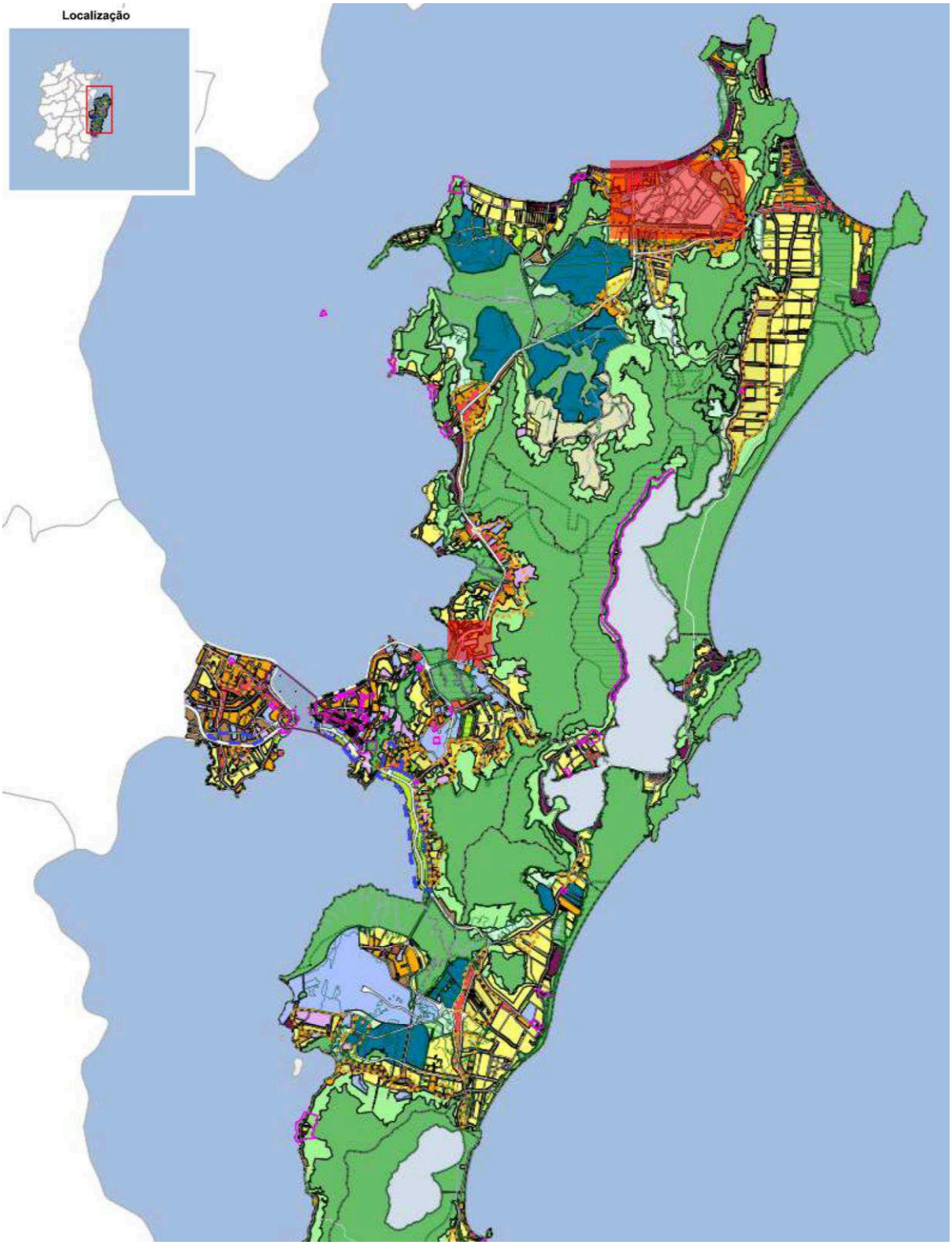
> Art. 125°
> I - Áreas de Preservação Cultural (APC);
> II - Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS);
> III - Áreas Prioritárias para Operação Urbana Consorciada (OUC);
> IV - Áreas de Desenvolvimento Incentivado (ADI);
> V - Áreas do Projeto Orla (APO);
> VI – Áreas de Risco Geológico (ARG);
> VII – Áreas do Patrimônio Geológico (APG);
> VIII – Áreas de Limitação Ambiental (ALA);
> IX - Áreas de Conflito Ambiental e Urbano (ACAU);
> X – Áreas de Adequação Urbana (AAU); e
> XI – Áreas de Urbanização Especial (AUE); (FLORIANÓPOLIS, 2014, não paginado).

Com relação às ADI, nelas está determinada a concessão de incentivos fiscais, de infraestrutura, e construtivos para os empreendimentos cuja geração de empregos foi comprovada alta quando destinada a certos setores econômicos, dentre os quais constam "implantação de empreendimentos industriais, científicos, de conhecimento e de serviços de base tecnológica" (FLORIANÓPOLIS, 2014, não paginado). No mapa de zoneamento disponibilizado pela Prefeitura de Florianópolis, entretanto, não há a delimitação de áreas ADI.

Há a delimitação, novamente, de Áreas de Parque, cuja sigla é APT, a mesma anteriormente usada pelas Leis anteriores para os locais em que se encontravam os parques tecnológicos. No geoprocessamento a área está vinculada à Lei nº 482 de 2014, que vem a ser o Plano Diretor da cidade, o qual não cita as

áreas de parque tecnológico do corpo do texto em nenhum parágrafo, artigo ou seção. Dessa condição conclui-se que a Lei que rege as APT é ainda a Lei de 1991, assim como a Lei de 2004 para a área em que se encontra o Sapiens Parque. Os locais onde há tal delimitação são indicados em vermelho na Figura 4.

Figura 4 - Localização do zoneamento de APT segundo o Plano Diretor de 2014



Fonte: Florianópolis ([201-?]). Elaboração: própria.

Tem destaque no processo de aprovação do Plano Diretor de 2014 a atuação da Fundação CEPA no período da "fase técnica" (SANTOS, 2015, CUNHA, 2013). Este corpo técnico foi também o responsável pela elaboração de outro documento relevante para o desenvolvimento do setor de T&I e para o planejamento urbano em Florianópolis. Trata-se do documento publicado em 2008, Plano Floripa 2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região. Este documento foi desenvolvido a partir de uma articulação liderada pela ONG FloripAmanhã que teve início com a inserção da Florianópolis no projeto Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano da ONU, também melhor destrinchada em capítulo posterior. A ONG reuniu instâncias da sociedade civil, governamental e da iniciativa privada, cujas entidades são elencadas no início do documento e demonstradas no Quadro 2.

Quadro 2 - Entidades privadas participantes do documento Floripa 2030

Entidade	Área de atuação
Becocastelo Contrução e Incorporação de Imóveis Ltda.	Construção Civil
Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis – CDL	Comércio
Casas da Água Materiais para Contrução Ltda.	Construção Civil
Costão do Santinho Turismo de Lazer LTDA	Turismo
DVA Automóveis LTDA	Comércio
Empreendimentos Imobiliário ZITA Ltda.	Construção Civil
Jurerê Internacional – Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Construção Civil
Koerich Gente Nossa – Eugenio Raulino Koerich S. A. Comércio e Indústria	Comércio, Indústria e Construção Civil
Lumak Participações Societárias Ltda.	Construção Civil
Luminar Comércio e Indústria Ltda.	Comércio e Indústria de Telecomunicações
RCD Empreendimentos S.A.	Construção Civil
Sindicato da Indústria de Pesca de	Indústria da Pesca

Florianópolis	
Sistema SINDUSCON Grande Florianópolis – Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis	Construção Civil
Solução Empreendimentos LTDA	Construção Civil
Sul Catarinense Mineração, Artefato de Cimento, Britagem e Contrução Ltda.	Construção Civil
Supermercados Imperatriz Ltda.	Comércio
TV O Estado de Florianópolis LTDA – RIC RECORD	Telecomunicações
Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul	Educação

Fonte: FloripAmanhã (2008a). Elaboração: própria.

É evidente a representação massiva do setor relacionado à construção civil dentre as entidades apoiadoras. O início dos trabalhos teve participação popular na realização de quatro oficinas, as quais tiveram como intuito a definição do Pacto de Desenvolvimento Sustentável. Das oficinas, foram elencados conflitos e potencialidades, e, dentre as últimas, figura o setor de T&I na menção à "existência de clusters empresariais, científicos, comunitários como plataforma para o desenvolvimento integrado" (FLORIPAMANHÃ, 2008a, p.17).

O documento se propõe a ser uma Agenda Estratégica com base em um diagnóstico e em um cenário desejado, desenvolvidos a partir de um Grupo Gestor das Estratégias, um Grupo de Trabalho Ampliado, e uma Equipe Técnica de Coordenação. O Grupo de Trabalho Ampliado foi onde se concentrou a "participação popular", o qual realizou as etapas de levantamento de Conflitos e Potencialidades e Cenários Avaliados junto à Fundação CEPA e ao Grupo Gestor das Estratégias. A participação foi composta por 148 pessoas, representadas por 84 entidades de diversos seguimentos, em que há a representação de 6 núcleos distritais: de Ingleses, Ratones, Santinho, Santo Antônio, Campeche, e subnúcleo de Coqueiros. Tais núcleos foram formados para o plano diretor participativo e serão mais bem detalhados na seção 4.2.

Para o diagnóstico, são elencadas cinco premissas, dentre as quais figuram as "Oportunidades econômicas descentralizadas e diversificadas e inovações tecnológicas". Os encontros participativos, parte do desenvolvimento do diagnóstico, resultaram em temas, os quais são compostos por tópicos como Orientações sobre

desenvolvimento social e econômico (turismo, indústria, conhecimento, produção rural, pesca e serviços, etc.); Descentralização territorial e diversificação das oportunidades econômicas; e Orientações sobre as inovações tecnológicas sustentáveis. Estas últimas diretamente relacionadas ao setor de T&I.

A partir das temáticas debatidas e da articulação entre suas potencialidades e conflitos, foram avaliados três cenários, dentre os quais figura o "Máximo crescimento populacional na ilha metrópole globalizada", definido como "o cenário das tendências de investimento atuais, com grande riqueza de oportunidades econômicas e crescentes crises socioambientais" (FLORIPAMANHÃ, 2008a, p.26). Para cada cenário foi realizada uma análise SWOT[29], no cenário em questão, consta como Oportunidades a maximização de oportunidades econômicas na ilha, o favorecimento de novos setores criativos na ilha e a possibilidade da nova multiculturalidade globalizada (FLORIPAMANHÃ, 2008, p.27).

A análise SWOT resultou, então, na Agenda Estratégica. Dentre as estratégias definidas, estes instrumentos de análise se dividem em políticas, nas quais figura a "Política de Economia do Conhecimento". Esta política destaca o potencial de Florianópolis na temática e se refere às novas prescrições econômicas, nas quais a tecnologia, o acúmulo e o aproveitamento de conhecimento pode ser o motor e a essência da "competitividade" da cidade a longo prazo. Esta política seria calcada na articulação da tríade governo, empresa e academia cujas iniciativas, segundo o documento, já estão vigentes,

> Talvez o mais conhecido seja o chamado Sapiens Parque, entre os grandes projetos deste tipo. Mas já existem iniciativas concretas e de amplo valor como o Parque TechAlpha, diferentes laboratórios das principais universidades, a iniciativa de promoção empresarial e de grandes projetos de Santa Catarina e parcerias. Isto indica um processo de transformação produtivo de alto interesse, para setores mais modernos da economia (pesquisa + desenvolvimento + inovação), que encontram na ilha de Santa Catarina, um ambiente ideal. (FLORIPAMANHÃ, 2008a, p.35).

[29] A análise SWOT consiste em uma metodologia de desenvolvimento estratégico que surgiu na Universidade de Harvard e analisa as Forças (Streght), Fraquezas (Weakness), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threatness) dos contextos aos quais é aplicada.

O setor de T&I é então um dos pontos estruturadores do documento, e das propostas de desenvolvimento sustentável da capital catarinense. A política em questão é destrinchada em Programas, Subprogramas e Projetos, os quais são indicados no Quadro 3.

Quadro 3 - Definição de Programas, Subprogramas e Projetos para a Política da Economia do Conhecimento

Políticas	**Programas**	**Subprogramas**	**Projetos**
Política da economia do conhecimento	Programa Qualidade: cidade líder na economia do conhecimento. Sinergia da inteligência acadêmica a favor da qualidade	Subprograma Eco design: desenho ambientalmente consciente	Projeto Quarteirão Industrial (aglomerações de indústrias, etapa pós incubadora)
			Projeto de Reutilização e reciclagem de resíduos
		Subprograma de Incentivos a novos empreendimentos tecnológicos (Aplicar a lei de informática, a lei de inovação e outros instrumentos de fomento para entidades privadas)	
	Programa de apoio a projetos culturais com vínculos sociais	Subprograma Laboratório de projetos culturais	
		Subprograma Cidade da paz -difusão da não violência	

Fonte: FloripAmanhã (2008a). Elaboração: própria.

Percebe-se a pouca definição de instrumentos que se caracterizam como a parte operacional do Plano. Destaca-se o projeto de Quarteirão Industria,l e os Incentivos a novos empreendimentos tecnológicos, calcados nos incentivos da instância governamental existentes. De modo geral, as descrições em muito se

relacionam ao conceito de desenvolvimento sustentável que percorre todo o documento, que tem base no conceito de Reserva da Biosfera.

Sob o mesmo conceito de sustentabilidade e teórica concordância do ambiente construído com o ambiente natural, foi elaborado, em 2015, pela PMF o documento Plano de Ação Florianópolis Sustentável (PAFS). O documento foi realizado a partir de uma parceria entre a Prefeitura, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a CAIXA, e compreendeu a adequação da cidade ao programa Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis, o qual se define como:

> un enfoque integral e interdisciplinario para identificar, organizar y priorizar intervenciones urbanas para hacer frente a los principales obstáculos que impiden el crecimiento sostenible de las ciudades emergentes de América Latina y el Caribe. (BID, c2019)

O PAFS tem um sistema de análise baseado em diagnóstico, priorização, plano de ação e plano de investimento. Com relação à priorização, esta é definida como ancorada em três filtros, sendo eles:

> (I) opinião pública (a importância do tema para a sociedade local); (II) econômico: análise multicritério (relaciona as áreas temáticas da ICES com os subfiltros relacionados a dados secundários obtidos para o PIB, emprego e competitividade do município); (III) ambiental/mudança do clima. (FLORIANPÓLIS, 2015, p. 50)

Ademais, dentre os capítulos de diagnóstico definidos no documento, o capítulo 6 é denominado Estudo de Base Adicional: Tecnologia de Informação e Comunicação na Gestão Municipal. Este estudo elenca as possibilidades de renovação das infraestruturas urbanas e gestão da cidade uma vez que "torna-se um imperativo usar de inovação e de tecnologia para criar cidades mais inteligentes de forma a entregar aos cidadãos novas oportunidades econômicas e sociais" (FLORIANÓPOLIS, 2015, p.135). Para tal, a empresa Microsoft foi convidada a avaliar o cenário da capital catarinense com os objetivos de:

> 1. Elaborar um diagnóstico da infraestrutura das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC,
> 2. Identificar pontos ou situações nas quais soluções de cidades inteligentes poderiam contribuir com a municipalidade
> e,
> 3. Fazer recomendações de soluções que possam contribuir para a implantação dessas soluções inteligentes.

(FLORIANÓPOLIS, 2015, p.135)

Nesse sentido, a empresa realizou um diagnóstico da cidade sob tais aspectos, frente ao qual indicou recomendações, as quais se baseiam em três dimensões: Equilíbrio Fiscal Tributário, Infraestrutura e Modelo de Governança, Gestão e Arquitetura de TI. As recomendações compreendem: Sistema de Software para Gestão Fiscal Tributária, Consultoria para Aumento das Receitas Tributárias, Melhorar a Infraestrutura e Conectividade em Florianópolis, Consultoria de Infraestrutura de rede LAN e sem fio, Produtividade e Consultoria Modelo de Governança, Gestão e Arquitetura de TI. Todas as recomendações elencadas compreendem a incorporação da tecnologia nos aspectos indicados, nos moldes do conceito de cidades inteligentes.

Ainda, nas ações propostas ao final do documento, há a recorrência da implementação de novas tecnologias para a concretude dos objetivos a serem atingidos. A exemplo da linha estratégica referente a “Modernizar a Gestão Municipal e a Governança”, que possui como uma de suas diretrizes a ação “Melhorar os Instrumentos de Gestão Municipal por meio da Tecnologia”.

É relevante o conceito territorial atrelado à linha estratégica “Repensar e Monitorar o Território e a Mobilidade”, esta possui como uma de suas diretrizes “Elaboração de plano de desenvolvimento econômico das centralidades Norte e Sul”. No que tange à centralidade Norte, é importante destacar o seguinte trecho:

> O estudo de desenvolvimento econômico da centralidade norte deverá girar em torno do fortalecimento do Parque Tecnológico existente (Sapiens Park). Sabemos que os Parques Tecnológicos são empreendimentos imobiliários bastante diferenciados, que contam com vantagens locacionais particulares oferecidas pela proximidade com universidades, oferta de mão de obra qualificada e um ambiente de inovação. Estas condições, presentes nesta região, permitem a criação de um espaço urbano altamente diferenciado, com a finalidade de atrair um conjunto de empresas de base tecnológica, propiciando sinergias para intensificar as suas estratégias de inovação e produção. Por outro lado, é importante enfatizar que estes empregos estão ancorados num desenvolvimento urbano capaz de atrair as denominadas classes criativas que buscam produtos imobiliários alternativos associados a áreas verdes, ciclovias, transporte público, equipamentos culturais. (FLORIANÓPOLIS, 2015, p.215)

O documento elucida ainda que “Os Parques Tecnológicos são a expressão de um fenômeno global que se manifesta na escala regional e urbana” (PMF, 2015, p.215). De fato, é possível a percepção que, das vantagens indicadas no documento relacionadas aos parques tecnológicos, poucas compreendem a realidade do

Sapiens Parque, tais como a proximidade de aeroportos internacionais e a agregação de múltiplos usos em seu interior como moradia e lazer.

Além disso, o documento elenca as particularidades demandadas pelos parques tecnológicos, como o desenvolvimento de um novo território; a criação de núcleos residenciais com padrões urbanísticos diferenciados; a integração com o seu entorno urbano, de modo a dar continuidade ao tecido urbano; a urbanização progressiva, de modo a permitir uma concepção do empreendimento em fases; a modelagem do uso e ocupação do solo, verificando as alternativas de dimensionamento de terreno adequadas para cada tipo de uso; as parcerias bem equacionadas e geridas; e o equacionamento adequado do licenciamento do empreendimento e dos impactos de vizinhança gerados. Tais premissas elencadas como "naturalmente" associadas aos ambientes de parques tecnológicos, serão analisadas posteriormente no trabalho, a partir da perspectiva da consonância com a realidade não só econômica, mas também do sítio e do contexto social em que se inserem tais ambientes de inovação em Florianópolis.

Em suma, é perceptível a trajetória de conformação do planejamento urbano na capital em consonância ao desenvolvimento do setor de T&I. Desde as primeiras discussões nos Planos Diretores acerca do setor produtivo mais relevante na capital, entre o portuário, o industrial, e sua incorporação nas respectivas Leis, até finalmente a consolidação do turismo e da construção civil, com o zoneamento como instrumento de legitimação de tais direcionamentos. O mesmo instrumento foi também o meio que delimitou os locais de desenvolvimento da atividade em associação a um Plano Diretor mais elaborado, em que o setor de T&I figurou também nas políticas e diretrizes previstas para a cidade. Mais recentemente, destaca-se a elaboração de planos de desenvolvimento sustentável para a capital em que o setor em questão e suas aglomerações, são como âncoras de tais documentos, e mostram-se como alternativas de um desenvolvimento econômico menos poluente e, teoricamente, mais adequado ao ambiente natural sensível da capital catarinense.

4 A EPIFANIA DAS HORIZONTALIDADES

Dada a trajetória de conformação do setor de T&I na capital catarinense e a sua relação com o planejamento urbano, tem destaque os desdobramentos das iniciativas de certos atores. É possível constatar que articulação das instâncias social, econômica e governamental na história de expansão econômica e urbana na ilha, por vezes caracteriza diferentes visões de espaço. Nesse sentido, é pertinente a perspectiva de Massey (1991; 2007) que indica como o senso de lugar é diferente a partir dos diferentes pontos de vista. Embora a espacialização material da cidade seja fortemente condicionada pelo capital, segundo a autora, a vivência do espaço não é somente interferida pelos vetores econômicos.

As condições inerentes aos atores sociais, que constituem o espaço vivido são componentes das características do lugar que se conforma. Para exemplificação de tal constatação Massey (2007) usa como exemplo as mulheres, que em virtude da sociedade machista, tem uma experiência restrita em certos espaços e ocasiões, condicionadas pelo medo; ou dos afrodescendentes, que também são restringidos em sua experiência espacial em virtude do racismo historicamente construído em muitos países ocidentais. Para tais atores, o espaço é diverso, composto pelas possibilidades de vivência dele que se delineiam. Onde existe espaço, não existe consenso e, nesse sentido, a análise das geometrias de poder constituintes do lugar se faz essencial para a interpretação da vivência real do espaço, o que representa as diferentes possibilidades de constituição desse espaço.

De que forma, historicamente, a espacialização da cidade de Florianópolis foi condicionada pelas oligarquias e pelo capital, em articulações fortes o bastante para desestruturar, inclusive, o planejamento urbano tecnocrático vigente? Também é relevante, a atuação da sociedade civil no processo de produção e reprodução da cidade, caracterizando as perspectivas dos pontos menos dotados de poder nessa geometria, muitas vezes representando anseios da vivência do espaço, menos condicionados pelos interesses capitalistas. Assim, este capítulo pretende compreender os diferentes vetores atuantes na expansão da cidade e constituição do setor de T&I, direcionando uma investigação particular aos vetores sociais constituintes de ambos os processos.

4.1 AS ELITES LOCAIS E OS VETORES DE EXPANSÃO URBANA

Ao associar espacialidade do setor T&I e as atividades econômicas ligadas ao contexto da cidade, é necessária a atenção sobre as dinâmicas urbanas que possam se sobrepor a estas práticas econômicas no espaço. O autor Harvey Molotch (1976) indica algumas dessas sobreposições sob as perspectivas econômicas.

Primeiramente, o autor expressa o quanto o espaço é a consequência dos anseios de algumas elites atreladas ao território, e o que é capaz de unificar esses anseios de forma a conformar o almejado consenso desses atores, é a busca pelo crescimento, que leva ao lucro, mas, mais do que isso o processo que leva a este crescimento. Assim, o autor propõe "It is thus that I argue that the very essence of a locality is its operation as a growth machine[30]." (MOLOTCH, 1976, p.310). Ao colocar o espaço da cidade como uma "máquina de crescimento", Molotch (1976) mostra como o sucesso desse crescimento se dá, em geral, a partir do crescimento das atividades do setor terciário, do aumento da população em área urbana, e o aumento das transações financeiras. Sendo todos esses resultados, obtidos a partir da orquestra dos interesses territoriais das elites locais.

> We need to see each geographical map-whether of a small group of land parcels, a whole city, a region, or a nation-not merely as a de- marcation of legal, political, or topographical features, but as a mosaic of competing land interests capable of strategic coalition and action.[31] (MOLOTCH, 1976, p.311).

As competições entre as localidades, e as suas respectivas comunidades organizadas, se dão em diversos níveis. Há a competição de interesse pela implantação de melhorias públicas, de interesse por parcelas de terras adjacentes, de ambição pela implementação de loteamentos e de agrupamentos de lotes, de disputa pela implantação de equipamentos urbanos de interesse. A expansão

---

[30] É assim que eu argumento que a própria essência de uma localidade é sua operação como uma máquina de crescimento. (tradução própria)

[31] Precisamos ver cada mapa geográfico - seja de um pequeno grupo de parcelas de terra, de uma cidade inteira, de uma região ou de uma nação - não apenas como uma marca de características legais, políticas ou topográficas, mas como um mosaico de interesses agrários capazes de coalizão e ação estratégica. (tradução própria)

urbana de Florianópolis é entendida, nesta pesquisa, como um exemplo dessas disputas e dos anseios de atores com mais ou menos poder de intervenção na cidade.

A partir de 1800 já se tinha registro de agrupamentos urbanos definidos na ilha de Santa Catarina, como o bairro Pedreira, que compreendia a atual Travessa Ratcliff e seus arredores, sendo o núcleo com maior concentração de estabelecimentos comerciais, e o mais relevante da então vila (VEIGA, 1993, p.69). A planície leste da cidade era onde se encontravam essas primeiras aglomerações, em virtude da localização do porto e do local de início do povoamento, nos arredores da Igreja Nossa Senhora do Desterro (VEIGA, 1993). Com relação à propriedade de terras, é relevante a existência de terras de uso comum, determinadas pela Coroa Portuguesa, em todo território brasileiro, e as chamadas terras comunais, que respeitavam o mesmo sistema de uso, mas já definidas em um recorte territorial na ilha de Santa Catarina. No período do início do século XIX, é relevante no Brasil, o regime de posse como forma de obtenção e uso da terra, prática que se perpetuou na ilha de Santa Catarina até muito depois das regulamentações decorrentes da Lei de Terras em 1850[32] (CAMPOS, 1989, 2002).

Além da área central de início do núcleo urbano da cidade, expansão urbana também passou ocorrer na direção da baía norte da ilha de Santa Catarina, onde se localizavam as chácaras das famílias mais abastadas, em condição de moradias temporárias, pois nesta direção também se encontravam algumas das cotas mais altas do território. Essa escolha se dava em virtude da recorrência de epidemias na cidade, em muito reforçada pela existência do porto, já que a altitude era compreendida como um ambiente mais salubre e protegido de tais ocorrências (SUGAI, 2002).

O cenário brasileiro em relação aos melhoramentos urbanos, entre os séculos XIX e XX, expressava o pensamento vigente também nas primeiras iniciativas desse caráter encontradas na capital catarinense. A ascensão do pensamento higienista, que norteou obras urbanas, com o caso notável do Rio de Janeiro sob o governo de Pereira Passos, ecoava em nível nacional, chegando até a

[32] A Lei de Terras foi aprovada em 1850, e compreendeu um marco para a propriedade privada no Brasil, pois alterou o seu regime jurídico das terras em território nacional, fortalecendo seu processo de (CAMPOS, 2002).

cidade de Florianópolis. A primeira intervenção deste caráter foi a canalização do riacho da Fonte da Bulha, ou Fonte Grande, em 1922 (LOHN, 2007, p.09), na atual Av. Hercílio Luz, que ocasionou a dispersão dos moradores dos cortiços ali instalados. Para Sugai (2002),

> O saneamento do rio da Fonte Grande e a obra de abertura da Av. Hercílio Luz, no entanto, não pretendiam solucionar os problemas sociais ali existentes. Ao contrário, expulsou os moradores e demoliram todos os cortiços e casebres que há mais de um século vinham se instalando à margem do rio. [...] impelindo as camadas populares a ocuparem as encostas do Morro da Cruz. Promoveram-se, portanto, não apenas o saneamento e a remodelação da área, mas ações segregativas e a abertura de uma nova frente para o capital imobiliário. (SUGAI, 2002, p.62)

Assim, também por meio dos investimentos públicos, foi se ratificando a localização das camadas sociais espacialmente na cidade. A população de classe alta localizada próxima à Praia Grande, e a população de classe baixa, no leste, no Morro da Cruz e imediações (SUGAI, 2002).

A construção da Ponte Hercílio Luz, no final dos anos 20, iniciou um conjunto de dinâmicas urbanas que reforçaram esse contexto. Dentre estas dinâmicas, a conexão rodoviária entre a ilha e o continente foi um dos fatores indutores do enfraquecimento do transporte marítimo na cidade, desestimulando, também, as atividades econômicas ligadas ao mar. Associada a este contexto, segundo Sugai (2002), houve a conformação das oligarquias catarinenses a partir da Revolução de 30, com a nomeação de interventores pelo poder central. Essas oligarquias se beneficiaram do regime de posse de terras, uma vez que ocorriam concessões de terras, muitas vezes ilegítimas, em troca de favores realizados pelas camadas mais influentes nas instâncias governamentais (CAMPOS, 2002). Assim, em associação à obtenção de terras em áreas do norte da ilha, e compras de glebas pela elite local em áreas ao norte da Ponte, a exploração das conexões rodoviárias gerou um vetor para a expansão urbana e para a valorização do capital imobiliário (SUGAI, 2002). Segundo Sugai (2002), foi a partir da elaboração do planejamento viário nos anos 50 que se configuraram as frentes de expansão da cidade, em que o mercado imobiliário teve papel fundamental.

O impacto da obra de conexão do continente com a ilha do Desterro não foi imediato. Posteriormente a ela, alguns investimentos urbanos, como a penitenciária, o aterro sanitário e o cemitério, no atual bairro do Itacorubi e arredores, inclusive frearam a expansão urbana para a região norte, em um primeiro momento (SUGAI, 2002). Entretanto, a partir de 1940, o potencial das praias ao norte se evidenciou, em virtude das águas quentes e calmas da região, caracterizando dois pontos de concentração de capital imobiliário, a Baía Norte e os balneários do norte. Assim, o vetor de crescimento da cidade foi se conformando nessa direção, fortemente influenciado pela compra de casas de veraneio pela elite local (SUGAI, 2002, p.72).

A localização dos investimentos públicos, principalmente no centro e norte da ilha, reforçou os interesses elitistas e o percurso direcionado pelo capital. Compreendendo os investimentos citados, destacam-se a implantação da casa do governador no bairro da Agronômica em 1954, seguida pela construção do aterro da Baía Norte, ainda nos anos 50, e da Av. Beira-mar Norte já na década de 60, em um esforço do poder público de retomada da expansão urbana nas frentes já iniciadas (SUGAI, 2002, p.75).

Tais investimentos seguiam também as diretrizes dos governos militares dos PND, calcadas no rodoviarismo e desenvolvimentismo. O processo de rejeição do Plano Diretor de 55 traduziu tais interesses, sendo relevante, que foi um documento desenvolvido fora da esfera local de Florianópolis, por profissionais de fora da ilha. Como já colocado, este primeiro Plano fomentava a atividade econômica através da reativação do porto, em oposição ao alvo dos poderes locais, que era a exploração do capital imobiliário, calcado no setor de construção civil, e, posteriormente, da atividade turística (SUGAI, 2002, p.94).

Particularmente ao caso de Florianópolis, é relevante o poder das oligarquias locais, sendo as famílias Konder-Bornhausen e Ramos os nomes principais no período da ditadura militar (LOHN, 2007). Foram estes atores que fomentaram o capital imobiliário como principal setor econômico da cidade,

> [...] em sentido diferente dos que defenderam a industrialização como mola mestra do desenvolvimento, foi dirigida pelos mesmos grupos políticos, ligados ao PSD e à UDN, que havia muito dominavam a cidade e decidiram transformá-la em centro de atração turística. Loteamentos alargaram o perímetro urbano e empurraram novos moradores para os balneários. (LOHN, 2007, p.14)

A especulação imobiliária era uma prática recorrente que ocasionava a inutilização dos terrenos a espera de sua valorização. Para os que possuíam terras na cidade, a prática era oportuna, e ocorreu, em um primeiro momento, na área central em virtude da concentração do capital fundiário das chácaras. Em um segundo momento, houve a transição deste capital para o norte e leste da ilha, que, associado à ascensão do turismo configurou uma nova força de expansão econômica, com os primeiros anúncios de lançamentos imobiliários em 1950, e loteamentos a partir da década seguinte (LOHN, 2007; SUGAI, 2002). A reserva de terras pela elite local foi a força motriz para o estímulo à construção civil como o setor econômico inicial de base para a cidade. Segundo Campos (2002),

> Foi constante, em tempos de UDN/PSD, a política de "favores" aos apadrinhados ou correligionários do partido, bem como, arbitrariedades para com os opositores. Assim, a continuidade do uso comum de determinados espaços era facilitado a quem estivesse com o partido que dominasse no momento e impedido ou dificultado (mesmo através de força, exclusão, etc.) aos opositores, conforme evidenciam alguns ex-usuários de terras de uso comum. (CAMPOS, 2002, p. 125)

Segundo Vainer (2007), durante a ditadura militar, em virtude de um planejamento urbano desvinculado da escala local, as oligarquias locais e regionais encontravam espaço para a manipulação da cidade em favor de seus interesses.

Em nível nacional, o desenvolvimentismo era característico das ações de implantação de infraestruturas e de urbanização, sendo o espaço urbano a ser criado, um instrumento necessário ao desenvolvimento econômico almejado. Destaca-se que no período de atuação das agências regionais (SUDAM, SUDENE, SUDECO) dos governos militares,

> Não eram os planejadores regionais que desenhavam a região, mas os planejadores e tomadores de decisão em cada um dos macro-setores de infraestrutura: no setor elétrico, a Eletrobrás e suas coligadas (CHESF, Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Light), bem como algumas grandes empresas estaduais (Eletropaulo, Copel); no setor mínero-metalúrgico, a Companhia Vale do Rio Doce, as grandes companhias siderúrgicas estatais; no setor petroquímico, a Petrobrás. (VAINER, 2007, p.11)

Como já colocado, a implantação de grandes empresas estatais condicionou diretamente o setor de T&I e a configuração urbana de Florianópolis. Como consequência da chegada de tais empresas, a implantação da UFSC, no bairro

Trindade, na década de 60, também teve grande influência sobre a configuração de novos vetores de expansão urbana na capital. Sugai (2002) indica o interesse das elites locais, especialmente nos Distrito de Canasvieiras e da Lagoa da Conceição, localizados a norte e leste da ilha, respectivamente. A localização da Universidade gerou uma ocupação em terras estratégicas, pois o bairro Trindade se localiza justamente no "eixo norte-nordeste" (SUGAI, 2002, p.92), propiciando uma nova frente de crescimento do mercado imobiliário. Esse eixo de expansão foi legitimado com a construção da Via de Contorno Norte, a qual conectava o centro, a UFSC e as praias do norte da ilha, tendo sua construção iniciada em 1977 (SUGAI, 1994).

O eixo centro-norte-leste foi o foco de expansão da cidade por muitos anos, e somente a partir dos anos 70 que as praias do sul começaram a ser mais frequentadas por turistas, principalmente pelos usuários que buscavam a prática do surf (SUGAI, 2002). Todavia, ainda no final do século XX, nota-se que os distritos do sul da ilha eram dispersos e separados por grandes vazios urbanos, como o Pântano do Sul e Ribeirão da Ilha (SUGAI, 2002). Exemplos das condições incipientes de urbanização da região do sul é a construção da chamada Estrada Geral e implantação de rede elétrica apenas em 1972 e 1974, respectivamente. No início da década seguinte, houve a pavimentação da SC-405 e da Avenida Pequeno Príncipe (AMORA, 1996).

O turismo alterou as tendências de expansão urbana da ilha, e a sua ascensão enquanto setor econômico de destaque na capital é melhor indicada no capítulo 5 do presente trabalho. Nos anos 90, a criação do *slogan* Florianópolis "capital turística do Mercosul", segundo Amarante (2016) e Amarante e Rossato (2016), contribuiu para a expansão urbana no sentido sul da ilha. As intenções de ocupação da área passam a se dar a partir do poder público, com diretrizes de planejamento urbano para a Planície do Campeche. Contudo, nesta ocasião a própria prefeitura reconheceu que a formalização da ocupação urbana era precária, sendo a maioria dos terrenos ainda apropriados por "posse sem titularidade" (RIZZO, 2013, p.197). Essa experiência da expansão urbana e do planejamento urbano sobre as terras do sul é mais bem explicitada na seção seguinte do trabalho, e é representativa das horizontalidades atuantes, que, diferentemente do vetor de expansão norte, nem sempre são condicionadas pelo capital.

O que se depreende do período inicial da conformação urbana de Florianópolis e do seu desenvolvimento urbano, é uma forte atuação dos poderes locais. O protagonismo de certos grupos sociais tem destaque, recorrentemente inseridos, também, nos direcionamentos econômicos adotados pelo poder público e pelas iniciativas de investimento. Principalmente até a emergência do turismo, tais alianças refletiram sua expressividade no espaço urbano de forma predominante. Contudo, é importante destrinchar as experiências de atuação de articulações locais de outro caráter, as quais puderam enfraquecer esta conjuntura, semeando outras prerrogativas de desenvolvimento urbano, mas com importantes reflexos na atuação da institucionalidade.

4.2 A REAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DINAMICIDADE DO ASSOCIATIVISMO

Muito embora a articulação das elites em Florianópolis seja bastante próxima das instâncias governamentais, Cunha (2013) exemplifica como as articulações das Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, dentre outras organizações da sociedade civil, influenciaram nas pautas das políticas públicas em Florianópolis, principalmente a partir do período histórico da redemocratização. Como apresentado na elucidação do desenvolvimento do setor econômico em estudo, a experiência do Campeche também exemplifica como não é apenas sob os vetores da elite que se articulam as forças de poder condicionantes dos contextos urbanos encontrados na ilha. Segundo Rizzo (2013),

> [...] em Florianópolis, local onde, como já analisado, são fortes as relações políticas clientelistas e conservadoras na apropriação do território e na construção do espaço urbano, é também local de importantes disputas no território, com importantes movimentos e ativismo, que não foram cooptados pelos esquemas políticos conservadores e organizam-se autonomamente. (RIZZO, 2013, p.221)

Como já citado, a proposta da ocupação massiva do Campeche projetada em nível técnico, calcada também no setor de T&I em ascensão, não se realizou em virtude de pressões sociais. A articulação da população moradora teve início com o enfrentamento da Associação de Moradores do Campeche (Amocan) à

apresentação do projeto da Tecnopólis do Campeche em 1989 (LENZI; CAZETTA, 2017). Após a elaboração do plano de urbanização já citado, por parte do Ipuf, e de reuniões sem acordos com a população local, o Plano foi enviado para a Câmara Municipal para aprovação e barrado pela população em 1995.

Frente à forte resistência da comunidade, a estratégia do Ipuf, segundo Lenzi e Cazetta (2017) foi de dividir o plano de urbanização, o que ocorreu por meio da criação de 14 Unidades Especiais de Planejamento (UEP). É frente a esta estratégia que a comunidade ativa do Campeche se organizou, em um conjunto de entidades locais[33] que conformou uma única entidade, o Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV), em 1996.

Foi por meio dessa organização da comunidade, que se desenvolveu uma proposta concisa de combate ao Plano de Urbanização proposto pelo Ipuf. Primeiramente, o alinhamento de interesses na escala local foi feito através do I Seminário Comunitário de Planejamento do Campeche, em que houve o consenso de recusa do Plano proposto pelo poder público (LENZI; CAZETTA, 2017). Posteriormente, foram elaboradas oficinas pelo MCQV que culminaram na elaboração de um plano de urbanização alternativo ao proposto pelo Ipuf, o Plano Comunitário para a Planície do Campeche: proposta para um desenvolvimento sustentável, o qual foi encaminhado à Câmara Municipal em 2000 (LENZI; CAZETTA, 2017).

Ambos os Planos não foram aprovados, e como legado permaneceu a tradição de participação e organização da comunidade do Campeche no debate do planejamento urbano de Florianópolis. O MCQV tornou-se Instituto Socioambiental do Campeche (ISA) em 2002, em virtude da necessidade de institucionalização do Movimento para a luta por algumas pautas (ISA CAMPECHE, c2019), tais como o desenvolvimento do PDPI no início dos anos 2000, no qual a entidade teve papel ativo.

Segundo Molotch (1976), a arena para o debate dos diferentes interesses acerca da cidade, se dá em nível governamental. É frente à administração pública que as diferentes comunidades brigam efetivamente pelos investimentos públicos,

[33] Lenzi e Cazetta (2017) elencam tais entidades, a saber: a Associação de Moradores do Campeche, a Associação de Surfe do Campeche, o Movimento Campeche a Limpo e a Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente do Morro das Pedras (LENZI; CAZETTA, 2017, p.609).

os quais caracterizam as pré-condições para o desenvolvimento almejado. Os Planos Diretores Municipais de Florianópolis e suas alterações na Câmara Municipal representam uma dessas arenas de debate da cidade, o Plano de 1997, por exemplo, sofreu cerca de 400 alterações, algumas das quais sofreram investigação em 2007,

> Desde meados de 2005, o Ministério Público Estadual investiga a possibilidade de tráfico de influência em modificações feitas no zoneamento do município através de projetos apresentados pelos vereadores.[...] foram requisitados, ao então presidente Marcílio Ávila (PMDB), cópias de 35 projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal entre os anos de 1998 e 2005. Outros 40 projetos foram solicitados posteriormente. Todos alteravam a viabilidade para construção ou modificavam o sistema viário de diferentes áreas da Ilha e do Continente. (FLORIPAMANHÃ, 2007)

As modificações na legislação urbana, como demonstrado pela investigação iniciada e não concluída, representaram os interesses de alguns segmentos da sociedade em posições de poder. De forma recorrente, tais alterações ocorreram já na instância governamental, sem qualquer participação popular. Essa característica do planejamento urbano da cidade, entretanto, não intimidou a organização comunitária na busca por mudanças de caráter diferente daquelas movidas pelo capital.

Assim como a elaboração do Plano Diretor da Planície do Campeche configurou um vetor de enfrentamento entre comunidade e poder público, a experiência do Plano de Urbanização (PUE) de Santo Antônio de Lisboa, entre 2001 e 2004, também caracterizou uma experiência diferente de representação dos interesses da sociedade civil. Segundo Santos (2015), a participação popular foi bastante representativa nas definições dos produtos finais do Plano, e a metodologia de trabalho já havia sido definida desde o início do desenvolvimento. Contudo, o autor pontua que o processo “foi antes o resultado de iniciativas individuais - de técnicos interessados em ultrapassar as clivagens acumuladas entre Ipuf e setores da sociedade civil - do que efetivamente um novo modus operandi dominante [...]” (SANTOS, 2015, p.407-408).

Logo após essa experiência, se deu o início do processo de elaboração do PDPI em Florianópolis, que é, novamente, relevante sob a perspectiva da articulação

dos diferentes interesses sobre a cidade na instância governamental. O PDPI foi o primeiro plano diretor cuja participação da sociedade civil estava prevista em lei. Tal processo se deu de forma morosa, com desarticulações e reorganizações de atores da cidade na direção da busca de seus interesses, de forma representativa do cenário de planejamento urbano da capital catarinense.

O I Fórum da cidade foi um evento organizado em 2001 por associações comunitárias e por professores universitários, e teve a participação de 220 pessoas, no esforço de compreensão das novas diretrizes colocadas pelo Estatuto da Cidade, aprovado no mesmo ano. Os encontros do Fórum passaram e ser quinzenais, com proposta de discussão de pautas de planejamento urbano. Já o II Fórum da Cidade consistiu em um evento preparativo para a I Conferência das Cidades, cuja reunião era prevista pela política urbana nacional, anunciada pela PMF, a ser realizada em agosto de 2003.

A Conferência realizada pela PMF se constituiu em uma experiência de participação restritiva, cujos delegados participantes já haviam sido previamente escolhidos pelo órgão público. Dessa forma, foi organizada uma Conferência concomitante à primeira, pelos participantes do Fórum da Cidade, sendo Florianópolis a única cidade brasileira a possuir duas Conferências da Cidade, com duplicação de diretrizes e de propostas enviadas às instâncias superiores (CUNHA, 2013). Em 2004, ocorreu a realização do III Fórum da cidade, e no ano seguinte da II Conferência das Cidades, ambos direcionados para a consolidação das pautas da política urbana já levantadas, e para a necessidade do desenvolvimento de um plano diretor participativo em Florianópolis.

Inicialmente, o desenho da participação no PDPI foi estruturado a partir de um núcleo gestor, com a composição de 60% da sociedade civil e 40% do poder público; e dos núcleos distritais, os quais compreenderam um esforço de representação territorial da comunidade, e somavam 13 no total. Destaca-se que dentre os 16 componentes do núcleo gestor representantes da sociedade civil foram previstos: Movimentos Sociais e ONGs, Entidade Empresariais, Acadêmicas e de Classe e Sindicatos, Conselhos Municipais, Movimentos Ambientalistas e Culturais, Movimento de Mobilidade e Acessibilidade.

De acordo com Cunha (2013), a atuação dos núcleos distritais no processo de participação do PDPI foi bastante heterogêneo, tanto no ritmo de trabalho, quanto

nas proposições e participação do público. O levantamento demonstra que os distritos em que houve menor porcentagem de participação foram os núcleos de São João do Rio Vermelho e do Distrito Sede, e a maior porcentagem nos núcleos de Santo Antônio de Lisboa e Ratones. O autor ainda complementa,

> [...] a grande participação no Distrito de Santo Antônio de Lisboa, por exemplo, pode estar ligada ao fato que tal distrito havia passado por uma recente discussão da legislação urbanística e que havia uma grande mobilização contra o adensamento e a verticalização do distrito. Já a baixa participação no Distrito do Rio Vermelho deve-se principalmente à sua recente urbanização, que trouxe para o distrito uma população de origem bastante variada e com poucos vínculos sociais (CUNHA, 2013, p.138-139).

Sob a perspectiva da origem das populações e vinculação da sociedade ao território em que se inserem, é relevante que em 2010 o percentual de moradores não naturais brasileiros no Distrito do Rio Vermelho ainda compreendia 3%, o índice mais alto da capital junto a Canasvieiras (3%) (IBGE, 2010). Com relação ao Campeche, também indicado neste trabalho por sua organização comunitária, a participação foi pouco expressiva, o terceiro núcleo com menor participação da ilha (CUNHA, 2013).

Até 2008, houve uma participação ativa da população com a elaboração de diversos eventos, como seminários e fóruns, também externos à sistemática de elaboração do PDPI, em que era recorrente a temática do planejamento urbano, e a possibilidade de envolvimento da sociedade civil em pautas relacionadas às questões da cidade.

A partir de 2009, teve início um período de reestruturação da participação da comunidade no PDPI, liderado pelo então prefeito Dário Berger o qual,

> [...] tendo garantida a sua reeleição, o então prefeito Dário Berger decide, de forma unilateral, fechar os núcleos distritais, recolhendo os equipamentos e materiais por eles produzidos. Segundo palavras do prefeito, o plano diretor entraria ali no momento de trabalho técnico interno. (SANTOS, 2015,p.422).

A ação resultou, de forma geral, na desarticulação da participação popular. Essa desarticulação foi iniciada pelo período das eleições, em que muitos líderes candidatos se dedicaram às suas respectivas campanhas, e pelo esvaziamento da infraestrutura disponibilizada para os núcleos distritais, bem como pela demissão

dos profissionais contratados. Neste período de reestruturação, destaca-se a entrada do corpo técnico da Fundação CEPA, já mencionado, como consolidação da retomada do planejamento tecnocrático já visto anteriormente na capital. A entidade foi contratada pelo governo municipal para dar prosseguimento à elaboração do plano diretor municipal, sendo este chamado então de Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis (PDDS).

Frente à desarticulação da sociedade civil no processo de planejamento urbano da capital, destacam-se os atores envolvidos enquanto uma dissidência das antigas oligarquias florianopolitanas. Tais atores, que tem como característica a grande proximidade com o poder público, e são chamados por Cunha (2013) de "associativismo conservador". Segundo o autor, essa parcela de atores políticos está diretamente ligada à produção do espaço urbano, com envolvimento direto em setores como a construção civil. De acordo com o autor,

> Estes atores têm um 'campo fértil' de atuação entre as escalas de governo municipal e estadual, essencialmente em relação à uma lógica de ação instrumental e de poder, sustentado em classes de elites tradicionalmente conservadoras. (CUNHA, 2013, p.103)

Como representantes desse associativismo encontra-se a ONG FloripAmanhã, a qual, dentre seus 12 associados que constituem pessoa jurídica, seis são do ramo da construção civil e dois do ramo do turismo (FLORIPAMANHÃ, c2018). Um ano antes da entrada na "fase técnica" (SANTOS, 2015) da elaboração do plano diretor em Florianópolis, em 2008, merece destaque o documento já citado Floripa 2030. A elaboração deste documento ocorreu pela articulação da ONG FloripAmanhã, constituída em 2005, a qual se define como:

> A Floripa Amanhã defende uma cidade melhor: preservada, planejada, inovadora, segura. Tem como missão 'Contribuir com estratégias para o desenvolvimento sustentável e construção da cidadania e bem-estar social' e visão 'Ser reconhecida como Instituição de referência em desenvolvimento sustentável'. (FLORIPAMANHÃ, 2012)

O processo que culminou no Floripa 2030, e na inserção da Fundação CEPA no desenvolvimento do plano diretor, foi concomitante à mobilização de entidades, dentre as quais figura a ONG citada, na direção de inserção de Florianópolis no programa da UNESCO de Reserva da Biosfera. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, cada Reserva da Biosfera consiste em,

> [...] uma coleção representativa dos ecossistemas característicos da região onde se estabelece. Terrestre ou marinha, busca otimizar a convivência homem-natureza em projetos que se norteiam pela preservação dos ambientes significativos, pela convivência com áreas que lhe são vizinhas, pelo uso sustentável de seus recursos. (BRASIL, [20--?])

Dessa forma, a inserção de Florianópolis nesse contexto foi inicialmente justificada tendo em vista a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica delimitada na zona costeira brasileira, onde se localiza Florianópolis. Sua associação ao PDPI está indicada no resumo executivo do documento, elaborado pela prefeitura,

> O Objetivo Geral do trabalho é o de concretizar a implementação da RBMA na Ilha de Santa Catarina através de uma proposta do desenvolvimento de um Projeto Piloto da Reserva da Biosfera em Ambiente Urbano aplicado à Ilha com um todo, buscando alcançar um manejo integrado de unidades de conservação e suas áreas urbanas adjacentes. (FLORIANÓPOLIS, [201-]a)

O primeiro passo na direção deste objetivo geral foi à ida ao 3º Congresso Mundial de Reservas da Biosfera em fevereiro de 2008 da "comitiva da ilha", a qual era composta por José Carlos Rauen, superintendente da Floram; Ildo Rosa, então diretor do Ipuf; Antônio Diomário Queiroz, residente da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina; Érico Porto Filho, geógrafo professor da UFSC e coordenador do Comitê Mata Atlântica de SC; Miguel Ximenez, do Sapiens Parque; e Anita Pires, presidente da FloripAmanhã. Ainda, segundo notícia veiculada pelo site da ONG em 2007 "Um dos responsáveis pela inclusão de Florianópolis entre os locais caracterizados como reservas da biosfera urbana é o arquiteto Ruben Pesci, da Fundación Cepa." (FLORIPAMANHÃ, 2008b).

A articulação de tais agentes na direção do projeto da Reserva da Biosfera sinaliza características de um esforço de adequação de Florianópolis à corrente do Planejamento Urbano Estratégico, no que refere a ações de *city marketing*. Segundo a ONG,

> A presidente da Floripa Amanhã acredita que o título de reserva mundial de Biosfera Urbana daria grande visibilidade à cidade, que se tornaria referência em vários aspectos e uma potencial recebedora de apoio de universidades e financiadores de todo o mundo. (FLORIPAMANHÃ, 2008b).

O que ocorreu foi que a Reserva da Biosfera se tornou a base conceitual para o PDDS elaborado pela Fundação CEPA (SANTOS, 2015). Em 2009, a

Fundação apresentou a síntese das diretrizes já elaboradas pelos núcleos distritais em audiência pública, e, em 2010, ocorreu a audiência pública para a apresentação do PDDS elaborado. A reação dos movimentos sociais foi essencial para o impedimento da aprovação do documento e, tendo em vista a inconstitucionalidade de elaborar-se um plano não participativo frente às prescrições do Estatuto da Cidade, o MPF decreta que o processo participativo seja retomado, o qual ocorre aos percalços até 2012 quando há a mudança da gestão da prefeitura.

Dentre as principais agendas propostas pelo candidato eleito, César Souza Júnior, constava a aprovação do plano diretor municipal. Neste período ocorreu a mudança do quadro técnico do Ipuf, e a elaboração do plano diretor se deu através de profissionais de origem acadêmica, e do reestabelecimento e sucessiva extinção do núcleo gestor. Para a aprovação, foram realizadas 40 oficinas em um período de dez dias, com o encaminhamento da versão final do plano um dia depois da sua apresentação em audiência pública, em outubro de 2014. Destaca-se que o plano diretor apresentado foi aprovado com 305 emendas de alteração.

O estudo de Santos (2005) acerca das verticalidades e horizontalidades indica as contradições dispostas no território, as quais são claramente identificadas no processo de planejamento urbano na capital catarinense. Como as verticalidades impõem-se às horizontalidades de forma a desestruturar as forças de corsão horizontais, da proximidade e dos territórios contíguos. As inciativas propostas pelo associativismo conservador (CUNHA, 2013), e atores políticos, é representativa dessas dinâmicas, associadas a modelos colocados no contexto global.

Da mesma forma, o Plano Diretor Comunitário do Campeche, que foi de encontro ao projeto da Tecnopólis, é elucidativo das possibilidades de desalinhamento nas incidências das verticalidades no lugar. Segundo Lenzi e Cazetta (2017) “A proposta do Plano Comunitário estava focada em alternativas para as relações sociais e econômicas, entre urbanização e áreas naturais e entre moradores(as), visitantes e turistas” (LENZI; CAZETTA, 2017, p.610), em que se entende as características externas imbricadas nas oposições indicadas como as relações econômicas, urbanização e turistas. Da mesma forma, pode-se caracterizar no processo de participação da Fundação CEPA no PDPI, a verticalidade imposta pelo modelo de Reserva da Biosfera frente a horizontalidades representadas pelos núcleos distritais.

A Fundação CEPA é representativa tanto na elaboração do PDDS, quanto na elaboração do Plano Floripa 2030. Estas experiências são icônicas ao sobrepor os empresários ligados ao capital privado e as instâncias governamentais, na direção de transposição de interesses particulares ao planejamento do espaço urbano. Contudo, na relação com o setor de T&I, a atuação da Fundação CEPA é ainda mais relevante, uma vez que foi esta a entidade responsável também pela elaboração do projeto final do Sapiens Parque.

O primeiro projeto do Sapiens Parque foi elaborado pela empresa Ecoplan em 2002. Durante o ano de 2003, foram realizadas audiências públicas pelos empreendedores para apresentação do projeto para a sociedade civil. Destaca-se nesse período, a participação da Associação dos Moradores de Canasvieiras, Associação dos Moradores da Vargem Grande, Associação dos Moradores da Vargem do Bom Jesus, Associação Amigos de Carijós, Estação Ecológica de Carijós, União Metropolitana de Entidades Comunitárias, Centro de Estudos, Cultura e Cidadania.

Em 2004, houve uma audiência pública para a apresentação do projeto à comunidade, a qual se apresentava apreensiva, como relatou Carlos Serrau, representante do Conselho Comunitário da Cachoeira do Bom Jesus em entrevista,

> Essa área vai se transformar num centro, num grande centro, como se fosse um novo centro de cidade. Então, e milhares de pessoas circularão pela região, toda uma atração de investimentos serão gerados para aquela posição, então o que ocorre? Esta área vai ser um novo centro de cidade. Então a comunidade está muito preocupada, com tudo, com relação a trânsito, com relação à água, com relação a esgoto, que não existe na região, não existe tratamento de esgoto...eletricidade, então tem toda uma série de problemas, que, que nos preocupa, enormemente. (SERRAU, 2004)

Nesse contexto, o procurador da república Walmor Alves Correia, impugnou o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) realizado para o empreendimento. Também em entrevista, o procurador pontuou a questão ambiental sensível da ilha de Florianópolis, os impactos no sistema viário, os impactos sociais e econômicos gerados, dentre os quais, elencou os vetores de imigração mobilizados pela implantação do empreendimento.

Houve, também, uma resposta por parte do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/SC) acerca da proposta, em que foram descritos os fatores em desacordo com a realidade de implantação. Dentre os itens, constaram a monofuncionalidade de usos dos setores, a concepção formal do parque, que o caracterizava como um elemento segregador e não integrador do tecido urbano, a falta de estudo dos impactos no entorno ao projeto e a desarticulação entre os níveis público, semi-público e privado dos espaços propostos.

Em 2005, o empreendimento passou então para o desenvolvimento de responsabilidade da Fundação CEPA. Segundo Silva (2008),

> Os motivos pelos quais o projeto deixou de ser de responsabilidade da empresa Ecoplan para ser desenvolvido pela Fundaciòn Cepa não são esclarecidos pela Fundação CERTI. Entretanto, concluímos que o fato de o grupo argentino estar envolvido na concepção do projeto da Reserva da Biosfera Urbana para Florianópolis [...] influenciou na decisão de mudança da equipe responsável. (SILVA, 2008, p. 28)

As alterações no Master Plan do projeto, a partir dessa modificação, se deram na direção de adequá-la ao conceito de Reserva da Biosfera e de desenvolvimento sustentável. O novo projeto de urbanização foi definido com implantação em fases e com gradientes de ocupação, em respeito ao ambiente natural de implantação do projeto, bastante sensível, uma vez que se localiza na área o Rio Papaquara e, a aproximadamente 9km, a Estação Ecológica Carijós. A área de ocupação passou a se concentrar próxima a Av. Luiz Boiteux Piazza, com o estabelecimento de lagos associados às questões de drenagem do terreno.

O processo de licenciamento a partir de 2005 teve prosseguimento, havendo a emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) final em 2009 e início da implantação da infraestrutura do Parque em 2012. Em 2008, o gerente executivo declarou que o Sapiens Parque foi implantado tendo em vista que “Pensamos em fortalecer os setores econômicos que já são a vocação de Florianópolis como o turístico, serviços e tecnologia, sem deixar de lado as questões prioritárias como o meio ambiente e o bem estar social” (ALESC, 2008, p. 4).

Dessa forma parecem se constituir duas posturas acerca da atuação da sociedade civil na direção de enfrentamento dos projetos de desenvolvimento em nível municipal. Primeiramente, a atuação das associações e entidades representantes dos moradores dos distritos do norte da ilha parece ser fragilizada pela ocupação histórica desses vetores de expansão por parte das elites

florianopolitanas, além da grande representatividade de habitantes de outros países e outras partes do Brasil, cujas relações com o território se dão de forma recente e fragilizam as raízes identitárias, que muitas vezes se constituem nas principais motivações dos movimentos comunitários.

Já no vetor sul, o enfrentamento recorrente das instâncias governamentais constituiu-se em um elemento de coesão social o qual repercutiu no redirecionamento do projeto de espacialização do setor de T&I na capital catarinense. O primeiro grande projeto de ocupação e materialização deste modelo de desenvolvimento econômico para a planície do Campeche, constituiu-se em uma dissociação do contexto real, a qual foi insustentável para a sua realização, assim como a base de organização dos moradores em uma luta hoje institucionalizada, e representativa de uma identidade construída historicamente.

Da mesma forma, é possível evidenciar o discurso do desenvolvimento sustentável em associação ao desenvolvimento econômico no percurso do setor de T&I no espaço da cidade. Este discurso é instrumentalizado em favor desta atividade econômica de diversas formas, melhor exemplificadas na seção 5.1. As iniciativas de planejamento, e a coerção do poder público no sentido de realização dos interesses de alguns segmentos da sociedade, tais como o PDDS, e a Lei de alteração de zoneamento para a implantação do Sapiens Parque, dentre outros, fazem uso de um discurso particular, cujas representações materiais são mais bem indicadas no capítulo seguinte.

5 A REALIDADE EM DESAJUSTE

A análise da trajetória de desenvolvimento e consolidação do setor de T&I em Florianópolis, frente às suas principais condicionantes em nível global e nível local, foram apresentadas nos três primeiros capítulos do presente trabalho. Esta trama articula condicionantes econômicas, sociais, institucionais, e elenca os principais atores envolvidos nas conexões reconhecidas.

Sendo o planejamento urbano a principal diretriz das tendências de desenvolvimento urbano e de reprodução da cidade, também foram analisadas as diretrizes globais e locais de tal âmbito. O planejamento estratégico e seus instrumentos, os movimentos de empresariamento da gestão urbana, e a transposição de conceitos externos à realidade brasileira se apresentaram como recorrentes nessa investigação. Dessa forma, em um foco mais específico, destaca-se, então, qual a idealização específica que se relaciona ao setor de T&I, se é que tal suposição ocorre, e quais práticas ideológicas estão a serviço do seu desenvolvimento.

Sendo a cidade, um espaço real e material, o espaço da diferença e das relações sociais, tal qual a definição de Santos (2005), Cobos (2014) e Massey (2007) faz-se necessária, também, a interpretação dos dados acerca de sua conjuntura real, a partir das condicionantes locais. Como ocorre a organização do espaço real, suas condições de infraestrutura, mobilidade e suas relações com o contexto socioeconômico ao qual certas regiões da ilha se relacionam. As políticas econômicas voltadas à organização do espaço têm impactos nas áreas de implantação do setor de T&I? Em quais locais essas unidades produtivas de fato se aglomeram? Quais as referências de planejamento direcionam as ambições do setor de T&I, e qual seria o planejamento urbano respondente a tais anseios? As respostas a tais questões são o esforço de elucidação do presente capítulo.

5.1ESPAÇO: INVÓLUCRO DO DESENVOLVIMENTO

A localização de unidades produtivas no território e os seus fatores condicionantes é elemento de análise desde o início da industrialização e consolidação do sistema capitalista. Inicialmente, esta localização buscava a proximidade da unidade produtiva a sua principal condição de funcionamento, a

energia, configurando a primeira lógica reconhecida na localização das indústrias no século XVIII. A proximidade das fontes de energia como carvão, condicionavam os locais de implantação das indústrias durante a revolução industrial, sendo este paradigma quebrado com o advento da energia elétrica. Apesar da superação da energia motriz como limitação, ainda hoje existem fatores relevantes que auxiliam na configuração dos espaços produtivos no cenário capitalista.

A proximidade da matéria prima utilizada pela produção industrial então emergiu como principal condicionante. Em virtude da amplitude dos modais disponíveis, e das redes de mercado globais, o transporte passou, então, a ser o novo facilitador de aproximação da matéria prima das unidades produtivas. Contudo, segundo Storper (2013) por mais que os custos de transporte tenham baixado consideravelmente nas últimas décadas, a importância das trocas locais, até mesmo para as grandes empresas, ainda é muito expressiva. Isto se dá porque, no nível global em que se encontram as trocas econômicas, os *trade costs* são expressivamente mais altos atualmente.

Embora o transporte seja mais barato, também tem destaque a demanda por dinamização dos produtos, variedade, mão de obra especializada e afins, o que fez com que a proximidade física entre a produção e o conhecimento se torne ainda mais relevante. Dessa forma, outros diversos aspectos podem ser elencados como considerações relevantes no cenário competitivo dos mercados globais, como o acesso a informação e ao capital humano, os quais tem particular importância para o setor de T&I, como já demonstrado.

A partir da abertura econômica, a competição imposta pelo novo cenário impôs à estrutura produtiva dos países periféricos a demanda pela diferenciação, pelo aumento da produtividade, e pela criação de capacidades inovativas. Haja vista as considerações de Storper (1997), Audretsch (1998), e Audretsch e Feldman (2003) sobre a tendência à aglomeração do setor de T&I a distribuição deste setor no espaço em que se desenvolve, possui características de concentração de unidades produtivas.

A aglomeração produtiva em economias periféricas, segundo Teixeira (2008),

> (..) está relacionada, em grande medida, a fatores econômicos e sociais que são produtos históricos de territórios construídos socialmente, a transferência de tais teorias e práticas para a periferia do capitalismo deveria trazer à tona as especificidades dos *cluster*s locais. (TEIXEIRA, 2008).

No Brasil, o de conformação de aglomerações produtivas, a partir das prescrições macroeconômicas, segundo Costa (2007), caracteriza-se pela ênfase em políticas nacionais voltadas aos Arranjos Produtivos Locais (APL). Tais políticas consideram os APLs como alternativa para o desenvolvimento regional e local pertinente, principalmente, para a aglomeração territorial de Micro e Pequenas Empresas (MPEs). Essa particularidade se dá tendo em vista que,

> Os processos coletivos de cooperação e aprendizagem que levam à dinamização das atividades inovadoras são vistos como essenciais para a sobrevivência de pequenos negócios, em um ambiente caracterizado pela rápida difusão de novas tecnologias, especialmente as Tecnologias da Informação e Comunicações (TIC), e pela competição globalizada. (TEIXEIRA, 2008, p. 63)

Em nível estadual, desde 2007, são realizadas reuniões acerca do arranjo de Tecnologia Inovação e Comunicação (APL-TIC) do estado de Santa Catarina, o qual teve como desdobramento o programa Plataforma de Tecnologia da Informação e Comunicação em Santa Catarina (PLATIC), o qual gera estudos para o diagnóstico, ações e um plano operacional para o fortalecimento do APL no estado (BRASIL, [2008]). Esta estrutura tem relevância, principalmente, por evidenciar os atores relacionados a tal iniciativa, os quais conformam o Comitê Gestor do PLATIC, composto por entidades de Blumenau, Joinville e Florianópolis.

Como representantes sediados exclusivamente na capital e na Grande Florianópolis, constam o Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC), a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Florianópolis/Centro de Tecnologia em Automação e Informática (SENAI/CTAI-SC), a Sociedade de Usuários de Informática e Telecomunicações de Santa Catarina (SUCESU/SC), a Acate e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC). Verifica-se o envolvimento de instituições de ensino privadas, e a relevância do envolvimento da indústria na iniciativa de caráter estadual. Dentre as metas estabelecidas pelo Comitê Gestor do PLATIC constaram uma rede de capacitação

calcada nas instituições de ensino envolvidas, e a implementação de melhorias para as empresas, com foco nas MPEs.

As MPEs relacionadas ao setor de T&I tem destaque em virtude da ascensão das *startups* como os principais núcleos produtivos deste setor econômico, e como fomentadores dos níveis de desenvolvimento econômico de alguns países, "A number of governments worldwide have promoted small business startups as a measure to boost economic growth and employment levels[34]." (KIM; KIM; JEON, 2018). O crescimento de negócios móveis e *online* no contexto da chamada Quarta Revolução Industrial (KIM; KIM; JEON, 2018) é também um dos fatores para o estabelecimento das *startups* como principais núcleos produtivos ligados à produção de tecnologia e inovação. Assim, neste contexto, as *startups* surgem,

> [...] as craftsmen and technical entrepreneurs who want to materialize their own functions and technologies and as opportunistic entrepreneurs whose initiatives are based on market opportunities according to their motivation.[35] (SMITH. MINER, *apud*. KIM; KIM; JEON, 2018, p. 2-3)

As referências para o contexto internacional elencam motivações diversas para a implantação de *startups*, desde retorno financeiro, até reconhecimento de um *status* social. No contexto brasileiro pode-se destacar a vinculação à baixa oferta de emprego formal, às motivações ao empreendedorismo e MPE como política nacional, às quais se enquadram as *startups*.

Assim, a relevância desses núcleos relacionada à ideia de empreendedorismo, está fortemente atrelada às políticas encontradas para o setor de T&I. Como exemplo, o MDIC realiza, desde 2013, em parceria com o Sebrae, o programa InovAtiva Brasil, que compreende uma iniciativa de aceleração das *startups* brasileiras, cujo foco é "ajudar empreendedores inovadores com uma boa tecnologia, mas pouco conhecimento e experiência em negócios, orientando os primeiros passos deles no mercado" (BRASIL, [2017?]). Nos primeiros 4 anos do programa, mais de 660 *startups* foram aceleradas, e para o período de 2018 a 2020,

---

[34] Vários governos em todo o mundo têm promovido *startups* de pequenas empresas como uma medida para impulsionar o crescimento econômico e os níveis de emprego. (tradução própria)

[35] Como artesãos e empreendedores técnicos que querem materializar as suas próprias funções e tecnologias e como empresários oportunistas cujas iniciativas são baseadas em oportunidades de mercado de acordo com sua motivação. (tradução própria)

foram classificadas duas propostas, da Fundação COPPETEC no Rio de Janeiro, em segundo lugar, e em primeiro a Fundação CERTI (BRASIL, [2017?]).

Tendo em vista a relevância das *startups* no contexto do setor de T&I, a espacialização de tal setor está diretamente vinculada à sua lógica de localização. Em reportagem realizada pelo jornal Estadão, em 2018, a SC-401 é indicada como a Rota do Silício catarinense, em virtude alta concentração desses núcleos (CAPELAS, 2018). É nessa via que está idealizada, a Rota da Inovação catarinense. A Rota da Inovação consiste em uma parceria entre a PMF, Fundação CERTI, Acate e Sapiens Parque, cujo objetivo é a configuração de um caminho "que passe pelas instituições consideradas chaves para o desenvolvimento do empreendedorismo tecnológico local." (SANTA CATARINA, 2014). O percurso possui 40km e inicia no Aeroporto Hercílio Luz, terminando no Sapiens Parque. São relevantes no trajeto, as instituições de ensino, os parques tecnológicos, condomínios empresarias e órgãos governamentais.

Para a análise da distribuição espacial do setor de T&I, e como se dá seu processo de aglomeração em Florianópolis, foi necessária, então, a categorização dos núcleos produtivos referentes a tais atividades, de acordo com as definições de ambientes de inovação proposta pela Anprotec. Com citado no início do trabalho, os ambientes de inovação compreendem: aceleradoras; *coworkings*; instituições científicas e tecnológicas (ICTs); *startups* e programas de aceleração. As ICTs não serão consideradas em virtude de não se caracterizarem por unidades produtivas, e, portanto, não estabelecerem relações diretas com o mercado.

Com relação às empresas de tecnologia, a sua avaliação foi desmembrada, sendo categorizadas desta forma em virtude de sua fundação até 1995, relacionadas, então, ao início do setor de T&I. Para este levantamento, foram utilizados dois estudos já realizados acerca do desenvolvimento do setor de T&I, uma vez que o caráter central da pesquisa voltou-se ao levantamento das unidades produtivas ainda não levantadas por estudos acadêmicos. Vieira (1995) e Sell (1995) citam as empresas de destaque no período de forma pontual, as quais foram consideradas para o presente estudo, de forma que a amostra configurada pode compreender todas as empresas fundadas no período ainda em atuação. A partir das referências bibliográficas foram levantadas 14 empresas com destaque no processo de conformação do setor na cidade, ainda em operação.

Já com relação aos parques tecnológicos e incubadoras, tratados como unidades concentradoras de atividades, foram encontrados seis: o ParqTec Alfa, a Acate, o Sapiens Parque, o Corporate Park, o Centro Sapiens e o Square Corporate. Destaca-se que esses núcleos foram definidos de acordo com as suas propostas de implantação, as quais citam o setor de T&I como motivação principal, ou de alguma forma como temática relacionada.

Com relação aos *coworkings*, foi utilizada a base de dados do Via UFSC, uma plataforma informativa, ligada ao núcleo de pesquisa da UFSC Grupo de Pesquisa Habitats de Inovação e Empreendedorismo. A partir da plataforma foram encontrados 34 *coworkings* na cidade de Florianópolis.

Ainda, para o levantamento das *startups* foi utilizada a iniciativa StartUp SC do Sebrae, a qual representa o esforço de cadastrar em seu site todas as *startups* de Santa Catarina, tendo em vista que o Via UFSC não faz o levantamento de tais unidade de forma específica. No StartUp SC, foi realizado o devido recorte para a cidade de Florianópolis, resultando em 211 empresas ativas em 2019[36] em consulta realizada em março de 2019.

A localização foi classificada segundo documento da PMF, disponibilizado pelo Ipuf, o qual define a “Lista das Localidades que Pertencem a Cada Distrito” (FLORIANÓPOLIS, [2018]). O documento indica a classificação da ilha segundo regiões administrativas, as quais são subdivididas nos distritos e em suas respectivas localidades. Tendo em vista o conceito de região, amplamente discutido no campo de conhecimento da geografia, foi realizada a alteração de nomenclatura para área, respeitando os limites territoriais estabelecidos pela PMF. Para a análise, então foram consideradas as regiões determinadas no Quadro 4.

[36] Destaca-se que das 211empresas cadastradas, não foram obtidos dados de 40 empresas através de acessos feitos à plataforma StartUp SC entre março e maio de 2019. Dessas 40 empresas, foram realizadas buscas de outras fontes de contato para solicitação das informações dentre as quais: 19 não havia endereços de contato disponíveis em outras fontes; seis responderam que finalizaram as operações; e 15 não responderam ou não foi possível enviar contato pelos endereços cadastrados.

Quadro 4 - Definição das regiões e distritos de Florianópolis

Região / Área	**Distritos**
(REGIÃO) ÁREA CONTINENTAL	Distrito Sede - CONTINENTE
(REGIÃO) ÁREA CENTRO	Distrito Sede - CENTRO
(**REGIÃO) ÁREA NORTE**	Distrito Ingleses do Rio Vermelho - NORTE
	Distrito Cachoeira do Bom Jesus - NORTE
	Distrito Canasvieiras - NORTE
	Distrito Santo Antônio De Lisboa - NORTE
	Distrito Ratones - NORTE
(REGIÃO) ÁREA LESTE	Distrito São Joao do Rio Vermelho - LESTE
	Distrito Barra da Lagoa - LESTE
	Distrito Lagoa da Conceição - LESTE
(REGIÃO) ÁREA SUL	Distrito Ribeirão da Ilha - SUL
	Distrito Pântano do Sul - SUL
	Distrito Campeche - SUL

Fonte: Florianópolis ([2018]). Elaboração: própria.

Tendo em vista que cada Área é composta por distritos e localidades, é relevante a composição interna dessas definições territoriais. Em virtude do grande número de localidades em cada uma das áreas, foi destrinchada a Área Centro de forma a delimitar o perímetro territorial pertencente a esta região, e deixar claro os limites, principalmente, com a Área Norte. Tais delimitações estão indicadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Localidades componentes da Área Centro

Distritos Região Centro	Localidades
Distrito Sede - CENTRO	Centro
	José Mendes
	Saco dos Limões
	Costeira do Pirajubaé
	Valerim
	Córrego Grande
	Pantanal
	Trindade Sul
	Trindade Norte
	Morro da Cruz
	Agronômica
	Santa Mônica
	Manguezal do Itacorubi
	Itacorubi Sul
	Itacorubi Norte
	João Paulo
	Monte Verde
	Saco Grande Leste
	Saco Grande Oeste

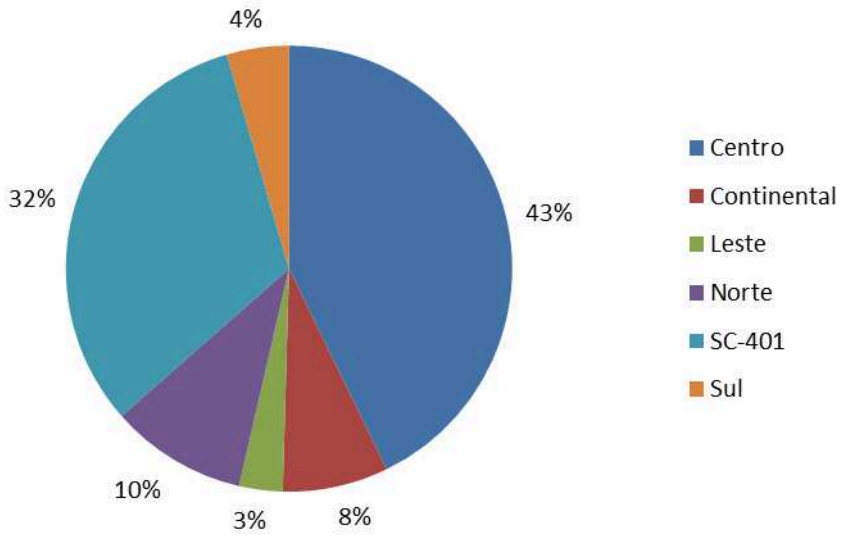
Fonte: Florianópolis ([2018]). Elaboração: própria.

A divisão da Área Centro indicada pela prefeitura engloba o bairro Saco Grande, e João Paulo onde estão localizados os núcleos da Acate Primavera e ParqTec Alfa, unidades concentradoras bastante representativas do setor. Além disso, o bairro João Paulo compreende o início do trecho da Rota da Inovação que conecta os arredores da UFSC com a última unidade concentradora da ilha, o Sapiens Parque, compreendendo uma porção importante para a análise da concentração do setor de T&I. Dessa forma, os referidos bairros foram indicados como uma Área de análise específica, denominada SC-401.

Tendo sido definidos os recortes territoriais e os ambientes de inovação a serem considerados, estes últimos foram analisadas de acordo com as diferentes categorias determinadas. De forma geral, foram analisadas a localização nas respectivas Áreas, de todas as unidades relacionadas ao setor de T&I na capital. Tanto as empresas fundadas até 1995, quanto as unidades concentradoras de

atividades, *coworkings* e as *startups,* podendo estas últimas serem classificadas como dispersas nos territórios, não se encontrando internas às unidades concentradoras. Os resultados considerando todos os ambientes de inovação citados resultados são indicados no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Localização das unidades produtivas do setor de T&I segundo as Áreas de Florianópolis



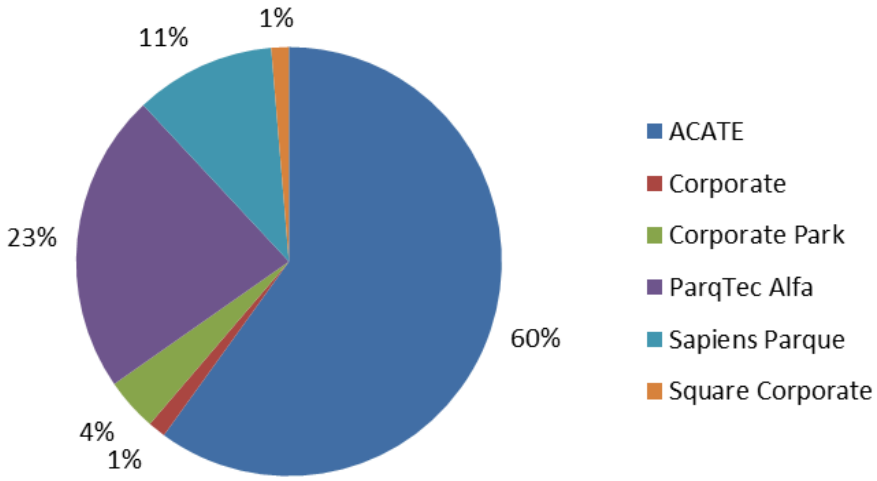
Fonte: Sell (1995), Vieira (1995), Via [201-], e StartupBase ([201-?]). Elaboração: própria.

A concentração das unidades produtivas relacionadas ao setor de T&I na Área Centro e da SC-401 corresponde a 75% do total de ambientes de inovação existentes na cidade. No caso da Área Centro, esta engloba também os bairros do entorno da UFSC área fortemente associados ao início do desenvolvimento do setor, sendo a Trindade, inicialmente, o local de maior aglomeração, como em um processo de *spillover* das atividades iniciadas na Universidade. Nesta área foi verificado o surgimento das primeiras *startups* e incubadoras da cidade, como já citado, a exemplo da atual CELTA e da Acate.

Com relação aos diferentes ambientes de inovação encontrados em Florianópolis, as unidades concentradoras de atividades foram analisadas como pontos de aglomeração das empresas de tecnologia, *startups*, ou *coworkings*, assim, parte-se da análise da localização destes núcleos. O ParqTec Alfa, a Acate, o Square Corporate e o Corporate Park encontram-se na SC-401 e figuram entre os pontos de interesse citados na Rota da Inovação. O primeiro encontra-se no bairro João Paulo, os dois seguintes no bairro Saco Grande e o último no bairro Santo

Antônio de Lisboa. O Sapiens Parque encontra-se no bairro da Cachoeira do Bom Jesus e o Centro Sapiens, no bairro Centro. Com relação à relevância das unidades concentradoras para os ambientes de inovação em Florianópolis, esta indicação encontra-se no Gráfico 12.

Gráfico 12 - Distribuição dos ambientes de inovação nas unidades concentradoras de atividades em Florianópolis



Fonte: Sell (1995), Vieira (1995), Via [201-], e StartupBase ([201-?]). Elaboração: própria.

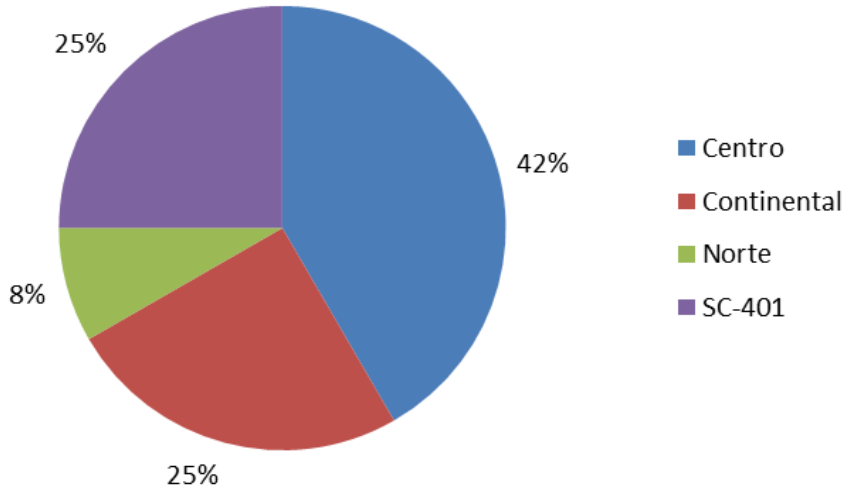
A distribuição verificada indica uma forte representatividade da Acate, a qual concentra mais da metade do total de ambientes de inovação da capital. Em seguida, verifica-se a relevância do ParqTec Alfa, compreendendo quase um quarto do total de ambientes de inovação, seguido pelo Sapiens Parque, que abriga aproximadamente 10%. A diferença principal entre estas unidades concentradoras verificada pela pesquisa, se refere aos investimentos que deram início ao seu surgimento, compreendendo a Acate um investimento privado, já o Sapiens Parque e ParqTec Alfa, investimentos cujo início se deu pela cessão de um terreno público para a sua localização.

No que se refere à localização destes espaços, verifica-se a consolidação da SC-401 como principal ponto de aglomeração de unidades concentradoras. O vetor, iniciado por investimentos públicos no ParqTec Alfa, foi acompanhado pela criação sede da Acate Primavera, e pela construção do Corporate Park e Square Corporate,

os quais possuem entre si uma distância média de apenas 3km. O Corporate Park encontra-se mais ao norte, sendo a unidade mais próxima do Sapiens Parque. Contudo, seguindo a Rota da Inovação, no sentido norte, o Sapiens Parque, encontra-se há aproximadamente 14 km de distância da referida unidade, de forma que não compreende parte da aglomeração caracterizada, considerando, também, que sua localização se deu a partir de uma iniciativa do poder público, e não, a partir de um processo de *spillover* do setor.

Como caracterização do início da atividade de T&I na cidade, e o comportamento verificado nas localizações dos primeiros ambientes de inovação da cidade, foi analisada a localização das 14 empresas já citadas. Esta análise encontra-se no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Localização das empresas de tecnologia em Florianópolis por Área de análise

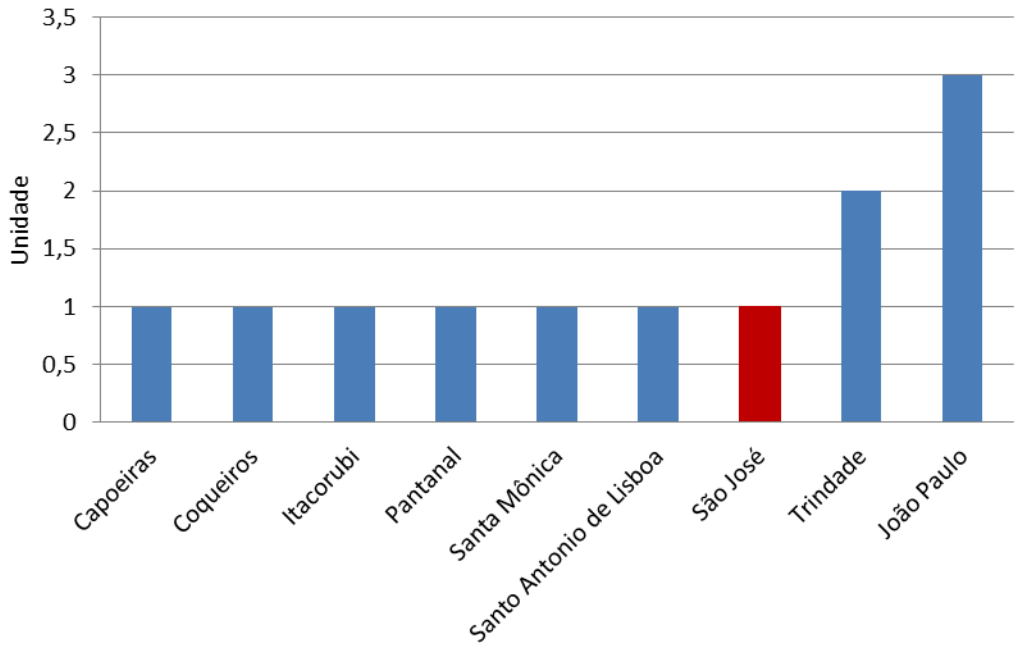


Fonte: Sell (1995) e Vieira (1995). Elaboração: própria.

A Área Centro, mais uma vez desponta como local de aglomeração, sendo relevante ainda, a Área Continental para as empresas em atividade há mais tempo na cidade. O vetor norte, reforçado pela aglomeração na Rodovia SC-401, é menos relevante para estas empresas do que para todos os ambientes de inovação da cidade, sendo sua aglomeração em igual proporção à da Área Continental, mesmo com a localização das unidades concentradoras ParqTec Alfa, Acate Primavera e Sapiens Parque. Em virtude dos bairros Trindade e João Paulo encontrarem-se

internos a Área Centro, e serem característicos do início do setor de T&I na cidade, o Gráfico 14 indica a distribuição dessas empresas por bairro.

Gráfico 14 - Distribuição das empresas de tecnologia em Florianópolis com fundação até 1995 por bairro

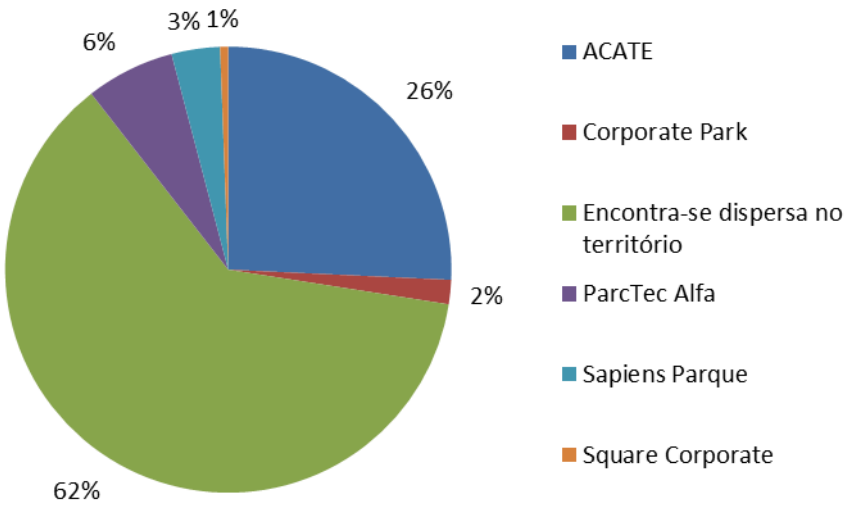


Fonte: Vieira (1995). Elaboração própria.

A distribuição das empresas se dá de forma dispersa nos bairros, sendo os bairros de Capoeiras e Coqueiros locais representativos, referentes à Área Continental, em igual expressividade aos bairros no entorno do bairro Trindade. Foi indicada a presença de uma das empresas em São José, município vizinho de Florianópolis, a Intelbrás, tendo em vista sua fundação em Florianópolis, e sua relevância para o setor de T&I, reforçando o vetor no sentido continente para estas empresas. Tem destaque ainda, a aglomeração destas no bairro João Paulo, dentre as empresas localizadas neste bairro, todas se encontram dentro da unidade concentradora ParqTec Alfa, indicando a relevância desta iniciativa para o início desenvolvimento do setor na cidade.

Com relação às *startups*, foram consolidados dados de localização de 187 empresas. A maioria dessas empresas não se encontra em regime de aglomeração em unidades concentradoras, como parques tecnológicos ou incubadoras, como se poderia presumir. Mais de 61% dos núcleos analisados encontram-se dispersos no território, como indica o Gráfico 15.

Gráfico 15 - Distribuição das *startups* em Florianópolis localizadas em unidades concentradoras

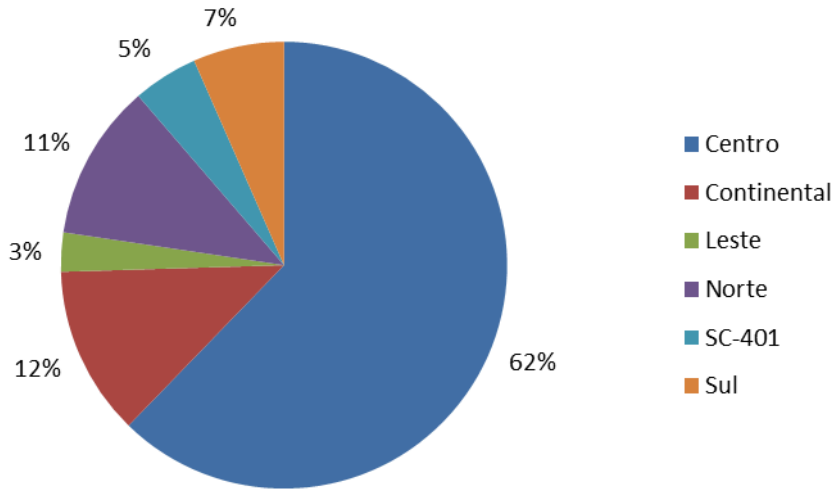


Fonte: StartupBase ([201-?]). Elaboração própria.

A unidade concentradora mais relevante, no que concerne ao agrupamento de *startups,* é a Acate, abrigando quase quatro vezes o número de *startups* do ParqTec Alfa. Por meio destes dados pode-se apreender que as unidades concentradoras em Florianópolis apresentam caráteres distintos, lembrando que os incentivos iniciais do ParqTec Alfa foram de caráter público, diferentemente da Acate, em que a pesquisa, apontou como relevante o investimento privado para a sua conformação. Da mesma forma, no ParTec Alfa encontra-se um maior número de empresas ligadas ao início das atividades de T&I na cidade, ao passo que em tendência mais recente, as *startups,* já caracterizadas como as MPEs representativas do setor em análise, encontram-se localizadas na unidade concentradora representativa do empresariado do setor, e dos investimentos privados em iniciativas de aglomeração.

Assim, com relação às *startups* que se encontram “dispersas no território”, o Gráfico 166 indica a localização de tais núcleos por Área de análise.

Gráfico 16 - Distribuição das *startups* dispersas no território em Florianópolis por Área de análise

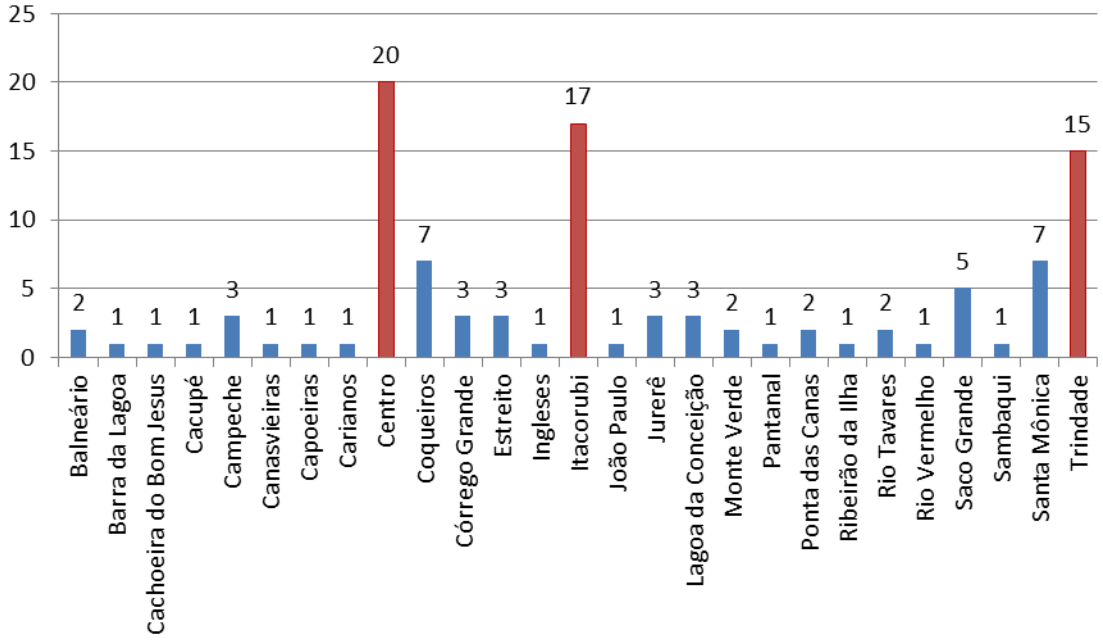


Fonte: StartupBase ([201-?]). Elaboração própria.

Para esta análise, a concentração territorial é divergente do que concentração das *startups* nas unidades concentradoras de atividades. A Área SC-401 apresenta-se com baixa capacidade de aglomeração, havendo maior concentração de *startups* nos bairros Áreas Continental e Norte, além da Área Centro, a qual engloba mais da metade das *startups* dispersas no território existentes na cidade. É pertinente reiterar que, na Área Centro, encontram-se os bairros da Trindade e Itacorubi, os quais possuem uma localização estratégica entre a Acate, unidade concentradora mais representativa destes ambientes de inovação, e da UFSC e UDESC.

No que se refere às *startup*s, muitas destas empresas não possuem sede própria no início da sua atuação, ocorrendo sob a forma de *home office*. Nesse sentido, muitas delas surgem a partir das iniciativas de estudantes da UFSC e UDESC, os quais, residem, também, nas área do entorno da universidade. Assim, a distribuição das *startups* por bairro está colocada no Gráfico 17.

Gráfico 17 - Distribuição das *startups* dispersas no território em Florianópolis por bairro

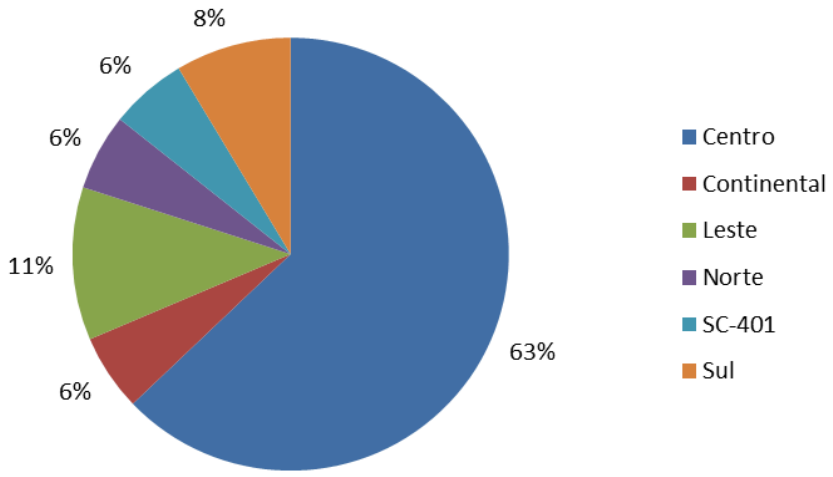


Fonte: StartupBase ([201-?]). Elaboração própria.

Segundo a demonstração do gráfico, é relevante o bairro Centro para as *startups* dispersas no território, seguido do Itacorubi e da Trindade. É verificada uma tendência de aglomeração nestes bairros, os quais apresentam, uma média entre eles de oito vezes mais ambientes de inovação deste caráter do que a média entre os demais bairros da amostra. Assim, a lógica de concentração desses ambientes de inovação difere das empresas ligadas ao início do setor, seguindo uma tendência à aglomeração atrelada ao fenômeno de *spillover*. Contudo, verifica-se que este fenômeno encontra-se mais relacionado às universidades do que às unidades concentradoras de atividades, uma vez que as *startups* que não se encontram dentro de unidades concentradoras, não procuram se localizar ou tampouco surgem em suas imediações.

A localização verificada para os *coworkings* diverge da lógica encontrada para *startups*. A concentração desses ambientes de inovação é indicada no Gráfico 18.

Gráfico 18 - Distribuição dos *coworkings* em Florianópolis por Área de análise



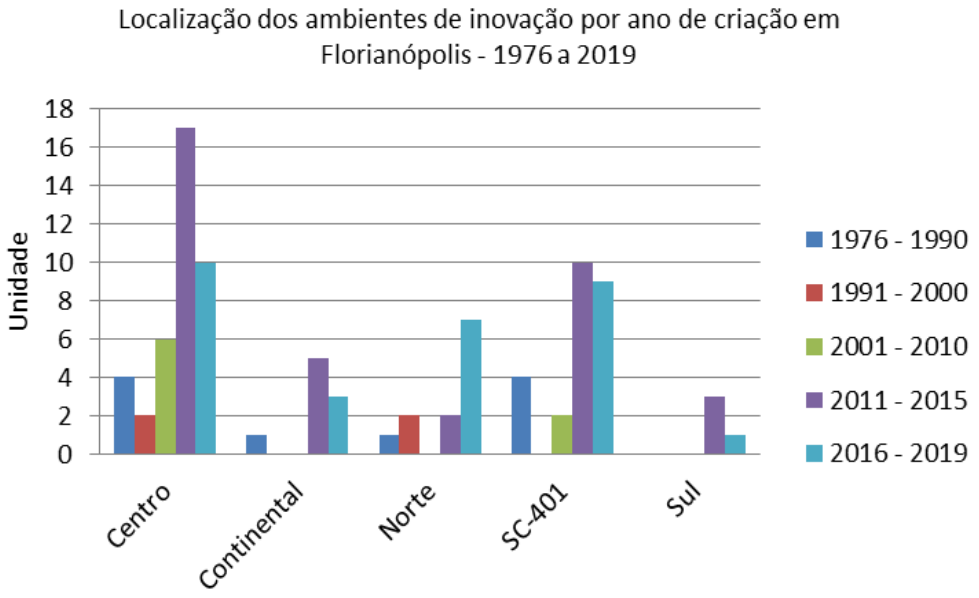
Fonte: Via ([201-]). Elaboração própria.

A concentração de *coworkings* na área do Centro é a mais expressiva da amostra analisada, mesmo considerando a Área SC-401 de forma separada. Ainda, se sobressaem as regiões Leste e Sul com maior representatividade do que o vetor de aglomeração em análise para os ambientes de inovação já verificados. Esta divergência pode dever-se ao fato de que os *coworkings* abrigam atividades não somente relacionadas ao setor de T&I, como profissionais liberais de diversas áreas, não dependendo do processo de *spillover* como lógica de funcionamento.

Finalmente, a fim de definir uma tendência na localização espacial dos núcleos relacionados ao setor de T&I foi levantada a data de fundação dos ambientes de inovação. Dada a relação indireta dos *coworkings* estabelecida com o setor, estes não foram considerados nesta análise. Além das empresas de tecnologia fundadas até 1995, foram levantados dados de fundação das *startups*, e, ainda, uma vez que as unidades concentradoras abarcam estes núcleos, estas não foram indicadas de forma separada na amostra.

Foram encontradas informações acerca da fundação de 91 ambientes de inovação nas fontes consultadas. Tais dados são apresentados no Gráfico 19.

Gráfico 19 - Localização das *startups* por data de fundação e Área de análise



Fonte: Sell (1995), Vieira (1995), e StartupBase ([201-?]). Elaboração própria.

Os dados apontam a Área Centro como uma localização que perdura em número superior às outras Áreas de análise, desde o início da implantação do setor de T&I na capital, até o período mais recente. Nesta área verificou-se um decréscimo de ambientes de inovação criados no período de 2016 a 2019 em relação ao ano anterior, contudo, mais empresas buscaram esta Área da cidade do que qualquer outra. A Área Continental apresenta uma retomada na busca por sua localização pelas empresas a partir de 2011, havendo uma baixa representatividade total em relação às outras Áreas. A área do entorno da SC-401 apresentou uma ocorrência significativa das empresas no período de 1976 a 1995, fator certamente influenciado pela mudança de muitas das empresas existentes até então para o ParqTec Alfa, como Dígitro e Softplan, esta última, atualmente, localizada no Sapiens Parque.

Como interpretação dos vetores também em relação ao contexto histórico de desenvolvimento do setor de T&I a Área Sul apresenta a criação de empresas nesta localização somente a partir de 2011, com inexistência de ambientes de inovação nesta Área da cidade até então. Tais dados demonstram a efetividade do enfrentamento da população ao projeto da Tecnopólis do Campeche e indica que

não houve alteração estrutural da relação deste território com o setor de T&I a despeito de seu crescimento.

Como tendências atuais, destaca-se a Área Norte como a única localização que demonstrou aumento no período de 2015 a 2019. Contudo, três quartos destas empresas encontram-se dispersas no território, e não na unidade concentradora presente na Área, o Sapiens Parque. A Área SC-401 ainda apresenta um número constante de empresas sendo fundadas em seu território, pois, embora também tenha apresentado queda a partir de 2016, é a menor diminuição da amostra. Esta Área demonstra sua consolidação como local de aglomeração do setor de T&I na cidade, sendo a maioria das empresas criadas a partir de 2011 localizadas na Acate Primavera e no ParqTec Alfa.

Uma vez caracterizados as principais áreas de concentração da atividade de T&I em Florianópolis, e sinalizados os vetores recentes que direcionam a expansão do setor no território, é relevante analisar as características particulares destes recortes territoriais e como atuam as intencionalidades nestes espaços. Os dados que se relacionam à população destes locais, os níveis socioeconômicos, bem como as condições de infraestrutura urbana, são relevantes no sentido de avaliar a concordância entre as atividades econômicas inseridas em seus territórios e as demandas encontradas. Da mesma forma, as possibilidades de análise da atuação do poder público e dos atores sociais, desde o apoio e fomento às políticas econômicas influentes nestes espaços, até a conformação de imaginários urbanos ideais são destrinchados nas seções subsequentes.

5.2DE CIDADE INCIPIENTE À CIDADE INTELIGENTE

Uma vez evidenciados os locais de concentração do setor de T&I, bem como sua relação com o planejamento urbano e econômico da cidade, foram verificadas lógicas econômicas e políticas sob as quais o fomento ao setor de T&I se legitima, e que norteiam, também, as iniciativas do poder público. As alianças voltadas ao desenvolvimento do setor de T&I compreendem articulações entre o capital privado

e o poder público, com a UFSC como ponto de apoio territorial às forças de atuação no espaço.

Contudo, no que se refere à atuação do associativismo conservador, estas alianças compreendem o capital privado de diversas origens, como representantes do setor turístico e da construção civil, as quais de alguma forma se beneficiam do desenvolvimento do setor de T&I. Tais alianças se mantêm durante a trajetória histórica investigada, e sua atuação parece conformar consensos cada vez mais abrangentes, enfraquecendo eventuais iniciativas de enfrentamento da população, como no exemplo do Campeche, em que os moradores buscaram a garantia das condições naturais do local temendo a densificação proposta pelo projeto do setor de T&I para o bairro.

Como indicado no capítulo 3, Florianópolis teve um desenvolvimento econômico e demográfico lento desde a sua fundação enquanto núcleo de povoamento (FILHO, 2005). Atualmente, a cidade ainda apresenta índices de PIB abaixo das capitais da região sul, e dentre as 27 capitais brasileiras apresentava a 19ª posição no *ranking* de PIB *per capita* em 2015 (IBGE, 2017a). Com relação à população, a cidade é a 11ª capital com menor densidade demográfica do país, segundo a população estimada para 2018, e apresentou um crescimento populacional de 65% de 1991 para 2010 segundo o censo (IBGE, c2017, 2018).

Como já indicado anteriormente, a urbanização da ilha de Santa Catarina também ocorreu de forma lenta. A distância entre os núcleos de povoamento na ilha, condicionado pelo transporte marítimo preponderante na época de suas formações, ocasionou grandes vazios urbanos em seu território, segundo Santos (2015), ainda na década de 50 “o cotidiano local era caracterizado por um ambiente urbano pouco dinâmico e ruidoso” (SANTOS, 2015, p.113). Mesmo após o aumento da imigração a partir da implantação da BR-101 nos anos 70, o grande contingente populacional das camadas menos abastadas se fixou nas áreas continentais, e de municípios vizinhos à Florianópolis, apresentando os municípios de Palhoça, São José ou Biguaçu, taxas de crescimento maiores do que os da capital nesta década (SUGAI, 2002). Passou a se consolidar a segregação social no território como se apresenta até os dias de hoje, com a região metropolitana continental concentrando as menores faixas de renda, e a ilha as faixas mais altas.

Tal segregação teve como um de seus fundamentos, o aumento populacional na ilha de Santa Catarina que só ocorreu, de fato, com a chegada das grandes empresas estatais e dos seus trabalhadores de alto poder aquisitivo na década de 70. Tal fenômeno teve como consequência o aquecimento do mercado imobiliário e a expansão urbana da ilha, tendo em vista a maior procura pelas atividades de lazer próximas às praias por seus novos moradores, bem como por novos visitantes. A expansão para os balneários, associada à ascensão do turismo em nível nacional, resultou na conformação territorial de Florianópolis com traços de maior densificação nos núcleos iniciais, a partir desse período.

A atividade turística ancorou-se na paisagem natural da ilha e na diversidade de praias, uma vez tendo se consolidados os espaços de orla como áreas valorizadas, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Como já apresentado, Canasvieiras ao norte e Lagoa da Conceição ao leste, polarizaram a expansão turística em virtude das características naturais de seus sítios. Segundo Sugai (2002),

> Nos balneários ao norte, nas décadas de 50, 60 e 70, localizavam-se, respectivamente, 4%, 11% e 13% dos loteamentos aprovados em Florianópolis, e naqueles balneários a leste, localizavam-se, respectivamente, 1%, 4% e 10% dos loteamentos aprovados. (SUGAI, 2002, p.79)

A evolução do setor hoteleiro também retrata a ascensão do turismo, com destaque para o seu fortalecimento nos anos 80. Santos (2012) indica que esta foi a década em que houve maiores investimentos no setor em Florianópolis. Entre 1980 e 1998, 34 hotéis foram inaugurados na cidade, e este estímulo compreendeu um aumento de aproximadamente seis vezes o número de turistas visitantes na ilha entre janeiro e fevereiro, de 1980 a 2000 (SANTOS, 2012; LINS, 2000). As áreas para veraneio se expandiram de forma relevante no período, passando de 7,6%, de toda a área urbanizada da ilha, em 1976 para 30,8% em 1994 (IPUF *apud* RIZZO, 2013).

Segundo Santiago, Loch e Walkowski (2008) o espaço turístico é composto por oferta turística e demanda turística; serviços; transportes; infraestrutura; poder de decisão; poder de informação; sistema de promoção e de comercialização. Sua

composição se dá, essencialmente, pelo mercado, pelo espaço urbano e pelos principais atores envolvidos no seu desenvolvimento (RODRIGUES *apud*. SANTIAGO; LOCH; WALKOWSKI, 2008). Para a consolidação do setor turístico na cidade Lins (2000) indica alguns desses atores, decisivos neste processo. Dentre eles constam as empresas que prestam serviços ligados ao turismo, às instituições públicas que atuam em gestão e planejamento do turismo, as instituições privadas de apoio e promoção do turismo e os organismos de cunho corporativo que representam os interesses do empresariado turístico (LINS, 2000, p.58).

O mesmo autor indica a motivação conjunta destes atores em instituir-se um planejamento para o setor, o qual deveria abranger, inevitavelmente, as questões urbanas. Segundo Santiago, Loch e Walkowski (2008) o turismo planejado é um meio de garantia do desenvolvimento sustentável de uma região, de forma que "o planejamento deve buscar integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido, por meio de metas, objetivos e estratégias, buscando a sustentabilidade da atividade em determinada região" (SANTIAGO, LOCH, WALKOWSKI, 2008, p.69). Assim, o planejamento para o setor turístico, foi o primeiro ideal de cidade a promover um consenso.

O planejamento do turismo em Florianópolis é ancorado no planejamento econômico da cidade e estabelece relações diretas com o planejamento urbano, segundo Harvey (1996) a exploração das especificidades das cidades, a exemplo das propiciadas pelas condições naturais é uma das formas de consolidação do planejamento estratégico e empresariamento urbano. Nesse sentido, a partir de 1981, planos municipais foram lançados pela PMF, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis em 1981, e do Plano Estratégico de Planejamento Turístico para Florianópolis – (PLANET 2000) em 1995, atualizado em 1998 (LINS, 2000).

Mais recentemente, tem destaque o Plano Municipal de Turismo aprovado em 2011 o qual tem aderência com a política estabelecida em nível estadual, em que são verificados instrumentos do planejamento estratégico de forma direta. O documento estadual "Plano Catarina", lançado em 2010, é definido como "Plano de *Marketing* Turístico de Santa Catarina 2020". O documento consiste em um planejamento de *marketing* a fim de constituir uma identidade turística para o estado

e consolidá-lo como o principal destino turístico brasileiro até 2020 (SANTA CATARINA, 2010).

A partir deste plano, são definidos planos regionais, para os quais são determinados os programas e ferramentas a serem aplicados. As determinações para a região Grande Florianópolis constam no Quadro 6.

Quadro 6 - Programas e ações estratégicas do Plano Catarina 2020 para a Grande Florianópolis

	Programa de identidade	**Programa de Informação**	**Programa de Melhoria de Produtos**	**Programa de Promoção**
Ações	Marca Turística	Comunicação Eletrônica	Excelência em eventos técnico-científico-informacionais	Imprensa
	Banco de Imagens	Mapas	Floripa: experiências ativas	Trade Especializado
	Banco de Textos	Press Kit	Luxo e Sustentabilidade na Grande Florianópolis	Turista na Região
	Pontos de Identidade Física	Newsletter	Referência Nacional em Turismo na Agricultura Familiar	Consumidor Especializado
	Objetos de Design			Grupos de Consumo

Fonte: Santa Catarina (2010). Elaboração: própria.

Nas ações propostas é possível verificar tanto a exploração do setor turístico, como, também, a exploração do consumo de nicho, também indicado por Harvey (1996). Eventos associados à temática da Tecnologia da Informação e a

exploração da ideia da sustentabilidade são produtos a serem explorados como ações do Plano.

A aplicação e o desenvolvimento dos programas e ações propostos pelo Plano ocorreram através de seminários voltados aos profissionais ligados ao turismo, como gestores, agentes de viagens, hoteleiros e etc., representantes dos atores indicados por Lins no início dos anos 2000. Destaca-se ainda, a presença de consultorias especializadas nos diversos assuntos propostos durante o processo (SANTA CATARINA, 2012).

Já o Plano Municipal determina objetivos gerais e específicos para o desenvolvimento do setor turístico, para os quais são elencadas estratégias. Dentre os objetivos constam: desenvolvimento e conservação do meio ambiente; desenvolvimento e participação comunitária; cooperação e integração entre a iniciativa privada, poder público e o terceiro setor no turismo; promoção e incentivo ao desenvolvimento de infraestrutura para a atividade turística; formação profissional no setor de turismo e hospitalidade; *marketing* e promoção do turismo; implantação, estruturação e diversificação da oferta turística; desenvolvimento de estudos e pesquisas de interesse turístico; e ações prioritárias de turismo em Florianópolis. Dentre as estratégias de *marketing* são elencadas:

> I - Adoção de marcas e simbologia única, reguladas por lei específica, para identificar e orientar a divulgação da cidade como destino turístico;
> II - Elaboração do Plano de *Marketing* Turístico Municipal;
> [...]
> IV - Celebração de convênios e acordos com empresas e instituições privadas locais para adoção de identidade comum no processo de promoção institucional do destino Florianópolis;
> [...]
> IV - Inserção e exposição obrigatória da marca e simbologia única de identificação do destino turístico em todo o evento e material promocional próprio ou que contar com o apoio da Prefeitura de Florianópolis;
> VII - Adotar estratégias diferenciais e integradas para a promoção dos diversos segmentos potenciais para exploração turística;
> VIII - Respeitar, no processo promocional, as características sócio-culturais de Florianópolis;
> [...]
> X - Identificar segmentos e mercados prioritários para promoção do turismo do município, em cada período do ano. (FLORIANÓPOLIS, 2011, p.6)

As ações e estratégias propostas têm destaque por sua relação direta com os instrumentos indicados na seção 2.3 acerca do planejamento urbano estratégico. A criação de uma identidade para a cidade e de estratégias de *city marketing* com apelo para investimentos e inserção no circuito econômico global são verificadas no

planejamento da cidade voltado o turismo. Da mesma forma, é relevante a menção à mobilização de outros mercados associados à promoção do turismo e de convênios com instituições privadas e empresas a fim de consolidar o setor não somente durante os meses de verão.

A Marca Turística de Florianópolis, por exemplo, foi um projeto lançado em 2014, elaborado pelo curso de Design da UFSC em uma parceria com a PMF, com a Secretaria do Turismo e com o Sapiens Parque (MINHA FLORIPA, [2014?]). A associação do setor público, com o setor de T&I para a realização de uma das estratégias propostas para o Plano Municipal de Turismo indica que ambos os setores econômicos tem vantagens sobre os mesmos instrumentos de planejamento.

Mais recentemente, em 2018, a PMF deu início ao Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal (PEDEM), cujo objetivo é:

> Identificar as potencialidades do município e definir por intermédio de ampla participação e discussão dos agentes produtivos locais, os eixos econômicos prioritários, visando, através de um processo de planejamento, o fomento ao desenvolvimento sustentável de Florianópolis (FLORIANÓPOLIS, 2018)

Esta iniciativa ocorreu por meio de encontros para a elaboração do diagnóstico e dos principais eixos de ação, para os quais, segundo a PMF (FLORIANÓPOLIS, 2018) eram “esperadas as lideranças das principais entidades empresariais do município”, em que há uma seleção de atores envolvidos, da mesma forma que o Plano Catarina. O primeiro encontro ocorreu em 2018 no ParqTec Alfa, e os principais eixos estratégicos definidos pelo PEDEM, apresentado em janeiro de 2019, foram Turismo Comércio, Economia Criativa e do Mar; Tecnologia da Informação e Comunicação; Tecnologia em Saúde e Bem Estar; Nanotecnologia e Novos Materiais; e Energia (FLORIPAMANHÃ, 2019). Neste caso, tanto os atores envolvidos, quanto os eixos delimitados, também indicam a associação do setor de T&I com o setor turístico no planejamento de desenvolvimento executado para Florianópolis pelo poder público.

O PEDEM é um plano indicado como de prazo contínuo, e trata-se de um instrumento auxiliar do Programa Cidade Empreendedora do Sebrae, que teve início

em 2017 na capital. A atuação do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) é relevante enquanto principal entidade de fomento ao empreendedorismo no estado de Santa Catarina, e na conformação do setor de T&I no estado. É relevante, ainda, que as políticas fomentadoras de MPE estão frequentemente vinculadas ao setor de T&I, a exemplo das políticas nacionais também já indicadas.

De forma geral o Programa Cidade Empreendedora (SEBRAE, 2018a) compreende a atuação do Sebrae, em parceria com o município de Florianópolis, em 11 eixos, enquanto uma consultoria, a qual foi realizada, também, em outros municípios do estado de Santa Catarina. Dos 11 eixos, dois têm destaque por estarem relacionados à gestão empresarial estratégica aplicada à gestão urbana, sendo estes o Planejamento Estratégico para a Gestão Municipal, e a Gestão Estratégica orientada para resultados (SEBRAE, 2018b).

Assim, tendo em vista a associação do empreendedorismo tanto com a vertente do planejamento urbano estratégico, quanto com a configuração do setor de T&I desde sua configuração global até as políticas locais, o PEDEM parece consistir em mais uma aliança do poder público com atores específicos. Ao que se pode inferir a partir da presente pesquisa, tanto o turismo, enquanto alavanca econômica inicial do município, quanto o setor de T&I em ascensão, tiram vantagem dos instrumentos do planejamento estratégico, com ênfase no *city marketing* e no empresariamento urbano ao darem suporte para iniciativas de planejamento de forma associada.

O desenvolvimento econômico da cidade se voltou, principalmente a partir dos anos 80, concomitantemente ao setor turístico e ao setor de alta tecnologia e inovação. Segundo Lins (2011) a cidade turística e tecnológica são facetas de um mesmo território “A trajetória de ambos mostra-se indissociável dos atributos exibidos pela área, tendo contribuído, ao mesmo tempo, para fortalecer a atratividade destes.” (LINS, 2011, p.112). Tais setores são entendidos como “entrelaçados” pelo poder público o qual direciona suas políticas de planejamento econômico de forma a contemplar e a fortalecer as ações compartilhadas pelos interesses, tanto do turismo, quanto do setor de T&I.

Ainda segundo o mesmo autor, a caracterização de Florianópolis frequentemente é rodeada de uma conformação de identidade quase como de forma

a destacá-la do cenário urbano brasileiro de desigualdade social. O slogan “Ilha da Magia” se associa a outros, como “*Saint Tropez* da América do Sul” e “Ilha do Silício”, no sentido de configuração de uma identidade a serviço de uma estratégia de *marketing* urbano. O que ocorre, é que, segundo Marx *apud.* Chauí (2008), no contexto capitalista, tudo se torna mercadoria. O planejamento econômico indicado se apropria de imagens projetadas, bem como de conceitos desejáveis, como o de desenvolvimento sustentável, que nada mais são do que representantes de uma imagem a ser vendida, na direção de atração de investimentos.

O desenvolvimento sustentável, apontado por Santiago, Loch e Walkowski (2008) como uma possibilidade para cidades em que ocorre o planejamento do setor turístico, serviu também como conceito guia dos planos Floripa 2030 e Plano de Ação Florianópolis Sustentável. Segundo Berr (2015) o conceito de desenvolvimento sustentável é altamente aceitável mundialmente, tornando-se uma unanimidade. Dessa forma, em uma conjuntura de planejamento urbano estratégico, pode-se considerar o desenvolvimento sustentável como o consenso sobre a cidade em que tal corrente se ancora.

A questão ideológica na cidade neoliberal é um fator determinante para a reprodução das dinâmicas nas quais ela surgiu. Cobos (2014), Brenner, Peck e Theodore (2017), Santos (2005), Fix (2001) citam como os valores ideológicos correntes tem influencias sob a forma como se constitui a morfologia da cidade neoliberal. Segundo Chauí (2008) sobre a interpretação marxista da ideologia, é fundamental a questão de que a produção de ideias não está dissociada “das condições sociais e históricas nas quais são produzidas” (CHAUÍ, 2008, p.34), elucidando a necessidade do percurso histórico de conformação da sociedade bem como dos contextos sociais encontrados atualmente em certas áreas urbanas.

Dessa forma, para apreensão da ideologia associada ao planejamento urbano e econômico do poder público em Florianópolis, parte-se do entendimento da ideologia imposta pelo sistema capitalista. Chauí (2008) coloca de forma a relevância do entendimento das classes sociais nesse contexto,

> As classes sociais [...] são relações sociais determinadas pelo modo como os homens, na produção de suas condições materiais de existência se

> dividem no trabalho, instauram formas determinadas de propriedade, reproduzem e legitimam aquela divisão e aquelas formas por meio das instituições sociais e políticas, representam para si mesmos o significado dessas instituições através de sistemas determinados de ideias que exprimem e escondem o significado real de suas relações. (CHAUÍ, 2008, p.52)

A ideologia corrente, nas iniciativas de planejamento urbano e econômico expressas pelo Estado em Florianópolis, como já colocado, se articula à imposição dos interesses dos atores sociais que detém o maior poder financeiro na ilha, dentre os quais, destacam-se os empresários da construção civil, do turismo, e, mais recentemente, do setor de T&I. O chamado associativismo conservador (CUNHA, 2013) esconde "o significado real de suas relações" através dos planos estatais, e garante seus objetivos na implementação do planejamento estratégico na administração municipal.

Nesse sentido, o conceito de cidades inteligentes também emerge como associada ao planejamento estratégico, e altamente relacionada ao setor de T&I, por instrumentalizá-lo. Como já colocado, as cidades inteligentes não possuem definição exata. Seus meios constituem, de forma geral, a aplicação prática da inovação e da tecnologia na infraestrutura e serviços públicos, na direção da busca de uma cidade mais eficiente.

Partindo dos planos estratégicos citados no presente trabalho, há citação no sentido das cidades inteligentes, de forma direta no Plano de Ação Florianópolis Sustentável, enquanto uma possibilidade de consultoria quando indicadas necessidades de melhoria da infraestrutura da cidade. A inserção da empresa Microsoft no diagnóstico da cidade se deu neste sentido. De acordo com o documento, a análise realizada pela Microsoft ocorreu com base no conceito para cidades sustentáveis utilizado pela empresa, chamado de *CityNext*.

O conceito *CityNext* compreende uma oportunidade de instrumentalização da tecnologia nas cidades, e tal aplicação se trata da justificativa do envolvimento da Microsoft no documento. O capítulo do diagnóstico, realizado pela empresa, se trata, essencialmente, desta aplicação, sendo utilizado um método elaborado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) para a avaliação das possibilidades de desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nas infraestruturas urbanas. Dentre os riscos indicados pela Microsoft, ao final da análise, foram elencados:

> •A Recomendação 6: Consultoria Modelo de Governança, Gestão e Arquitetura e TI é crucial para a PMF. Posterga-la faz o risco aumentar proporcionalmente. Neste sentido, é recomendada que seja feita no curto prazo.
> •Na nossa visão as pessoas são o principal ativo de qualquer organização, e ao manter-se o TIC como está hoje é forte desmotivador fazendo com que as pessoas acabem diminuindo ou até perdendo o interesse na carreira pública e, também com baixa motivação de produção e melhoria.
> •Não realizar os projetos estruturantes aqui sugeridos traz um risco alto de limitar PMF na medida em que irá tornar a gestão de TIC onerosa. Como consequência das limitações orçamentarias e demandas cada vez crescentes, senão se trabalhar agora na correção do rumo da TIC poderá no médio e longo prazo tornar inviável um plano de cidade sustentável. (FLORIANÓPOLIS, 2015, p.147)

A implantação de TIC na gestão pública da cidade é dada então, como inevitável pelo documento. Ainda na conclusão, mais uma vez, a avaliação alerta para a necessidade desta implantação e para as diversas melhorias acarretadas por ela, na gestão municipal, na conectividade e na gestão financeira do município e sólida para "a construção de uma Florianópolis Sustentável" (FLORIANÓPOLIS, 215, p.147).

No plano mais recente, o PEDEM, há citações diretas acerca das cidades inteligentes tanto no Plano de Desenvolvimento Econômico, quanto no Levantamento de Oportunidades. No Plano de Desenvolvimento, dentre as estratégias para o eixo da Tecnologia da Informação e Comunicação está "Ser uma cidade inteligente" (CIDADES EPREENDEDORAS, 2018, p.77).

Nas atividades indicadas como "portadoras de futuro", as quais são descritas como atividades de apoio ao desenvolvimento de empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação, o termo "*smart cities*" é indicado nas "Tendências de tecnologias para a conectividade", e nas "Soluções embarcadas com base em sistemas inteligentes". No quadro de resumo geral das oportunidades diagnosticadas nas atividades portadoras de futuro é elencado o item "Empresas de soluções tecnológicas de sistemas, equipamentos, instrumentos e telecomunicações para *smart cities, smart home* e rede elétrica inteligente" (CIDADES EMPREENDEDORAS, 2018, p.117).

Além das previsões em instrumentos de planejamento, Florianópolis vem figurando junto à imagem de cidade inteligente também nos veículos de mídia, a exemplo dos antigos *slogans* já adotados para a capital. A ONG FloripAmanhã, já

mencionada em virtude do seu envolvimento com o associativismo conservador, possui, principalmente a partir de 2013, diversas matérias acerca do tema em seu *website*. As matérias indicam desde artigos e publicações relacionadas ao conceito, até manchetes como “qual o ponto de partida para criar uma cidade inteligente?” (NAHAS, 2017), “O primeiro passo para se tornar uma cidade inteligente” (NAHAS, 2017) e “O futuro de Floripa: o que é preciso para ter uma cidade mais humana e inteligente?” (FLORIPAMANHÃ, 2013b).

Ademais em 2013 ocorreu em Florianópolis o seminário “Cidades Inteligentes, Cidades do Futuro”, uma iniciativa com participação da PMF e da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) de Santa Catarina, que reuniu pesquisadores internacionais sobre a temática de cidades inteligentes (FLORIPAMANHÃ, 2013a). Já em 2018, a cidade sediou o Smart City Forum, como evento associado ao Smart City Expo World Congress, que ocorre anualmente em Barcelona. O evento foi realizado no Sapiens Parque e promovido por representantes de empresas relacionadas ao tema, como a Softplan, e por entidades como a PMF e o Sebrae. Dentre as temáticas abordadas constaram Governança, Mobilidade Urbana, Energias Renováveis e Bairros Planejados (SMART CITY FORUM FLORIPA, [201-]; SEBRAE, 2018c).

Nesse contexto, destacam-se os *rankings* acerca das cidades inteligentes, ou cidades que possuem atribuições avaliáveis como tal, atualmente elaborados por diversas entidades. Tais *rankings* foram indicados pelo respondente representante do Centro Sapiens dentre os fatores fundamentais que fazem com que as empresas de tecnologia e inovação queiram ser implantadas na cidade. Duas listagens que consideram a cidade de Florianópolis foram analisadas, segundo o estudo de Flor e Teixeira (2018) que avaliam o *ranking* elaborado pela entidade Connected Smart Cities, e o *ranking* elaborado pela Instituição Empreender Endeavor, este último que se refere às cidades empreendedoras. O Connected Smart Cities é um *ranking* desenvolvido pela metodologia da empresa Urban Systems e pela empresa Sator, que organiza um evento homônimo acerca do tema. Já o ranking da Endeavor, se refere às cidades empreendedoras, para as quais, segundo Flor e Teixeira (2018) não há ainda definição acadêmica. A Endeavor se define como uma organização global que apoia empreendedores de alto impacto e parcerias nesse sentido

(ENDEAVOR, c2019). Ambos os *rankings* avaliam diversos aspectos os quais são elencados no Quadro 7.

Quadro 7 - Aspectos analisados nos rankings de Cidades Inteligentes e Cidades Empreendedoras

Connected Smart Cities	Mobilidade	Contempla informações em três diferentes grupos, em busca de uma ampla visão das questões de mobilidade, não se atendo apenas ao transporte de pessoas em si. Os pontos apontados são: transporte urbano, acessibilidade e conectividade.
	Urbanismo	Relata informações quanto à existência de leis urbanísticas, com regras e mecanismos para seu desenvolvimento. Aborda acerca da facilidade para a emissão de determinado documento, por meio de mecanismos on-line. Apresenta informações sobre a pavimentação.
	Meio Ambiente	Os indicadores de meio ambiente consideram aspectos dos sub indicadores de água, esgoto, resíduos sólidos, arborização e áreas de risco.
	Energia	Apresenta destaque para produção de energias de fontes renováveis. Também, oferece informações sobre o tipo de energia utilizada, a fonte da energia, e a utilização desta para iluminação pública e domicílios.
	Tecnologia	Os indicadores desenvolvidos referem-se à existência de infraestrutura, mão-de-obra qualificada, proteção às criações, e desenvolvimento da cidade.

	Educação	São utilizados indicadores referentes à oferta, a qualidade nos diferentes níveis de educação, a utilização de instrumentos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e a qualificação dos docentes.
	Saúde	Compreende informações quanto à oferta de espaços e profissionais de saúde, além de considerar a formação de profissionais do setor.
	Segurança	Os indicadores escolhidos abarcam a questão de segurança pública, com dados acerca de homicídios, questões de trânsito e agentes de segurança.
	Empreendedorismo	São considerados aspectos sobre o crescimento de novas empresas de tecnologia e economia criativa, os habitats de inovação como fomento, e serviços que auxiliam no desenvolvimento de novos empreendedores, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).
	Economia	Neste eixo, são considerados aspectos que fazem o crescimento da economia, como questões de emprego, crescimento no número de empresas, renda dos profissionais, o produto interno bruto (PIB), e renda não oriunda de transferências.
	Governança	O eixo de governança aborda aspectos internos da prefeitura e informações acerca do desenvolvimento municipal.
Endeavor	Ambiente Regulatório	Tempo de Processos, Custo de Impostos, Complexidade Tributária.

	Infraestrutura	Transporte Interurbano, Condições Urbanas.
	Mercado	Desenvolvimento Econômico, Clientes Potenciais.
	Acesso a capital	Capital Disponível via Dívida, Acesso a Capital de Risco.
	Inovação	Inputs, Outputs.
	Capital Humano	Mão de Obra Básica, Mão de Obra Qualificada.
	Cultura Empreendedora	Potencial para Empreender com alto impacto, Imagem do Empreendedorismo.

Fonte: Flor e Teixeira (2018) e Endeavor (2017). Elaboração: própria.

Com relação à avaliação de Florianópolis enquanto cidade inteligente pela Connected Smart Cities, na edição de 2018, as piores colocações se encontram nos aspectos de Mobilidade, Urbanismo, Meio Ambiente, Energia, Segurança e Governança, nos quais a cidade não aparece na lista das 10 melhores cidades. É relevante que os próprios documentos produzidos pelo poder público já citados (Floripa 2030, Plano de Ação Florianópolis Sustentável, PEDEM) indicam as condições insatisfatórias de saneamento básico e mobilidade urbana na capital. Por outro lado, os melhores aspectos são Tecnologia, Educação, Saúde, Empreendedorismo e Economia, com destaque para o segundo lugar em Tecnologia dentre as 700 as cidades analisadas (URBAN SYSTEMS, 2018).

No mesmo sentido, no *ranking* da Endeavor, de 2017, as melhores colocações de Florianópolis foram nas avaliações acerca do Acesso ao Capital, Inovação, Cidade Empreendedora e Capital Humano, em que foi indicada no 1º lugar. As piores colocações foram nas áreas Ambiente Regulatório, Infraestrutura e Mercado, neste último sendo indicada no 25º dentre 32 cidades avaliadas. Acerca da Infraestrutura, a Endeavor não avalia os aspectos internos da cidade, como

transporte público ou tempo gasto no trânsito, somente os aspectos de transporte interurbano e acessibilidade em relação a pontos de transporte internacional, como aeroportos e portos, nos quais a cidade apresentou bons índices. Contribuindo para a queda da temática Infraestrutura, é relevante a variável acerca do preço do m² da cidade de R$5.148,44 enquanto a média das cidades avaliadas foi de R$4.485,84. Na temática Mercado, Florianópolis apresentou um crescimento do PIB acima da média das cidades avaliadas, embora o número absoluto apresenta-se o 5º menor valor dentre as cidades avaliadas. Como destaque positivo, na temática de Capital Humano a justificativa se dá nas variáveis componentes deste indicador, segundo a Endeavor (2017),

> A explicação para isso é baseada em conjunto de fatores: a) alto desempenho dos alunos no Enem, com nota média de 558,5 pontos, muito acima das demais cidades analisadas; b) alta proporção de adultos com ensino médio completo (72%); c) alta proporção de adultos com ensino superior completo (36,4%); d) alta proporção de alunos com formação superior em cursos avaliados como sendo de alta qualidade (48%); e o salário médio dos dirigentes permanece em valores mais baixos do que aqueles em cidades com qualidade inferior de capital humano. (ENDEAVOR, 2017, p.61).

No que tange aos aspectos sociais, é válida a relação de tais *rankings* com uma referência internacional. De acordo com a Forbes (2018), revista conhecida pela elaboração deste tipo de listagem, o Centro de Globalização e Estratégia do Instituto de Estudos Superiores da IESE elaborou, em 2018, uma listagem de cidades inteligentes que mensura o nível de desenvolvimento de 165 cidades de 80 países no mundo, com base nos seguintes aspectos: capital humano, coesão social, economia, meio ambiente, planejamento urbano, alcance internacional, e mobilidade e transporte. A cidade de Nova York consta em primeiro lugar no mundo, a qual apresenta “o melhor planejamento urbano”, seguida de Londres, por “por seu capital humano e alto número de escolas”, e Paris que tem destaque na “mobilidade e transporte”. Dentre as cidades mais inteligentes do mundo, duas apresentam como melhores atributos os aspectos nos quais a cidade de Florianópolis obteve as menores pontuações nos *rankings* nacionais.

Acerca da coesão social, como já indicado no trabalho, a avaliação se dá no sentido de abrangência de todos os grupos sociais pela cidade, onde são elencados idosos, crianças e imigrantes. Não há menção na avaliação internacional acerca de diferentes classes sociais ou do nível de desigualdade social apresentado pela

cidade. No esforço de avaliação deste parâmetro, cuja importância para as cidades de economia periférica já foi elucidado, foi utilizado o coeficiente de Gini[37] como possível elucidador das condições de desigualdade social em um recorte territorial. Em Florianópolis os números apresentados em 2000 e 2010, respectivamente, foram 0,5661 e 0,5474, sendo que em 1991 o número era de 0,5528 (RIPSA, 2011). Atualmente, o índice se apresenta maior, por exemplo, do que a cidade de Porto Alegre, que em 2010 apresentou o número de 0,4373 com relevância para a diferença populacional entre os dois centros urbanos, Florianópolis e Porto Alegre, os quais possuíam população, naquele ano, de 421.240 e 1.409.351, respectivamente. Uma diferença populacional de quase 30% (IBGE, 2010).

Portanto, foram demonstradas as alianças dos atores econômicos locais legitimadas por iniciativas do poder público. Os diversos planos produzidos, a exemplo daqueles já reconhecidos nos capítulos 3 e 4, demonstram, também, a recorrência do envolvimento de consultorias, bem como de programas internacionais, tais como a Reserva da Biosfera Urbana, da UNESCO; a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Fundação CEPA; e Microsoft. O planejamento realizado pelo Estado, voltado ao desenvolvimento de Florianópolis, é esvaziado de sua capacidade técnica, de forma que, tanto a atuação das verticalidades e de ideários globais, quanto a atuação do capital privado e da interpretação mercadológica da cidade assumem o protagonismo.

São também relevantes os conceitos utilizados como justificativas para tais iniciativas em contrapartida às ações e estratégias propostas, que indicam as pessoas e o contexto social como ponto de partida embora sejam majoritariamente excluídos das proposições bem como das estratégias ou do objetivo final. Segundo Rolnik e Klink (2011) “as cidades representam uma arena privilegiada no processo de acumulação, mas os atores sociais tradicionalmente excluídos da sua função

[37] O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza (IPEA, 2004).

social não têm conseguido se apropriar devidamente dos frutos do crescimento econômico" (ROLNIK; KLINK, 2011, p.20).

Ademais, mesmo frente aos diagnósticos realizados, em que Florianópolis apresenta resultados em muitos aspectos aquém dos esperados, o conceito de cidade inteligente emerge como um novo consenso almejado incorporado como ideal de desenvolvimento pelo planejamento realizado em instância institucional. A transposição de conceitos dissociados da realidade brasileira ou latino-americana reproduz o acontecer hierárquico na escala local, de forma que se faz necessária a investigação acerca dos seus resultados e sua consideração da materialidade urbana, os quais são mais bem investigados na seção a seguir.

5.3IDENTIDADE ETÉREA, MATERIALIDADE IRREAL

Uma vez analisado o processo histórico do planejamento urbano e econômico de Florianópolis, emergem, junto a tal trajetória, as diferentes identidades almejadas para a cidade. Ora por motivação de oligarquias e grupos conservadores, ora por motivação do poder público e de empresários, os ideários de paraíso turístico e de cidade inteligente, estão associados a interesses econômicos que não consistem na representação dos dissensos e das desigualdades pertinentes ao contexto urbano brasileiro. A configuração de uma identidade ideal para a ilha de Santa Catarina atribui ao seu território características poéticas, artísticas e lúdicas, voltadas à atuação do mercado, às condicionantes ideais para o desenvolvimento do setor turístico, e, mais recentemente, para o setor de T&I.

Concomitante ao reconhecimento da cidade que se projeta imaginativamente, tendo em vista os apontamentos referentes às áreas de aglomeração do setor de T&I na cidade, é possível apontar territorialmente em quais áreas esta atividade ocorre de forma mais concentrada, onde pode haver maior influência do seu desenvolvimento no espaço, e maior contribuição para a constituição do ambiente urbano que está associado ao seu desenvolvimento.

Nesse sentido, uma vez caracterizado o planejamento urbano pelo qual tal setor se legitima, e as principais condicionantes desejáveis no espaço para seu funcionamento, torna-se pertinente, a caracterização da cidade sob esta perspectiva, de espacialização dos aspectos relacionados ao setor de T&I no território.

As Áreas da cidade utilizadas como recortes de análise no capítulo 5.1 são relevantes também para a investigação das variáveis propostas no presente capítulo. Contudo, em virtude da restrição de disponibilidade de dados em escala intramunicipal, tais recortes tiveram seus limites ajustados de forma a corresponder aos agrupamentos das áreas de ponderação[38] do IBGE. Tais áreas correspondem à junção de setores censitários nos locais em que estão delimitados os bairros da capital, por vezes aglutinando mais de um bairro, compreendendo 30 áreas de ponderação, cuja correspondência às Áreas de análise definidas pelo presente trabalho está indicada no Quadro 8.

Quadro 8 - Áreas de análise em relação às Áreas de ponderação do IBGE

Área de análise	**Área de ponderação**
ÁREA CONTINENTAL	Abraão-Itaguaçú- Bom Abrigo
	Canto e Coloninha
	Capoeiras
	Coqueiros
	Estreito e Balneário
	Jardim Atlântico
	Monte Cristo
ÁREA CENTRO	Centro
	Agronômica e Trindade Norte
	Altos da Felipe Schmidt
	Costeira do Pirajubaé
	Córrego Grande e Santa Monica
	Itacorubi
	Maciço Norte
	Maciço Sul
	Mauro Ramos
	Saco dos Limões e Trindade Sul
ÁREA SC-401	Joao Paulo, Monte Verde e Saco Grande
ÁREA NORTE	Distrito Cachoeira do Bom Jesus
	Distrito Canasvieiras
	Distrito Ingleses do Rio Vermelho 1

[38] Define-se área de ponderação como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários contíguos, para a aplicação dos procedimentos de calibração dos pesos de forma a produzir estimativas compatíveis com algumas das informações conhecidas para a população como um todo. O tamanho dessas áreas, em termos de número de domicílios e de população, não pode ser muito reduzido, sob pena de perda de precisão de suas estimativas. Assim este tamanho mínimo foi definido em 400 domicílios ocupados na amostra, exceto para os municípios que não atingem este total onde, neste caso, o próprio município é considerado uma área de ponderação (IBGE, 2012?).

	Distrito Ingleses do Rio Vermelho 2
	Distritos Santo Antônio de Lisboa e Ratones
ÁREA LESTE	Distritos Lagoa da Conceição e Barra da Lagoa
	Distrito de São João do Rio Vermelho
ÁREA SUL	Distrito Campeche 1
	Distrito Campeche 2
	Distritos Pântano do Sul e Parte do Campeche Sul
	Distrito Ribeirão da Ilha 1
	Distrito Ribeirão da Ilha 2

Fonte: IBGE (2012?). Elaboração: própria.

Dadas as análises já realizadas no decorrer da pesquisa, despontam os locais de interesse do setor de T&I na cidade de Florianópolis. Primeiramente, foi indicada a relevância da Área Centro, da área da UFSC e entornos, com destaque para os bairros Trindade, Itacorubi, e Santa Mônica, a qual se perpetua como local de interesse para os ambientes de inovação desde o início do setor, até os núcleos de *startups* fundados nos últimos anos, uma vez que a Área compreende 39% dos ambientes de inovação criados a partir de 2010. É relevante, ainda, a aglomeração do setor na área dos arredores da SC-401, indicada separadamente como Área SC-401, em que se localizam 30% dos ambientes de inovação criados a partir de 2010.

Ainda, é de interesse, a atenção aos locais onde é apontada a expansão do setor, compreendida, principalmente, pela Área Norte, como indicado no capítulo 5.1. Também é apontado como eixo concentrador de atividades o traçado da Rota de Inovação, que tem origem no aeroporto, no bairro Carianos, e finaliza seu percurso no Sapiens Parque, transitando da porção sul à porção norte da ilha. Todavia, foi verificado que tal traçado configura-se mais em uma aliança entre os poderes já investigados no sentido de representação material dos ideais de concentração do setor de T&I, do que numa concentração real, a exemplo das áreas entre o aeroporto e a UFSC, e entre o Corporate Park e o Sapiens Parque, onde não há concentração relevante do setor de T&I.

Como já indicado, segundo Teixeira (2008) e Audrestch e Feldman (2003), as aglomerações produtivas em países de economia periférica tem raízes de formação histórica e social relevantes e as externalidade são fatores altamente atrelados ao desempenho inovador destes países. Assim, é pertinente reiterar, além das relações históricas com as aglomerações verificadas, como os vetores atuais de expansão deste setor correspondem às condições históricas e sociais consolidadas

no território. Da mesma forma, como os investimentos públicos voltados ao setor de T&I, podem configurar mudanças nas externalidades necessárias ao seu desenvolvimento, ou uma iniciativa de criação de pontos de referência em áreas pouco desenvolvidas visando a um desenvolvimento destas atividades em longo prazo, conforme a definição de Rodriguez-pose e Hardy (2014).

Nesse sentido, foi considerada a condição de segregação e desigualdade social encontrada nas cidades de economia periférica a partir dos direcionamentos teóricos indicados no capítulo 2. Tal indicação se fez necessária, frente às demais investigações realizadas no trabalho, as quais indicam a constituição do espaço com ênfase nas suas particularidades. A segregação socioespacial é composta por diversos temas, podendo ser traduzida por inúmeras variáveis, como indicado pela referência de Cobos (2012; 2014), contudo, para fins de clareza e concordância com as indicações da presente pesquisa, sua espacialização foi expressa através dos níveis de rendimento da população de Florianópolis.

No esforço de comparação da conjuntura encontrada com as referências bibliográficas estudadas das condições ideais ao desenvolvimento do setor em estudo, foi, também, considerada a definição de Neirotti *et al.* (2014), dos domínios rígidos e domínios suaves que conformam uma cidade inteligente. Tal referência, também indica variáveis relevantes para a investigação das condições materiais verificadas no território.

Para a análise dos domínios rígidos, foram elencados, a partir das definições da referência indicada: a condição da infraestrutura urbana disponível, a mobilidade urbana, e os prédios residenciais e corporativos, estes últimos referentes ao setor de T&I, tendo em vista a interação deste setor econômico com o espaço enquanto o ponto central de investigação do presente trabalho.

Quanto aos domínios suaves, tendo em vista que a referência consiste na aplicação dos conceitos em cidades cujo panorama é muito diverso do cenário urbano brasileiro, sua avaliação se deu, frente aos domínios rígidos, como propõe o autor, no sentido de avaliação da intervenção pública no espaço, com o objetivo de garantia de condições sociais adequadas a todos (NEIROTTI, 2014). Esses apontamentos estão no decorrer do trabalho, mas especificamente para a análise de

sua espacialização, foram interpretados enquanto a localização das obras de infraestrutura realizadas pela PMF, em virtude de sua relação direta enquanto investimentos públicos incidentes nas condições de externalidades do território.

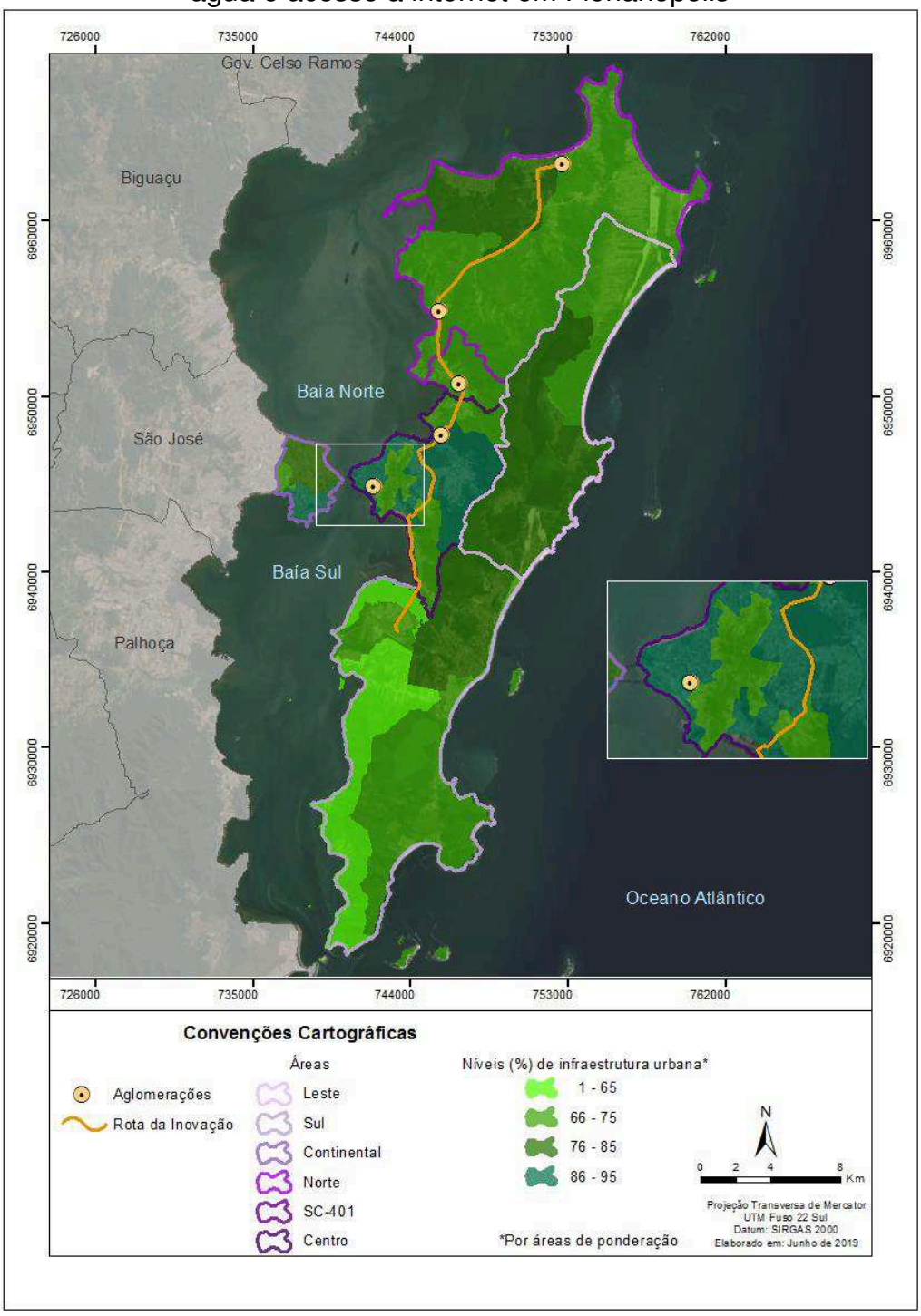
Haja vista os *rankings* que indicam Florianópolis, enquanto cidade inteligente e cidade empreendedora, as temáticas indicadas por eles consolidam a análise da espacialização proposta, uma vez que se assemelham aos parâmetros indicados pelas definições de Neirotti *et al.* (2014). Os locais apontados como de interesse para a análise foram pesquisados, também, considerando sua relação com os temas apontados nas listagens como os resultados mais positivos e mais negativos da cidade, dentre os quais se destacam Infraestrutura, Energia, Urbanismo, Mobilidade, Capital Humano, Educação e Tecnologia. Na avaliação da temática Infraestrutura, é relevante a variável acerca do preço do m² da cidade, avaliado como fator negativo.

Assim, as indicações das referências citadas nortearam a definição dos aspectos analisados nos recortes territoriais indicados e na definição das variáveis de avaliação de tais aspectos. Foram julgados como aspectos principais, e variáveis, considerando a disponibilidade de dados para áreas de ponderação: a Infraestrutura, cujas condições foram investigadas pelas variáveis para as quais encontrados dados, e pelo valor de m² encontrado para os recortes de interesse; a atuação do poder público, expressa pela espacialização das obras de melhoramentos urbanos da Secretaria Municipal de Infraestrutura; a Mobilidade, indicada espacialmente pelo tempo de deslocamento entre casa e trabalho e pela localização dos trabalhadores ligados ao setor de T&I; e a disponibilidade de Capital Humano e Educação, traduzida na indicação do nível de escolaridade da população; e a segregação socioespacial, avaliada pelos níveis de rendimento encontrados.

Para a definição das condições de infraestrutura urbana foram investigadas as temáticas indicadas pela bibliografia, a saber: a iluminação pública, a rede de fornecimento de energia e de água**.** Entretanto, tendo em vista a indisponibilidade dos dados de iluminação pública e rede de fornecimento de energia para cortes territoriais internos ao município de Florianópolis, foram consideradas como variáveis o abastecimento de água, tendo em vista sua relação intrínseca às condições básicas de urbanização, e o acesso à internet, enquanto condição de infraestrutura que possibilita a integração da população urbana com a tecnologia e a rede global de informação, sendo, também, intrinsecamente, relacionada à geração de

inovação. Os dados sobre ambas as variáveis foram somados em cada área de ponderação, e sua espacialização está indicada no Mapa 1.

Mapa 1 - Relação entre as Áreas de análise, o atendimento de abastecimento de água e acesso à internet em Florianópolis



Fonte: IBGE, Censo2010. Elaboração: própria.

A espacialização dos níveis de infraestrutura indica a desigualdade da distribuição no território, a qual é bastante expressiva em porções territoriais muito próximas cujos níveis de atendimento encontrados são muito divergentes. Como exemplo, está a área de ponderação correspondente ao bairro Centro e Mauro Ramos e as áreas dos Maciços Norte e Sul, as quais variam ao máximo de 91% na primeira área citada ao mínimo de 69% na última, constituindo os quatro recortes áreas territorialmente vizinhas. Ambas encontram-se na Área de análise Centro, a qual se mostra relevante ao desenvolvimento do setor de T&I historicamente. A discrepância verificada tem especial relevância quando a atenção é voltada para a localização do Centro Sapiens, na área de transição entre estes dois cenários urbanos. Considerando o fenômeno do *spillover* de Audretsch (1997), a partir desta unidade concentradora, percebem-se restrições territoriais a esta dinâmica no que se refere ao aspecto analisado.

Na Área Norte e Área SC-401, onde foi verificada tanto a expansão do setor, quanto a sua aglomeração, é relevante o destaque para as áreas de ponderação que englobam os distritos de Santo Antônio de Lisboa e de Ratones, o distrito de Cachoeira do Bom Jesus, e a área de ponderação corresponde aos bairros de João Paulo, Monte Verde e Saco Grande. Santo Antônio de Lisboa e Ratones apresentam um nível de atendimento das infraestruturas analisadas de 69%, o mesmo nível verificado para a área de ponderação do Maciço Sul, atrás apenas da área do Distrito do Ribeirão da Ilha II. Nesta área encontra-se, o Corporate Park e uma parte do trecho da Rota da Inovação já indicado, em que não há continuidade da aglomeração do setor de T&I. Já as áreas do João Paulo, Monte Verde e Saco Grande e a área da Cachoeira do Bom Jesus apresentam 73% de atendimento às variáveis analisadas, ainda muito abaixo dos níveis encontrados na área do Centro, ou dos arredores da UFSC, com nível de 92% de atendimento na área de ponderação do Córrego Grande e Santa Mônica.

Quando segregados os dados analisados, é possível, ainda, apontar algumas discrepâncias. O distrito de Cachoeira do Bom Jesus, onde se encontra o Sapiens Parque, apresenta o quinto pior nível de atendimento no que concerne aos domicílios com acesso a internet, compreendendo apenas 48% do total de domicílios. Já com relação ao dado de domicílios com água canalizada pela rede geral de distribuição, a área de ponderação João Paulo, Monte Verde e Saco

Grande apresenta o pior nível de atendimento de toda a capital, compreendendo 80% dos domicílios. Tal atendimento é deficitário, principalmente em comparação ao total do município, uma vez que 66% das áreas de ponderação de Florianópolis apresentam índices acima de 90% de atendimento.

Estas indicações se relacionam com as verificações de aglomeração de *startups* indicadas no capítulo 5.1 que, embora tenham representatividade nas unidades concentradoras, quando dispersas no território sua concentração se dá nos bairros em que há maior disponibilidade das variáveis de infraestrutura verificadas. O referido trecho da Rota da Inovação apresenta um hiato de unidades concentradoras, o qual não foi preenchido por unidades dispersas no território, indicando a deficiência do fenômeno de *spillover* nesta área.

Uma vez que na Área de análise SC-401 foi verificada a maior aglomeração do setor, é necessária a apreensão destes dados tendo em vista que o Monte Verde compreende um bairro em que a expansão da ocupação urbana se deu de forma informal. Esta conjuntura compromete os dados de atendimento à infraestrutura do bairro, possivelmente concentrando os menores índices do total representado pela área de ponderação. Ainda assim, destaca-se que a Acate Primavera e o ParqTec Alfa encontram-se nos bairros vizinhos ao Monte Verde, compreendendo este bairro, o entorno territorial das duas unidades concentradoras mais relevantes do setor de T&I de Florianópolis.

Nesse sentido, a análise da infraestrutura urbana a partir dos contratos vigentes em Florianópolis relacionados à Secretaria Municipal de Infraestrutura da PMF, nos recortes de interesse, poderia caracterizar uma busca pela reversão da conjuntura apontada. Dessa forma, tal analise se dá tanto no esforço de avaliar os investimentos públicos concretos na cidade, enquanto possíveis vetores de reversão do caráter de desigualdade, considerando o poder público em seu papel de interventor nos domínios suaves, segundo propõe Neirotti *et al.* (2014). Também se busca investigar a atuação dos investimentos públicos enquanto atuantes em resposta às demandas específicas do setor de T&I, as quais nem sempre correspondem às necessidades encontradas.

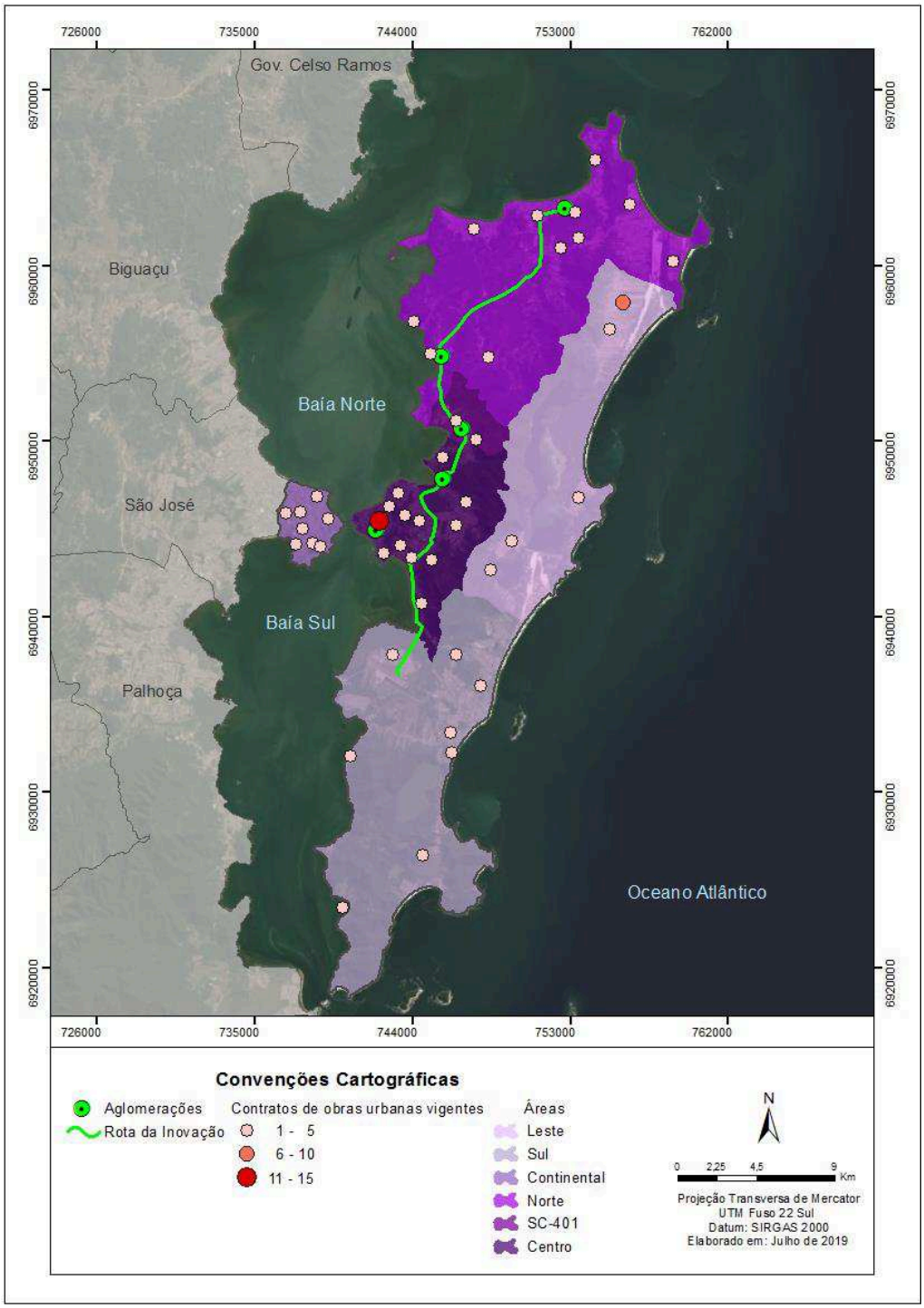
A PMF disponibiliza *online* em seu *website* um material com todos os contratos de obras urbanas vigentes na capital, sua localização, e acerca de que serviço se tratam. O documento aponta 112 contratos vigentes (FLORIANÓPOLIS, 2019). Tendo em vista os apontamentos acerca das localidades chave para o setor de T&I foi possível encontrar as obras contratadas ou em andamento nessas áreas. As obras previstas nos contratos indicados no documento da PMF abrangem o período de 2012 a 2019 e foram agrupadas[39] segundo os temas: Contenção de riscos, Equipamento comunitário, Habitação, Infraestrutura urbana, Mobilidade urbana, Requalificação urbana.

Para fins de apreensão das informações do mapa, a indicação dos contratos de obras PMF foi feita de forma diferente do restante das informações. Uma vez que os dados de contratos possuem como base territorial os bairros do município, seus apontamentos serão feitos a partir destes recortes, sendo espacializados em mapa enquanto pontos localizados aleatoriamente dentro dos limites territoriais dos respectivos bairros em que se encontram. O ponto corresponde à existência de contratos vigentes, havendo diferenciação pela sua coloração quando o ponto indicar mais ou menos números de contratos no bairro em que está indicado.

Com relação aos recortes territoriais de interesse, apontados na seção 5.1, estes também foram utilizados como variável nos mapas. A distribuição de contratos de obras no espaço em relação às áreas de aglomeração do setor de T&I está indicada no Mapa 2.

Mapa 2 - Relação entre os locais de interesse e a concentração contratos de obras vigentes em Florianópolis

[39] As obras extraídas do site da PMF, sua localização em qual temática foram enquadradas encontram-se no Anexo 2 e Apêndice 1.



Fonte: Fonte: IBGE, Censo2010 e Florianópolis (2019). Elaboração: Própria.

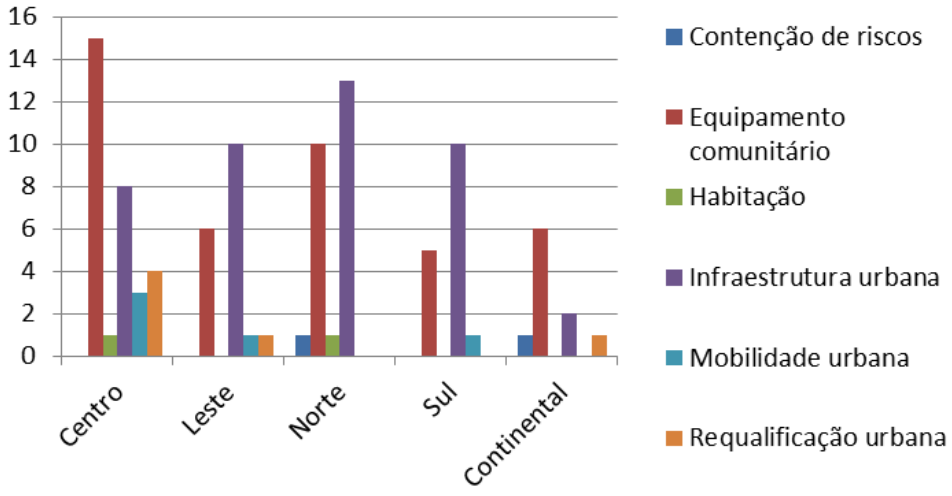
As Áreas Centro, Norte e Sul aglomeram o maior número de contratos vigentes, compreendendo 34%, 24% e 17% do total, respectivamente. As Áreas com menor número de contratos vigente são a Área Continental e Leste, esta última com nove contratos, o menor número dentre todas as áreas. A Área Continental

apresentou níveis altos de atendimento das infraestruturas analisadas no Mapa 5, todavia, a Área Leste engloba porções territoriais com níveis bastante baixos, como a área de ponderação do distrito de São João do Rio Vermelho.

Interno a esta área de ponderação, tem destaque o bairro do Rio Vermelho, que apresenta nove contratos vigentes de obras, o segundo maior número de contratos dentre todos os bairros da capital, atrás apenas do bairro Centro. Da mesma forma, os bairros de Canasvieiras e da Cachoeira do Bom Jesus, que se relacionam diretamente ao Sapiens Parque e ao vetor de expansão norte do setor, possuem cinco contratos vigentes cada um e encontram-se na terceira e quarta colocação dentre todos os bairros que possuem contratos de obras vigentes, respectivamente.

Uma vez que cada porção territorial demanda por intervenções diferentes, e suas características sociais e morfológicas são diversas, mais que a análise da quantidade de contratos de obras vigentes nos bairros, é relevante a quantidade destes contratos agrupados por tema. Esta análise consta no Gráfico 20.

Gráfico 20 - Distribuição dos contratos vigentes de obras urbanas por Área de análise e por tema



Fonte: Florianópolis (2019). Elaboração: própria.

Em uma caracterização geral dos contratos vigentes no município, é verificada a alta ocorrência de obras relacionadas aos temas de infraestrutura urbana e de equipamentos comunitários, as quais compreendem um total de 45 contratos cada um, em todo o município. Dentre estes contratos, constam obras de

pavimentação de vias, drenagem urbana, dentre outros, agrupadas como o tema de infraestrutura; e a construção de creches, escolas e praças, agrupadas como contratos de equipamentos comunitários.

Os bairros que apresentam maior número de contratos vigentes referentes ao tema de infraestrutura são Cachoeira do Bom Jesus, São João do Rio Vermelho e Saco Grande, os quais se relacionam em proximidade às unidades concentradoras de atividades Acate Primavera e Sapiens Parque. Esta constatação representa, também, a busca pela melhoria da condição de infraestrutura do entorno dos pontos de aglomeração localizados no vetor de expansão norte do setor de T&I, cujo direcionamento foi realizado, principalmente, por políticas e investimento públicos, como verificado ao longo do presente trabalho.

Para o tema de equipamentos comunitários, os bairros com o maior número de contratos, todos compreendendo três contratos vigentes, são os bairros Agronômica, Centro, Ingleses e Pantanal, seguidos por São João do Rio Vermelho e Canasvieiras. Não foram verificados investimentos deste caráter em áreas vizinhas às unidades concentradoras de atividades como as áreas dos Maciços Sul e Norte, e Monte Verde, as quais, além de baixos níveis de infraestrutura, apresentam baixos níveis de escolaridade e de rendimento, como indicado mais a frente no trabalho.

Os contratos referentes ao tema de requalificação urbana estão localizados nas Áreas Leste e Centro, compreendendo um total de seis contratos. O bairro Centro tem relevância na análise, pois concentra três destes contratos, relativos à requalificação do entorno do Mercado Público e Praça da Alfândega, à recuperação dos *decks* e trapiches existentes, e à requalificação de canteiro central na Av. Hercílio Luz. A requalificação urbana referente á Av. Hercílio Luz relaciona-se à localização do Centro Sapiens, o qual se localiza a aproximadamente uma quadra da referida intervenção, mostrando que o poder público está atento a este entorno.

Contudo, verifica-se um caráter de embelezamento urbano referente a estas obras, cuja ocorrência foi verificada em apenas três bairros da capital, com exceção do Centro. Estas intervenções não foram verificadas em praças ou espaços públicos de áreas carentes de infraestrutura ou com baixo rendimento, cuja população utiliza o espaço público como fonte viável de lazer.

Nesse aspecto, assim como para a mobilidade urbana, destaca-se a colocação da Acate, entrevistada enquanto ator chave do setor, a qual fez a seguinte colocação,

> No quesito infraestrutura, eu diria investimentos em mobilidade urbana. Além disso, a cidade é carente de espaços de encontro que não sejam as praias. Como é o caso de praças, passeios públicos, jardins. É em ambientes públicos, e seguros, que as pessoas se encontram para trocar ideias. Os ecossistemas de inovação necessitam espaços públicos de qualidade para seu fortalecimento. (Luiza Stein, coordenadora de expansão da Acate, em entrevista concedida em julho de 2019).

Tendo em vista a relevância da mobilidade urbana citada, e para o ideal das cidades inteligentes, a análise de contratos vigentes de obras relativa a esse tema foi identificado, sendo encontrado um total de cinco contratos de obras relacionadas à mobilidade no município. Duas delas encontram-se na Área Leste, nos bairros Rio Tavares e Lagoa da Conceição. As demais se encontram na Área Centro, sendo uma delas no bairro Agronômica, referente à implantação do Trecho I da via marginal da Av. Beira-mar Norte; e outras duas no bairro Trindade, uma referente à implantação do Trecho II da via marginal da Av. Beira-mar Norte, e a outra referente à contratação de empresa especializada para execução de obras do anel viário para corredor de transporte público coletivo do Trecho I.

Não foram encontrados contratos vigentes de obras de mobilidade urbana para a Área Norte, onde se encontra o eixo de expansão do setor de T&I**.** Esta constatação indica uma opção do poder público, uma vez que há investimentos verificados para esta área. Os apontamentos com relação ao tempo de deslocamento entre casa e trabalho, detalhados a seguir, indicam pontos críticos nesta área, como o bairro São João do Rio Vermelho, Ingleses do Rio Vermelho, Cachoeira do Bom Jesus, e Canasvieiras, dentre as dez maiores porcentagens de trabalhadores que gastam mais de uma hora neste deslocamento. Entretanto, é relevante que as maiores porcentagens de trabalhadores empregados pelo setor de T&I não se encontram nos referidos bairros.

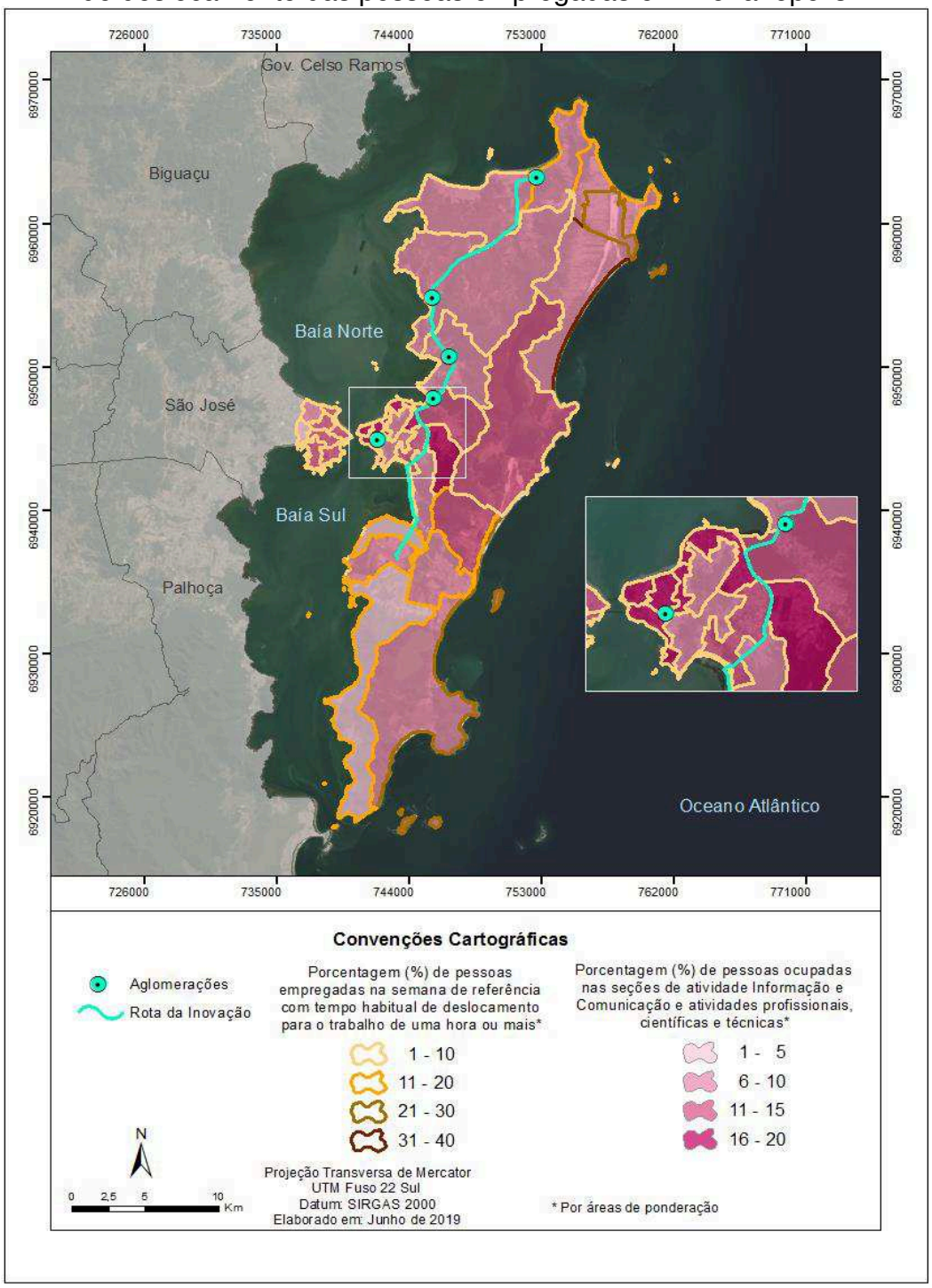
A mobilidade urbana está relacionada a diversos aspectos internos à cidade, e aos seus moradores, sendo um deles o deslocamento influenciado pelo trabalho, o qual ocasiona as maiores distâncias das viagens realizadas nas cidades brasileiras (NTU, 2017). Uma vez que o setor de T&I é referido por diversos meios e atores, como um dos setores econômicos que mais gera empregos na cidade de

Florianópolis, como já demonstrado, é pertinente a avaliação da mobilidade urbana influenciada pelo trabalho em relação às suas áreas de aglomeração. Dessa forma, foi analisado o tempo de deslocamento de pessoas empregadas no trajeto entre casa e trabalho, em relação às áreas de interesse do setor de T&I em Florianópolis.

Visto que o deslocamento de trabalhadores, não se refere apenas aos trabalhadores empregados por este setor econômico, em justaposição a estes dados, foram incorporados dados relativos à empregabilidade de trabalhadores das atividades econômicas relacionadas a tal setor[40] por área de ponderação. A sobreposição das variáveis citadas é indicada no Mapa 3, e intenciona evidenciar as áreas de concentração da mão-de-obra relacionada à T&I, e a compreensão destes aglomerados enquanto potenciais geradores de viagens, impactando na mobilidade urbana do município.

[40] As atividades econômicas relacionadas ao setor foram definidas no capítulo 2 e compreendem as seções J e M da CNAE, as Atividades de Informação e Comunicação e Atividades profissionais, científicas e técnicas, respectivamente (IBGE, c2019d).

Mapa 3 - Relação entre a porcentagem de empregados no setor de T&I e o tempo de deslocamento das pessoas empregadas em Florianópolis



Fonte: IBGE, Censo2010. Elaboração: Própria.

A maior concentração de trabalhadores empregados em atividades ligadas ao setor de T&I encontra-se na Área Centro. Contudo, dentre as dez áreas de ponderação com o maior número destes trabalhadores, três delas compreendem áreas de ponderação internas a Área Continental, a saber, Coqueiros, Estreito e

Balneário, e Abraão, Itaguaçu e Bom Abrigo. Dadas as áreas de concentração do setor de T&I verificadas, como os arredores das universidades, e o vetor de expansão deste setor na direção norte do município de Florianópolis, o deslocamento destes trabalhadores perpassa uma grande parte do município, inclusive locais historicamente problemáticos, como a travessia pelas pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Salles.

Neste recorte, de forma oposta às tendências de concentração de ambientes de inovação, também é verificado um alto número de trabalhadores ligados ao setor de T&I nas Áreas Leste e Sul, como nas áreas de ponderação Barra da Lagoa e Lagoa da Conceição (11%) Campeche 1 e 2 (12% e 10%). As localizações próximas ao vetor de expansão do setor, como as áreas de ponderação dos distritos de Cachoeira do Bom Jesus, de Santo Antônio de Lisboa e Ratones e de São João do Rio Vermelho, como já citado, não se encontram dentre as dez áreas de ponderação com maior concentração destes trabalhadores. Apenas a área de ponderação de Canasvieiras

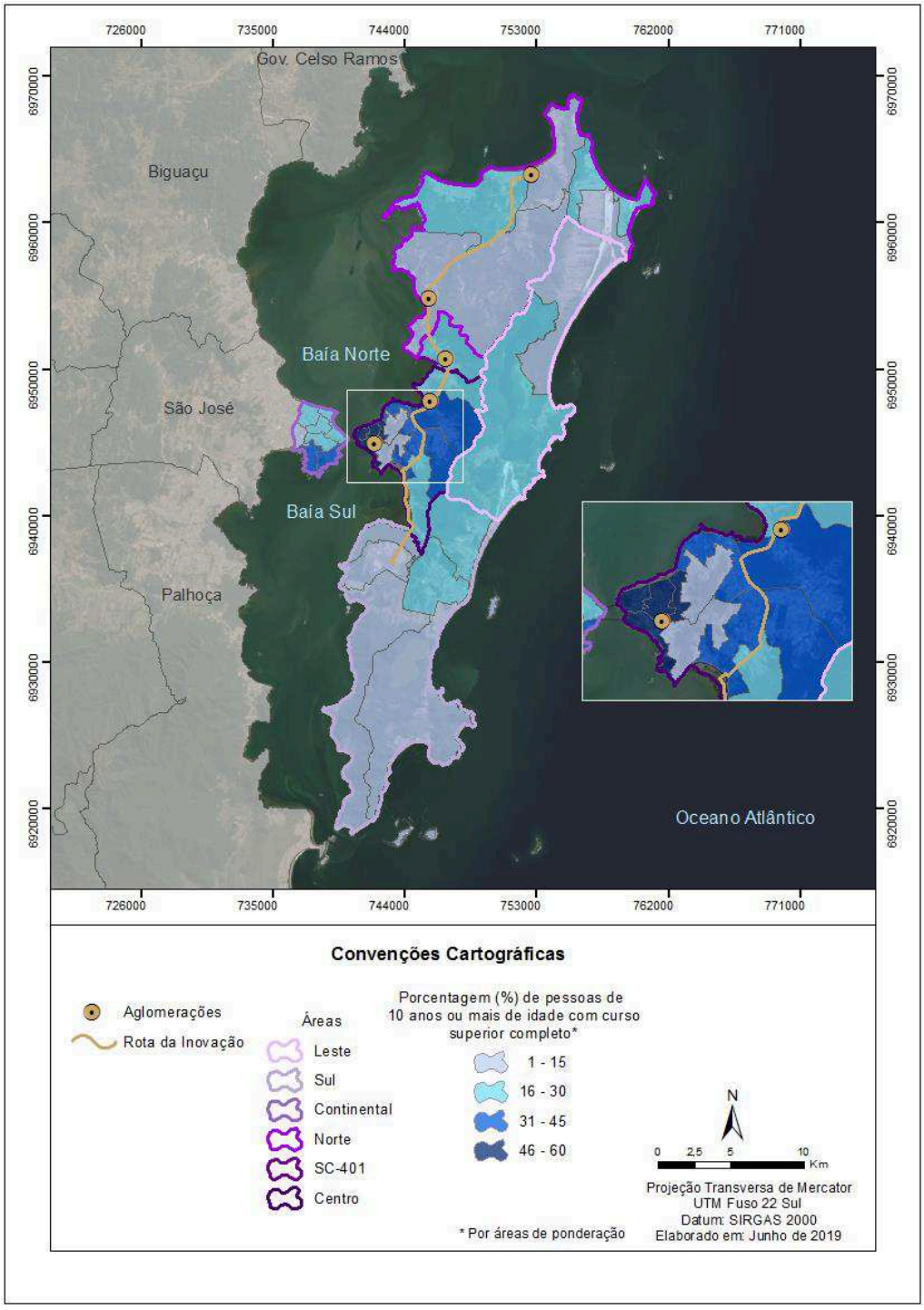
No que concerne ao tempo de deslocamento entre casa e trabalho, com relação às áreas de interesse, destacam-se os tempos de deslocamento de acima de uma hora dos trabalhadores moradores das áreas de ponderação do Distrito de São João do Rio Vermelho e Cachoeira do Bom Jesus, os quais apresentam 31% e 16%, respectivamente. Com exceção das áreas do entorno da UFSC e do Centro, as áreas mais próximas à Rota da Inovação apresentam uma porcentagem partir de 7% do total de empregados gastando acima de uma hora neste deslocamento, chegando a taxas a partir de 25% no extremo sul, extremo norte e leste. No caso das áreas de ponderação Barra da Lagoa e Lagoa da Conceição, Campeche I, e Campeche 2, o tempo gasto em deslocamento para o trabalho acima de uma hora atinge 8%, 12% e 11%, respectivamente.

As variáveis analisadas apontam o impacto na mobilidade urbana do município relacionado ao setor de T&I. O baixo número de empregados pelo setor que são moradores das áreas próximas às unidades concentradoras de atividades mais importantes, bem como do vetor de expansão do setor, indica a necessidade

de trânsito de seus empregados por longas distâncias. Tendo em vista a necessidade de alta qualificação da mão de obra vinculada ao setor em análise

Dessa forma, foi analisada a porcentagem da população com ensino superior completo nas áreas de ponderação mais próximas às aglomerações e Rota da Inovação, tendo em vista os baixos rendimentos citados. Tais dados estão demonstrados no Mapa 4.

Mapa 4 – Relação entre os locais de aglomeração do setor de T&I e a distribuição da população com ensino superior em Florianópolis



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: própria.

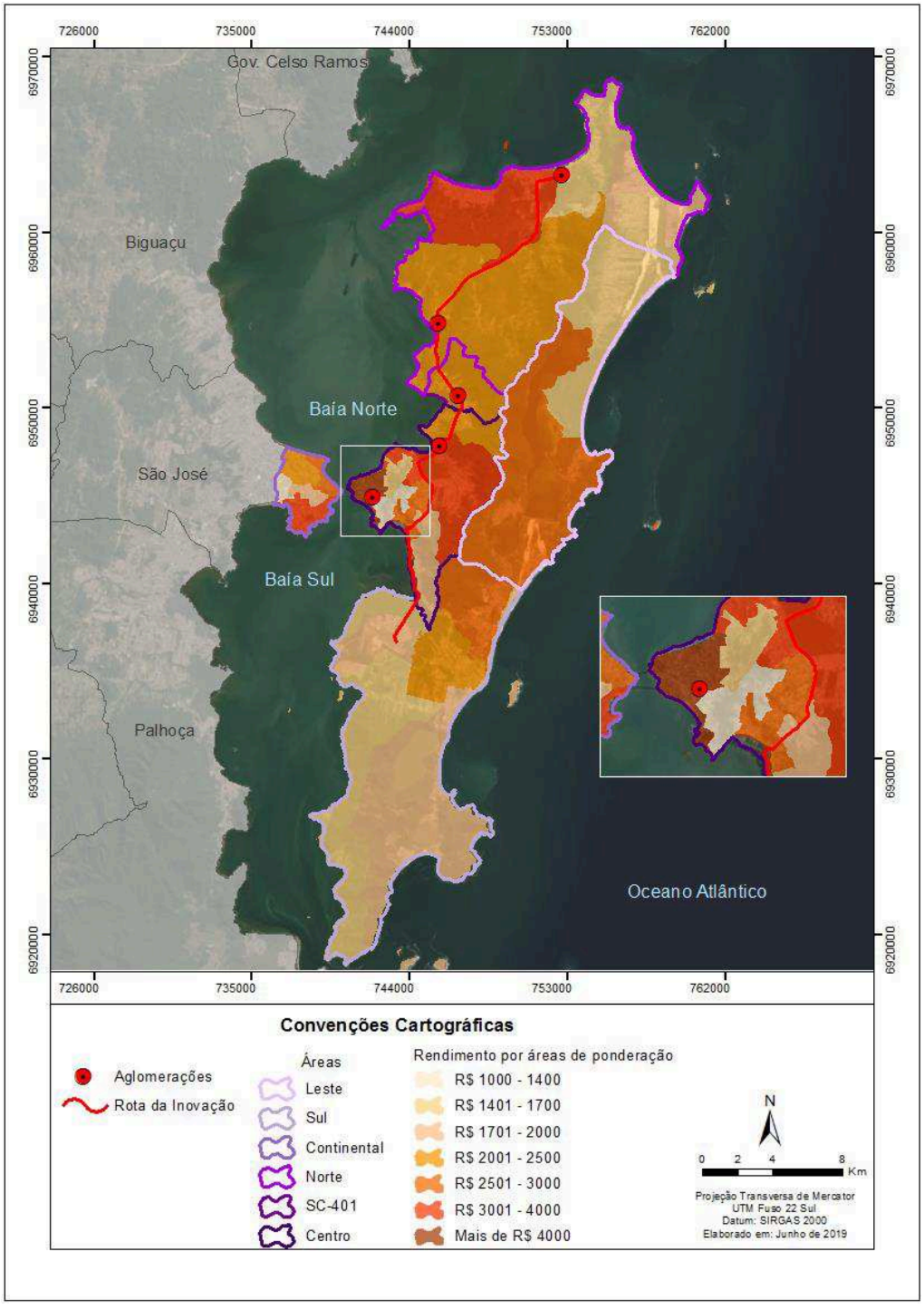
O Mapa 4 indica que, o eixo norte da aglomeração do setor de T&I, é circundado por áreas com baixos níveis de escolaridade. Nessas áreas de

ponderação, como Santo Antônio de Lisboa e Ratones, e Cachoeira do Bom Jesus verificam-se, como representações da ação do poder público, a existência de contratos vigentes para a construção de duas creches e de uma Escola de Educação Básica, indicando investimentos em educação de resultado em longo prazo, voltados à população jovem ainda não inserida no mercado de trabalho.

De forma geral é verificada uma sobreposição das áreas com maior número de empregados no setor de T&I com as áreas de maiores níveis de escolaridade da capital. Nesse sentido destacam-se as áreas dos arredores das universidades, a Área de análise Continental e do Centro, onde são verificados os três maiores índices da variável analisada. Esta tendência é corroborada pela necessidade, já colocada, de altos níveis de escolaridade e qualificação da mão de obra demandada pelo setor de T&I.

Tendo em vista a indicação no capítulo 2, da segregação sócio-espacial encontrada na cidade de economia periférica, bem como a avaliação dos aspectos sociais e econômicos proposta para a análise da espacialização do setor de T&I, é relevante a análise dos níveis de rendimento no entorno das áreas de aglomeração do setor de T&I em Florianópolis. Esta sobreposição de variáveis está indicada no Mapa 5.

Mapa 5 - Relação entre as áreas de análise e os níveis de rendimento da população



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Própria.

A análise representada no mapa indica, a exemplo da espacialização das condições de infraestrutura já apresentadas, o alto nível de desigualdade socioeconômica que compreende o tecido urbano de Florianópolis. Da mesma forma

antes explanada, há áreas de ponderação territorialmente vizinhas que apresentam níveis de rendimento altamente díspares. Tem destaque, novamente, a localização do Centro Sapiens na área de ponderação Mauro Ramos, a qual apresenta, com as áreas Centro e Altos da Felipe Schmidt, o maior nível de rendimento do município de Florianópolis, contíguo à área de ponderação do Maciço Sul, a qual compreende o menor nível de rendimento de todo o município. No mesmo sentido, encontra-se a localização do Sapiens Parque na área de ponderação Cachoeira do Bom Jesus, a qual apresenta o terceiro menor nível de rendimento do município. Esta localização, contudo, está também contígua à área de ponderação Canasvieiras, a qual engloba o bairro de Jurerê Internacional, e apresenta o nono melhor nível de rendimento dentre as 31 áreas de ponderação do município.

O mapa também indica a concentração dos locais de aglomeração do setor de T&I junto aos locais em que há, também, concentração de renda. A geração de renda a partir das unidades produtivas do setor econômico em análise é de possível apreensão nos locais em que foi verificado maior nível vínculos empregatícios relacionados ao setor, a saber: Altos da Felipe Schmidt (18%), Mauro Ramos (17%), Centro (17%), Agronômica e Trindade Norte (16%), Córrego Grande e Santa Monica (16%) e Itacorubi (15%), onde se encontram níveis de rendimento de médio a alto.

Já as áreas nos arredores da Acate, do ParqTec e deste trecho da Rota da Inovação apresentam níveis de rendimento de médio para baixo, dentre os níveis encontrados, entre R$ 2.001,00 e R$ 2.500,00 reais, além das áreas vizinhas às aglomerações do setor como Maciço Sul e Cachoeira do Bom Jesus. Dada a sobreposição do setor com a concentração de renda, em uma análise geral, é necessário um apontamento futuro para o acompanhamento da possível emigração das populações de baixa renda circunvizinhas aos ambientes de inovação. No contexto da dinâmica urbana brasileira, e da capital catarinense, é possível apontar uma possível tendência de expulsão dessa população dessas áreas que hoje habitam, em detrimento de sua absorção por esse setor produtivo e reversão dos seus níveis de renda.

Como verificado pelos apontamentos de Fix (2007) e Cobos (2014), e ao contrário do que recomenda Neirotti *et al.* para o papel do poder público acerca dos domínios suaves, o Estado neoliberal atua como um facilitador do mercado, e mais um agente no sentido de concentração do capital e segregação social no âmbito

urbano. Como exemplo, as áreas apontadas, possuem como equipamentos educacionais, os quais constam dentre as justificativas do traçado da Rota da Inovação, unidades de ensino superior privado, como a Faculdade Cesusc, a Universidade do Vale do Itajaí (Univali), e o Instituto de Pós-graduação e Graduação IPOG, as quais, não correspondem aos baixos níveis de rendimento da população das áreas apontadas, detalhados mais a frente.

Tais análises propiciam evidenciar o aspecto da educação e rendimento, enquanto aspectos da segregação sócio-espacial da cidade periférica neoliberal, já descrita anteriormente no trabalho. Tais valores, também confrontam os *slogans* e ideais atribuídos à Florianópolis, bem como a desconsideração dos fatores de desigualdade social nas avaliações da cidade demonstradas no presente trabalho.

Com relação à possibilidade de emigração da população atualmente moradora dessas áreas, ainda é relevante o valor da terra urbana, traduzido no preço do metro quadrado dos bairros componentes das áreas de análise. Mesmo nas análises de Florianópolis enquanto cidade inteligente e empreendedora, o preço dos terrenos por metro quadrado na cidade é indicado como um fator negativo. O valor do metro quadrado da cidade encontra-se como quinto mais alto do Brasil para a compra de imóveis, e o sexto mais alto para aluguel residencial, de acordo com o relatório Fipezap de dezembro de 2018 (FIPE, 2018a, 2018b). Tendo em vista a indisponibilidade de dados acerca do valor do metro quadrado de todos os bairros ou áreas de ponderação de Florianópolis, foram encontrados os valores para os bairros de Canasvieiras e Saco Grande, que se encontram próximos às áreas de aglomeração do setor de T&I e próximos às áreas de ponderação apontadas com baixos valores de rendimento e escolaridade. Segundo o site Agente Imóvel (2019b) foram encontrados os valores por metro quadrado dos imóveis anunciados para venda de R$ 6.029 em Canasvieiras, compreendendo um aumento anual de 0,20%, e de R$ 5.642 no Saco Grande, compreendendo um aumento anual de 0,70% (AGENTE IMÓVEL, 2019a, 2019b).

Como já colocado na presente análise da espacialização do setor de T&I e dos investimentos da PMF na cidade, a lógica de investimentos apontada pelos contratos vigentes de obras urbanas na cidade aponta possibilidades de valorização

ainda maior do valor do metro quadrado nas áreas próximas à aglomeração deste setor econômico. Os investimentos concernentes aos temas de infraestrutura, educação pública, ou contenção de riscos analisados, configuram-se, frequentemente, em ações que respondem à inexistência de tais estruturas e a demandas existentes, possivelmente, maiores ainda do que apontam os investimentos realizados. Contudo, os contratos de temas referentes à mobilidade urbana e requalificação urbana, compreendem melhorias de condições básicas já existentes, e configuram a mesma lógica de concentração de investimentos públicos em áreas nobres das cidades, assegurando os vetores de aumento do valor da terra urbana. Os investimentos da PMF em obras encontram-se de fato em áreas relacionadas ao setor em análise, contudo, as temáticas verificadas não respondem às deficiências encontradas na cidade e nas áreas de intervenção. Como a localização dos investimentos em mobilidade urbana, como meio de diminuição do tempo de deslocamento, ainda escassos em comparação com os demais, e localizados em áreas onde já se encontram bons níveis de mobilidade. Também se verifica a inexistência de investimentos em habitação e ou em requalificação urbana em locais de baixo rendimento, onde tais condições são recorrentemente precárias.

A lógica de intervenção do poder público na cidade, que resulta nas condições materiais apresentadas pelo espaço urbano em Florianópolis, ainda segue a lógica de movimentação do capital, ratificando os movimentos mercadológicos, os quais são, também, influenciados pelo desenvolvimento do setor de T&I. Não só as políticas investigadas direcionam o planejamento da cidade em consonância com os interesses econômicos neoliberais, mas também os investimentos diretos relegam às populações de baixa renda a condição de marginalização, legitimando a segregação sócio territorial de forma estrutural. Essa materialidade urbana não configura o ambiente de “Ilha da Magia”, “Rota do Silício”, ou tampouco de cidade inteligente. O que se depreende é a configuração de um retalho do tecido urbano desarticulado, de uma trama desalinhada, com grandes vazios de investimento e de planejamento, em que se aprofundam as características particulares da cidade neoliberal de economia periférica, ao passo que tais características são sucessivamente ignoradas, principalmente por aqueles que têm o poder de observá-las e de atender às suas expressões.

6 CONCLUSÃO

O percurso da presente pesquisa traduz um trajeto de descoberta, de uma percepção, resultando mais em um apontamento do que efetivamente em uma conclusão. O trabalho é resultado de um percurso orgânico de exploração, o qual teve início no anseio de entendimento da cidade que se apresenta no contexto brasileiro, tão divergente daquelas localizadas nos países capitalistas centrais. O âmago da pesquisa teve como cerne a relação entre a economia e o espaço urbano.

Este cerne, só foi possível a partir do entendimento da cidade sob a perspectiva geográfica, a qual contribuiu enormemente para o olhar urbanista, agregando os instrumentos necessários às questões motivadoras desta dissertação. Ao associar dois campos de conhecimento, em muito complementares, se somaram variáveis que podem vir a configurar, paradoxalmente, algumas das fraquezas encontradas na presente pesquisa. Tendo em vista sua amplitude, a consideração dos diversos fatores atuantes na cidade, não foi possível adentrar de forma rigorosa em cada um deles, havendo, certamente, vazios temporais e bibliográficos no que se refere às iniciativas e políticas do poder público para a consolidação da capital catarinense e do estado como um todo enquanto polo tecnológico, assim como nos dados apresentados para a investigação da espacialização do setor de T&I, os quais poderiam compreender uma gama ainda maior de variáveis.

Da mesma forma, no que concerne às horizontalidades, apresenta-se como um hiato a ausência de entrevistas com os atores locais de forma consistente. Foram elaboradas as entrevistas estruturadas constantes em apêndice, para as quais foram delimitados os atores chaves identificados ao longo da pesquisa, havendo ainda, uma insuficiência nas respostas, de forma que as informações advindas de tal método configuraram apenas informações complementares, corroborando as pesquisas de documentos, notícias e bibliografia. Certamente, uma pesquisa qualitativa com uma base consistente em entrevistas poderá contribuir enormemente para a consolidação das articulações lançadas entre as intencionalidades atuantes nas horizontalidades, cuja representação dos anseios é comprometida quando se recorre aos meios formais de informação.

Contudo, uma vez finalizado o percurso de pesquisa proposto, foi possível elencar pontos importantes de articulação entre o setor de T&I em Florianópolis e o espaço urbano. No que concerne aos objetivos propostos, foi possível caracterizar a constituição do planejamento urbano que se associa à consolidação deste setor econômico na capital, inclusive, evidenciar alguns recursos utilizados pelos caminhos informais e dos caminhos juridicamente legais. Da mesma forma, o envolvimento dos atores, e suas articulações na direção de garantia dos seus interesses foram investigados a ponto de delinear as intencionalidades associadas ao setor de T&I, tanto no seu fomento quanto na sua repressão. Especificamente, no que se refere à postura do poder público, foi possível, acima de tudo, compreender o discurso ao qual serve sua atuação, e quais são as redes de poder que, até hoje, esse discurso promove, pelas quais ele é, também, direcionado.

Foi verificado, que os pontos de aglomeração das atividades ligadas ao setor de T&I em Florianópolis foram, em muito, condicionados pela trajetória histórica de implantação desta atividade, fortemente relacionada, justamente, à atuação do poder público e de certos atores sociais. Desde a implantação das universidades federal e estadual, importantes elementos de fomento ao setor, em locais interessantes para certas parcelas da sociedade florianopolitana, até os investimentos públicos dos terrenos tanto do ParqTec Alfa, quanto do Sapiens Parque, instituíram vetores de crescimento no espaço da cidade que até hoje concentradores de tais atividades.

Contudo, foi possível indicar, ainda, que, nem sempre, tais investimentos foram capazes de impor as condições de espacialização do setor de T&I no espaço urbano. Primeiramente, tendo em vista o enfretamento da população, a exemplo da experiência da Tecnopólis do Campeche, e, mais atualmente, em virtude das condições de funcionamento da cidade, e de desalinhamento dos anseios econômicos com a realidade imposta. Como o termo utilizado por Santos (2005) por vezes o espaço se impõe aos interesses das verticalidades, como uma revanche.

Tal situação se exemplifica pelo atual esvaziamento das unidades produtivas na área do Sapiens Parque, e expressiva representação de *startups,* enquanto principal unidade produtiva do setor, ainda dispersas no território em detrimento dos parques tecnológicos, onde houve os maiores investimentos públicos analisados. O contexto econômico brasileiro, bem como as políticas em âmbito nacional,

incentivam o desenvolvimento do empreendedorismo como alternativa à conjuntura de crise econômica, que se expressa no contexto de economia periférica em proporção ainda maior. A dissociação entre esta tendência, reforçada pelo contexto econômico brasileiro, dos direcionamentos de incentivo e de localização do investimento público, indicam a desconsideração do contexto brasileiro nos principais âmbitos indicados pelo presente trabalho, o âmbito econômico, social e espacial/territorial.

Ainda acerca do poder público, é possível reconhecer o planejamento urbano em Florianópolis inserido no contexto da lógica da cidade neoliberal investigada na bibliografia. A volatilidade política, os processos *rollback* e *rollout*, são verificados na elucidação do processo de constituição da legislação urbana na cidade, quando as regras impostas pelo capital não são atendidas. A sobreposição de leis, a alteração das mesmas, e as decisões autoritárias de desmonte da participação popular são exemplos destes processos. Novamente, nos planos gerais de desenvolvimento é verificado um padrão correspondente às prescrições globais, e a indiferença às particularidades do contexto local voltado ao crescimento econômico. Tal postura, conforme verificado a partir da presente pesquisa, depõe, diversas vezes, contra o próprio crescimento do setor de T&I, a exemplo da potencialidade existente nas particularidades sociais locais apontadas na bibliografia acerca do desenvolvimento econômico deste setor.

O espaço local, constituído pelas suas particularidades, enquanto espaço “humano” e “autônomo” (SANTOS, 2005; MASSEY, 2007) é cada vez mais suprimido por uma narrativa global de desenvolvimento que suprime as constituições espaciais. Essa narrativa insere as cidades em uma competição global que favorece a atuação do mercado, e é corroborada pelo planejamento urbano em escala local. São criadas imagens ideais de cidades, sob ideologias que se sobrepõe à materialidade dos espaços urbanos de capitalismo periférico, que possuem especificidades desde sua formação, e são caracterizados como espaços de segregação social, de diferenças econômicas e de acesso a direitos e serviços essenciais. Tanto na análise da urbanização brasileira, quanto da ilha de Santa Catarina, verifica-se um contexto desigual, de concentração de renda e de

investimentos, as quais seguem, frequentemente, a mesma lógica, e ratificam as condições historicamente constituídas.

Tal processo é verificado desde a análise do panorama de infraestrutura urbana no período militar com Vainer (2007), até as evidências apresentadas por Rolnik e Klink (2011), em período mais recente. Fix (2007) também indica um crescente afastamento das parcelas menos favorecidas da população das intervenções realizadas na cidade condicionada pelos direcionamentos econômicos globais. Este afastamento também é evidenciado pela análise da cidade voltada ao setor de T&I, e pelo crescimento, localização e concentração deste setor na cidade. A despeito da compreensão da cidade em sua totalidade, o setor de T&I reproduz a concentração de investimentos, o que tem origem na sua constituição, uma vez que em suas projeções e planejamento os contextos sociais são raramente abordados.

As características de baixa capacidade de geração de empregos, e de demanda por mão-de-obra qualificada, da atividade econômica de T&I, podem não corresponder a um contexto desigual como o brasileiro, em que as taxas de desemprego são altas e o acesso à capacitação profissional é restrito. Ainda que Florianópolis apresente níveis satisfatórios de renda e escolaridade, frente à realidade brasileira, o panorama investigado não traduz os padrões internacionais recorrentemente referenciados nos projetos do setor, a exemplo da relação entre o 22@Barcelona e o Centro Sapiens. Teixeira (2008) indica o quanto, na verdade, as aglomerações produtivas evidenciam as particularidades dos *clusters* locais, os quais não são reproduções de economia capitalistas centrais.

Todavia, os ideais de cidade perpassam, até mesmo, as diretrizes construtivas desejáveis aos espaços da tecnologia e inovação, como na Tecnopólis do Campeche e nas construções do ParqTec Alfa, segundo padrões de arquitetura que representassem a modernidade e utilização de materiais *high tech*. Atualmente, tais ideais direcionam a constituição da cidade inteligente em Florianópolis, enquanto prescrições aplicáveis tanto aos documentos de planejamento, quanto intervenientes na gestão urbana ampliando a abordagem dos conceitos ideais dissociados da realidade que se apresenta.

A ideologia neoliberal é atuante na escala local e expressa, por meio de códigos “consensuais”, as motivações do mercado. Foi assim para o paraíso turístico e é assim para a cidade inteligente, muito embora, como elucidado por Massey, a

apreensão real do espaço impossibilite a conformação dos consensos. É necessário que a apreensão da cidade parta do espaço vivido, do espaço real, e não das sombras globais projetadas às quais mascaram a materialidade urbana que não foge aos que vivem o espaço urbano em Florianópolis.

REFERÊNCIAS

22@BARCELONA. Background. **From 1960 to 1986**. [*S. l.*], [2006]a. Disponível em: http://www.22barcelona.com/content/view/59/406/lang,en/. Acesso em: 25 fev. 2018.

22@BARCELONA. Background. **From 1986 to 1999**. [*S. l.*], [2006]b. Disponível em: http://www.22barcelona.com/content/view/60/407/lang,en/. Acesso em: 25 fev. 2018.

22@BARCELONA. Location. **Business Center**. [*S. l.*], [2006]c. Disponível em: http://www.22barcelona.com/content/view/45/395/lang,en/. Acesso em: 25 fev. 2018.

22@BARCELONA. Location. **Tecnological Centers**. [*S. l.*], [2006]d. Disponível em: http://www.22barcelona.com/content/blogcategory/43/848/lang,en/. Acesso em: 25 fev. 2018.

22@BARCELONA. **Objectives**. [*S. l.*], [2006]e. Disponível em: http://www.22barcelona.com/content/blogcategory/27/391/lang,en/. Acesso em: 25 fev. 2018.

22@BARCELONA. **Urban Innovation**. [*S. l.*], [2006]f. Disponível em: http://www.22barcelona.com/content/blogcategory/50/281/lang,en/. Acesso em 25 fev. 2018.

ABREU, I. B. L. de *et al*. Parques tecnológicos: panorama brasileiro e o desafio de seu financiamento. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 99-154, jun. 2016.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI). **Parques tecnológicos no brasil**: estudo, análise e proposições. Brasília, DF: Anprotec, 2008. 560 p. [.pdf].

AGENTE IMÓVEL. **Compare 110 Imóveis para venda em Saco Grande, Florianópolis, SC**. Florianópolis, 2019a. Disponível em: https://www.agenteimovel.com.br/imoveis/a-venda/sc/florianopolis/saco-grande/. Acesso em: 21 jun. 2019.

AGENTE IMÓVEL. **Compare 117 Imóveis para venda em Canasvieiras, Florianópolis, SC**. Florianópolis, 2019b. Disponível em: https://www.agenteimovel.com.br/imoveis/a-venda/sc/florianopolis/canasvieiras/. Acesso em: 21 jun. 2019.

AMARANTE, C. do. A cidade nova do Campeche: uma perspectiva histórica dos projetos de futuro para Florianópolis a partir das memórias dos moradores do bairro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Campinas, SP. **Anais** […]. Campinas, SP: UFRGS, 2016.

AMARANTE, C. do.; ROSSATO, L. **Transformações urbanas na cidade de Florianópolis (1989-2011): a derrubada do bar do Chico no bairro Campeche**. Florianópolis, 2016. 15 p. [.pdf].

AMIN, A. [Carta] 2004, Florianópolis [para] ALESC, Florianópolis. **Justificativa para o projeto de Lei Complementar nº 134**.

AMORA, Ana Maria Gadelha Albano. **O lugar do público no Campeche**. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ALESC). O segundo melhor PIB de Santa Catarina. **ALNotícias**, Florianópolis, ano 10, n. 287, 28 mar. 2008. Disponível em: http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/images/uploads/alnoticias_memoria/ED287_28Mar2008.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Ambientes de Inovação**. Brasília, DF, [201-?]a. Disponível em: http://anprotec.org.br/site/sobre/incubadoras-e-parques/. Acesso em: 21 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). **Sobre**. Brasília, DF, [201-?]b. Disponível em: http://anprotec.org.br/site/sobre/. Acesso em: 21 jun. 2019.

ARRIGHI, G. Globalização e desenvolvimento desigual. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 1-14, dez. 2007.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE TECNOLOGIA (ACATE). **Associados**. Florianópolis, [201-?]a. Disponível em: http://www.acate.com.br/associados/. Acesso em: 21 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE TECNOLOGIA (ACATE). **Histórico**. Florianópolis, [201?-]b. Disponível em: https://www.acate.com.br/historico/. Acesso em: 21 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE TECNOLOGIA (ACATE); NEOWAY. **Observatório ACATE**: panorama do setor de tecnologia de Santa Catarina 2018. Florianópolis: ACATE;Neoway, 2018. *E-book* (124 p.). ISBN 978-85-66826-41-8.

AUDRETSCH, D. B. Agglomeration and the Location of Innovative Activity. **Oxford Review Of Economic Policy**, Oxford, v. 14, n. 2, p. 18-29, 1998.

AUDRETSCH, D. B.; FELDMAN, M. P. Knowledge spillovers and the geography of innovation. **Handbook of Urban and Regional Economics**, [*s. l.*], v. 4, 2003, p.1-40.

AZEVEDO, I. S. C. de; TEIXEIRA, C. S. Florianópolis: uma análise evolutiva dodesenvolvimento inovador da cidade a partir do seu ecossistema de inovação. **Revista Científica do Alto Vale do Itajaí**, Itajaí, v. 6, n. 9, p. 108-121, jul. 2017. ISSN: 2316-4190, DOI: 10.5965/2316419006092017108.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Nossa história**. Rio de Janeiro, [201-]. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia. Acesso em: 21 jun. 2019.

BASTOS, V. D. 2000-2010: uma década de apoio federal à inovação no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 127-176, jun. 2012.

BENTO, H. R. **ORDENAMENTO URBANO E PATRIMONIO CULTURAL COMO OBJETO DE CRIME AMBIENTAL - Estudo de Caso: Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, na Praia do Campeche - Ilha de Santa Catarina - Brasil**. 2004. 241 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2004.

BERR, E. Sustainable development in a post Keynesian perspective: why eco-development is relevant to post Keynesian economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, [*s. l.*], v. 37, i. 3, p. 459-480, Apr. 2015.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID). **Programa Ciudades Emergentes y Sostenibles**. Nueva York, c2019. Disponível em: https://www.iadb.org/es/desarrollo-urbano-y-vivienda/programa-ciudades-emergentes-y-sostenibles. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 3.683, de 9 de dezembro de 1959**. Concede isenção de direitos para importação de peças e materiais destinados à fabricação, no país, de centrais telefônicas automáticas para serviços públicos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1959. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3683-9-dezembro-1959-354265-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT/UnB). **Estudo de projetos de alta complexidade**: indicadores de parques tecnológicos. Brasília, DF: CDT/UnB, 2014. 100 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria E Comércio Exterior. **Plano de Desenvolvimento Provisório – PDP**: APL-TIC de Santa Catarina. [Brasília, DF]: MDIC, [2008]. 34 p.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Inovativa Brasil**. [Brasília, DF], [2017?]. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/index.php/inovacao/fomento-a-inovacao/inovativa-brasil. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Reserva da Biosfera**. Brasília, DF, [20--?]. Disponível em: https://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/reserva-da-biosfera.html. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano Mais Brasil Mais Desenvolvimento Mais Igualdade Mais Participação**: PPA 2012-2015. [Brasília, DF]: Ministério do Planejamento, 1 dez. 2012. *E-book*. 355 p. [.pdf].

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PPA 2016-2019**: Relatório Anual de Avaliação. [Brasília, DF]: Ministério do Planeajmento, 2016. *E-book*. 416 p. [.pdf].

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Actually existing neoliberalism. **The Sage Handbook of Neoliberalism**, [*s. l.*], p. 3-33, Jan. 2017.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Neoliberalism urbanism: cities and the rule of markets. **The New Blackwell Companion to the City**, [*s. l.*], 20 p., 2005.

CAMPOS, N. J. de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina**. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

CAMPOS, N. J. de. Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p 113-135, 2002.

CAPELAS, B. 'Rota do Sicílio', SC-401 mostra evolução das startups de Florianópolis. **Estadão**, Florianópolis, 25 jul. 2018. Disponível em: https://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,rota-do-silicio-sc-401-mostra-evolucao-das-startups-de-florianopolis,70002413938. Acesso em: 21 jun. 2019.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.

CENTRO EMPRESARIAL PARA LABORAÇÃO DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS (CELTA). **CELTA, uma incubadora pioneira**. Florianópolis, [201-]a. Disponível em: http://www.celta.org.br/historico.html. Acesso em: 21 jun. 2019.

CENTRO EMPRESARIAL PARA LABORAÇÃO DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS (CELTA). **Histórico**. Florianópolis, [201-]b. Disponível em: http://www.celta.org.br/historico.html. Acesso em: 21 jun. 2019.

CENTRO SAPIENS. **Sobre o Centro Sapiens**. Florianópolis, c2017.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, p. 1-30, dez. 1995.

COBOS, E. P. Los territorios del neoliberalismo en América Latina. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 37-60, jun. 2014.

COBOS, E. P. **Los Territórios del neoliberalismo en America Latina: compilación de ensayos**. 1. ed. [*S. l.*]: Universidad Autónoma Metropolitana; Xochimilco; Miguel Ángel Porrua Editor, 2009. 344 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS (NTU). **Pesquisa Mobilidade da População Urbana 2017**. Brasília, DF: CNT:NTU, ago. 2017 *E-book*. (100 p.).

COSTA, E. J. M. da. **Políticas públicas e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em regiões periféricas**. 2007. 412 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CPQD. **Cidades Inteligentes**. [Campinas], [201-?]. Disponível em: https://www.cpqd.com.br/cidades-inteligentes/. Acesso em: 21 jun. 2019.

CUNHA, L. F. **A esfera pública e o Plano Diretor Participativo de Florianópolis**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Nota Técnica**: Política de Desenvolvimento Produtivo Nova Política Industrial do Governo. São Paulo: DIEESE, maio 2008. 16 p. [.pdf].

ENDEAVOR BRASIL (ENDEAVOR). **Índice de Cidades Empreendedoras**. [*S. l.*]: Endeavor Brasil, 2017. *E-book*. 65 p. [.pdf].

ENDEAVOR BRASIL (ENDEAVOR). **Quem somos**. [*S. l.*], c2019. Disponível em: https://endeavor.org.br/quem-somos/. Acesso em: 21 jun. 2019.

FIGUEIREDO, G. M. P. de. Cidades inteligentes no contexto brasileiro: a importância de uma reflexão crítica. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Enanparq, 2016.

FINANCIADORA DE INOVAÇÃO E PESQUISA (FINEP). **Histórico**. Rio de Janeiro, [201-]. Disponível em: http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/historico. Acesso em: 21 jun. 2019.

FIX, M. **São Paulo, cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007. 192 p. [.pdf].

FLOR, C. da S.; TEIXEIRA, C. S. Cidades inteligentes e empreendedoras: um estudo comparativo entre rankings. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONOCIMIENTO E INNOVACIÓN, 8., 2018, Guadalajara. **Anais** [...]. Guadalajara: ciKi, 2018.

FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 4215, de 12 de junho de 2006**. Cria o grupo executivo do plano diretor participativo de Florianópolis - 2006 e indica seus componentes. Florianópolis: Leis Municipais, 2006. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/decreto/2006/421/4215/decreto-n-4215-2006-cria-o-grupo-executivo-do-plano-diretor-participativo-de-florianopolis-2006-e-indica-seus-componentes. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIANÓPOLIS. **Florianópolis realiza Plano de Desenvolvimento Econômico Municipal**. Florianópolis, 4 jun. 2018. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=19687. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIANÓPOLIS. **Geoprocessamento Coorporativo**. Florianópolis, [201-?]. Disponível em: http://geo.pmf.sc.gov.br/. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIANÓPOLIS. Instituto De Planejamento Urbano De Florianópolis (IPUF). **Lista das localidades que pertencem a cada distrito**. Florianópolis: IPUF, [2018]. 2 p.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar nº 1/97**. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo no distrito sede de Florianópolis, e dá outras providências. Florianópolis: Lei Municipais, 1997. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/1997/0/1/lei-complementar-n-1-1997-dispoe-sobre-o-zoneamento-o-uso-e-a-ocupacao-do-solo-no-distrito-sede-de-florianopolis-e-da-outras-providencias. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar nº 134 de 9 de janeiro de 2004**. Altera zoneamento e sistema viário aprovado pela Lei Nº 2193/85, e dá outras providências. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 9 jan. 2004.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar nº 432, de 7 de maio de 2012**. Dispõe sobre sistemas, mecanismos e incentivos à atividade tecnológica e inovativa, visando o desenvolvimento sustentável do município de Florianópolis. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis, 7 maio 2012.

FLORIANÓPOLIS. **Lei Complementar nº 482, de 17 de janeiro de 2014**. Institui o Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis que Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 17 jan. 2014.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 2193/85**. Dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina declarando-os área especial de

interesse turístico e dá outras providências. Florianópolis: Leis Municipais, 1985. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1985/219/2193/lei-ordinaria-n-2193-1985-dispoe-sobre-o-zoneamento-o-uso-e-a-ocupacao-do-solo-nos-balnearios-da-ilha-de-santa-catarina-declarando-os-area-especial-de-interesse-turistico-e-da-outras-providencias.html. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 2994/88**. Concede isenção do imposto sobre serviços de qualquer natureza e do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, a empresa de bens e serviço na área da eletrônica, micro-mecânica e informática e dá outras providências. Florianópolis: Leis Municipais, 1988.

FLORIANÓPOLIS. **Lei nº 3616/91**. Cria áreas de parques tecnológicos e dá outras providências. Florianópolis: Leis Municipais, 1991. https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1991/361/3616/lei-ordinaria-n-3616-1991-cria-areas-de-parques-tecnologicos-e-da-outras-providencias. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIANÓPOLIS. **Plano de Ação Florianópolis Sustentável 2015**. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis: BID, 2015. 135 p.

FLORIANÓPOLIS. **Relatório de contratos de obras**. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis, 15 maio 2019. 12 p. [.pdf].

FLORIANÓPOLIS. **Resumo Executivo do Plano Diretor Participativo de Florianópolis**. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, [201-]a. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/06_05_2016_10.59.42.82fe6938422bfebbb7593898e0524b87.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. **Polo Tecnológico**. Florianópolis, [201-]b. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=polo+tecnologico&menu=11&submenuid=1733. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIPAMANHÃ. **Associação FloripAmanhã**. Florianópolis: FloripAmanhã, 2012. 2 p [.pdf].

FLORIPAMANHÃ. **Associados e Fundadores**. Florianópolis, c2018. Disponível em: http://floripamanha.org/quem-somos/associados/. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIPAMANHÃ. **Florianópolis sedia evento sobre cidades inteligentes**. Florianópolis, 28 maio 2013a. Disponível em: http://floripamanha.org/2013/05/florianopolis-sedia-evento-sobre-cidades-inteligentes/. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIPAMANHÃ. **Floripa 2030**: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópólis, 2008a. 60 p. [.pdf].

FLORIPAMANHÃ. **O futuro de Floripa: o que é preciso para ter uma cidade mais humana e inteligente**. Florianópolis, 13 jun. 2013b. Disponível em: http://floripamanha.org/2013/06/o-futuro-de-floripa-o-que-e-preciso-para-ter-uma-cidade-mais-humana-e-inteligente/. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIPAMANHÃ. **Plano de desenvolvimento engloba cinco eixos estratégicos de Florianópolis**. Florianópolis, 9 jan. 2019. Disponível em: http://floripamanha.org/2019/01/plano-de-desenvolvimento-engloba-cinco-eixos-estrategicos-de-florianopolis/. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIPAMANHÃ. **Plano Diretor já recebeu 480 emendas**. Florianópolis, 13 dez. 2006. Disponível em: http://floripamanha.org/2006/12/plano-diretor-ja-recebeu-480-emendas/. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIPAMANHÃ. **Promotoria apura mudanças no zoneamento**. Florianópolis, 7 maio 2007. Disponível em: http://floripamanha.org/2007/05/promotoria-apura-mudancas-no-zoneamento/. Acesso em: 21 jun. 2019.

FLORIPAMANHÃ. **Reserva da Biosfera**. Florianópolis, 20 fev. 2008b. Disponível em: http://floripamanha.org/2008/02/reserva-da-biosfera/. Acesso em: 21 jun. 2019.

FORBES. **The Smartest Cities In The World In 2018**. Jersey City, July 2018. Disponível em: https://www.forbes.com/sites/iese/2018/07/13/the-smartest-cities-in-the-world-in-2018/#3e55efb62efc. Acesso em: 21 jun. 2019.

NAHAS, T. S. Qual o ponto de partida para criar uma cidade inteligente?. **FloripAmanhã**, Florianópolis, 19 dez. 2017. Disponível em: http://floripamanha.org/2017/12/qual-o-ponto-de-partida-para-criar-uma-cidade-inteligente/. Acesso em: 21 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CERTI (CERTI). **História**. Florianópolis, [201-]. Disponível em: https://www.certi.org.br/pt/acerti-historico. Acesso em: 21 jun. 2019.

GARCIA, F. E. S. *et al*. **Cidade-marca e disputas simbólicas no Projeto Rio 2016**. [*S. l.*], [Rio de Janeiro]. Disponível em: http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/180/1/IU029%20-%20SANCHEZ%20GOMES%20GUTERMAN%20et%20al%20-%20cidade-marca%20e%20disputas%20simb%c3%b3licas%20no%20projeto%20rio%202016.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

GOUVEA, M. [Como bancar um protótipo?] Como funciona um financiamento não reembolsável. **Produza**, Florianópolis, maio 2019. Disponível em: https://produza.ind.br/investimentos/financiamento-nao-reembolsavel/. Acesso em: 21 jun. 2019.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

IBGE EDUCA. **População Rural e Urbana**. [Rio de Janeiro], c2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Santa Catarina, Florianópolis. [Rio de Janeiro], c2017. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420540&search=santacatarina|florianopolis. Acesso em: 13 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CONCLA – Busca Online**: seção G. [Rio de Janeiro], c2019a. Disponível em: https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=secao&tipo=cnae&versaosubclasse=10&versaoclasse=7&secao=G. Acesso em: 9 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CONCLA – Busca Online**: seção J. [Rio de Janeiro], c2019b. Disponível em: http://cnae.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?secao=H&tipo=cnae&view=secao. Acesso em: 9 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CONCLA – Busca Online**: seção M. [Rio de Janeiro], c2019c. Disponível em: http://cnae.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?secao=H&tipo=cnae&view=secao. Acesso em: 9 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CONCLA – Busca Online**: subclasses. [Rio de Janeiro], c2019d. Disponível em: http://cnae.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?secao=H&tipo=cnae&view=secao. Acesso em: 9 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD**: Tabelas – 2015. [Rio de Janeiro], 2015. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=resultados. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PIB dos municípios 2015: Capitais perdem participação no PIB do país. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 14 dez. 2017a. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18785-pib-dos-municipios-2015-capitais-perdem-participacao-no-pib-do-pais. Acesso em: 9 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios**: O que é. Rio de Janeiro, [201-]a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios**: Principais resultados. Rio de Janeiro, [201-]b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=23414&t=destaques. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais – SCN**: Tabelas – 2016. [Rio de Janeiro], 2016a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=resultados. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Regionais – SCR**: Downloads. [Rio de Janeiro], 2016b. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Cadastro Central de Empresas**. [Rio de Janeiro], 2017b. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/992. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Estimativas de População**. [Rio de Janeiro], 2018. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral - PNADC/T**. [Rio de Janeiro], [2016]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadct/tabelas. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **O que é - Índice de Gini**. [Brasília, DF], 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO PÓLIS. **Plano Diretor Participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. São Paulo, 2004. Disponível em: http://polis.org.br/publicacoes/plano-diretor-participativo-guia-par-aelaboracao-pelos-municipios-e-cidadaos/. Acesso em: 21 jun. 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL CAMPECHE (ISA CAMPECHE). **Sobre o ISA**. Florianópolis, c2019. Disponível em: http://www.campeche.org.br/blog/isa/sobre-o-isa-campeche/. Acesso em: 21 jun. 2019.

KIM, B.; KIM, H.; JEON, Y. Critical success factors of a design startup business. **Sustainability**, [*s. l.*], v. 10, i. 9, p. 1-15, Sept. 2018.

KOJIKOVSKI, G. Florianópolis vive boom no setor de tecnologia. **Exame**, 20 jun. 2017. Disponível em: https://exame.abril.com.br/negocios/florianopolis-vive-boom-no-setor-de-tecnologia/. Acesso em: 21 jun. 2019.

LENZI, M. H.; CAZETTA, V. Micropolíticas no Campeche: entre diagramas cristalizados, planejamento urbano e produção de desejos. **Geousp – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 2, p. 601-618, ago. 2017. ISSN 2179-0892.

LINS, H. N. Cidades Fractais: A Ilha da Magia e seus alquimistas. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 95-117, 2011.

LINS, H. N. Florianópolis, cluster turístico?. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 11, n. 2, p.55-70, 2000.

LOHN, R. L. Espaço urbano brasileiro: entre a ditadura e a democracia – o caso de Florianópolis, SC (1964-1990). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 1-17, 2011.

LOHN, R. L. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 1-19, 2007.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003.

MASSEY, D. A global sense of place. **Marxism Today**, [*s. l*], p. 24-29, June 1991.

MASSEY, D. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempoespaço. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n. 3, p. 142-155, maio 2007.

MINHA FLORIPA. **Ícones**. [Florianópolis], [2014?]. Disponível em: http://minhafloripa.tur.br/icones/. Acesso em: 21 jun. 2019.

MOLOTCH, H. The city as a growth machine: toward a political economy of place. **American Journal of Sociology**, [*s. l.*], v. 82, n. 2, p. 309-332, 1976.

NEIROTTI, P. *et al.* Current trends in smart city initiatives: some stylised facts. **Cities**, [*s. l.*], v. 38, p. 25-36, 2014.

PEREIRA, E. M. **Gestão do Espaço Urbano: um estudo de caso das áreas central e continental da cidade de Florianópolis**. 1992. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

PEREIRA, E. M. Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus planos diretores. **Geosul**, Florianópolis, v. 25, n. 49, p. 103-121, jun. 2010.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE (RIPSA). **Indicadores socioeconômicos**. [*S. l.*], 2011. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09capc.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

RIBEIRO, A. C. T.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. da. **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital:ANPUR, 2012. 168 p.

RIZZO, P. M. B. **Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis - 1950 a 1990**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

RIZZO, P. M. B. **O planejamento urbano no contexto da globalização: Caso do Plano Diretor do Campeche em Florianópolis, SC**. 2013. 327 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RODRÍGUES-POSE, A.; HARDY, D. Technology and industrial parks in emerging countries: panacea or pipedream?. **Springer**, [*s. l.*], 2014. ISSN 2192-0435.

ROLNIK, R. Dez Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo. *In*: RIBEIRO, A. C. T.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. da. **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital:ANPUR, 2012. 168 p.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 89, p. 89-109, 2011.

ROSA, E. Presos políticos da ditadura ficaram em antiga colônia penal no Norte da Ilha. **NDMais**, Florianópolis, 5 abr. 2014. Disponível em: https://ndmais.com.br/noticias/presos-politicos-da-ditadura-ficaram-em-antiga-colonia-penal-no-norte-da-ilha/. Acesso em: 21 jun. 2019.

ROWE, D. N. E.; COMINS, N. Success factors for science parks in the developed world and emerging economies. *In*: IASP ANNUAL WORLD CONFERENCE, 25., 2008, Johannesburg. **Anais** [...]. Johannesburg: University of Warwick Science Park, 2008.

SANTA CATARINA. Agência de Desenvolvimento do Turismo (SANTUR). **Implantação do Plano Catarina 2020 é tema de seminário realizado na SOL**. Florianópolis, 5 dez. 2012. Disponível em: http://www.sol.sc.gov.br/index.php/noticias/2217-implantacao-do-plano-catarina-2020-e-tema-de-seminario-realizado-na-sol. Acesso em: 21 jun. 2019.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). **Lei nº 8.990, de 08 de fevereiro de 1993**. Autoriza a instituir condomínio em imóvel de propriedade do Estado e alienar módulos para a criação de parques tecnológicos, e dá outras providências. Florianópolis: ALESC, 8 fev. 1993. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1993/8990_1993_Lei.html. Acesso em: 21 jun. 2019.

SANTA CATARINA. Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). **Projeto Rota da Inovação aposta na criatividade em Florianópolis**. Florianópolis, 20 jan. 2014. Disponível em: http://www.fapesc.sc.gov.br/2101-projeto-rota-da-inovacao-aposta-na-criatividade-em-florianopolis/. Acesso em: 21 jun. 2019.

SANTA CATARINA. **Plano Catarina 2020**: Plano de Marketing Turístico de Santa Catarina 2020. Joinville: Governo de Santa Catarina, 8 jun. 2010. 68 p.

SANTA CATARINA. **Raimundo Colombo participa de assinatura de novos contratos de investimentos no Sapiens Parque em Florianópolis**. Florianópolis, 23 set. 2015. Disponível em: https://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/ciencia-e-tecnologia/colombo-participa-de-assinatura-de-novos-contratos-de-investimentos-no-sapiens-parque. Acesso em: 21 jun. 2019.

SANTIAGO, A.; LOCH, C.; WALKOWSKI, M. O Plano Diretor como estratégia de organização espacial e o planejamento turístico de Florianópolis-SC. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 64-83, jul. 2008.

SANTOS, F. M. dos. O Desenvolvimento do setor hoteleiro em Florianópolis – Santa Catarina - Brasil. **Metamorfoses do Espaço Habitado**, São Paulo, p. 57-59, 1988.

SANTOS, L. dos. **A capital da inovação**: arranjos institucionais do empreendedorismo inovador no polo tecnológico de Florianópolis. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SANTOS, M. O retorno do território. **Observatorio Social De América** Latina, Buenos Aires, n. 6, 2005. ISSN 1515-3282.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001, 473 p.

SANTOS, S. S. dos. **Entre transformações e permanências: os institutos de planejamento urbano de Florianópolis e Joinville**. 2015. 628 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SELL, A. P. R. H. **Tecnópolis: condicionantes sociais na implantação de um modelo técnico-científico de desenvolvimento para a ilha de Santa Catarina**. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SERRAU, C. Audiência pública discute a implantação do Sapiens Parque (Florianópolis). **TV Justiça**, Florianópolis, 2004. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/sc/servicos-1/audiovisuais/2004/audiencia-publica-discute-a-implantacao-do-sapiens-parque-florianopolis. Acesso em: 21 jun. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Ambiente de Negócios**. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/sebraeaz/ambiente-de-negocios,6698c681608f7510VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 21 jun. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Cidade Empreendedora**: Florianópolis – Plano de Desenvolvimento Econômico Edição 2018. Florianópolis: Sebrae/SC, 2018a. 127 p. [.pdf].

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Cidade Empreendedora**. Florianópolis, 2018b. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/sebraeaz/cidade-empreendedora,3725f1df0e9aa510VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 21 jun. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Florianópolis recebe primeiro Fórum do Brasil do maior evento de cidades inteligentes do mundo. **Agência Sebrae de Notícias**, Florianópolis, 23 out. 2018c. Disponível em: http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/florianopolis-recebe-primeiro-forum-do-brasil-do-maior-evento-de-cidades-inteligentes-do-mundo,ff2e2b48f81a6610VgnVCM1000004c00210aRCRD. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, B. F. da. **Limites do planejamento estratégico aplicado ao espaço urbano como instrumento de desenvolvimento sustentável: o caso do sapiens parque**. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SMART CITY FORUM FLORIPA. **Smart Cities in Action**. Florianópolis, [201-]. Disponível em: http://smartcityforumfloripa.com/#historico. Acesso em: 21 jun. 2019.

SOUZA, J. P. **O Plano Diretor de 1952-1955 e as repercussões na estruturação urbana de Florianópolis.** 2010. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SOUZA, M. L. de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

SOUZA, M. L. de. Em torno de um hífen. **Formação**, Presidente Prudente, n. 15, v. 1, p. 159-161, jan./jul., 2008.

STARTUPBASE. **Startups**. [*S. l.*], [201-?]. Disponível em: https://startupbase.com.br/startups?q=&states=all&cities=Florian%C3%B3polis%20-%20SC&groups=all&targets=all&phases=all&models=all&badges=all. Acesso em: 21 jun. 2019.

STARTUP SC. **Florianópolis: Uma cidade empreendedora**. Florianópolis, 21 fev. [2019]. Disponível em: https://www.startupsc.com.br/florianopolis-uma-cidade-empreendedora/. Acesso em: 21 jun. 2019.

STORPER, M. **The Regional World, Territorial Development in a Global Economy**. New York: Guilford Press, 1997.

SUGAI, M. I. **As intervenções viarias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-Ilha**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 1994.

SUGAI, M. I. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e distribuição sócio-espacial na área conurbada de Florianópolis**. 2002. 244 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, F. Políticas Públicas para o desenvolvimento regional e local: o que podemos aprender com os Arranjos Produtivos Locais (APLs)?. **O&S**, Bahia, v. 15, n. 46, p. 57-75, 2008.

URBAN SYSTEMS. **Ranking Connected Smart Cities 2018**. 4 ed. São Paulo: Urban Systems, 2018.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 9-23, 2007.

VAINER, C. B. Os liberais também fazem planejamento urbano?: Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. **Proposta**, Rio de Janeiro, ano 24, n. 69, p. 28-34, 1996.

VAINER, C. **Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2011.

VEIGA, E. V. **Florianópolis: memória urbana**. Florianópolis: Editoria da UFSC, 1993.

VIA ESTAÇÃO CONHECIMENTO (VIA). **Mapas da VIA**. Florianópolis, [201-]. Disponível em: http://via.ufsc.br/mapas-da-via/. Acesso em: 21 jun. 2019.

VIEIRA, S. **A indústria de alta tecnologia em Florianópolis**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

WOLFF, E. A. **As bases de um planejamento urbano participativo em Florianópolis: os últimos anos de elaboração do Plano Diretor do distrito sede de 1997**. 2015. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

APÊNDICE A – Definição dos tipos dos contratos videntes da Secretaria Municipal de Infraestrutura de Florianópolis

Obra	Tipo	Ano	Bairro	Região da Ilha
1044/SMO/2016-2ºANO - Contratação de empresaespecializada para execução de muros decontenção, desmonte de rocha e obrascomplementares. Florianópolis/SC. (2º ANO)	contenção de riscos	2016	Canasvieiras	Norte
1044/SMO/2016 - Contratação de empresaespecializada para execução de muros decontenção, desmonte de rocha e obrascomplementares. Florianópolis/SC.	contenção de riscos	2016	-	
1044/SMO/2016-3ºANO - Contratação de empresaespecializada para execução de muros decontenção, desmonte de rocha e obrascomplementares. Florianópolis/SC. (3º ANO)	contenção de riscos	2016	-	
1174/SMCAM/2018 - CONTRATAÇÃO DEEMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DECONTENÇÃO NA RUA PAPA JOÃOXXIII,BAIRRO COQUEIROS-FLORIANÓPOLIS	contenção de riscos	2018	Coqueiros	Continental
156/EDUC/BID/2015 - Contratação de empresaespecializada para construção, reforma eampliação da E.B. Beatriz de Souza Brito	equipamento comunitário	2015	Pantanal	Centro
517/SME/2015 - Contratação de empresaespecializada em serviços de confecção,instalação e manutenção de grades de ferrozincado em muros, portas e janelas, com afinalidade de atender a Rede Municipal deeducação	equipamento comunitário	2015	Centro	Centro
1047/EDUC/BID/2016 - CONSTRUÇÃO DACRECHE SANTA VITÓRIA	equipamento comunitário	2016	Agronômica	Centro
50/SME/2016 - Reforma da E.B. João Alfredo Rohr	equipamento comunitário	2016	Córrego Grande	Centro
583/SME/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇODE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NASUNIDADES EDUCACIONAIS E CENTROS DEFORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DAEDUCAÇÃO	equipamento comunitário	2016	Centro	Centro
708/EDUC/BID/2016 - Construção da CrecheMorro do Céu	equipamento comunitário	2016	Maciçodo Morro da Cruz - Centro	Centro

953/EDUC/BID/2016 - EXECUÇÃO DACONSTRUÇÃO DA CRECHE MORRO DOHORÁCIO	equipamento comunitário	2016	Agronômica	Centro
984/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Sacodos Limões	equipamento comunitário	2016	Saco dos Limões	Centro
989/SME/2016 - Contratação de empresaespecializada para efetuar a Reforma do N.E.I.João Machado da Silva, Agronômica,Florianópolis, SC	equipamento comunitário	2016	Agronômica	Centro
221/SMSP/2017 - Contratação de empresaespecializada para reforma da Creche Morro doMocotó - Morro da Queimada	equipamento comunitário	2017	Maciço do Morro da Cruz - Centro	Centro
235/SMSP/2017 - Recuperação do ginásio daEscola Basica Intendente Aricomedes.	equipamento comunitário	2017	Pantanal	Centro
442/SME/2017 - Reforma da Creche Sol Nascente	equipamento comunitário	2017	SacoGrande	Centro
225/SME/2018 - Contratação de empresaespecializada para Reforma e Ampliação da E.B.Beatriz de Souza Brito - Bairro Pantanal - Florianópolis - SC	equipamento comunitário	2018	Pantanal	Centro
0138/SMI/2019 - Contratação de empresaespecializada para os serviços de manutenção ereforma no terminal de Florianópolis/SC	equipamento comunitário	2019	Centro	Centro
008/EDUC/BID/2016 - Reforma e Ampliação daCreche Professora Maria Barreiros.	equipamento comunitário	2016	Coloninha	Continental
1046/EDUC/BID/2016 - Construção da CrecheModular Capoeiras	equipamento comunitário	2016	Capoeiras	Continental
1053/EDUC/BID/2016 - Reforma e Ampliação daCreche Joel Rogério de Freitas	equipamento comunitário	2016	Monte Cristo	Continental
36/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche VilaAparecida	equipamento comunitário	2016	VILA APARECIDA I(Coqueiros)	Continental
460/SME/2016 - Contratação de empresaespecializada para efetuar obra de reforma no NEINagib Jabor	equipamento comunitário	2016	Estreito	Continental
274/SMCAM/2017 - Contratação de empresaespecializada para prestação de serviços derecuperação e manutenção no Parque deCoqueiros-Florianopolis/SC	equipamento comunitário	2017	Coqueiros	Continental

Fonte: Elaborada pelo autor (2019)

APÊNDICE B – Entrevistas estruturadas

Coleta de dados para dissertação - Maria Eduarda Arruda

Olá,

Agradeço primeiramente a disponibilidade em responder este formulário e contribuir com a pesquisa. Trata-se de uma coleta de informações acerca do setor de Tecnologia e Inovação em Florianópolis tendo em vista a pesquisa feita até aqui. O objetivo da pesquisa é entender de que forma ocorre a espacialização deste setor econômico na cidade. Serão abordadas três temáticas principais:

1 - Atores, investimentos e políticas decisivos para a consolidação da iniciativa/empreendimento;
2 - Relação do setor de T&I com o planejamento urbano;
3 - Tendências para o desenvolvimento do setor de T&I em Florianópolis.

OBS.1: A menção à iniciativa/empreendimento corresponde à entidade da qual o respondente é representante.
OBS.2: Por favor, qualquer observação que julgue necessário complementar, utilize as caixas de resposta, será bastante enriquecedor.

Obrigada!

Nome do respondente: *
Luiz Salomão Ribas Gomez

Atores, investimentos e políticas

1.1. Quais foram os principais investimentos e/ou políticas auxiliares à implantação do empreendimento/iniciativa?
O projeto, até o momento, teve recursos recebidos via projetos de extensão do laboratório de orientação da gênese organizacional (LOGO) da UFSC. Porém, algumas empresas privadas aportaram recursos para reformas e eventos que foram realizados.

1.2. Qual a principal atividade econômica do setor privado a investir no empreendimento/iniciativa inicialmente (construção civil, turismo, etc.)
Tecnologia

1.3. Com relação aos investimentos públicos, quais foram decisivos para a consolidação do empreendimento/iniciativa?
Não houve nenhum investimento público

1.4. Qual o papel da política do de Arranjos Produtivos Locais (ex.: PLATIC) no desenvolvimento do setor de Tecnologia e Inovação em Florianópolis?
Em Florianópolis chama-se Arranjo Promotor da Inovação. No caso o projeto participa e é coordenador do API de Turismo e Economia Criativa que contribui na divulgação do projeto.

1.5. Quais os benefícios reconhecidos pelo respondente como fundamentais que fazem com que as empresas de tecnologia e inovação queiram ser implantadas em Florianópolis?
Um ecossistema organizado e a cidade possuir uma pontuação elevada nos rankings de smart cities e economia criativa de Richard Florida

Relação com o planejamento urbano

2.1. Qual o papel da aglomeração das empresas num mesmo espaço para o setor de Tecnologia e Inovação, na visão do respondente?
Processo colaborativo na gestão das empresas.

2.2. Quais os principais investimentos do poder público, em termos de planejamento urbano, reconhecidos como necessários pelo respondente?
O conselho municipal de inovação e o programa municipal de inovação são muito atuantes.

2.3. Qual a relação da implantação do empreendimento/iniciativa com o Plano Diretor (zoneamento): foram reconhecidas facilidades ou desafios impostos pela legislação urbana?
Estamos muito próximos do IPUF e buscamos sempre participar das decisões que o pode público desenvolve.

2.4. Quais os principais gargalos institucionais/burocráticos para

implementação das melhorias urbanas almejadas pela entidade/iniciativa?
Falta de recursos e burocracia não adequado e ágil ao processo.

2.5. Como seria a avaliação pelo empreendimento/iniciativa, da importância dos seguintes aspectos para a escolha de implantação de empresas do setor em determinados locais:

	1	2	3	4	5
valor do aluguel/m²	○	◉	○	○	○
oferta de equipamentos comunitários (ex.: espaços de lazer)	○	◉	○	○	○
oferta de equipamentos urbanos (ex.: rede de água e esgoto, iluminação pública, etc.)	○	◉	○	○	○
oferta de transporte público	○	◉	○	○	○

2.6. Qual seria a forma ideal de correspondência no planejamento urbano dos objetivos de desenvolvimento do empreendimento/iniciativa (políticas, diretrizes na legislação urbana, fomento á melhorias viárias, subsídios de impostos, etc.)?
Caso seja de conhecimento do respondente, avaliar as políticas e práticas associadas ao conceito de Cidades Inteligentes na resposta.

Aproximação da sociedade para discussão das iniciativas.

2.7. Existiriam espaços urbanos “ótimos” para a implantação das empresas de T&I? Favor descrever as principais características essenciais destes espaços.

Existem muitos edifício novos em desuso e muitos outros que com ações de retrofit podem servir efetivamente a implantação de novas empresas.

Tendências

3.1. Qual o papel das startups atualmente, no processo de desenvolvimento do setor de T&I em Florianópolis, na visão da entidade?

Nós ajudamos a construir novas startups no Cocreation lab e então para nós é de suma importância na geração de empregos e inovação na cidade a presença de startups.

3.2. Quais as seriam as principais tendências atuais para o desenvolvimento do setor de T&I em Florianópolis, de forma geral?

IA e cultura maker.

Caso haja algum fator não abordado que o respondente julgue importante, favor complementar

A questão que usa escala está mal formulada e acredito que uma revisão facilitaria ao respondente.

Nome do respondente: *

Luiza Stein

Atores, investimentos e políticas

1.1. Quais foram os principais investimentos e/ou políticas auxiliares à implantação do empreendimento/iniciativa?

A ACATE é uma entidade associativa e foi constituída a partir da reunião de empresários da região de Florianópolis, e não teve um um investimento ou política atrelada apoiando sua implantação. Ao longo da sua trajetória contou com apoios pontuais para desenvolvimentos de projetos e iniciativas, como incentivos fiscais, subvenções econômicas, e parcerias público-privadas.

1.2. Qual a principal atividade econômica do setor privado a investir no empreendimento/iniciativa inicialmente (construção civil, turismo, etc.)

Setor de Tecnologia.

1.3. Com relação aos investimentos públicos, quais foram decisivos para a consolidação do empreendimento/iniciativa?

Não houve investimentos públicos diretos. O que contribuiu significativamente ao longo da história da ACATE foram incentivos fiscais concedidos às empresas de base tecnológica no município e também no estado, o que ajudou a fortalecer a entidade.

1.4. Qual o papel da política do de Arranjos Produtivos Locais (ex.:

PLATIC) no desenvolvimento do setor de Tecnologia e Inovação em Florianópolis?
A política teve maior influência para a produção científica e desenvolvimento de pesquisas e pesquisadores. Originou também algumas iniciativas para formação de mão de obra qualificada para atuar nas empresas de base tecnológica. Atualmente a política não faz parte do contexto diário da ACATE e não temos conhecimento se impacta diretamente demais entidades que compõem o setor.

1.5. Quais os benefícios reconhecidos pelo respondente como fundamentais que fazem com que as empresas de tecnologia e inovação queiram ser implantadas em Florianópolis?
ISS reduzido para diversas atividades relacionadas à tecnologia (incentivo fiscal). Presença de um ecossistema de inovação sólido, com atores de fomento, entidades representativas, universidades, grande volume de empresas de tecnologia, governos com posicionamento favorável ao setor de tecnologia, centros de inovação para instalação de empresas. Cidade com qualidade de vida considerada superior à outros centros importantes do país.

Relação com o planejamento urbano

2.1. Qual o papel da aglomeração das empresas num mesmo espaço para o setor de Tecnologia e Inovação, na visão do respondente?
Dado que se trata de um setor intensivo em conhecimento, seu compartilhamento é mais fácil e efetivo quando feito presencialmente. Então os encontros nos ambientes propícios, com a troca de conhecimento tácito, fazem muita diferença no desenvolvimento das pessoas e por consequência das empresas. As aglomerações e suas interações servem como catalisadores para o desenvolvimento dos negócios e surgimento de novos negócios.

2.2. Quais os principais investimentos do poder público, em termos de planejamento urbano, reconhecidos como necessários pelo respondente?
No quesito infraestrutura, eu diria investimentos em mobilidade urbana. Além disso, a cidade é carente de espaços de encontro que não sejam as praias. Como é o caso de praças, passeios públicos, jardins. É em ambientes públicos, e seguros, que as pessoas se encontram para trocar ideias. Os ecossistemas de inovação necessitam espaços públicos de qualidade para seu fortalecimento.

2.3. Qual a relação da implantação do empreendimento/iniciativa com o Plano Diretor (zoneamento): foram reconhecidas facilidades ou desafios impostos pela legislação urbana?
Como não possuímos espaço físico, não temos relação com a questão.

2.4. Quais os principais gargalos institucionais/burocráticos para implementação das melhorias urbanas almejadas pela entidade/iniciativa?

Não se aplica.

2.5. Como seria a avaliação pelo empreendimento/iniciativa, da importância dos seguintes aspectos para a escolha de implantação de empresas do setor em determinados locais:

	1	2	3	4	5
valor do aluguel/m²	○	○	○	◉	○
oferta de equipamentos comunitários (ex.: espaços de lazer)	○	○	◉	○	○
oferta de equipamentos urbanos (ex.: rede de água e esgoto, iluminação pública, etc.)	○	○	○	○	◉
oferta de transporte público	○	○	○	◉	○

2.6. Qual seria a forma ideal de correspondência no planejamento urbano dos objetivos de desenvolvimento do empreendimento/iniciativa (políticas, diretrizes na legislação urbana, fomento á melhorias viárias subsídios de impostos, etc.)?

Caso seja de conhecimento do respondente, avaliar as políticas e práticas associadas ao conceito de Cidades Inteligentes na resposta.

Não se aplica.

2.7. Existiriam espaços urbanos “ótimos” para a implantação das empresas de T&I? Favor descrever as principais características essenciais destes espaços.

Espaços de fácil acesso e seguros, com rotas de transporte público adequadas. Espaços próximos à restaurantes e com facilidades como supermercados, farmácias, posto de gasolina. Ambientes não tradicionais, como centros de inovação, com espaços para locação de salas para reuniões e eventos, e áreas de convivência comuns às empresas residentes.

3.1. Qual o papel das startups atualmente, no processo de desenvolvimento do setor de T&I em Florianópolis, na visão da entidade?

Construção de novos produtos e geração de ideias que são ágeis na solução de problemas dos vários mercados. Desenvolvimento de empreendedores, novos modelos de negócios, e novos empregos. Tem ainda o papel de impulsionar o mercado tradicional à evoluir e adaptar-se em relação à cultura organizacional, modelos de negócios e desenvolvimento tecnológico.

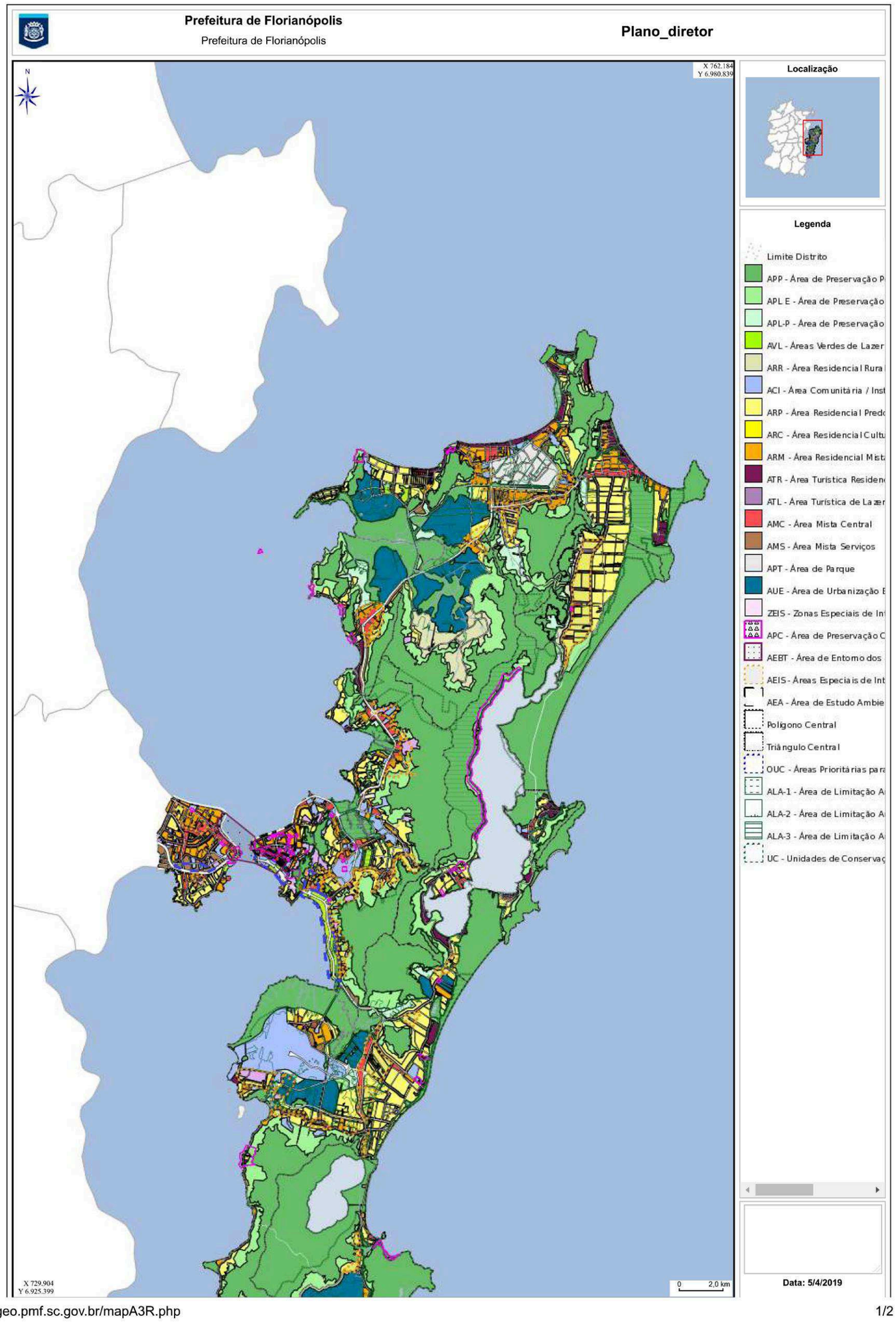
3.2. Quais as seriam as principais tendências atuais para o desenvolvimento do setor de T&I em Florianópolis, de forma geral?

Vinda de grandes empresas para a região, de olho nas empresas menores e em mão de obra qualificada; Vinda de investidores e fundos buscando negócios promissores para investir. Caso não se invista na qualificação profissional logo, as empresas de tecnologia terão dificuldade no desenvolvimento dos negócios, o que tende a causar um êxodo daquelas que conseguirem migrar para outras regiões e mesmo países.

Caso haja algum fator não abordado que o respondente julgue importante, favor complementar

https://docs.google.com/forms/d/1oO82iK2F4BpLDquB9YHemS_-rD9O2Eum_J_T7FFkpXg/edit#responses

ANEXO A - Mapa de zoneamento urbano de Florianópolis



ANEXO B – Relatório de Contratos de Obras

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
0002/SMO/2016 - Pavimentação a lajotas de 14 (quatorze) vias nos distritos do Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul - Florianópolis/SC.	Morro das Pedras	Paralisado	Empreiteira Pavicon LTDA	11/02/2016 a 08/01/2020	R$ 2.634.543,91
0005/SMO/2016 - Pavimentação com lajotas e drenagem de 16 (dezesseis) vias no bairro Tapera - Florianópolis/SC.	Tapera	Andamento	Empreiteira Pavicon LTDA	11/02/2016 a 15/01/2019	R$ 1.882.875,98
0014/SMI/2019 - Contratação de empresa para execução da pavimentação e drenagem na Servidão Marciano Pedro Severino - Santinho - Florianópolis/SC.	Santinho	Andamento	DJP CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA ME	27/02/2019 a 27/05/2019	R$ 210.922,97
00201/SMI/2017 - Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação e drenagem Rua Afonso Cardoso da Veiga - Canasvierias - Florianópolis/SC.	Canasvieiras	Execução concluída	SETEP TOPOGRAFIA E CONSTRUCOES LTDA	06/03/2018 a 02/09/2018	R$ 610.094,17
0055/SMI/2019 - Contratação de empresa especializada para construção do Anel Viário para corredor de Transporte Público Coletivo - Trecho 1A (Avenida Professor Henrique da Silva Fontes - Avenida César Seara) e Trecho 1C (Interseção junto ao Armazém Vieira - Emboque Sul do Túnel Antonieta de Barros) Florianópolis/SC	Pantanal	Andamento	MJRE Construtora Ltda	18/03/2019 a 07/03/2021	R$ 29.115.991,96
008/EDUC/BID/2016 - Reforma e Ampliação da Creche Professora Maria Barreiros.	Coloninha	Execução concluída	DE FARIA CONSTRUCOES LTDA	01/02/2016 a 28/08/2017	R$ 2.211.855,23
0138/SMI/2019 - Contratação de empresa especializada para os serviços de manutenção e reforma no terminal de Florianópolis/SC	Centro	Andamento	CONSTRUTORA NEVES & GOULART E LTDA ME	01/04/2019 a 30/06/2019	R$ 216.020,44
0142/SMI/2019 - Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação e drenagem da Servidão Domingos Tertuliano Nunes - Bairro Rio Vermelho - Florianópolis/SC.	Rio Vermelho	Andamento	Empreiteira Pavicon LTDA	23/04/2019 a 23/06/2019	R$ 137.902,84
0143/SMI/2019 - Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação e drenagem da Servidão Francisca Pereira - Bairro Rio Vermelho - Florianópolis/SC.	Rio Vermelho	Andamento	Empreiteira Pavicon LTDA	23/04/2019 a 23/06/2019	R$ 155.248,51

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
0144/SMI/2019 - Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação e drenagem da Servidão João Manoel da Silva - Bairro Rio Vermelho - Florianópolis/SC.	Rio Vermelho	Andamento	EMPREITEIRA ARRUDA LTDA	23/04/2019 a 23/06/2019	R$ 205.141,10
0149/SMI/2019 - Contratação de empresa para execução de pavimentação e qualificação de vias, Rua Lauro Linhares	Trindade	Andamento	MURE Construtora Ltda	21/04/2019 a 18/10/2019	R$ 2.431.804,65
0150/SMI/2019 - Contratação de empresa para execução de pavimentação e qualificação de vias, Avenida Mauro Ramos - Florianópolis/SC	Centro	A Iniciar	MURE Construtora Ltda	21/04/2019 a 18/10/2019	R$ 3.387.130,83
0151/SMI/2019 - Contratação de Empresa para execução de pavimentação e qualificação de vias, Trecho - Rua João Meirelles - 2ª Etapa	Abraão	Andamento	PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAV LTDA	12/05/2019 a 08/11/2019	R$ 952.380,06
0152/SMI/2019 - Contratação de empresa para execução de pavimentação e drenagem da Servidão Beira Rio - Bairro Rio Vermelho - Florianópolis/SC.	Rio Vermelho	Andamento	AMVT Construções Ltda - Me	23/04/2019 a 23/06/2019	R$ 533.867,94
0167/EDUC/BID/2019 - Reforma e Ampliação do NEIM Doralice Maria Dias	Vargem do Bom Jesus	Andamento	BF CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP	09/04/2019 a 17/07/2020	R$ 1.706.451,71
0172/SMI/2019 - Contratação de empresa para execução de pavimentação e drenagem da Servidão Rodolfino João da Silva - Bairro Ponta das Canas - Florianópolis/SC.	Ponta das Canas	Andamento	AMVT Construções Ltda - Me	23/04/2019 a 23/06/2019	R$ 263.206,43
0177/SMI/2018 - Contratação de empresa especializada para pavimentação e drenagem da Servidão Alfredo Manoel Vieira - Morro das Pedras - Florianópolis/SC	null	Andamento	PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME	28/01/2019 a 29/03/2019	R$ 94.695,84
0178/SMI/2019 - Contratação de empresa para execução de pavimentação e drenagem da Servidão Aranhas do Rio Vermelho - Bairro Rio Vermelho - Florianópolis/SC.	Rio Vermelho	Andamento	AMVT Construções Ltda - Me	23/04/2019 a 23/06/2019	R$ 234.489,12
0179/SMI/2019 - Contratação de empresa para execução da pavimentação e qualificação de vias, Trecho - Rua Salvatina Feliciana dos Santos - Itacorubi	Itacorubi	Andamento	FORMULA PAVIM URBANA EIRELI EPP	12/05/2019 a 09/10/2019	R$ 849.471,65

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
0182/SMI/2019 - Contratação de empresa para execução de pavimentação e drenagem da Servidão Gervásio José da Silva - Bairro Carianos - Florianópolis / SC.	Carianos	Andamento	AMVT Construções Ltda - Me	23/04/2019 a 23/09/2019	R$ 173.290,68
0182/SMO/2015 - Restauração e adequação da Geometria da Avenida Ivo Silveira - Capoeiras - Florianópolis - SC.	Capoeiras	Paralisado	SETEP TOPOGRAFIA E CONSTRUCOES LTDA	29/03/2015 a 05/10/2019	R$ 8.400.440,36
0183/SMI/2019 - Contratação de empresa para execução de pavimentação e drenagem da Rua João Agostinho Vieira - Florianópolis / SC	Ribeirão da Ilha	Andamento	AMVT Construções Ltda - Me	23/04/2019 a 23/09/2019	R$ 365.611,61
0201/SMI/2018 - Pavimentação e Drenagem da Servidão Tomaz José Oliveira - Bairro Rio Vermelho.	Rio Vermelho	Andamento	PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME	04/04/2018 a 03/07/2018	R$ 506.229,46
032/EDUC/BID/2019 - Reforma e Ampliação da EB Vitor Miguel de Souza	null	Andamento	CONSTRUTORA L.G.LTDA	26/02/2019 a 05/06/2020	R$ 4.468.633,88
0330/SMO/2015 - Contratação de empresa especializada para Construção do Viaduto da Interseção da Rodovia SC 405 com Rodovia Dr. Antônio Luiz Moura Gonzaga - Rio Tavares (Construção do Elevado do Rio Tavares) - Florianópolis/SC.	Rio Tavares	Andamento	CONSORCIO CONPESA / BTN	10/05/2015 a 18/04/2019	R$ 17.000.347,09
0409/SMO/2015 - Revitalização da Rodovia Baldicero Filomeno - Trecho Freguesia entre os números 7.159 à 8.366, no Município de Florianópolis.	Ribeirão da Ilha	Execução concluída	Empreiteira Pavicon LTDA	07/06/2015 a 11/12/2017	R$ 1.327.183,34
0416/SMO/2015 - Sinalização Turística no Município de Florianópolis/SC.	Centro	Execução concluída	MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA	31/05/2015 a 20/03/2017	R$ 1.190.648,36
0549/SMO/2016 - Contratação de empresa especializada para execução de obras do Anel viário para corredor de transporte público coletivo - trecho I - segmento sul - Florianópolis/SC.	Trindade	Rescindido	CONSORCIO ALVES RIBEIRO CONPESA	29/05/2016 a 13/05/2019	R$ 39.354.792,03
0632/SMO/2014 - Revitalização da Avenida Jorge Lacerda - Costeira do Pirajubaé.	Costeira do Pirajubaé	Paralisado	CONPESA CONSTRUCAO PESADA LTDA	16/06/2014 a 08/10/2019	R$ 6.269.520,63

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
0646/SMI/2018 - Contratação de empresa especializada para execução de obras de requalificação urbana do entorno do Mercado Público e Antiga Alfândega de Florianópolis.	Centro	Andamento	Concrejato Serviços Técnicos de Engenharia S/A	20/08/2018 a 20/08/2019	R$ 7.791.176,37
0651/SMO/2016 - Pavimentação e drenagem do Conjunto 01 de vias do bairro Campeche - Florianópolis/SC.	Campeche	Andamento	DJP CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA ME	28/06/2016 a 06/10/2020	R$ 2.042.110,06
0652/SMO/2016 - Pavimentação a lajotas do Conjunto 02 de vias do bairro Campeche - Florianópolis/SC.	Campeche	Andamento	VECOM CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP	28/06/2016 a 21/09/2018	R$ 2.601.381,03
0653/SMO/2016 - Pavimentação a lajotas de 06 vias no Rio Vermelho - Florianópolis/SC.	Rio Vermelho	Andamento	Empreiteira Pavicon LTDA	28/06/2016 a 11/09/2019	R$ 1.968.687,19
0654/SMO/2016 - Pavimentação a lajotas de 19 vias no Distrito de Ingleses - Florianópolis/SC.	Cachoeira do Bom Jesus	Paralisado	DJP CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA ME	28/06/2016 a 26/05/2020	R$ 3.065.216,87
0655/SMO/2016 - Pavimentação e drenagem de 14 vias nos Distritos Cachoeira do Bom Jesus, Vargem Pequena, Ratones e Canasvieiras - Florianópolis/SC.	Cachoeira do Bom Jesus	Andamento	Empreiteira Pavicon LTDA	28/06/2016 a 11/09/2019	R$ 911.338,78
0657/SMO/2016 - Pavimentação e drenagem da Rua Bento Manoel Ferreira - Trecho: Eixo 2 - Km 0+540 á 2+520 - Ratones - Canto do Moreira - Florianópolis.	Ratones	Rescindido	TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM EIRELI EPP	28/06/2016 a 28/04/2017	R$ 3.634.766,49
0658/SMO/2016 - Pavimentação a lajotas de 05 vias no Rio Vermelho - Florianópolis/SC.	Rio Vermelho	Andamento	EMPREITEIRA ARRUDA LTDA	28/06/2016 a 11/09/2019	R$ 3.187.999,11
0676/SMO/2016 - Pavimentação e drenagem da Rodovia Baldicero Filomeno - trecho nº 10.239 a 13.917 - Ribeirão da Ilha - Florianópolis/SC.	Ribeirão da Ilha	Andamento	PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA	29/06/2016 a 29/12/2017	R$ 4.900.095,08
0677/SMI/2018 - Contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação e Drenagem da Rodovia Virgilio Varzea - Trecho 2 - da Estaca 88+14,00m a estaca 122+8,00m (674m) - Local Saco Grande - Florianópolis.	Saco Grande I e II	Andamento	VOLGELSANGER ENGENHARIA LTDA - EPP	29/11/2018 a 29/05/2019	R$ 861.980,40

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
0718/SMI/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEÇAS DE CONCRETO SEXTAVADO TIPO III (LAJOTAS) E DRENAGEM DA SERVIDÃO LUIZ NUNES - BAIRRO CACHOEIRA DO BOM JESUS - FLORIANÓPOLIS/SC	Cachoeira do Bom Jesus	Execução concluída	PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME	22/04/2018 a 23/01/2019	R$ 64.289,37
0847/SMI/2018 - Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica do TICEN - Terminal Integrado do Centro - Florianópolis	Centro	Execução concluída	BRITAGEM VOGEL SANGER LTDA	21/10/2018 a 15/12/2018	R$ 205.231,92
0907/SMI/2018 - Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação em lajotas na Servidão Pedra do Balão - Bairro Saco Grande	Saco Grande I e II	Execução concluída	Empreiteira Pavicon LTDA	28/11/2018 a 18/02/2019	R$ 58.559,79
0909/SMI/2018 - Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação da Rua da Apicultura - Saco Grande	Saco Grande I e II	Andamento	Empreiteira Pavicon LTDA	28/11/2018 a 18/01/2019	R$ 90.090,34
0939/SMO/2015 - Recuperação e manutenção de decks e trapiches na região de Florianópolis/SC.	Centro	Execução concluída	TRILHA ENGENHARIA LTDA EPP.	13/09/2015 a 28/02/2018	R$ 781.951,27
1044/SMO/2016 - Contratação de empresa especializada para execução de muros de contenção, desmonte de rocha e obras complementares. Florianópolis/SC.	null	Execução concluída	VMW MATERIAIS DE CONST E DEMOLICAO LTDA	06/10/2016 a 06/10/2018	R$ 1.685.121,75
1044/SMO/2016-2ºANO - Contratação de empresa especializada para execução de muros de contenção, desmonte de rocha e obras complementares. Florianópolis/SC. (2º ANO)	Canasvieiras	Andamento	VMW MATERIAIS DE CONST E DEMOLICAO LTDA	06/10/2016 a 06/10/2019	R$ 1.685.121,75
1044/SMO/2016-3ºANO - Contratação de empresa especializada para execução de muros de contenção, desmonte de rocha e obras complementares. Florianópolis/SC. (3º ANO)	null	Andamento	VMW MATERIAIS DE CONST E DEMOLICAO LTDA	06/10/2016 a 06/10/2020	R$ 11.685.121,75
1046/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Modular Capoeiras	Capoeiras	Andamento	MUNDIAL SERVICOS LTDA - EPP	10/10/2016 a 09/08/2019	R$ 4.208.565,08

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
1047/EDUC/BID/2016 - CONSTRUÇÃO DA CRECHE SANTA VITÓRIA	Agronômica	Andamento	MUNDIAL SERVICOS LTDA - EPP	10/10/2016 a 29/12/2019	R$ 3.777.431,91
1052/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Ingleses	Ingleses	Paralisado	CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA	10/10/2016 a 18/08/2019	R$ 4.747.612,60
1053/EDUC/BID/2015 - Execução da Obra de Reforma e Ampliação da EBM Henrique Veras.	Lagoa da Conceição	Andamento	CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA	23/10/2015 a 03/11/2019	R$ 4.601.173,74
1053/EDUC/BID/2016 - Reforma e Ampliação da Creche Joel Rogério de Freitas	Monte Cristo	Andamento	DE FARIA CONSTRUCOES LTDA	04/11/2016 a 13/04/2019	R$ 3.372.842,13
1055/SME/2016 - Contratação de empresa especializada para edificação térrea com sistema construtivo a ser definido pela empresa proponente de módulo itinerante composto por uma Sala na E.B. Osmar Cunha, Florianópolis, SC	Canasvieiras	Execução concluída	Construtora WDD LTDA - EPP	10/10/2016 a 30/12/2017	R$ 96.072,26
1073/SMI/2018 - Pavimentação e drenagem da Rua Isid Dutra (trecho 1) Sambaqui	Sambaqui	Andamento	SETEP TOPOGRAFIA E CONSTRUCOES LTDA	06/01/2019 a 06/10/2019	R$ 2.565.108,60
1073/SMO/2014 - Revitalização da Praça Bento Silvério - Lagoa da Conceição - Florianópolis/SC.	Lagoa da Conceição	Paralisado	DE FARIA CONSTRUCOES LTDA	22/03/2015 a 30/05/2019	R$ 831.711,89
1082/EDUC/BID/2016 - CONSTRUÇÃO DA EBM MÂNCIO COSTA - RATONES	Ratones	Andamento	CONSTRUTORA L.G.LTDA	30/10/2016 a 31/08/2019	R$ 12.022.064,95
1099/SMI/2018 - Execução de Revitalização no Canteiro Central da Avenida Hercílio Luz	Centro	Andamento	Empreiteira Pavicon LTDA	18/12/2018 a 16/06/2019	R$ 222.120,40
1104/SMI/2018 - Pavimentação e drenagem da Servidão Manoel Francisco Godinho, Vargem Grande	Vargem Grande	Andamento	PERIMETRO CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA EPP	06/01/2019 a 06/04/2019	R$ 212.287,24
1113/SMO/2014 - IMPLANTAÇÃO DO TRECHO I DA VIA MARGINAL DA BEIRA MAR NORTE - TRECHO: SERVIDÃO PAULO ZIMMER - ANTÔNIO CARLOS FERREIRA (ETAPA II) NO BAIRRO AGRONÔMICA - FLORIANÓPOLIS/SC.	Agronômica	Andamento	CONPESA CONSTRUCAO PESADA LTDA	17/03/2015 a 04/02/2017	R$ 2.405.884,11

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
1119/SMO/2014 - IMPLANTAÇÃO DO TRECHO II DA VIA MARGINAL DA BEIRA MAR NORTE - TRECHO: RUA JUVÊNCIO COSTA - RUA OSMARINO DE DEUS CARDOSO - BAIRRO TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC.	Trindade	Andamento	BRITAGEM VOGEL SANGER LTDA	22/01/2015 a 06/11/2017	R$ 1.299.868,92
1125/SMO/2014 - Pavimentação e drenagem da Rua Padre Rohr, ligação Santo Antônio de Lisboa - Sambaqui - Florianópolis/SC.	Santo Antônio de Lisboa	Andamento	BRITAGEM VOGEL SANGER LTDA	13/01/2015 a 23/10/2018	R$ 5.007.862,13
1174/SMCAM/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO NA RUA PAPA JOÃO XXIII,BAIRRO COQUEIROS-FLORIANÓPOLIS	null	Andamento	DJP CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA ME	22/01/2019 a 19/09/2019	R$ 240.827,21
1188/SMCAM/2018 - Contratação de empresa especializada para reforma da Praça Renato Ramos da Silva - Balneário - Florianópolis/ SC	Balneário	Andamento	SATELITE CONSTRUCOES E ENGENHARIA EIRELI -EPP	07/02/2019 a 07/10/2019	R$ 240.106,76
1201/SMO/2016 - Contratação de consultoria em engenharia para prestação de serviços especializados de assistência técnica á Prefeitura Municipal de Florianópolis na execução dos serviços e estudos técnicos necessários á obtenção de financiamento internacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, visando á implementação do "Programa Infraestrutura Viária Florianópolis".	Centro	Paralisado	APPE - ASSESSORIA PARA PROJ ESPECIAIS LTDA.	18/01/2017 a 15/03/2020	R$ 3.419.507,25
1215/SMO/2015 - Contratação de empresa especializada para execução da pavimentação, passeio e ciclovia na Avenida das Rendeiras TRECHO OPP ATÉ ESTACA 21 - Lagoa da Conceição - Florianópolis/SC.	Lagoa da Conceição	Paralisado	Empreiteira Pavicon LTDA	25/11/2015 a 15/07/2019	R$ 878.362,28
1243/SMI/2018 - Contratação de empresa para execução da pavimentação e drenagem da Servidão João Manoel Inácio - Vargem Grande - Florianópolis/SC.	Vargem Grande	Andamento	Empreiteira Pavicon LTDA	27/02/2019 a 27/05/2019	R$ 239.250,77

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
1287/FMHIS/2015 - Contratação de empresa especializada para realização de serviços de recuperação e melhorias habitacionais com fornecimento de material e mão de obra em habitações localizadas nas áreas de interesse social do município de Florianópolis/SC, conforme termo de referência e proposta da contratada.	Canasvieiras	Andamento	AVALIUS ENGENHARIA E AVALIACAO LTDA. EPP	24/11/2015 a 30/12/2017	R$ 984.125,11
1343/FMHIS/2015 - A presente licitação tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a construção de 22 (vinte e duas) casas modulares.	CAEIRA DA VILA OPERÁRIA (I, II E III) (Saco dos Limões)	Andamento	Construtora WDD LTDA - EPP	11/01/2016 a 11/01/2017	R$ 1.830.530,98
156/EDUC/BID/2015 - Contratação de empresa especializada para construção, reforma e ampliação da E.B. Beatriz de Souza Brito	Pantanal	Paralisado	AVALIUS ENGENHARIA E AVALIACAO LTDA. EPP	23/03/2015 a 21/09/2019	R$ 2.473.361,82
165/EDUC/BID/2019 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EBM HERONDINA MEDEIROS ZEFERINO	null	Andamento	CONSTRUTORA LG.LTDA	09/04/2019 a 09/06/2020	R$ 5.304.798,42
200/SMSP/2017 - Contratação de empresa especializada para recuperação da Escola Básica Dilma Lúcia dos Santos - Armação do Pântano do Sul	Armação do Pântano do Sul	Execução concluída	RDG CONSTRUCOES EIRELI EPP	27/06/2017 a 30/12/2017	R$ 78.963,36
221/SMSP/2017 - Contratação de empresa especializada para reforma da Creche Morro do Mocotó - Morro da Queimada	MORRO DA QUEIMADA (Maciço do Morro da Cruz - Centro)	Execução concluída	CONSTRUCOES KASSEMIRO LTDA ME	02/07/2017 a 30/12/2017	R$ 38.972,09
225/SME/2018 - Contratação de empresa especializada para Reforma e Ampliação da E.B. Beatriz de Souza Brito - Bairro Pantanal - Florianópolis - SC	Pantanal	Andamento	ASB Engenharia e Construções Ltda	28/03/2018 a 14/10/2019	R$ 1.236.940,00
234/SMSP/2017 - Contratação de empresa especializada para recuperação da Escola Básica Herondina Medeiros Zeferino - Ingleses.	Ingleses	Execução concluída	RDG CONSTRUCOES EIRELI EPP	04/07/2017 a 30/12/2017	R$ 84.946,58
235/SMSP/2017 - Recuperação do ginásio da Escola Basica Intendente Aricomedes.	Pantanal	Execução concluída	RDG CONSTRUCOES EIRELI EPP	03/07/2017 a 30/12/2017	R$ 426.305,19
244/SME/2016 - Contratação de empresa para reforma da Creche Maria Terezinha Sardá da Luz - Bairro: Jurerê Internacional	Jurerê Internacional	Execução concluída	Ribas Construções LTDA - ME	25/02/2016 a 28/02/2017	R$ 287.503,20

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
25/SME/2017 - Obra de Implantação de estação elevatória de esgoto no NEI - Canto da Lagoa - Florianópolis/SC	Canto da Lagoa	Execução concluída	BIANCA JANAINA DE ABREU	07/04/2017 a 04/09/2017	R$ 82.826,57
274/SMCAM/2017 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação e manutenção no Parque de Coqueiros- Florianopolis/SC	Coqueiros	Execução concluída	LITORAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRE	02/08/2017 a 28/06/2018	R$ 272.305,05
308/SMI/2017 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recomposição na pavimentação asfáltica com CBUQ (Tapa Buraco) na região Insular Norte no município de Florianópolis SC.	Cachoeira do Bom Jesus	Andamento	GREENPAV ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI EPP	03/08/2017 a 03/08/2018	R$ 525.148,82
310/SMI/2017 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recomposição na pavimentação asfáltica com CBUQ(tapa buraco) na região insular continental,denominado LOTE 4,no município de Florianópolis S/C	null	Andamento	BRITAGEM VOGEL SANGER LTDA	03/08/2017 a 03/08/2018	R$ 508.669,00
314/SMI/2017 - Pavimentação e drenagem de seis servidões do bairro Campeche - Florianópolis/SC.	Campeche	Andamento	VINICIUS GOEDERT ME	21/08/2017 a 21/05/2018	R$ 2.320.211,87
36/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Vila Aparecida	VILA APARECIDA I (Coqueiros)	Andamento	CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA	24/01/2016 a 13/01/2019	R$ 4.753.320,56
368/EDUC/BID/2016 - Contratação de empresa especializada para a Construção da Creche Red Park	São João do Rio Vermelho	Rescindido	Trio Construtora e Incorporadora Ltda	27/04/2016 a 26/10/2019	R$ 2.113.312,73
369/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Tapera	Tapera	Andamento	Trio Construtora e Incorporadora Ltda	27/04/2016 a 26/07/2019	R$ 2.175.670,48
386/SMI/2017 - Contratação de empresa especializada para execução da obra do programa Rotas acessíveis - Trecho entre a Rodoviária Rita Maria e o Terminal Urbano TICEN.	Centro	Execução concluída	AMVT Construções Ltda - Me	17/09/2017 a 16/12/2017	R$ 106.845,59
401/SMI/2017 - Execução de 210m de extensão da estrutura de concreto do trapiche, instalação de uma linha de flutuante e iluminação pública no bairro João Paulo.	João Paulo	Andamento	Concretil Construções LTDA	25/09/2017 a 30/04/2019	R$ 2.895.499,09

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
418/SME/2018 - Contratação de empresa especializada para execução de reforma da Creche Morro do Mocotó, bairro Morro do Queimada - Florianópolis /SC	MORRO DA QUEIMADA	Execução concluída	CONSTRUCOES KASSEMIRO LTDA ME	28/05/2018 a 28/02/2019	R$ 109.303,33
43/SME/2017 - Contratação de Empresa especializada para edificação de módulo Itinerante composto por 2 salas na Escola Básica Herondina Medeiros Zeferino - localizado no Bairro Ingleses, Florianópolis SC	Ingleses	Execução concluída	Construtora WDD LTDA - EPP	20/03/2017 a 30/12/2017	R$ 172.620,47
44/SME/2017 - Obra de Implantação de estação elevatória de esgoto na Escola Desdobrada João Francisco Garcez - Canto da Lagoa - Florianópolis/SC	Canto da Lagoa	Execução concluída	BIANCA JANAINA DE ABREU	13/03/2017 a 30/03/2018	R$ 91.510,11
442/SME/2017 - Reforma da Creche Sol Nascente	SOL NASCENTE (Saco Grande)	Rescindido	VINICIUS GOEDERT ME	14/09/2017 a 30/12/2018	R$ 225.547,73
460/SME/2016 - Contratação de empresa especializada para efetuar obra de reforma no NEI Nagib Jabor	Estreito	Execução concluída	Ribas Construções LTDA - ME	01/05/2016 a 28/02/2017	R$ 65.207,92
468/EDUC/BID/2014 - Contratação de empresa especializada para construção da E.B. Osvaldo Machado - Escola Ponta das Canas	Ponta das Canas	Rescindido	AVALIUS ENGENHARIA E AVALIACAO LTDA. EPP	30/06/2014 a 25/04/2017	R$ 6.119.792,30
50/SME/2016 - Reforma da E.B. João Alfredo Rohr	Córrego Grande	Execução concluída	CSM - CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS LTDA	01/02/2016 a 19/08/2018	R$ 2.067.967,27
517/SME/2015 - Contratação de empresa especializada em serviços de confecção, instalação e manutenção de grades de ferro zincado em muros, portas e janelas, com a finalidade de atender a Rede Municipal de educação	Centro	Andamento	PERIMETRO CONSTRUCAO E INCORPORACAO LTDA EPP	28/06/2015 a 30/12/2017	R$ 650.000,00
571/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Areias do Campeche	AREIAS DO CAMPECHE (Campeche)	Andamento	DE FARIA CONSTRUCOES LTDA	26/06/2016 a 31/07/2017	R$ 1.873.733,24

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
583/SME/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NAS UNIDADES EDUCACIONAIS E CENTROS DE FORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	Centro	Andamento	MARCOS ANDRÉ REICHERT & CIA LTDA	21/06/2016 a 16/06/2017	R$ 99.280,00
642/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Portal do Ribeirão	Ribeirão da Ilha	Andamento	NICOL NAKAZIMA INCORP. CONST. LTDA	19/07/2016 a 23/08/2017	R$ 1.693.495,82
643/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Cachoeira do Bom Jesus	Cachoeira do Bom Jesus	Andamento	NICOL NAKAZIMA INCORP. CONST. LTDA	19/07/2016 a 23/08/2017	R$ 1.659.361,73
645/EDUC/BID/2018 - Construção da Creche Elisabete Nunes Anderle.	Barra da Lagoa	Andamento	DE FARIA CONSTRUCOES LTDA	15/07/2018 a 08/10/2019	R$ 2.926.155,33
649/SMO/2012 - Construção de Praça na Rua das Gaivotas, entre as Ruas dos Canudos e Brisamar - Ingleses - Florianópolis/SC.	Ingleses	Paralisado	Empreiteira Pavicon LTDA	19/08/2012 a 24/06/2019	R$ 149.932,39
708/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Morro do Céu	MORRO DO CÉU (Maciço do Morro da Cruz - Centro)	Andamento	CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA	12/07/2016 a 11/08/2019	R$ 4.239.284,28
740/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Canto da Coruja	São João do Rio Vermelho	Andamento	TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME	14/08/2016 a 18/09/2017	R$ 1.693.495,80
792/SMO/2016 - Implantação de Infraestrutura Turística no Parque Municipal da Galheta - Florianópolis/SC	Lagoa da Conceição	Andamento	PAM Construções Ltda	01/12/2016 a 12/07/2017	R$ 248.903,02
879/SME2018-1 - Contratação de empresa especializada na execução de manutenção, reparo e translado de parques, casinhas (madeira e alvenaria) e brinquedos (incluindo choupanas) nas unidades educativas da SME	Centro	Andamento	LIGUE PONTO OBRAS LTDA. ME	27/09/2018 a 22/09/2019	R$ 70.000,00
888/EDUC/BID/2016 - Reforma e Ampliação da EBM Maria Conceição Nunes	Rio Vermelho	Andamento	CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA	01/09/2016 a 27/01/2019	R$ 3.712.114,70
914/SME/2016 - Contratação de empresa especializada para efetuar obra de reforma do Ginásio da E.B. Osmar Cunha	Canasvieiras	Execução concluída	PAM Construções Ltda	21/08/2016 a 30/12/2017	R$ 477.000,00

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS

Relatório de Contratos de Obras

15/05/2019 - 14:47

Contrato	Bairros	Situação	Empresa	Período	Valor do Contrato
953/EDUC/BID/2016 - EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA CRECHE MORRO DO HORÁCIO	Agronômica	Execução concluída	DE FARIA CONSTRUCOES LTDA	11/09/2016 a 25/12/2018	R$ 3.989.888,82
984/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Saco dos Limões	Saco dos Limões	Andamento	CONSTRUTORA PROGREDIOR LTDA	22/09/2016 a 15/01/2020	R$ 5.406.710,39
989/SME/2016 - Contratação de empresa especializada para efetuar a Reforma do N.E.I. João Machado da Silva, Agronômica, Florianópolis, SC	Agronômica	Execução concluída	PORTOTEC CONSTRUTORA EIRELI	20/09/2016 a 30/12/2017	R$ 170.656,26
994/EDUC/BID/2016 - Construção da Creche Rio Tavares	Rio Tavares	Andamento	DE FARIA CONSTRUCOES LTDA	25/09/2016 a 05/08/2019	R$ 4.975.342,42
997/EDU/BID/2018 - Execução da EBM no Bairro da Tapera	null	Andamento	CONSTRUTORA L.G.LTDA	04/11/2018 a 04/02/2021	R$ 11.785.859,16
TRAB TÉCNICO SOCIAL - TRABALHO TÉCNICO SOCIAL MACIÇO DO MORRO DA CRUZ - PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NA EXECUÇÃO DAS OBRAS E AÇÕES SOCIAIS, COM VISTAS Á APROPRIAÇÃO DAS BENFEITORIAS E A SUSTENTABILIDADE DOS SERVIÇOS IMPLANTADOS, DESTACANDO O PAPEL DAS COMUNIDADES COMO PROTAGONISTAS DO PROCESSO.	CAEIRA DA VILA OPERÁRIA (I, II E III) (Saco dos Limões)	Andamento	MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS	30/09/2007 a 30/06/2019	R$ 2.769.099,30